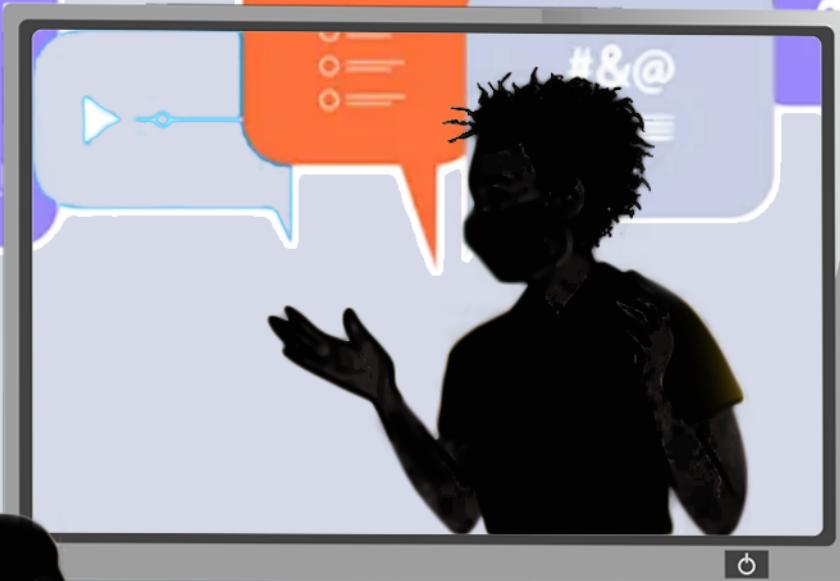


Working Papers
em Linguística



GRAMÁTICA DO USO

Working Papers em Linguística, v. 21, n. 1, 2020

Centro de Comunicação e Expressão - CCE
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Florianópolis - SC - Brasil

Editora-chefe

Izete Lehmkuhl Coelho

Coeditores

Marco Antonio Martins

Izabel Christine Seara

Organização

Edair Maria Gorski

Leandra Cristina de Oliveira

Tatiana Schwochow Pimpão

Conselho Editorial

Adair Bonini, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Adriana Fischer, Centro Universitário de Brusque, Brasil

Aline Cacilda Koteski Emilio, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Ana Cláudia Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ana Paula Oliveira Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

André Berri, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Clarice Nadir von Borstel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Cláudia Regina Brescancini, Pontifícia Universidade Católica – RS, Brasil

Cristiane Lazzarotto-Volcão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cristine Gorski Severo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Edair Maria Gorski, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Edwiges Maria Morato, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Fabio Luiz Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Helena Guerra Vicente, Universidade de Brasília, Brasil

Heronides Maurílio de Melo Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Izabel Christine Seara, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Josias Ricardo Hack, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Leandra Cristina de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Leonor Scliar Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Lucélio Dantas Aquino, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luizete Guimarães Barros, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Magdiel Medeiros Aragão Neto, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Inês Probst Lucena, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Izabel de Bortoli Hentz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maria Teresa Santos Cunha, Universidade do Estado de Santa Catarina

Márluce Coan, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

Monica Mano Trindade, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Morgana Fabiola Cambrussi, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

Nara Caetano Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Nelita Bortolotto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Nívea Rohling, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

Otávio Goes de Andrade, Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Renato Basso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Roberta Pires de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Rodrigo Acosta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ronald Taveira da Cruz, Universidade Federal do Parnaíba Piauí, Brasil

Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Rosely Xavier, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Bueno Borges da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Tarcisio de Arantes Leite, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Terezinha da Conceição Costa-Hübes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Vidomar Silva Filho, Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Werner Heidermann, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Editoração

Ana Cláudia Fabre Eltermann

Cecília Augusta Vieira Pinto

Clóvis Alencar Butzge

Érica Marciano de Oliveira Zibetti

Gésyka Mafra

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder

João Paulo Zarelli Rocha

Raquel Gomes Chaves

Fernanda Delatorre

APRESENTAÇÃO

Este volume trata de *Gramática do uso* e reúne doze artigos de autores de diferentes instituições que atenderam ao chamado para submeter trabalhos desenvolvidos em perspectiva funcionalista (de vertente norte-americana) e/ou de gramática de construções, que abordem aspectos teórico-metodológicos e/ou analisem o funcionamento (emergência e/ou expansão) de diferentes categorias gramaticais, seja validando o aporte teórico, seja buscando interfaces, sinalizando avanços, limitações e direções de pesquisa nesse campo. A motivação para a proposta dessa temática deve-se a instigantes discussões travadas ao longo da disciplina *Gramática do uso*, vinculada à linha de pesquisa *Cognição e uso*, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC em 2019.1, que se encerrou com um Seminário aberto ao público acadêmico, do qual surgiu a ideia de ampliar o universo das discussões nesse campo teórico, que tem se mostrado multifacetado e promissor.

O número abre com uma entrevista realizada com Sebastião Josué Votre, que, juntamente com Anthony Julius Naro, praticamente introduziu no Brasil, na década de 1980, a abordagem funcionalista proposta por pesquisadores da costa oeste americana, tais como Talmy Givón, Sandra Thompson e Paul Hopper, que defendiam uma linguística baseada no uso, na linha do que Votre denomina “funcionalismo de raiz”. Com essa entrevista, buscamos resgatar pontos importantes da trajetória dos trabalhos inspirados na vertente funcionalista norte-americana, especialmente daqueles atrelados ao Grupo de Estudos Discurso & Gramática, criado por Votre no início da década de 1990, os quais têm se centrado atualmente numa perspectiva construcionista baseada no uso. A entrevista dialoga, de certa forma, com os artigos apresentados, alguns deles de autores associados ao D&G.

Os textos, ordenados com base no enfoque teórico-conceitual e na natureza do objeto investigado, contemplam os seguintes tópicos gerais: abordagem construcional de itens discursivos e de construções complexas; grammaticalização e multifuncionalidade; estrutura retórica e combinação de orações; e categorias de tempo e aspecto na narrativa.

O primeiro artigo, assinado por Flávia Saboya da Luz Rosa e Mariangela Rios de Oliveira, se intitula “*Alto lá*: a construcionalização de um marcador discursivo na língua portuguesa”. As autoras investigam, numa abordagem pancrônica, mediante análise qualitativa e quantitativa de amostras escritas do século XIII ao XXI, a trajetória que leva *alto lá* a se convencionalizar como um marcador discursivo em subfunção de refreamento argumentativo. Em termos gerais, o estudo se propõe a: (i) investigar a origem militar do termo *alto*, considerando conceitos culturalmente compartilhados que envolvem a

arte de argumentar e ações hierárquicas no âmbito de guerra; e (ii) verificar a trajetória de mudança de *alto* até sua construcionalização em *alto lá*, considerando motivações histórico-sociais, cognitivas e estruturais. O trabalho se ancora na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) – que incorpora ao funcionalismo a abordagem construcional da gramática – e aciona os conceitos de marcação discursiva, neoanálise, *cline* contextual e analogização, entre outros.

Na sequência, o artigo “*Vai chatear o Camões*: a construção impositiva de destrato”, de José Romerito Silva e Maria Aparecida da Silva Andrade, toma como objeto de análise a construção impositiva de destrato (CID) com o verbo *ir*, a qual representa um ato de fala diretivo que expressa um desacordo em que o locutor insulta e repele o interlocutor. Num estudo sincrônico de natureza qualitativo-interpretativa, os autores analisam dados oriundos de textos orais e escritos de gêneros diversos, buscando (i) descrever padrões construcionais da CID no que se refere a aspectos sintáticos e morfológicos; (ii) analisar a construção quanto a graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade; e (iii) examinar seu uso à luz de fatores semânticos, discursivos e pragmáticos. Silva e Andrade se apoiam na LFCU, na Gramática de construções e na Pragmática, e seu texto transita pelos conceitos de analogização, *chunking*, iconicidade, marcação, atos de fala, inferência pragmática, face e polidez.

Ainda em uma perspectiva construcionista baseada no uso, o terceiro artigo, *Quantifying binominal constructions in Portuguese and Russian: the case of um monte de NP and kucha NPgen*, escrito por Karen Sampaio Braga Alonso, Diego Leite de Oliveira, Nuciene Caroline Amphilóphio Fumaux, Gabrielle de Figueira do Nascimento e Thiago Moreira da Silva, apresenta um estudo contrastivo de construções de quantificação no português brasileiro e no russo, extraídas de textos jornalísticos. Mediante uma análise colostrucional, os autores apontam que (i) há similaridades quanto a operações cognitivas envolvidas na conceptualização das construções; (ii) há especificidades semânticas no que diz respeito aos lexemas que nelas ocorrem: *um monte de* atrai lexemas com referentes mais genéricos do que *kucha NPgen*; e (iii) o uso afeta a representação da construção.

Passando para o nível de construções complexas, o quarto artigo, *Por uma abordagem de construções complexas em perspectiva construcional*, de Sebastião Carlos Leite Gonçalves e Taísa Peres de Oliveira, apresenta, em termos exploratórios, uma proposta circunstanciada de estender a abordagem construcional do escopo de construções simples para construções complexas. Os autores buscam demonstrar, em uma análise qualitativa, a aplicação da noção de redes conceituais no tratamento de dois padrões construcionais complexos distintos – orações adverbiais e orações argumentais –, utilizando dados empíricos extraídos do *Corpus* do Português e do Banco de dados Iboruna. À luz

da perspectiva dos Modelos Baseados no Uso, considerando a relação entre padrões gerais e as realizações específicas e a noção de analogização, Gonçalves e Oliveira propõem “dois esquemas construcionais que organizam redes hierárquicas por relações de herança múltiplas”, os quais podem abrigar, respectivamente, microconstruções adverbiais e argumentais diversas, numa proposta mais unificada.

O quinto artigo, de autoria de Leyla Ely e Cláudia Andrea Rost Snichelotto, também trata de construções complexas numa perspectiva de Modelos Baseados no Uso: *Construções condicionais do português brasileiro escrito: uma perspectiva de gramática baseada no uso*. A partir do exame de uma amostra de cartas pessoais de adeus, escritas por suicidas entre 1970 e 1990, as quais integram o *corpus* do projeto Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina, as autoras analisam aspectos formais (ordem, tipo de conector, forma verbal simples e perifrástica) e semântico-pragmáticos (modalidade deôntica e epistêmica e expressão temporal) que subjazem ao uso de diferentes construções que possibilitam uma leitura condicional. Os resultados apontam para uma correlação entre a construção condicional e a modalidade, sobretudo a epistêmica; o uso conjuncional prototípico “se”; e a temporalidade futura.

Sob a ótica da gramaticalização, no sexto artigo, intitulado *O uso de “em face de”: um estudo em petições iniciais*, Vanessa Goes Denardi investiga o uso de *em face de* por profissionais do Direito, em amostra escrita constituída por preâmbulos de Petições Iniciais das Varas Cíveis de Curitiba, publicadas entre os anos de 1990 e 2019. Em linhas gerais, a autora objetiva analisar o funcionamento do item nesse gênero discursivo, considerando a possibilidade de especialização de uso em peças processuais. Entre os resultados alcançados por Denardi, em relação ao uso de *em face de* nas peças examinadas, apontam-se: o item (i) é utilizado sistematicamente com o valor semântico de oposição; (ii) vem passando por um processo de dessemantização (perda do significado espacial *de diante de*) e de expansão (ganho do significado de oposição *contra*); (iii) vem substituindo gradativamente a palavra *contra* ao longo do tempo; e (iv) vem especializando seu uso nesse contexto jurídico.

Sob a perspectiva da gramaticalização como expansão, no sétimo artigo, *A emergência e expansão de usos linguísticos inovadores em comunidade de práticas: o caso de {-ste} na página Tal Qual Dublagens*, Kamilla Oliveira do Amaral analisa, sincronicamente, a emergência de novos usos do item {-ste}, em ocorrências como *arrasaste*, *compreistes*, *caddstes*, *boystes*, coletadas em *posts* e comentários de uma página de rede social, vista como uma comunidade de práticas virtual. A autora mostra novos usos do item envolvendo expansões graduais e correlacionadas (i) da base contextual (verbal canônica e não canônica, e não verbal), (ii) semântico-pragmática e (iii) categorial, as quais levam a

um deslizamento na relação entre formas e funções desencadeado por rompimentos sucessivos de restrições a partir da configuração gramatical canônica de ocorrência do item.

O oitavo artigo, *Marcadores discursivos e multifuncionalidade: as atuações textuais de itens voltados pra a interação*, de Carla Regina Martins Valle, trata de marcadores discursivos identificados como requisitos de apoio discursivo (RADs), especificamente os itens *sabe?* e *entende?* (e respectivas alterações morfológicas). Retomando dados de amostras de entrevistas sociolinguísticas previamente analisados, a autora mostra a multifuncionalidade desses marcadores, especialmente sua atuação como focalizadores que se distribuem num *continuum* funcional, desempenhando tanto funções mais pragmáticas relacionadas ao interlocutor, como funções mais textuais relacionadas à organização discursiva. Valle evidencia que os RADs aparecem com maior frequência colocando foco em comentário avaliativo, na opinião do falante e na situação descrita.

O nono artigo, *A multifuncionalidade de aliás: valores semânticos em perspectiva*, de Nice da Silva Ramos, explora a flutuação categorial de *aliás* – que assume características de conjunção, conector reformulativo e operador argumentativo, além da classificação tradicional como advérbio e palavra denotadora de retificação –, objetivando refletir sobre a multifuncionalidade desse item na língua em uso. A autora examina amostras de língua falada de informantes das cidades do Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande, Juiz de Fora e Niterói, que compõem o *corpus* Discurso & Gramática, considerando a distribuição frequencial do item de acordo com os fatores: gêneros textuais, posição nos textos, valores semânticos e grau de escolaridade. A análise indicou uma baixa recorrência de *aliás* na fala, com os seguintes valores semântico-discursivos: retificação integral e parcial, inclusão e reformulação.

O décimo texto é de autoria de Rosangela Jovino Alves, Mateus Fornazieri Gonçalves Ferreira e Pedro Henrique Silva Antônio, e tem como título *Considerações acerca do vocábulo foda em usos contemporâneos*. A partir de uma perspectiva funcionalista multissistêmica, os autores examinam dados de comentários *on-line*, escritos, feitos em canais do YouTube cuja temática aborda jogos destinados a adolescentes, discutindo o valor de tabu linguístico tradicionalmente atribuído ao item lexical em tela. Resultados preliminares apontam que o item *foda* vem sofrendo mudanças em seus valores gramaticais: do uso inicial como substantivo associado ao campo da sexualidade, expandiu-se para uso como adjetivo em função predicativa, podendo ser intensificado e assumir forma superlativa. Nesse uso expandido, pode pregar valores semânticos neutros, positivos ou negativos, expressando avaliações do falante.

Ainda no âmbito da combinação de orações, no décimo primeiro artigo, *Estratégias de segmentação e de tradução utilizadas por tradutores humanos: da combinação de orações*

à estrutura retórica, Juliano Desiderato Antonio, Liliam Cristina Marins e Luiza Prevedel Pereira examinam uma amostra de treze sinopses de filmes em inglês e suas respectivas versões para o português realizadas por alunos do curso de Tradução. Com base na Rhetorical Structure Theory (RST), as sinopses foram segmentadas em unidades discursivas elementares, e analisadas comparando-se as estruturas retóricas do texto fonte e da tradução. Os autores identificaram cinco diferentes estratégias utilizadas pelos tradutores (reconstrução total de um período; acréscimo ou retirada do verbo; mudança no arranjo combinatório de orações; mudança de classe de palavras; e mudança de relação retórica), bem como algumas inadequações (truncamento sintático; retomadas inadequadas; e apresentação de informação nova como se fosse dada) – o que mostra que tradutores humanos inevitavelmente promovem transformações estruturais, em razão de sua relação subjetiva com as línguas.

O último artigo, *Corpus approach towards narrative analysis of tense and aspect*, de Camila Barros, trata da estrutura da narrativa na ótica laboviana, vista como reportagem de uma sequência temporal de eventos que demanda as capacidades cognitivas de *foreground* e *background*. Tomando como amostra narrativas de fala espontânea do português em monólogos do *minicorpus C-ORAL-BRASIL I*, a autora realiza uma análise qualitativa e quantitativa, visando descrever correlações entre tempo e aspecto verbal e estruturas narrativas (orientação, complicação e avaliação), considerando que figura e fundo podem ser expressas por verbos. Entre os resultados destacam-se: (i) quanto a tempo – forte correlação entre a complicação e o pretérito perfeito do indicativo, e entre orientação e avaliação e presente e pretérito imperfeito do indicativo; (ii) quanto a aspecto – uma distribuição assimétrica entre verbos télicos e não télicos, e maior proporção de verbos de *accomplishment* e *achievement* na complicação.

Da síntese acima dos trabalhos que compõem este número temático, é possível inferir a amplitude de perspectivas teórico-metodológicas e de abordagens sobre fenômenos linguísticos a partir da proposta da Gramática do uso, uma linha que se beneficia da ausência de limites rígidos disciplinares ao passo que oferece a linguistas e interessados descrições sólidas de dados observados na manifestação concreta da língua.

Situadas nessa pluralidade convergente, convidamos à leitura dos estudos que fazem parte do número temático *Gramática do uso*, da revista *Working Papers em Linguística*.

Edair, Leandra e Tatiana

DO DISCURSO PARA A GRAMÁTICA, DA GRAMÁTICA PARA O DISCURSO: UMA ENTREVISTA COM SEBASTIÃO JOSUÉ VOTRE

Edair Maria Görski | [Lattes](#) | edagorski@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Leandra Cristina Oliveira | [Lattes](#) | leandraletras@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Tatiana Schwochow Pimpão | [Lattes](#) | tatianapimpao@furg.br

Universidade Federal do Rio Grande

Introdução

Sebastião Josué Votre é professor titular e livre-docente da UFRJ e professor associado IV da UFF, aposentado em ambas as instituições. Foi professor titular da Universidade Gama Filho até 2013, professor visitante na UERJ e pesquisador na UNISUAM-RJ.

Fez Mestrado em Linguística e Letras (1974) na PUC-RS, Doutorado em Letras na PUC-RJ (1978) e conquistou a Livre-docência em Linguística na UFRJ (1987). Desenvolveu estudos de pós-doutorado na Universidade da Pensilvânia (1980), na Universidade da Califórnia Los Angeles (1986), na Universidade de Essex, Inglaterra (1988), na Universidade Laval (1992), na Universidade da Califórnia Santa Barbara (1999) e na Universidade de Strathclyde, Escócia (1999).

Integrou, entre outros, os projetos de pesquisa: “Evidências de continuidade semântica: do português medieval ao contemporâneo” (2004-2006), “Continuidade, variabilidade e mudança no português arcaico e contemporâneo” (1998-2003), Discurso & Gramática (1988-1995), Mecanismos Funcionais do Uso Linguístico (1980-1988), Variação e Mudança no Português do Brasil (1980-1988) e Léxico e sintaxe das crianças do Estado do Rio de Janeiro (1979-1981). Idealizou e coordenou durante três anos o primeiro Curso de Especialização em Ensino de Leitura e Produção Textual a Distância, no CEDERJ, para professores da rede estadual.

Nos últimos cinco anos, vem trabalhando na produção de manuais para leitura crítica e escrita acadêmica. Em 2020 voltou a participar das atividades do grupo de estudos Discurso & Gramática, por ele fundado na UFRJ em 1992.

Tem cerca de duas centenas de publicações incluindo artigos em periódicos, livros e capítulos de livros (mais de cem artigos acadêmicos publicados; mais de trinta livros

publicados e/ou organizados; mais de quarenta capítulos de livros). Formou mais de uma centena de mestres e doutores.

A vasta experiência acadêmica de Votre – especialmente o fato de ele, juntamente com Anthony Naro, ter praticamente introduzido no Brasil, na década de 1980, a abordagem funcionalista de vertente norte-americana – justifica nossa escolha em abrir o número temático *Gramática do uso* da Revista Working Papers em Linguística com esta entrevista.

Neste texto, a leitora e o leitor terão acesso a uma espécie de síntese do percurso acadêmico de Votre, uma linha temporal imaginária que emerge de suas respostas gentilmente a nós concedidas nesta entrevista. O ponto inicial, como não poderia deixar de ser, marca seus primeiros passos no campo teórico do Funcionalismo linguístico da costa oeste norte-americana, em diálogo com grandes nomes como Sandra Thompson, Talmy Givón e Gillian Sankoff. Nesta conversa, também entram em cena temáticas como: (i) o debate repaginado nomeado pelo entrevistado como novo Funcionalismo Linguístico; (ii) uma retrospectiva ao surgimento do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, seus objetivos, parcerias e alguns resultados alcançados; (iii) uma exposição sobre as interfaces teóricas propostas nos últimos anos que envolvem o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana, e sobre os principais desafios teóricos e descritivos para os estudos funcionalistas do Português do Brasil; e (iv) as justificativas e motivações que o levam a distanciar-se dos estudos funcionalistas, voltando-se, em suas palavras, ao “alargamento da atenção para outros aspectos sociais que interferem na formação da gramática”.

Com esta apresentação de um linguista multifacetado, como multifacetado e plural é o próprio Funcionalismo, reforçamos nosso convite à incursão da leitura deste número temático.

Entrevista

Görski, Oliveira e Pimpão: Você tem formação na área de Sociolinguística e sua tese de doutorado (1978), orientada por Anthony Naro, tratou de variação fonológica na fala do Rio de Janeiro. Como surgiu seu interesse pelo Funcionalismo linguístico de vertente norte-americana?

Sebastião Votre:¹ Na sociolinguística correlacional, trabalhamos com duas variantes de sentido supostamente equivalente, associadas a fatores linguísticos e não linguísticos. No caso do estudo sobre o travador de sílaba -r, sobretudo em final de palavra, na fala dos

¹ Agradeço a colaboração de Angélica Furtado, Mariângela Rios, Maura Cezario e Roberto de Freitas na revisão desta entrevista.

analfabetos do Rio de Janeiro, avaliamos quais eram os principais fatores linguísticos e sociais que favoreciam sua manutenção ou recuperação, e quais contribuíam para seu desaparecimento. Labov fizera estudo sobre o -r em Nova Iorque, e mostrava que a vibrante final estava em processo de recuperação. Celso Cunha, entre nós, levantava hipótese similar, no português do Brasil.

Nosso contato com o grupo de Sandra Thompson, na UCLA, levou a um deslocamento do eixo, para análise do comportamento de uma só forma, levando em conta os fatores que fizessem sentido, sem mais dar atenção para variantes dessa forma. Também lá, trabalhamos contato mais estreito com as postulações de Talmy Givón, com seus estudos sobre a trajetória do discurso para a gramática, e as ideias de Gillian Sankoff, sobre as origens da sintaxe no discurso, com dados do Tok Pisin, em que a função comunicativa a ser conseguida presidia o arranjo da forma. Os estudos de ambos justificavam o conceito de língua de Dwight Bolinger, como realidade de domínio maleável, que se adapta continuamente para dar conta de razões comunicativas. Deriva daí também a atenção para o papel da icônica diagramática, como relação de um para um entre função e forma: os estudos do Tok Pisin, então em pleno desenvolvimento, ofereciam evidência de que, em certos contextos de pidginização, as formas originadas na interação guardam relação estreita com o seu conteúdo. Foi em contato com essas ideias que forjamos para nosso programa de estudos a expressão *discurso & gramática*.

O movimento funcionalista contribuiu para um deslizamento progressivo da atenção ao conteúdo para atenção à forma em si, e para afrouxamento da relação icônica, e consequente crescimento da arbitrariedade. Parte desse movimento derivou para o estudo dos processos de gramaticalização, ou organização autônoma da gramática.

Portanto, fomos nos afastando dos estudos sobre como surgia e se gramaticalizava uma forma, bem como nos afastamos da ideia concomitante de que a sintaxe, em si, não existe, como na formulação radical de Erica Garcia, que postulava um discurso sem sintaxe. Nós nos encaminhamos para uma formulação mais sintática, em contato com ideias mais refinadas sobre características da estrutura. Tratava-se de uma abordagem de análise no discurso e não “do discurso” e por isso mais atrelado ao estudo da forma, assim como ao da função.

Górski, Oliveira e Pimpão: Durante algum tempo você trabalhou em colaboração com Anthony Naro. Em 1989, foi publicado um artigo de vocês na revista *D.E.L.T.A.* – “Mecanismos funcionais do uso da língua” – que suscitou um frutífero debate acerca de funcionalismo *versus* formalismo. A revista publicou uma sequência de discussões: em

1990, Milton do Nascimento questiona algumas das ideias apresentadas por Votre & Naro, analisando-as à luz da abordagem gerativa; em 1991, Mike Dillinger retoma as discussões, propondo como solução uma teoria “global”. Como você avalia o impacto desse debate no desenvolvimento da linguística no Brasil?

Sebastião Votre: Nosso foco era a sintaxe no discurso, embora na época eu pensasse que poderia haver uma gramática do discurso, o que o movimento da análise modular do discurso acabou desautorizando. O debate se repagina, agora, mas dentro do próprio funcionalismo que inauguramos, com atenção genuína para o pareamento entre forma e sentido, no construcionalismo e nas vertentes de matiz cognitiva. Por outro lado, os movimentos de raiz se consolidam em novos estudos sobre conectores e operadores discursivos, em que se acrescentam categorias analíticas relevantes, além das confirmadas em seu poder explicativo. Num certo momento convivíamos com estudiosos da linguística textual, sob influência de Marcuschi e Koch, entre outros pesquisadores.

Görski, Oliveira e Pimpão: Como você considera, hoje, a relação entre essas duas abordagens – funcionalismo e formalismo?

Sebastião Votre: O debate sobre mecanismos funcionais do uso da língua começou por iniciativa dos formalistas. Milton do Nascimento fazia eco a uma força de resistência, por parte dos gerativistas de então, para quem o estudo relevante da sintaxe deveria ser gerativo. Miriam Lemle, entre nós na UFRJ, brincava dizendo que nosso movimento não perduraria.

Entendo que há razões robustas para que o funcionalismo de raiz se aproprie de ferramentas que propiciem uma descrição mais clara e com capacidade explanatória e descritiva robusta no que diz respeito aos aspectos de forma e de sentido com aumento de capacidade explicativa e abrangência do escopo das categorias analíticas.

Conte-se também a influência de novas incursões de funcionalistas clássicos, como Traugott, que se associou a Trousdale, o que contribui para alguns grupos funcionalistas adotarem uma abordagem mais sintaticista, como construcionalismo e manifestações do que entendo como cognitivismo funcional, a exemplo de Diessel.

Por outro lado, voltou a ter força a ideia da frequência, que se anunciava com a correlação entre o que os falantes mais utilizam e o que a gramática mais prontamente codifica.

Görski, Oliveira e Pimpão: Você foi o fundador e primeiro coordenador do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, na UFRJ, no início da década de 1990. O grupo envolvia, à época, pesquisadores de várias instituições: UFRJ, UFF, UFRN, UFJF e FURG. Qual era o objetivo principal do D&G? Como você avalia o impacto do D&G nas pesquisas

funcionalistas que se desenvolveram em diferentes instituições brasileiras a partir de então?

Sebastião Votre: O objetivo imediato era construir um *corpus* para trabalho dos meus orientandos, entre os quais Edair Gorski e Attila Louzada, uma vez que havia restrições no uso do corpus do Programa de Estudos do Uso da Língua, PEUL, que Naro, outros colegas e eu tínhamos fundado na UFRJ no final da década de 1970.

O objetivo mais duradouro, entretanto, era contribuir com o que se fazia na costa oeste americana, mais precisamente Santa Barbara, Los Angeles e em Oregon, na formulação de teorias e metodologias de análise das origens da gramática no discurso. Nós vínhamos trabalhando com conceitos como morfologização e sintaticização, desde o estágio na UCLA, em que testávamos ideias de Talmy Givón e Gillian Sankoff, decorrentes de seus estudos sobre pidginização. O trabalho com Sandra Thompson, em 1986, me permitiu testar o que ela e Hopper haviam formulado sobre transitividade no discurso e na gramática, e sobre os estudos iniciais a respeito da sintaticização, em que se discutia até que ponto a gramática era sólida, e até que ponto era historicização dos usos, o que Hopper identificava como *Emergent grammars*.

Mas foi no estágio de 1992, na Université Laval, com Diane Vincent, que se avolumaram e se consolidaram as ideias de um projeto maior de análise de fenômenos relativamente abandonados pelas análises de então. No caso de Vincent, o estudo era sobre os pontuan tes, como *là*, *oui*, e *par example*. Seguindo a linha de pesquisa do grupo de Genebra, ela afirmava que tais partículas não tinham sentido algum. Em nosso grupo, no Rio, trabalhávamos com as margens da gramática e procurávamos resquícios de sentido associados a essas partículas denotativas.

Na própria ULAVAl, produzi um artigo com Diane Vicent e Marty Laforest, que intitulamos *Grammaticalisation et post-grammaticalization*, em que reformulamos a acepção do grupo de Vincent.

O relatório do estágio, intitulado *Linguística funcional, teoria e prática*, procurava dar conta das ideias que lá pesquisei, nos dois volumes de *Approaches to grammaticalization*.

Görski, Oliveira e Pimpão: Nos últimos anos, diferentes interfaces têm sido propostas envolvendo o funcionalismo linguístico de vertente norte-americana. Nos referimos, por exemplo, à articulação entre gramaticalização e variação, tratada no Brasil sob uma ótica sociofuncionalista (Naro & Braga, 2000; Tavares, 2003; Gorski & Tavares, 2017, entre outros); e aos novos caminhos da Linguística Funcional Centrada no Uso, em aproximação com a Linguística Cognitiva, incorporando a abordagem construcional da gramática

(Rosário & Oliveira, 2016, entre outros). Como você vê essa busca por diálogo entre diferentes campos teóricos?

Sebastião Votre: Considero o diálogo produtivo. Desde nossa primeira produção como grupo, que foi *Gramaticalização no português do Brasil*, em 1996, os membros do grupo *Discurso & Gramática* refinaram e reformularam conceitos, testaram e ajustaram métodos de análise, consolidaram propostas de metaforização, avançaram na abordagem dos mecanismos de metonimização, passaram a focalizar com mais detalhe e circunstância a forma e a formalização do aparato analítico, conferiram mais atenção aos possíveis efeitos da frequência na gramaticalização e vêm testando princípios, modelos e estratégias de análise de motivação cognitiva.

Görski, Oliveira e Pimpão: Quais os principais desafios teóricos e descritivos para os estudos funcionalistas do Português do Brasil, desde a emergência desse campo de investigação à atualidade?

Sebastião Votre: São três os desafios. O primeiro é a produção de uma gramática, a exemplo do que fez Givón, em 1984, no funcionalismo de raiz, e do que agora acaba de fazer Diessel, na versão corrente que incorpora construcionalização e aportes das ciências da cognição.

Isso nos fará continuar a nos ocuparmos das “margens” da gramática, dos conectores, das frases feitas, dos idiomatismos, dos *chunks* e, consequentemente, mantendo o foco nos estudos com atenção para frequência de ocorrência. Por outro lado, precisamos fazer a passagem dos *tokens*, para os *types*, com focalização da atenção nas estruturas sintáticas maiores.

O segundo é um dicionário de linguística centrada no uso, que cubra as principais manifestações teóricas, seus representantes e suas principais linhas de pesquisa funcionalista. Por fim, precisamos propor e implementar um programa de aplicações de nossa linha de estudos aos desafios do ensino da língua, nos níveis básico e superior.

Görski, Oliveira e Pimpão: Percebe-se, em seu Curriculum Lattes, que a partir do ano 2000 seu campo de atuação passou a se distanciar dos estudos funcionalistas. Que fatores o levaram a esses novos caminhos?

Sebastião Votre: São vários os fatores que, numa espécie de deriva, me encaminharam para dimensões educacionais e políticas na abordagem das questões languageiras.

O primeiro foi a troca de departamento. Em 1995 me aposentei no departamento de linguística da UFRJ e fiz concurso para o departamento de língua portuguesa da UFF. Concentrei-me no ensino de fonologia, o que me levou a envolvimento maior com a aná-

lise do *Appendix probi* e com documentos do português antigo. Envolvi-me na análise crítica do discurso dos textos medievais, em especial os de Dom Duarte. Comecei, então, a produzir análise da forma, do conteúdo e do discurso, com foco no ensino de gêneros acadêmicos.

Foi também de natureza profissional o segundo fator que me levou, de vez, para análise do discurso sobre características dos gêneros acadêmicos. A partir de 2009, passei a atuar como consultor da fundação CECIERJ, e com Vinicius Carvalho Pereira redigi um caderno didático, em versão *ebook*, intitulado *Redação de textos acadêmicos*, que passou a ser utilizado nos cursos a distância, promovidos por aquela fundação.

Em 2011, atendendo a pedido da reitoria da UFF, produzi outro trabalho em grupo, *Desenvolvendo a competência comunicativa em gêneros da escrita acadêmica*, para alunos calouros. Foram meus parceiros Vinicius Carvalho Pedreira e José Carlos Gonçalves.

Por sugestão de Mariângela Rios de Oliveira e Victória Wilson, reuni e revisei parte dos trabalhos que produzi com colegas, na trajetória funcionalista, em obra de 2012, na UFF, intitulada *A construção da gramática*. Os três primeiros capítulos retomam o debate que Anthony Naro e eu travamos com Milton do Nascimento. Nos outros capítulos, constam textos escritos em parceria com Sylvie Dubois, Mariângela Rios de Oliveira, Maria Angélica Furtado da Cunha, Victória Wilson e o saudoso Mário Martelotta. Nessa coletânea constam dois capítulos meus. O primeiro é sobre versão reduzida e revisada do texto utilizado para o concurso de titular de linguística da UFRJ, *Uma proposta de base cognitiva da gramática*. O segundo é sobre *Construção da gramática em textos medievais*.

Como terceiro fator, quero mencionar a busca de relevância do retorno social que, no eixo dos estudos de natureza sociolinguística, sempre me acompanhou. Passou a crescer o lado social, com o alargamento da atenção para outros aspectos sociais que interferem na formação da gramática, sobretudo no grupo de estudos interdisciplinares da UCSB.

Quero mencionar também o peso do contexto acadêmico em que me fui envolvendo. O interesse por questões de psicologia e filosofia da linguagem resultou de minha convivência com antropólogos, como Hugo Lovisolo, com psicólogos sociais, como Serge Moscovici, sociólogos, como Bruno Latour, filósofos da linguagem como Richard Rorty, e linguistas que fazem análise do discurso, como Norman Fairclough. Esta convivência me trouxe de volta para o discurso.

O contato com estudos de natureza crítica, por conta de orientação de teses sobre modalizadores e componentes de natureza argumentativa, me desvendou o lado opressor da linguagem, e passei a prestar atenção para categorias como marcas de empoderamento e de anulação.

Nos três últimos anos, tentando ser fiel aos pontos salientes da minha memória discursiva, aceitei o desafio de contribuir para a emancipação das pessoas via linguagem. Nessa linha, envolvi-me, em 2018, com Rosana da Silva Berg, no gênero *memorial*, Escrevemos *Orientações para a escrita acadêmica – memorial de conclusão de curso*.

Examinei a produção da sociolinguística francesa que deu suporte à análise do discurso, e me voltei para categorias analíticas que me ajudam a interpretar hábitos e valores sociais, entre os quais se contam o sexismo, o racismo, o autoritarismo, e o machismo. Essas categorias aparecem no livro *Análise do discurso*, que produzi em 2019 para o ensino da graduação em Letras, a pedido da Parábola. Esta foi a única obra que produzi sozinho, por exigência da editora.

No momento, com Rosana, trabalho com a categoria do *bem viver*, na análise dos documentos internacionais fundadores da educação, a exemplo das Declarações de Jomtien, Paris e Córdoba, e de como elas se traduzem nas competências formuladas em dois documentos oficiais brasileiros, a Base Nacional Comum Curricular e a Base Nacional Curricular Formação.

Sintetizando minha trajetória acadêmica, caminhei do discurso para a gramática, procurei entender a interação entre discurso e gramática, encontrei evidências de como a gramática se constrói no discurso, e agora estou de volta, da gramática para o discurso, mas sem abandonar as questões gramaticais. Nesse sentido, aceitei com prazer o convite do D&G da UFRJ para retornar às atividades do grupo.

Görski, Oliveira e Pimpão: Muito obrigada!

Referências

- DIESSEL, Holger. *The grammar network : how linguistic structure is shaped by language use*. New York, NY: Cambridge University Press, 2019.
- DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. In: *D.E.L.T.A.*, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax - a functional-typological introduction*. Amsterdam. J. Benjamins. 1984 (v.I); 1990 (v. II).
- GÖRSKI, Edair; TAVARES, M. Alice. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V.; REZENDE, T. F. (Orgs.) *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola. 2017. p. 35-63.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué. CEZARIO, Maria Maura (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil - uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1996.

- NARO, Anthony J.; BRAGA, M. Luiza. A interface sociolinguística/ gramaticalização. *Gragoatá*, n. 9, p. 125-134, 2000.
- NASCIMENTO, Milton do. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. In: *D.E.L.T.A*, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.
- ROSÁRIO, Ivo C. do; OLIVEIRA, Mariângela R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *ALFA*, v. 60 (2), p. 233-259, 2016.
- TAVARES, M. Alice. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística). CCE. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- VOTRE, Sebastião; NARO, Anthony J. Mecanismos funcionais do uso da língua. In: *D.E.L.T.A*, v. 5, n. 2, p. 169-184, 1989.
- VOTRE, Sebastião. *Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro*. 1978. Tese (Doutorado em Letras). PUCRJ, Rio de Janeiro.
- VOTRE, Sebastião; CARVALHO PEREIRA, Vinicius; GONÇALVES, José Carlos. *Desenvolvendo a competência comunicativa em gêneros da escrita acadêmica*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- VOTRE, Sebastião. *A construção da gramática*. Niterói, Editora da UFF, 2012.
- VOTRE, Sebastião; BERG, Rosana. *Orientações para a escrita acadêmica – memorial de conclusão de curso*. Rio, Mauad/FAPERJ, 2018.
- VOTRE, Sebastião. *Análise do discurso*. São Paulo. Parábola. 2019.

“ALTO LÁ”: A CONSTRUCIONALIZAÇÃO DE UM MARCADOR DISCURSIVO NA LÍNGUA PORTUGUESA

“ALTO LÁ”: THE CONSTRUCTIONALIZATION OF A DISCOURSE MARKER
IN THE PORTUGUESE LANGUAGE

Flávia Saboya da Luz Rosa | [Lattes](#) | flaviasaboya@gmail.com
Universidade Federal Fluminense

Mariangela Rios de Oliveira | [Lattes](#) | mariangelariosdeoliveira@gmail.com
Universidade Federal Fluminense | Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Investigamos neste artigo a trajetória que leva *alto lá* a se convencionalizar como membro da classe dos marcadores discursivos do português, em subfunção refre-ador-argumentativa. Adotando a Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), entre outros, identificamos três motivações distintas que concorrem para a construcionalização de *alto lá*: a) as histórico-sociais, devido à origem bélica do termo *alto*; b) as cognitivas, relativas à conceptualização metafórica DISCUSSÃO É GUERRA, de acordo com Lakoff e Johnson (2003); c) as estruturais, que se referem tanto ao *cline* contextual, conforme Diewald e Smirnova (2012), em que se registram os micropassos que conduzem à construcionalização de *alto lá* como marcador discursivo, como também as de base analógica, em consonância com Bybee (2010) e Fischer (2009), por meio das quais *alto lá*, via melhor encaixe, é fixada a partir do esquema já formado por elemento indutor e afixoide locativo. Concluímos que, uma vez convencionalizada como microconstrução, [alto lá]_{RA} concorre para reconfiguração do esquema $[V_{indut} Afix_{Loc}]_{MD}$, que passa a ser codificado como $[Indut Afix_{Loc}]_{MD}$. Devido a essa reconfiguração, novos *links* são criados em que não só verbos, como também frases nominais, advérbios, entre outros, caracterizados como indutores, passam a compor a subparte nuclear da construção. A investigação tem viés pancrônico, conjugando abordagem diacrônica e sincrônica, partindo de análise qualitativa e quantitativa.

Palavras-chave: Construcionalização gramatical. Marcação discursiva. Neoanálise. Analogização.

Abstract: We investigate in this article the path that leads *alto lá* to become conventionalized as a member of the class of Portuguese discourse markers, in restraining argumentative subfunction. Following the Usage-based Language, in terms of Traugott and Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) and Hilpert (2014), among others, we identify three distinct motivations that contribute to the constructionalization of *alto lá*: a) the historical-social, due to the war origin of the term *alto*; b) the cognitive ones, related to the metaphorical conceptualization ARGUMENT IS WAR, according to Lakoff and Johnson (2003); c) the structural ones, which refer to both the contextual cline, according to Diewald and Smirnova (2012), which record the microsteps leading to the constructionalization of *alto lá* as a discourse marker, as well as the analogical base ones, in line with Bybee (2010) and Fischer (2009), whereby *alto lá*, via a better fit, is fixed from the scheme already formed by inductive element and locative affixoid. We conclude that, once conventionalized as microconstruction, the $[\text{alto lá}]_{\text{RA}}$ contributes to reconfigure the scheme $[\text{V}_{\text{indut}} \text{Afix}_{\text{Loc}}]_{\text{MD}}$, which is now codified as $[\text{Indut Afix}_{\text{Loc}}]_{\text{MD}}$. Due to this reconfiguration, new links are created in which not only verbs, but also nominal phrases, adverbs, among others, characterized as inductors, become part of the nuclear subpart of the construction. The investigation has a panchronic bias, combining a diachronic and synchronic approach, based on qualitative and quantitative analysis.

Keywords: Grammatical constructionalization. Discourse marking. Neoanalysis. Analogization.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, nos dedicamos à investigação de como se processou a convencionalização da expressão *alto lá* na gramática do português, por intermédio de sua inserção no paradigma dos marcadores discursivos (doravante MD), conforme as propriedades dessa categoria apontadas por Heine, Kaltenböck e Kuteva (2019). De acordo com esses autores, os MD compõem um paradigma que partilha, ao menos, quatro traços prototípicos: (a) invariabilidade formal; (b) autonomia sintática; (c) prosódia específica; (d) função de relacionar um enunciado à situação do discurso, isto é, relacionar quanto à organização dos textos, à interação entre falante e ouvinte e/ou às atitudes do falante.

Com base nos resultados de Rosa (2019), assumimos que $[\text{alto lá}]_{\text{MD}}$ constitui uma microconstrução gramatical, um MD que atua na subfunção de refreamento argumentativo (doravante RA), integrante do *constructicon*¹ do português, tal como instanciada no fragmento (1):

¹ Termo oriundo do Cognitivismo, mais especificamente da abordagem construcional da gramática, na referência à rede estruturada e hierárquica de construções de uma língua.

- (1) [...] salvou galhardamente a vida das garras de uma onça e é motivo de sobra para que eu lhe seja eternamente agradecida, e creio que também para que o primo não abocanhe e não despreze assim um homem, que não lhe fez mal algum. - Nenhum mal.. eu sei. e também que me importa a mim esse homem. Ou por sim, ou por não, amanhã ou depois, logo que ele possa montar a cavalo, hei de levá-lo para minha casa, porque é nosso hóspede, e meu tio nenhuma obrigação tem de aguentá-lo. -**Alto** lá, primo! - atalhou Paulina com vivacidade; - menos essa.. temos muito mais obrigação do que o senhor, e havemos de aguentá-lo com muito prazer. Enquanto não sarar de todo, ele é nosso, e não arreda pé daqui. - Isso era bem belo. e a mulada dele que lá fica à toa.. não hei de ser eu que hei de tomar conta dela. (*Corpus do Português: Histórias e tradições da província de Minas Gerais*, de Bernardo Guimarães, 1872).

No fragmento (1), o emprego de *alto lá* exprime, como MD, o conteúdo mais específico de refrear a proposição enunciada pelo primo de Paulina: *logo que ele possa montar a cavalo, hei de levá-lo para minha casa, porque é nosso hóspede, e meu tio nenhuma obrigação tem de aguentá-lo*. Paulina, então, utiliza a construção refreadora para introduzir a sua posição contrária ao que foi dito *menos essa* e, em seguida, apresentar sua refutação *temos muito mais obrigação do que o senhor, e havemos de aguentá-lo com muito prazer. Enquanto não sarar de todo, ele é nosso, e não arreda pé daqui*. Em contextos como o ilustrado em (1), *alto lá* apresenta suas subpartes fortemente vinculadas, em termos de sentido e forma; a subparte nuclear *alto*, integrada ao afixoide *lá*, já não expressa referência ao mundo biosocial, formando um todo, em pareamento de forma e função, que aponta exclusivamente para o âmbito pragmático-discursivo. Nesse fragmento, *alto lá* constitui uma só unidade de sentido e forma, funcionando como MD no refreamento argumentativo.

Consideramos que *[alto lá]_{RA}*, instanciado em contextos como em (1), constitui um *type* específico forjado na língua por intermédio de uma série de *neonálises*, ou seja, por um conjunto de micropassos a partir dos quais os usuários reelaboraram e reinterpretaram sentidos, de modo inédito e inovador, conforme Andersen (2001) e também por mecanismos analógicos, como defendem Traugott e Trousdale (2013) e Fischer (2009). Assumimos que, na trajetória de *alto lá* rumo ao paradigma dos MD, contribuíram os seguintes fatores: a) a conjuntura histórica, uma vez que a subparte inicial desse pareamento (*alto*) constitui originalmente um comando utilizado em exercícios e combates de

infantaria; b) o compartilhamento sociocultural da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA (LAKOFF; JOHNSON, 2003); c) o cline contextual de crescente integração semântico-sintática, como previsto por Diewald e Smirnova (2012); d) a analogização, por meio do melhor encaixe, com um padrão construcional de MD formado inicialmente por verbo e locativo, $[V_{\text{indut}} \text{ Afix}_{\text{Loc}}]_{\text{MD}}$, convencionalizado no português a partir da construcionalização de *vem cá* no século XVI, como demonstrado em Teixeira (2015).

Nesse sentido, nossos objetivos neste artigo são: a) investigar a origem militar do termo *alto* na língua portuguesa e a conjuntura histórica dessa sincronia; b) refletir sobre conceitos e associações culturalmente compartilhados envolvendo a arte de argumentar e as ações hierárquicas e linguísticas no âmbito de guerra; c) verificar a trajetória de mudança de *alto* em micropassos contextuais para sua vinculação ao afixoide² *lá*, bem como examinar em que condições se deu a analogização de *alto lá* ao esquema $[V_{\text{indut}} \text{ Afix}_{\text{Loc}}]_{\text{MD}}$.

Adotamos os fundamentos teóricos da *Linguística Funcional Centrada no Uso* (doravante LFCU), nos termos de Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), entre outros. Esse arcabouço resulta da incorporação da abordagem construcional da gramática (CROFT, 2001; GOLDBERG, 1995; 2006; 2019) à pesquisa de orientação funcionalista de vertente norte-americana, como praticada por Givón, Hopper e Heine, por exemplo. De acordo com tal concepção, os usos linguísticos são motivados, ao menos, por pressões de três naturezas distintas: as formais, atinentes à configuração estrutural da gramática; as cognitivas, referentes aos processos de domínio geral (BYBEE, 2010) que moldam as interações; as pragmático-discursivas, relativas aos fatores de ordem histórico-social e contextual que emolduram os usos linguísticos. No Brasil, tal viés mais recente dos estudos funcionalistas se encontra em Rosário e Oliveira (2016), Oliveira e Cezario (2017), entre outras fontes.

Trabalhamos com perspectiva pancrônica de análise, combinando viés sincrônico e diacrônico. A pesquisa no recorte sincrônico contemporâneo, referente aos séculos XX e XXI, foi realizada com base no acervo digital de publicações dos diários do Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Os *corpora* para o estudo diacrônico, envolvendo textos dos séculos XIII ao XX, foram formados por meio dos *acervos* do *Corpus do Português*³ e do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*⁴. O *Corpus do Português* é constituído de mais de 45 milhões de palavras provenientes de aproximadamente 57.000 textos. São contabilizadas 20 milhões de palavras do

² De acordo com Booij (2013), consideramos *afixoide* uma categoria gradiente, situada no intervalo entre termos lexicais, de conteúdo mais pleno, como nomes e verbos, e termos de maior sentido procedural, de conteúdo abstrato, como afixos e desinências. Nesse sentido, a subparte periférica da construção aqui estudada (*lá*) é assumida como afixoide.

³ Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>

⁴ Disponível em: <https://www.http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>

século XX, 10 milhões do século XIX, e 15 milhões de palavras dos séculos XIII-XVIII. No século XX, o *corpus* contém seis milhões de palavras de ficção, seis milhões de jornais e revistas, seis milhões de textos acadêmicos e dois milhões de textos orais. Para cada um desses quatro gêneros e, portanto, na sua totalidade, os textos do século XX estão igualmente divididos entre textos de Portugal e do Brasil. Com uma composição mais modesta, quando comparado ao anteriormente citado, o *Corpus Tycho Brahe* apresenta 76 textos, em que se encontram 3.302.666 palavras.

Metodologicamente, combinamos abordagem qualitativa e quantitativa. Em termos qualitativos, adotamos a proposta de Diewald (2002; 2006) e Diewald e Smirnova (2012), para analisar interpretativamente as propriedades que emolduram e motivam a convencionalização do MD [alto lá]_{RA}. A abordagem quantitativa, por sua vez, concorre para avaliar a fixação e a produtividade dessa convencionalização na história da língua, como postulam Bybee (2010; 2015) e Traugott e Trousdale (2013), entre outros.

Este artigo se encontra dividido em quatro seções. Na primeira, apresentamos as bases teóricas da LFCU que apoiam as análises, com foco na abordagem construcional da gramática e nos contextos de uso que motivam mudança linguística. Na segunda seção, analisamos a trajetória de *alto lá* na história do português, desde o uso mais referencial de *alto*, atinente ao universo militar português da Idade Moderna, passando por sucessivas neoanálises, até chegar à atuação de MD, com o ingresso de *alto lá* nessa categoria gramatical. Na terceira seção, demonstramos como tal trajetória é responsável pela reconfiguração da rede de MD do português formada inicialmente pelo esquema $[V_{indut} Afix_{Loc}]_{MD}$, como apontado por Teixeira (2015), com destaque para o mecanismo de analogização atuante também nesse processo. Por fim, tecemos algumas considerações, a partir dos resultados obtidos.

1 BASES TEÓRICAS DA LFCU

A LFCU, nos termos em que é assumida por Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), é considerada a versão atual do Funcionalismo praticado originalmente nos Estados Unidos, a partir da incorporação do tratamento construcional da gramática, oriundo do Cognitivismo. Para apresentarmos os fundamentos teóricos assim concebidos, esta seção se encontra distribuída em duas subseções: uma que trata do aparato construcional e outra que se volta para os contextos de uso e consequente mudança linguística.

1.1 Construção: definição e propriedades

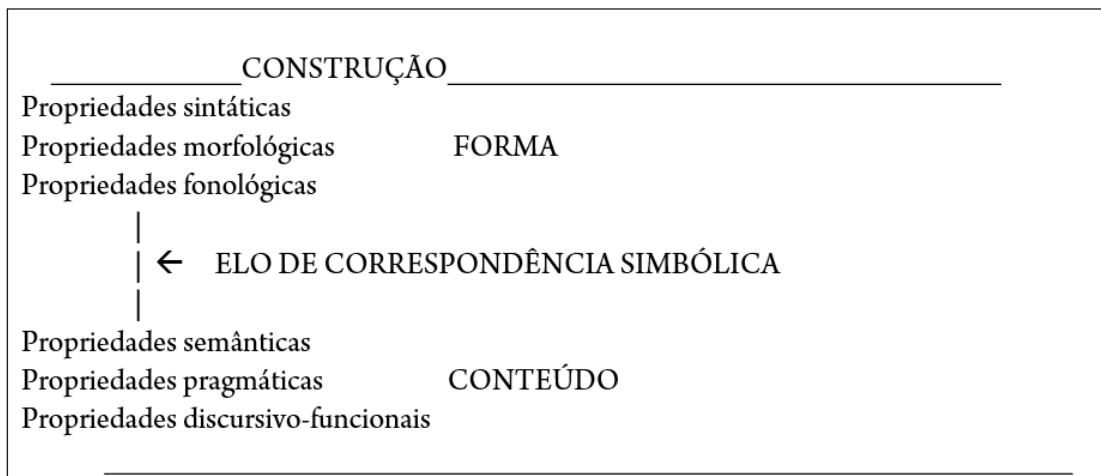
A abordagem construcionalista da mudança linguística que nos interessa se encontra basicamente em Traugott e Trousdale (2013). Na visão desses autores, e também na de

pesquisadores cognitivistas, como Goldberg (2006) e Langacker (2008), em um modelo assim concebido, a língua é composta por pareamentos forma-conteúdo⁵, também chamados de *construções*, organizados em rede. Assim posto, conforme Hilpert (2014) e Goldberg (2019), conhecer e usar uma língua é conhecer e instanciar pareamentos convencionalizados dessa língua, é conhecer e lidar com o *constructicon*, ou seja, com a rede complexa e dinâmica das construções que integram a gramática, entendida esta em sentido lato.

Como apontam Traugott e Trousdale (2013), a mudança linguística se dá por construcionalização ou por mudanças construcionais. A construcionalização é a criação de uma associação forma_{nova}-conteúdo_{novo}, ou seja, é o desenvolvimento de uma nova unidade ou novo nó na rede. A construcionalização forma novos tipos de nós que têm nova sintaxe ou morfologia e novo conteúdo codificado na rede linguística de uma população de falantes. Já as mudanças construcionais, que, por hipótese, precedem e possibilitam a construcionalização, envolvem tipicamente expansão pragmática, semantização dessa pragmática, *mismatch* entre forma e conteúdo e algumas pequenas mudanças distributivas.

Dos modelos construcionistas de esquematização forma-conteúdo, um dos mais clássicos é o de Croft (2001, p. 18), ilustrado conforme nossa adaptação a seguir:

Figura 1: Modelo para a estrutura simbólica de uma construção.



Fonte: Adaptado de Croft, 2001, p. 18.

Como podemos observar pela Figura 1, propriedades relativas à forma, como as sintáticas, as morfológicas e as fonológicas, se encontram vinculadas, por elo de correspondência simbólica, a propriedades de conteúdo, distribuídas em semânticas, pragmáti-

cas e discursivo-funcionais. A partir desse modelo, aplicamos, também, nossa proposta da nomenclatura forma-conteúdo (ROSA, 2019) numa adaptação à representação de construção apresentada por Traugott e Trousdale (2013, p.8): [[Forma] <---> [Conteúdo]], em que a seta bidirecional especifica a relação biunívoca entre forma e conteúdo, e os colchetes externos, um indicador de que o pareamento é uma unidade convencionalizada.

Se consideramos *alto lá* uma microconstrução, por quanto é totalmente especificada, então podemos codificá-la como [alto lá]_{RA}, associando suas propriedades formais e de conteúdo de modo estrito. O mesmo comentário interpretativo que fizemos na introdução, com o fragmento (1), fazemos a seguir, com outro dado do *corpus*:

- (2) - Senhor Miguel, continuou em voz alta, entregando-lhe a carteira, - guarde por ora o seu dinheiro; Isaura não me pertence ainda; só meu pai pode dispor dela. Meu pai acha-se na corte, e não deixou-me autorização alguma para tratar de semelhante negócio. Arranje-se com ele. - Mas V. S.^a é seu filho e herdeiro único, e bem podia por si mesmo... - **Alto lá**, senhor Miguel! meu pai felizmente é vivo ainda, e não me é permitido desde já dispor de seus bens, como minha herança. (*A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, 1875).

Em (2), como podemos observar, *alto lá* se encontra altamente vinculado, em termos de forma e conteúdo, iniciando discurso direto, antecedendo vocativo. Funciona como membro da classe dos MD, em subfunção de refreamento argumentativo, em contexto marcado por forte intersubjetividade e emotividade, levando o interlocutor a inferências, como postulado por Traugott e Dasher (2005). Trata-se de uma só unidade de forma e conteúdo, cujas propriedades devem ser identificadas em termos dessa forte vinculação.

Para Traugott e Trousdale (2013), os pareamentos forma-conteúdo podem ser pensados em termos de várias dimensões, todas gradientes. Entre tais dimensões, estão a extensão, o grau de especificidade fonológica e o tipo de conteúdo veiculado. Nesse sentido, respectivamente, podemos classificar [alto lá]_{RA} como: a) complexa, porque é formada por duas subpartes; b) substancial, porque se configura como *type* específico, totalmente preenchido em suas subpartes; c) procedural, porque veicula conteúdo grammatical, voltado para a marcação do discurso, no nível pragmático.

Traugott e Trousdale (2013) apresentam ainda três fatores bastante relevantes para análise da arquitetura das construções: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A esquematicidade é a propriedade de categorização que envolve necessariamente

abstração e a que mais nos interessa nesta subseção. Um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, seja linguística ou não. Sendo assim, entendemos que esquemas são abstrações por meio das quais grupos de construções (inconscientemente) assimiladas pelos usuários da língua relacionam-se estreitamente em rede. Neste artigo, optamos por trabalhar com as ideias de macro e mesoconstruções, conforme postulado em Traugott (2008), por entendermos que estas dão conta do pareamento forma-conteúdo definidor das construções. Por essa razão, adotamos as seguintes definições de Traugott (2008, p. 236):

Macroconstruções: pareamentos de forma-conteúdo que são definidos por estrutura e função. Em nosso estudo, é representada pela macroconstrução marcadora discursiva, formada por elemento indutor seguido de afixoide: [Indut Afix]_{MD}

Mesoconstruções: conjuntos de construções específicas de comportamento similar. Neste artigo, nosso foco recai sobre a mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa, formada por elemento indutor-refreador seguido de afixoide de origem locativa: [Indut_R Afix_{Loc}]_{RA}

Microconstruções: tipos individuais de construção, como nosso objeto de pesquisa [alto lá]_{RA}

Construtos: *tokens* empiricamente atestados, que são o *locus* da mudança, como as instâncias de uso destacadas nos fragmentos (1) e (2)

Na compatibilização dessas definições de Traugott (2008) com a hierarquia proposta por Oliveira e Arena (2019), partimos do seguinte *cline* esquemático:

Quadro 1: Pareamento forma-conteúdo na hierarquia construcional

Hierarquia construcional	Pareamento	
	Forma	Conteúdo
Macroconstrução	estrutura abrangente	função
Mesoconstrução	estrutura delimitada	subfunção
Microconstrução	estrutura específica	significado
Constructo	estrutura substancial	sentido

Fonte: Rosa (2019, p. 46).

Ao relacionar a hierarquia construcional com nosso objeto de pesquisa, em movimento de baixo para cima, podemos dizer que: a) *alto lá* é instanciado, no uso, como um

constructo, com sentido contextualmente especificado, conforme interpretamos em (1) e (2); b) esse constructo licencia a microconstrução [alto lá]_{RA}, cujo significado convencionalizado é fruto da forte vinculação das subpartes *alto* e *lá*, que formam um todo de conteúdo e forma; c) a microconstrução [alto lá] é membro da família RA, cuja subfunção é refrear a proposição do interlocutor e apoiar a argumentação do enunciador; d) essa família, por sua vez, pertence a um grupo funcional e esquemático mais alto e amplo, formado pela classe dos MD que se esquematizam por subparte indutora e elemento afixoide.

Outro fundamento teórico relevante no que concerne à abordagem construcional assumida pela LFCU que aqui nos interessa é a analogização, nos termos em que é tratada por Traugott e Trousdale (2013). Segundo esses autores, trata-se de um mecanismo de mudança, um tipo especial de neoanálise fundada na formação de pareamentos inovadores a partir de outros mais esquemáticos que lhes servem de modelo. A analogização, tomada por Bybee (2010) como um dos principais processos cognitivos de domínio geral, impacta o *constructicon* e reforça a concepção de que aprender uma língua é conhecer as construções que a formam. Assim, novas microconstruções, como [alto lá]_{RA}, são muitas vezes motivadas também por pensamento analógico, no nosso caso, via a macroconstrução [Indut Afíx]_{MD}.

1.2 Contextos de mudança e estágio de paradigmização

Consideramos que a mudança linguística não afeta itens isoladamente, mas incide sobre porções maiores do contexto de uso. Tais porções, além de serem afetadas como um todo, também acabam por motivar novas mudanças. Assim, consideramos fundamental o olhar mais acurado sobre as propriedades contextuais em que *alto* e *lá* são instanciados, adotando aqui a proposta taxonômica de Diewald e Smirnova (2012)⁶, que, por sua vez, é o refinamento das versões iniciais de Diewald (2002; 2006).

De acordo com as referidas autoras, os micropassos da mudança pelos quais passam os elementos linguísticos podem ser captados e classificados em termos de estágios contextuais de crescente vinculação de forma e conteúdo. Essas alterações se iniciam no plano do conteúdo (*contexto atípico*), por intermédio de polissemias ou inferências contextuais, atingem posteriormente o plano da forma (*contexto crítico*), quando ocorre re-

⁶ Elaborada originalmente para dar conta da gramaticalização, adotamos essa taxonomia por entender que a construcionalização gramatical, abordagem teórica assumida neste artigo, abrange a gramaticalização. Trata-se, portanto, de modelos compatíveis.

organização estrutural, e chegam ao estágio de convencionalização (*contexto isolado*), em que se efetiva a mudança linguística (em nossos termos, a construcionalização). A etapa final (*integração paradigmática*) contempla a entrada do novo membro em classe gramatical da língua, passando a competir com os demais membros dessa classe pela instanciação no uso linguístico. O Quadro 2 ilustra e sintetiza nosso comentário:

Quadro 2: Tipos de contextos em construcionalização gramatical

Estágio	Contexto	Características	Tipos de construção
I- Precondições da construcionalização gramatical	Contexto atípico	Implicaturas conversacionais	Sem tipo particular de construção; composicional
II- Desencadeamento da construcionalização gramatical	Contexto crítico	Opacidade múltipla	Expressões idiomáticas extragramaticais
III- Reorganização e diferenciação	Contexto isolado	Itens polissêmicos/ heterossêmicos	Expressões idiomáticas formal ou lexicalmente abertas
IV- Integração paradigmática	Contexto paradigmático	Oposições/distinções paradigmáticas com significados relacionais reduzidos, isto é, significados gramaticais	Escolhas paradigmáticas a partir de um esquema construcional abstrato

Fonte: Rosa (2019, p. 64), adaptado de Diewald e Smirnova (2012).

O Quadro 2, por intermédio dos quatro estágios contextuais elencados, aponta as etapas pelas quais passam os constituintes linguísticos rumo à mudança gramatical. Na verdade, o quarto estágio não é uma etapa de alterações ao nível sintagmático, mas sim constitui o ponto de inserção de um novo elemento na gramática; dito em termos construcionais, equivale à entrada de um novo nó no *constructicon*.

2 A TRAJETÓRIA DE [ALTO LÁ]_{RA} NO PORTUGUÊS

Para tratarmos das distintas motivações e das etapas que conduziram à convencionalização de [alto lá]_{RA} como microconstrução instanciada pela macroconstrução [Indut Afíx]_{MD}, concorrendo para a reconfiguração desse esquema maior, esta seção se encontra dividida em três partes. Na primeira, nos dedicamos aos fatores de natureza pragmática, atinentes à conjuntura histórica, que concorreram para que a subparte nuclear *alto* fosse eleita e fixada pela comunidade linguística como candidata à convencionalização gramatical que forjou [alto lá]_{RA}. Na segunda, nos dedicamos à conceptualização metafórica

DISCUSSÃO É GUERRA, que atuou como mais um fator a concorrer para o estabelecimento de [alto lá]_{RA}. Por fim, na terceira parte, apresentamos e analisamos, em termos qualitativos e quantitativos, o *cline* contextual, que, na história da língua, via neoanálises sucessivas, deu origem à construção estudada.

2.1 Etimologia e contexto histórico

Na LFCU, conforme apresentamos na introdução deste artigo, um dos tripés motivadores do uso linguístico e de sua convencionalização é de ordem discursivo-pragmática, incluindo-se neste conjunto os fatores histórico-sociais. Assim, tratamos aqui do que justifica a seleção de *alto*, subparte nuclear da microconstrução estudada, na trajetória do português, para a formação de um membro da classe dos MD.

A origem desse termo como comando adotado em exercícios e combates de infantaria é atestada em Bluteau (1716). Segundo o autor, há duas hipóteses para a origem de *alto* com o sentido de *parar*, ambas relacionadas ao contexto bélico: uma relacionada ao ato de fincar a bandeira ou estandarte em posição elevada sinalizando interrupção de marcha, e outra correspondente a uma adaptação em português da forma *halt*, imperativo do verbo alemão *halten* (parar). Uma ou outra dessas acepções são encontradas e abonadas também em outras fontes.

Destacamos que *alto* é detectado em nosso *corpus* a partir do séc XVII, de acordo com o sentido referido, instanciado em comentários acerca do universo militar português durante a Idade Moderna. É importante destacar que as ações de guerra lusitanas, devido ao lançamento e manutenção do império no Brasil, causaram impacto de diversas naturezas na região, inclusive cultural e linguístico. Constatamos que o uso do termo na língua portuguesa iniciou-se em âmbito militar com o sentido de realização de parada da marcha da tropa, a partir da análise empírica que empreendemos. É importante ter em vista que, quando se fala a respeito desse uso em contextos narrativo ou descritivo, a expressão utilizada é *fazer alto* (*alto* = substantivo), com as devidas variações flexionais do verbo *fazer* de acordo com o tempo e modo empregados, conforme o fragmento (3). No entanto, quando há interação dialógica, em que o locutor comunica-se com seu(s) interlocutor(es) ou consigo mesmo, valendo-se de sequências enunciativas ou argumentativas, a expressão usada é *alto!* (*alto* = frase nominal interjetiva), como consta em (4):

- (3) Armado de Iesvs em o peito, e gola, /**Alto fará**, com sua infantaria, /No meyo da Cidade o graõ Loyola /Num Templo, que do Céo tem a Armaria, /O Guiaõ que da Fée nelle tremola /Descobre, de Iesvs a Companhia, /Onde com clara lux de entendimento /Fará Ignacio, hum firme alojamento. (*Corpus do Português: Insulana*, de Manoel Thomas, 1625).
- (4) Quando dá a voz de fogo é sempre contra o palácio! [...]. Nisto, do fundo do largo, elevou-se uma voz aguda e estridente, gritando: - Às armas! Era o João da tropa. Marchou em passo acelerado até defronte do palácio, onde estacou à voz de - **alto**! - Depois, com grandes gestos, ia executando sucessivamente as vozes que berrava - carregar! apontar! fogo! - Vestido com uma velha farde-ta de soldado, esfrangalhada e a cair aos farrapos, com uma calça remendada listrada de trapos vermelhos e com um chapéu armado de papel na cabeça, segurava na mão uma cana, trazendo outra mais pequena pendente da cinta à laia de baioneta. Com a sua comprida barba e o olhar incerto de doido, tinha um ar estranhamente fantástico! (*Corpus do Português: O segredo da minha cadeirinha*, de Conde de Arnoso, 1886).

Apresentamos na Tabela 1 o quantitativo⁷ de alguns arranjos formados com o termo *alto*, seja como substantivo, associado a flexões do verbo *fazer*, seja como interjeição, seguida por pronome locativo/afixoide locativo. Ao observar os dados, é possível perceber a concentração de registros no século XIX, época subsequente ao *boom* literário com temática de guerra ocorrido nos quase 300 anos anteriores. No que diz respeito à expressão *fazer alto*, os números referentes ao seu emprego nos tempos do pretérito do indicativo (27/49) e no infinitivo (14/49) conformam-se aos modos de organização textual narrativo e descritivo. Não por acaso, esses modos de organização textual são característicos, respectivamente, de obras memoriais e instrucionais, preponderantes na produção literária bélica:

⁷ Não foram encontrados registros das expressões *alto* e *fazer alto* do século XIII ao XVI no *Corpus do Português* e do XIV ao XVIII no *Corpus Tycho Brahe*.

Tabela 1: Expressões envolvendo o termo *alto* nos *corpora*

Categorias da língua	Arranjos	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI	Total
<i>alto</i> como substantivo: <i>fazer alto</i>	<i>fazer alto</i>	02	*01	08	02	-	13
	<i>fazerem alto</i>	-	*01	-	-	-	01
	<i>fazendo alto</i>	-	-	02	-	-	02
	<i>feito alto</i>	01	-	-	-	-	01
	<i>fazem alto</i>	-	-	01	-	-	01
	<i>fazia alto</i>	-	-	-	01	-	01
	<i>fez alto</i>	01	*01	09	05	-	16
	<i>fizemos alto</i>	-	-	01	01	-	02
	<i>fizeram alto</i>	-	01	01	03	-	05
	<i>fizera alto</i>	-	-	-	03	-	03
	<i>faça alto</i>	-	-	01	-	-	01
	<i>fizéssemos alto</i>	-	-	01	-	-	01
	<i>fizessem alto</i>	-	-	-	01	-	01
	<i>alto fará</i>	01	-	-	-	-	01
Subtotal		05	04	24	16	-	49
<i>alto</i> como interjeição: <i>alto!</i>	<i>alto aqui</i>	-	-	01	-	-	01
	<i>alto aí</i>	-	-	02	02	-	04
	<i>alto lá</i>	-	-	46	20	99	165
Subtotal		-	-	49	22	99	170
Total		05	04	73	38	99	219

Fonte: Rosa (2019, p. 80/81).

Conforme detectamos na Tabela 1, o uso de *alto* como substantivo tem registro mais antigo e menos produtivo no *corpus*, com 49 dados gerais, levantados a partir do século XVII. *Alto* como interjeição, já em arranjos mais vinculados, é levantado do século XIX em diante, com produtividade maior, totalizando 170 ocorrências. Desses usos interjetivos, destaca-se *alto lá*, com 165 registros.

De acordo com Bybee (2010; 2015), consideramos que a frequência de uso impacta a representação cognitiva, portanto, a recorrência maior de *alto lá* acaba por formar um *chunking*, um pareamento mais convencionalizado de forma e conteúdo que vai sendo fixado na representação linguística da comunidade, dando origem a um novo constituinte da gramática. Nesse sentido, consideramos que a história do uso de *alto* e sua crescente vinculação ao locativo *lá* ilustra como o contexto histórico-social, enquanto fator de natureza pragmática, pode impactar a convencionalização gramatical.

2.2 A metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA

Além do fator de ordem histórico-social, relativo à origem bélica da parte nuclear de [alto lá]_{RA}, documentada nas fontes bibliográficas do português, e do *cline* contextu-

al apresentado na subseção seguinte, identificamos outra motivação relevante para essa mudança linguística. Estamos nos referindo ao processo cognitivo de transferência metafórica, conforme postulado por Lakoff e Johnson (2003), segundo o qual a discussão é tomada como atividade bélica.

É relevante constatar que o uso das expressões *alto* e *alto lá* faz parte de uma conceptualização cultural, em que um fenômeno, a discussão, é praticado, compreendido e descrito em termos de outro, a guerra. No português do Brasil, o termo *discussão* apresenta, basicamente, três acepções diferenciadas e metonimicamente relacionadas: *bate-boca*, *debate* e *polêmica*. O modo argumentativo de organização discursiva está intimamente associado à acepção de debate (conferência), que pode ser permeado por controvérsia (polêmica) e até mesmo resultar em altercação (bate-boca). Sob um olhar mais específico, com foco na argumentação, constituinte dos debates, constatamos haver paralelismo entre os mecanismos argumentativos e as investidas entre os beligerantes: proposição (ataque), justificação (defesa), refutação (contra-ataque), ponderação (espécie de trégua). Essa metáfora conceptual, vivenciada em tantas culturas como a nossa, é espelhada na linguagem cotidiana por uma ampla variedade de expressões, como, por exemplo:

- Suas reivindicações são *indefensáveis*.
- Ele *atacou* todos os *pontos fracos* do meu argumento.
- Suas críticas foram *certeiras*.
- Eu *destruí* o argumento dele.
- Eu nunca *ganhei* uma discussão com ele.
- Você discorda? Então, *manda bala!*
- Se você usar essa *estratégia*, ele vai *acabar com* você.
- Ele *derrubou* todos os meus argumentos.

(LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 5. Tradução nossa)

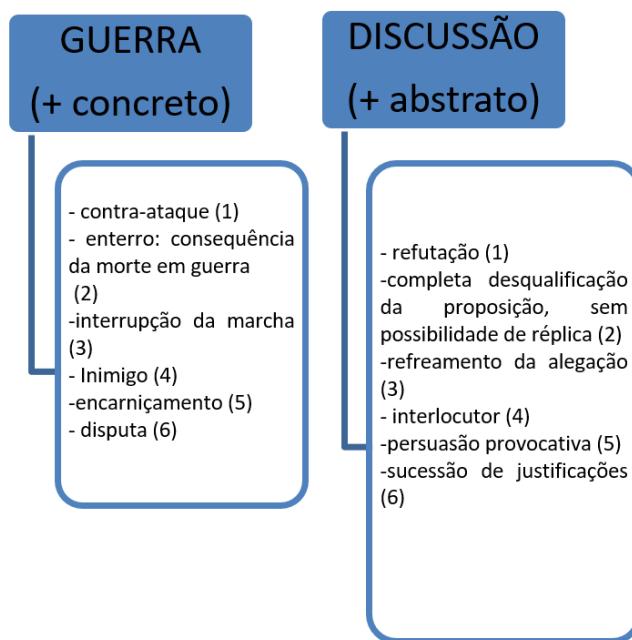
Para esses autores, é importante observar que não apenas falamos de discussão em termos de guerra, mas também entendemos que realmente ganhamos ou perdemos discussões; vemos a pessoa com quem estamos discutindo como um oponente; atacamos suas posições e defendemos as nossas; planejamos e usamos estratégias; abandonamos posições indefensáveis e tomamos nova linha de ataque etc. Discussões e guerras são tipos diferentes de eventos - discurso verbal e conflito armado - e as ações praticadas são diferentes em cada um deles. No entanto, a primeira é parcialmente compreendida, executada e abordada em termos da segunda, ou seja, o conceito, a atividade e, conse-

quentemente, a linguagem referentes à discussão (e por conseguinte à argumentação) são metaforicamente estruturados por meio da noção de guerra.

Vejamos um exemplo de nosso *corpus*, cujas expressões destacadas e numeradas são referidas na Figura 2. As relações metafóricas, metonímicas ou analógicas específicas das expressões em destaque não serão aqui desenvolvidas em prol da observação maior sobre a metáfora conceptual e o englobamento da expressão *alto*:

- (5) - Nego! exclamou formidavelmente o cônego que em sua casa, à sua mesa, punha de alto as suas opiniões. - E nego com os meus autores. Eles aí vão! *E deixou-lhe cair em cima, como penedos*(1) de autoridade, os nomes venerados de Laboranti, Baldeschi, Merati, Turrino e Pavônio. Amaro afastara a cadeira, pusera-se em atitude de controvérsia, contente de poder, diante de Amélia, “*enterrar*”(2) o cônego, mestre de teologia moral e um colosso de liturgia prática. - Sustento, exclamou, sustento com Castaldus... - **Alto**(3), *ladrão*(4), bramiu o cônego. Castaldus é meu! - Castaldus é meu, padre-mestre! E *encarniçaram-se*(5), *puxando cada um para si*(6) o venerável Castaldus e a autoridade da sua facúndia. D. Josefa pulava de gozo na cadeira, murmurando para Amélia com a cara franzida de riso: - Ai, que gostinho vê-los! Ai, que santos! (*Corpus do Português: O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, 1875).

Figura 2: Domínios fonte e alvo na metáfora conceptual
DISCUSSÃO É GUERRA no exemplo (5)



Fonte: Rosa (2019, p. 102).

O uso de *alto*, em (5), retrata o emprego do que, originalmente, seria o comando de interrupção de marcha da tropa, atividade essa situada no mundo biosocial. Essa referência, mais concreta, serve, por meio de mecanismos metafóricos, a uma prática mais abstrata, situada no campo discursivo: o refremento – no fragmento (5), trata-se de interrupção propriamente dita –, da justificação do locutor. É preciso atentar para o fato de que, ao proferir a palavra de ordem *alto*, o enunciador não só se vale da linguagem metafórica como também executa uma ação metaforicamente estruturada. Ele se apropria da autoridade de um comandante para determinar a cessação da alegação alheia, munindo-se de uma espécie de patente habilitada pela detenção e convicção da verdade.

Portanto, entendemos que a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA licencia o uso do comando *alto*, e, por conseguinte, *alto lá*, no domínio discursivo. Essa transferência de domínios concorre como mais um aspecto motivador da construcionalização [*alto lá*]_{RA}.

2.3 Cline contextual

Nesta subseção, apresentamos e analisamos os estágios contextuais, conforme identificados no Quadro 2, que deram origem a [*alto lá*]_{RA} na trajetória do português, a partir de 165 dados da expressão *alto lá* levantados em nosso *corpus*, de acordo com a Tabela 2, na sequência. Trazemos a distribuição da expressão *alto lá* a partir de três fatores: a) o período de sua ocorrência no *corpus* (séculos XIX, XX e XXI); b) o estágio contextual em que é instanciada (atípico, crítico e isolado); c) a comparação com os demais arranjos com os quais compete (*alto aí* e *alto aqui*):

Tabela 2: Quantitativo de *alto Loc/Afix* nos contextos de mudança

Contextos	Atípico		Crítico		Isolado			Subtotal			Total
	Séculos	XIX	XX	XIX	XX	XIX	XX	XXI	XIX	XX	XXI
<i>alto aí</i>	01	-	-	02	01	-	-	02	02	-	04
<i>alto aqui</i>	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	01
<i>alto lá</i>	05	02	09	-	32	18	99	46	20	99	165
Subtotal	07	02	09	02	33	18	99	49	22	99	
Total	09		11		150						170

Fonte: Rosa (2019, p. 82).

Nas subseções seguintes, vamos utilizar os dados quantitativos da Tabela 2 nos comentários analíticos das etapas contextuais da mudança linguística aqui estudada. Esta

apresentação se inicia pelo contexto atípico, na consideração de que o contexto original de uso reside na instanciação do termo *alto* como elemento composicional, ou seja, com transparência entre forma e conteúdo lexical, tal como ilustrado em (3) e (4), ainda sem relação com pronome locativo.

2.3.1 Contexto atípico

De acordo com a caracterização referida no Quadro 2, esse estágio contextual é o primeiro passo rumo a uma possível mudança gramatical. Nesse ambiente, começam a se processar alterações ao nível do sentido, com polissemias e articulação de inferências contextuais. Há ocorrência de expansão inespecífica de usos em novos arranjos não previstos, que implicam sentidos mais subjetivos.

Em nosso *corpus*, conforme destacado na Tabela 2, dos 165 dados gerais de *alto lá*, sete constituem contextos atípicos, sendo cinco detectados no século XIX e dois no século XX, como no seguinte fragmento:

- (6) Nada... nada de reflexões, continuou sorrindo-se; mãe Sara (permita que lhe chame assim), dê-me uma xícara do seu café e metade do seu pão... eu já estou bom... completamente bom... e sinto uma fome terrível... ah... então parece que duvidam... pois, meus bons amigos, eu não faço cerimônia... com licença. E dizendo isto o moço serviu-se de café e pão, e começou a fazer boa companhia aos seus hóspedes; já se dispunha a repetir segunda dose de café, quando a velha o suspendeu. - **Alto** lá, senhor! Não se come tanto de uma vez ao entrar em convalescença.. - Também acho-lhe razão, mãe Sara, e sujeito-me agora a suas determinações; porém, ali pelo correr das duas horas há de fazer-me o favor de servir-me com uma... está bem, não vamos tão depressa; com metade de uma galinha ensopada, guisada, assada, ou como lhe parecer. É certo que agora não tenho dinheiro, porém amanhã, mãe Sara, eu lhe prometo que há de ser paga [...].

(*Corpus do Português: O moço loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo, 1845).

Em (6), observamos que o termo *alto*, que aparece vinculado ao afixoide *lá*, é empregado em âmbito civil, num episódio em que pessoas tomam café da manhã num determinado estabelecimento. O protagonista da cena, que já havia se servido de café e pão, é interrompido ao tentar repetir a dose da bebida: *Alto lá, senhor!* Não se come tanto

de uma vez ao entrar em convalescência. Visto que se trata de um contexto diferente do original, o consideramos como atípico. Nesse fragmento, constatamos o uso da expressão já existente, *alto*, em combinação incomum, *alto lá*, quando comparada ao contexto fonte. Apesar do surgimento da nova forma, o significado mais amplo de refreamento de uma atividade desenvolve-se a partir do contexto de origem, não mais restrito ao sentido de suspensão da marcha da tropa, mas expandido à cessação de outras práticas para além do cenário militar. Em se tratando da composicionalidade de *alto lá*, ainda que haja transparência parcial no significado do elemento nuclear, *alto*, advindo da permanência das relações biossociais, é possível perceber que não há referência espacial por meio do *lá*, que constitui uma subparte da expressão dependente sintática e semanticamente do núcleo, caracterizando-se como afixoide. Comparada aos usos originais de *alto* e de *lá*, a expressão *alto lá* é considerada menos composicional, devido à transparência parcial do núcleo e à vinculação da subparte afixoide.

No século XIX, como demonstrado na Tabela 2, levantamos um dado de contexto de uso atípico envolvendo, respectivamente, *alto aí* e *alto aqui*, o que evidencia a fase inicial, e, portanto, ainda instável, da mudança em curso. Acreditamos que a emergência da unidade sintático-semântica *alto lá* tenha sido licenciada pela esquematização de [alto aí] em analogia à macroconstrução $[V_{indut} \text{Afix}_{Loc}]_{MD}$. Com o surgimento de forma nova e desenvolvimento do significado mais amplo a partir do original – o que constitui certa permanência semântica –, entendemos ter havido, do primeiro ao segundo estágio, mudança construcional, nas definições de Traugott e Trousdale (2013).

2.3.2 Contexto crítico

Esse estágio contextual, considerado por Diewald e Smirnova (2012) como etapa de transição mais avançada para a efetivação da mudança linguística, é detectado em nove dados, todos levantados no século XIX, entre os 165 usos da expressão *alto lá* que compõem nosso *corpus*. A Tabela 2 registra ainda dois usos de *alto aí* nesse estágio contextual.

Para além de ambiguidades ao nível do conteúdo, o contexto crítico se caracteriza por opacidade ao nível da forma, em que se confundem margens estruturais, com o licenciamento de novas interpretações, entre as quais figura o novo significado a ser fixado em etapa posterior. De acordo com Diewald (2002, 2006), o contexto crítico deflagra o efetivo processo de construcionalização, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Segundo a autora, nesse estágio, surgem novas expressões que não podem ser reduzidas a uma combinação de construções conhecidas sem perda de informação, como verificamos em (7):

- (7) Era ali o sumptuoso gabinete de leitura e música de D. Ifigénia. Ornavam as paredes dois retratos a corpo inteiro: Calisto Elói com a farda de fidalgo cavaleiro, e Ifigénia trajada de amazona... - Olha o meu marido! - clamou Teodora. - Aquela é a tal mulher? - perguntou à espantada Tomásia. - Aquela é a Sr.a D. Ifigénia. - Vou rasgar aquele diabo! - berrou a morgada, arrastando uma cadeira para trepar. - Isso **alto** lá, minha senhora! - acudiu irada a despenseira. - V. Ex.a não estraga coisa nenhuma. E, se continua nesse disparate, eu mando chamar o cabo da rua para a pôr lá fora. - Pôr-me a mim lá fora! - bradou Teodora. - Sim, minha senhora, que isto não são termos. Nem me parece senhora! Cá em Lisboa acções destas só as praticam as peixeiras. (*Corpus do Português: A queda dum anjo*, de Camilo Castelo Branco, 1866).

No fragmento (7), o emprego da expressão *alto lá* apresenta, ao menos, duas possibilidades de interpretação. Na primeira, captamos o significado desenvolvido no contexto atípico: interrupção de atividade. O narrador da história explica que, ao anunciar que rasgaria o mencionado retrato, Teodora arrasta uma cadeira para nela subir e concretizar o ato. Logo, o uso de *alto lá* pela despenseira pode apresentar o sentido de suspender o movimento de sua interlocutora de subir na cadeira para alcançar o retrato e então rasgá-lo. O que permite essa leitura é o conhecimento da conjuntura conversacional, nesse caso específico, a informação dada pelo autor de que Teodora estava *arrastando uma cadeira para trepar*. Sob essa ótica, o uso de *alto lá* estaria relacionado a cessar uma atividade praticada no mundo biossocial, conforme foi observado nos contextos anteriores.

De outra parte, é possível realizar uma análise diferente. A segunda interpretação fornece a ideia de que o emprego de *alto lá* pode estar associado não à ação de Teodora, mas ao seu enunciado *Vou rasgar aquele diabo!*. Assim, o significado da construção não mais expressaria interrupção de atividade/prática do mundo biossocial, passando a exprimir o refreamento de uma proposição, que antecede sua refutação *V. Ex.a não estraga coisa nenhuma*. E, se continua nesse disparate, eu mando chamar o cabo da rua para a pôr lá fora. Desse modo, a atuação da microconstrução estaria relacionada ao âmbito discursivo. A anteposição do pronome demonstrativo *isso* à expressão *alto lá* parece favorecer tal interpretação, por assemelhar-se a características de construções mais cristalizadas como *isso é o que veremos* e afins, em que *isso* aponta para o enunciado anteriormente produzido. No entanto, se ainda há possibilidade de leitura semelhante ao contexto anterior, ou seja, relacionada à interrupção de atividade do mundo biossocial, em que *isso* se refere ao

movimento direcionado à destruição do retrato, então, o contexto em questão não pode ser considerado único, isolado.

Nesse sentido, entendemos que o *constructo* em foco pertence a contexto crítico pelos seguintes motivos: observamos haver ambiguidade no uso de *alto lá* em (7), pois o sentido parece se relacionar tanto ao refreamento da ação de arrastar uma cadeira para nela subir e estragar o retrato quanto ao refreamento da afirmação *Vou rasgar aquele diabo!*; além disso, a segunda leitura fornece o novo significado de refreamento-argumentativo da construção, estritamente ligado ao discurso, que será tratado adiante no contexto isolado.

2.3.3 Contexto isolado

Esse estágio contextual, considerado etapa de consolidação da mudança linguística, é caracterizado pelo isolamento, ou distinção, de conteúdo e de forma dos itens em relação a seu *status* mais antigo, de natureza lexical. Em termos construcionais, conforme Traugott e Trousdale (2013) e Hilpert (2014), consideramos que nessa etapa se efetiva a construcionalização gramatical [alto lá]_{RA}, uma vez que se convencionaliza o *chunking* de ambas as subpartes, em prol de um só conteúdo e de um só formato, com a criação de um novo *type* na rede gramatical.

Conforme aponta a Tabela 2, dos 165 dados coletados em nosso *corpus* envolvendo a expressão *alto lá*, 149 constituem exemplares de contexto isolado, em que se instancia [alto lá]_{RA}. Trata-se, portanto, de evidência que destaca a produtividade dessa microconstrução. Outro resultado relevante é que, dos 149 dados de uso como MD, 32 ocorrem no século XIX, 18 no século XX e 99 no século XXI, o que evidencia, de outra parte, a maior frequência de [alto lá]_{RA} em contextos de uso mais recente da língua. Estamos nos referindo a dados como o seguinte:

- (8) O Sr. Gilvan Borges (PMDB – AP.) Há pessoas que vêm da Europa ou da América do Norte e chegam ao nosso País dizendo que o Brasil é ruim. **Alto lá!** Somos um País jovem buscando e trabalhando nosso próprio caminho. Que País belo e maravilhoso! Aqui, de quatro em quatro anos, renovam-se suas forças políticas, buscando alternativas e soluções! (Diário do Congresso Nacional (Seção II), 29 abril de 1995).

No fragmento (8), temos a reprodução da fala do parlamentar Gilvan Borges, que debate, em forte tom emocional e intersubjetivo, acerca do que considera uma visão preconceituosa de pessoas estrangeiras que chegam ao Brasil. O político primeiramente apresenta a proposição de europeus e norte-americanos recém-chegados ao nosso país: *o Brasil é ruim*, para, logo em seguida, refrear argumentativamente tal declaração com o MD **alto lá!** Na sequência, a fim de refutar a proposição citada, expõe seus argumentos, destacando a juventude e a beleza nacionais. Assim articulado, o constructo **alto lá!** corre para imprimir a todo o contexto a marca da argumentação, mais especificamente, no que concerne à refutação do comentário inicial; trata-se de um pareamento altamente vinculado que funciona no nível pragmático-discursivo, na articulação interativa entre os interlocutores.

2.3.4 Contexto paradigmático

Diewald e Smirnova (2012) entendem por integração paradigmática o processo de estabilização de um novo signo construcionalizado que o transforma em parte integral de um paradigma. A nova construção passa a ser confrontada com membros em oposição do mesmo padrão, sendo gradualmente associada com um significado gramatical mais abstrato, que serve como um denominador comum para todo o paradigma.

A partir da construcionalização de [alto lá]_{RA}, isto é, do pareamento da nova forma e do novo significado, há estabilização da construção no paradigma dos MD no PB, mais precisamente, formados por elementos indutores e afixoides. Nessa relação, há oposições/distinções paradigmáticas, isto é, variabilidade de significados gramaticais (neste caso específico, discursivo-funcionais), que podem ser selecionados, um em detrimento de outros, a partir de uma macroconstrução.

Segundo as mesmas autoras, no que se refere às características formais, os membros de um paradigma podem mostrar variação. Assumimos que [alto lá]_{RA} entra no paradigma como um elemento marginal, com preenchimento não verbal, mas nominal em uso interjetivo, da subparte nuclear da construção. Contudo, as subpartes verbais dos membros mais centrais do paradigma apresentam formas, quase sempre, fixas, sendo mais raras as construções propensas a variações fonológicas ou flexionais, como por exemplo, *olha aí* e *olhe aí*. Sendo assim, a propriedade invariável da frase nominal interjetiva *alto*, enquadra-se, grosso modo, com certa homogeneidade, a características formais do paradigma.

Apresentamos, no quadro seguinte, os traços paradigmáticos de [Indut Afix]_{MD}, com destaque para [alto lá]_{RA}:

Quadro 3: Integração paradigmática da microconstrução *alto lá*⁸

Rótulo da categoria:	Marcadores discursivos		
Características formais:	Formados por elementos indutores seguidos de afixoides		
Função:	Marcação discursiva		
Exemplos de distinções discursivo-funcionais:	Refreamento-Argumentativo	Exortação	Chamamento de atenção ⁸
Exemplos de membros:	<i>alto lá</i>	<i>vamos lá</i>	<i>escuta aqui, olha aí, vê lá</i>

Fonte: Rosa (2019, p. 100), adaptado de Diewald e Smirnova (2012, p. 128).

O Quadro 3 ilustra a inserção de $[alto\ lá]_{RA}$ no paradigma dos MD formados por elementos indutores e afixoides, vinculada a uma subfunção distinta daquelas a que estão associadas as microconstruções exortativas e de chamamento de atenção. É importante ressaltar que, devido à amplitude do paradigma, optamos por selecionar duas distinções discursivo-funcionais dentro desse padrão, contudo, esclarecemos que as subfunções dos MD formados por elementos indutores e afixoides não se limitam as aqui exemplificadas.

3 $[ALTO\ LÁ]_{RA}$ E A RECONFIGURAÇÃO DA REDE $[INDUT\ AFIX]_{MD}$

Conforme a análise desenvolvida na seção anterior, a inserção de $[alto\ lá]_{RA}$ como um *type* específico da macroconstrução $[Indut\ Afix]_{MD}$ é resultante de um conjunto de fatores de natureza diversa e em atuação na língua em momentos distintos. Esses fatores vão ao encontro do que preconiza a LFCU, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2010; 2015) e Hilpert (2014), entre outros, no sentido de se conceber o *construcion* como uma rede sistêmica, complexa e dinâmica, fundada em três pilares fundamentais, como mencionamos na parte introdutória deste capítulo.

Assim posto, consideramos como motivação de ordem sócio-histórica a conjuntura dos séculos XVI a XVIII, em que Portugal se dedica fortemente às guerras, havendo grande difusão da literatura de temática bélica e, consequentemente, dos termos a ela intrínsecos. Em termos cognitivos, assumimos que o compartilhamento sociocultural da metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA impacta e concorre para a convencionalização do *chunking* $[alto\ lá]_{RA}$.

Do ponto de vista estrutural, apontamos duas pressões complementares. Uma delas identificada com o conjunto de neoanálises, por meio de micropassos ao longo dos contextos de mudança, que resultaram em contextos atípicos, críticos e finalmente iso-

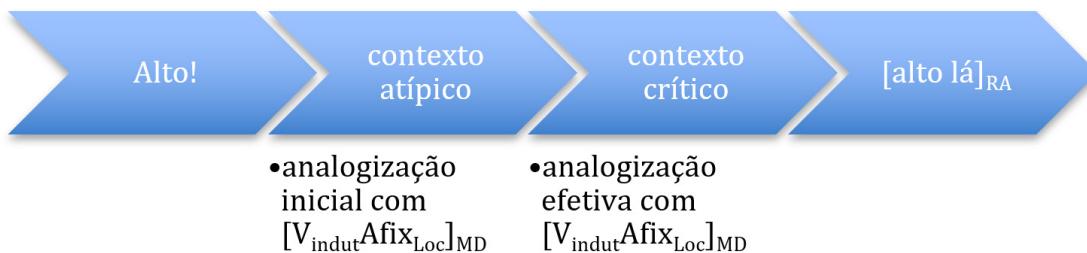
⁸ Teixeira (2015) apresenta funções específicas para cada uma das microconstruções desse subgrupo. Aqui, optamos por reuni-las, pois entendemos que compartilham um traço formal comum, constituição da subparte nuclear por verbos perceptivos, e uma função mais abrangente, o chamamento de atenção.

lados. Esses ambientes textuais mais amplos concorreram para a convencionalização de [alto lá]_{RA} e sua inserção no paradigma dos MD do português.

Por outro lado, assumimos que a construcionalização [alto lá]_{RA} é resultante também de um tipo particular de neonálise, a analogização, conforme assumida por Fischer (2009) e Traugott e Trousdale (2013). De acordo com esses autores, uma vez estabelecido um esquema na língua, este fica disponível para, de forma modelar, ser usado com vistas a replicar o padrão, num tipo de mudança linguística mais instantânea e situada, motivada por pensamento analógico, um dos processos cognitivos de domínio geral, nos termos de Bybee (2010). No caso de nosso objeto de pesquisa, verificamos a analogização de [alto lá]_{RA} com características formais e de conteúdo da família [V_{indut}Afix_{Loc}]_{MD} por meio do melhor encaixe.

Assim, a rota contextual que leva à construcionalização de [alto lá]_{RA} se encontra com outro tipo de neoanálise na história da língua, a analogização à macroconstrução licenciada por [vem cá]_{MD}, convencionalizada desde o século XVI, conforme aponta Teixeira (2015). Esse *type*, em movimento *bottom-up*, fornece a base de conteúdo e forma que forja a macroconstrução MD esquematizada por verbo indutor e afixoide locativo [V_{indut}Afix_{Loc}]_{MD}. Concluímos que, no século XIX, a construcionalização de *alto lá* ocorre por meio do *melhor encaixe* com algumas características dessa macroconstrução. Uma vez sancionada, a partir de propriedades de [V_{indut}Afix_{Loc}]_{MD}, a microconstrução *alto lá* é replicada e fixada em comunidades linguísticas. Por conseguinte, os falantes passam a realizar novo processamento *bottom-up*. Logo, se estabelece a macroconstrução reconfigurada [Indut Afix]_{MD}, ampliando a instanciação de microconstruções formadas por outros tipos de elementos nucleares indutores, antes restritos ao verbos. Com a Figura 3, ilustramos o comentário:

Figura 3: Micropassos contextuais e analogização na trajetória de *alto* a [alto lá]_{RA}



Por intermédio da Figura 3, demonstramos a combinação dos micropassos contextuais, focalizando a etapa de transição de contexto atípico a crítico, com o mecanismo de analogização, atuante também nesses dois estágios. Destacamos o contexto inicial, em que *alto* ocorre como frase nominal interjetiva, instanciada em situações de sentido bélico, e o contexto final, concernente à fase de isolamento, em que se convencionaliza [alto lá]_{RA}. Assim, como se detecta pela Figura 3, nosso objeto de pesquisa é consequente de uma mescla de fatores, de natureza distinta, que convergem para uma construcionalização gramatical específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa da construcionalização do MD [alto lá]_{RA} no português ratifica que a mudança linguística é resultante de uma série de motivações de distinta natureza, operantes em momentos específicos na história da língua e por mecanismos diversos. Motivações histórico-sociais, cognitivas e estruturais, como os micropassos contextuais e a analogização, concorreram para a convencionalização desse novo membro do paradigma dos MD da língua.

De outra parte, uma vez convencionalizada como microconstrução, [alto lá]_{RA} concorre para reconfiguração do esquema $[V_{indut} Afix_{Loc}]_{MD}$. A rede construcional dos marcadores discursivos formados por verbos indutores e afixoides de origem locativa, apresentada por Teixeira (2015), é reconfigurada de modo que o *slot* nuclear da macroconstrução passa a instanciar outras categorias de elementos indutores além da verbal. Sendo assim, devido à reconfiguração $[V_{indut} Afix]_{MD} > [Indut Afix]_{MD}$, novos *links* são criados em que não só verbos como também frases nominais, advérbios etc., caracterizados como indutores, passam a compor a subparte nuclear da construção. Relacionamos essa reconfiguração à expansão *host-class*, proposta por Himmelmann (2004), posto que os afixoides passam a associar-se a novos elementos da macroclasse indutora com os quais não mantinham vinculação sintático-semântica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, H. Actualization and the (uni)directionality. In Henning Andersen (ed). *Actualization: Linguistic change in progress*. Amsterdam: Benjamins, 2001, p. 225-248.
- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez & latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1716.
- BOOIJ, G. Morphology in construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p.255-273.

- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DIEWALD, G. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISHER, Ilse; DIEWALD, G. (eds). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2002, p.103-120.
- DIEWALD, G. Contexts types in grammaticalization as constructions. In: Special volume 1: *Constructions all over – case studies and theoretical implications*. Dusseldorf, 2006. Disponível em: www.constructions-online.de:009-4-6860. Acesso em: 10 de mar. 2019.
- DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. et al (eds). *Grammaticalization and language change – new reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012, p.111-131.
- FISCHER, O. *Grammaticalization as analogically driven change?* In: *Vienna English Working Papers*, vol. 18, n. 2, 2009. p.3-23.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, A. *Explain me this: creativity, competition and the partial productivity of constructions*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2019.
- HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. *On the rise of discourse markers*. Researchgate. Preprint, june, 2019, DOI: 10.13140/RG.2.2.31703.73129. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333783353>. Acesso em: 27 de jun. 2019.
- HILPERT, M. *Construction grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, HIMMELMANN & WIEMER (eds.). *What makes grammaticalization?* A look from its fringes and its components. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.21-42.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: A basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- OLIVEIRA, M. R.; ARENA, A. B. O viés funcional do pareamento simbólico *função < > forma* na abordagem construcional da gramática. *Soletrias*, no. 37, p. 30-58, 2019.
- OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (orgs). *Funcionalismo linguístico: vertentes e diálogos*. Niterói: Editora da UFF, 2017.

ROSA, F. S. L. *A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa: uma análise cognitivo-funcional.* 216 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2019.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, 2016, n. 60, v. 2, p. 233-259.

TEIXEIRA, A. C. M. *A construção verbal marcadora discursiva VLoc_{MD}: uma análise funcional centrada no uso.* 297 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2015.

TRAUGOTT, E. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra (eds). *Variation, Selection, Development-Probing the Evolutionary Model of Language Change.* Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

TRAUGOTT, E; DASHER, R. *Regularity in semantic change.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes.* Oxford: Oxford University Press, 2013.



Data de submissão: 03/12/2019

Data de aceite: 29/04/2020

**“VAI CHATEAR O CAMÕES”:
A CONSTRUÇÃO IMPOSITIVA DE DESTRATO**

**“GO BOTHER CAMÕES”:
THE IMPOSITIVE CONSTRUCTION OF MISTREATING**

José Romerito Silva | [Lattes](#) | jromeritosilva@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Aparecida da Silva Andrade | [Lattes](#) | aparecida.silvand@hotmail.com

Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

Resumo: Neste trabalho, temos como objeto de estudo a construção impositiva de destrato com o verbo *ir*, aqui denominada CID. Essa construção representa um ato de fala diretivo e está associada a um momento de desacordo entre os parceiros de interação, em que o locutor, irritado, insulta o interlocutor, repelindo-o. Tomamos, como referencial teórico a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e contribuições da Gramática de Construções. Adicionalmente, recorremos aos estudos em Pragmática, em particular, às noções de polidez e de face. O estudo é de natureza qualitativo-interpretativa, para o qual utilizamos como material de análise textos de gêneros diversos tanto de fala quanto de escrita.

Palavras-chave: Construção de destrato. Imperativo. Verbo *ir*. Linguística Funcional Centrada no Uso. Gramática de Construções.

Abstract: In this paper, the object of studying is the imperative construction of mistreating with the verb *to go*, named here CID. That construction represents a directive speech act and it is related to a situation of disagreement between the speaker/writer and his interlocutor. In this case, the speaker/writer shows to be irritated and insult his addressee. The study is based on Usage-based Functional Linguistics and on contributions from Construction Grammar. Besides, we use contributions from Pragmatics, specially the notions of politeness and face. Here we adopt the qualitative and interpretative methods of analysis and the database is collected from spoken and written texts of different genres.

Keywords: Construction of mistreating. Imperative. Verb *to go*. Usage-based Functional Linguistics. Construction Grammar.

1 Introdução

O imperativo tem sido alvo de diversos estudos, em particular, no âmbito da Linguística. Entre eles, citamos, por exemplo, o de Sampaio (2001), que estuda a expressão do imperativo no português contemporâneo; o de Cardoso (2006), que trata do uso do imperativo em estratégias de negação; o de Scherre (2007), que abordam aspectos morfológicos e sintáticos do imperativo em perspectiva variacionista; o de Rumeu (2016), que examina variações do imperativo nos séculos XIX e XX; e o de Oliveira (2017), que investiga o imperativo no nordeste brasileiro em viés sociolinguista.

O verbo *ir*, por sua vez, também já recebeu atenção em diversos trabalhos, especialmente no que se refere a seus usos gramaticais. Entre esses trabalhos, temos, por exemplo, os de Gonçalves (2012) e Móia (2017), tratando da gramaticalização desse verbo como auxiliar de tempo futuro; os de Wiedemer (2008) e Pinheiro (2014), examinando-o como verbo regencial de movimento; o de Oliveira (2009), analisando a polifuncionalidade desse verbo. Existem, ainda, outros estudos abordando questões léxico-gramaticais variadas relativas ao verbo *ir*, entre eles, Longhin-Thomazi (2010) e Andrade (2017).

Na abordagem dos gramáticos – tradicionais ou linguistas – sobre o imperativo, este é, em geral, apresentado como designativo de ordem ou pedido. No que se refere ao verbo *ir*, o tratamento dado por eles limita-se a descrevê-lo como auxiliar.

Considerando mais especificamente o uso de expressão imperativa para demonstrar irritação do falante/escrevente e rejeição a seu interlocutor, na coleta de dados realizada, ao menos dentro do nosso alcance de investigação, nada foi possível encontrar, nem em relação a expressões gerais desse tipo tampouco particularmente com o verbo *ir*. Assim, em vista da existência, no português, de expressões do tipo *Vá plantar batatas!*, *Vai te danar!* e da aparente lacuna de estudos específicos sobre esse fenômeno discursivo, neste trabalho, abordamos a construção impositiva com o verbo *ir* como recurso (inter) subjetivo marcador de irritação do locutor e de destrato/repulsa a seu interlocutor (doravante, *construção impositiva de destrato*, ou *CID*) no português contemporâneo¹. Essa construção pode ser associada à construção de ordem literal e direta, com a qual estabelece certo paralelismo formal, sendo ambas instâncias da construção (mais geral) de comando.

Para tanto, valemo-nos do aparato teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso, tal como se apresenta em Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Oliveira e Rosário (2015), e da Gramática de Construções, conforme traçada em

¹ Optamos pelo termo “impositiva” por ser mais geral, uma vez que a construção impositiva pode ser codificada por outras formas verbais além do imperativo.

Goldberg (1995), Croft (2001), Fried (2015) e outros. Nesse viés, além das noções gerais sobre construção, recorremos a conceitos operacionais como analogização, *chunking*, iconicidade e marcação. Como ferramenta auxiliar de análise, apoiamo-nos, ainda, em estudos no âmbito da Pragmática, especialmente nas noções de ato de fala, nos termos de Austin (1990) e de Searle (1984); de inferência pragmática, apresentada em Traugott e Dasher (2002), Bybee (2010); de face e de polidez, conforme entendidas em autores como Leech (1983), Lakoff (1989), Culpeper (2012), Barrere (2017).

Como objetivos, temos: (1) descrever os padrões construcionais da CID no que se refere, principalmente, a seus aspectos sintáticos e morfológicos; (2) analisar a CID em termos de seus graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade; (3) examinar a CID quanto a fatores semânticos, discursivos e pragmáticos envolvidos em seu uso.

Quanto à metodologia, nossa abordagem é de natureza qualitativo-interpretativa, em perspectiva sincrônica. O material de análise provém de fontes textuais diversificadas, mormente da *web*, contemplando amostras de fala e de escrita do português atual. Não optamos por um *corpus* específico e fechado em razão do risco de não obtermos uma amostra expressiva de dados – o que poderia limitar e comprometer a análise –, embora o controle da frequência de *tokens* (ocorrências) não seja alvo de nossa atenção neste estudo.

Este trabalho está dividido em quatro tópicos principais: neste primeiro – introdutório –, apresentamos um panorama geral do estudo aqui realizado; no segundo, fazemos uma breve explanação do quadro teórico que dá suporte à nossa análise; no terceiro, procedemos ao exame de nosso objeto de investigação; no quarto – último –, tecemos as considerações finais em torno do que foi examinado.

2 Moldura teórico-metodológica

Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), denominação cunhada no Brasil pelo grupo de estudos linguísticos Discurso & Gramática, refere-se a uma nova tendência de abordagem que conjuga pressupostos teórico-metodológicos da tradição funcionalista norte-americana – segundo pesquisadores como Talmy Givón, Sandra Thompson, Paul Hopper, Joan Bybee, Elizabeth Traugott – e contribuições da Gramática de Construções (GC) conforme formuladas por Adele Goldberg, William Croft, Ronald Langacker, Mirjam Fried, Thomas Hoffmann, entre outros (BYBEE, 2010; SILVA, 2019). Esse

modelo corresponde ao que Kemmer e Barlow (2002), Beckner et al. (2009), Diessel (2017), entre outros chamam *Usage-based Approach (Abordagem Centrada no Uso)*.

No contexto brasileiro, em particular, a LFCU tem aberto um amplo leque de pesquisas, tanto em perspectiva sincrônica quanto diacrônica. Entre os trabalhos representativos dessa nova vertente estão, por exemplo, Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015), Oliveira e Cezario (2017), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2018), Wiedemer e Oliveira (2019), nos quais se adota, principalmente, a abordagem construcional da língua.

Entre os postulados básicos da LFCU, estão a ideia de que a língua, em seu conjunto multifacetado de formas e funções (ou construções), emerge, regulariza-se, varia e se modifica a partir das experiências discursivas de seus usuários na comunicação cotidiana, no que também contribuem fatores de natureza cognitiva; léxico e gramática constituem um *continuum* gradiente, não havendo nenhum componente central em relação aos demais; a língua deve ser compreendida em referência ao uso que dela se faz (KEMMER; BARLOW, 2002; FORD; FOX; THOMPSON, 2003).

Gramática de Construções, por sua vez, diz respeito a uma corrente dos estudos linguísticos de base cognitivista. Parte do pressuposto central de que a língua é um inventário estruturado de construções – pareamentos de forma e função (semântica e/ou pragmática) –, adquiridas a partir da combinação do *input* (uso) com mecanismos cognitivos gerais. Sendo assim, toma a construção como a unidade básica da língua (GOLDBERG, 1995; 2003).

Para a GC, as construções de uma língua consistem em uma rede taxonômica hierarquizada cujos nós se acham interligados por *links* de herança e de relações diversos (GOLDBERG, 1995). Conforme Östman e Fried (2005), a construção consiste no par forma-função, a qual pode ser instanciada por um morfema (*-Suf*), uma palavra (*Adj*), um sintagma (*SP*), uma expressão idiomática (*Pau pra toda obra*), uma sentença (*Suj Pred*), um período (*Oração subordinante* e *Oração subordinada*) ou mesmo um texto (*Slogan*). Segundo Croft (2001), o elo simbólico constitutivo da construção une uma forma, composta por propriedades fonológica, morfológica e sintática, a uma função, que inclui as propriedades semântica, discursiva e pragmática. O quadro a seguir ilustra essa natureza simbólica da construção, em relativa similaridade ao que se encontra em Croft (2001) e em Traugott e Trousdale (2013).

Quadro 1 – Constituição simbólica da construção.

C O N S T R U Ç Ã O		
Forma		Função
Propriedades morfossintáticas e fonético-fonológicas	Elo simbólico	Propriedades semânticas e discursivo-pragmáticas

Fonte: Adaptado de Croft (2001).

De acordo com Fried (2015), uma construção pode ser: totalmente aberta/não especificada, a exemplo da sequência *Det N Mod*, cujos *slots* podem ser preenchidos por elementos diversos; parcialmente especificada, como é o caso de *X tão Y que Z*; totalmente especificada e parcialmente variável, tal como a expressão *Ficar de queixo caído*, em que o primeiro componente (o verbo *ficar*) se flexiona em tempo-modo e número-pessoa; totalmente especificada e invariável, como, por exemplo, o adjetivo *simples*, a expressão *pé de chinelo* ou o ditado popular *Seguro morreu de velho*.

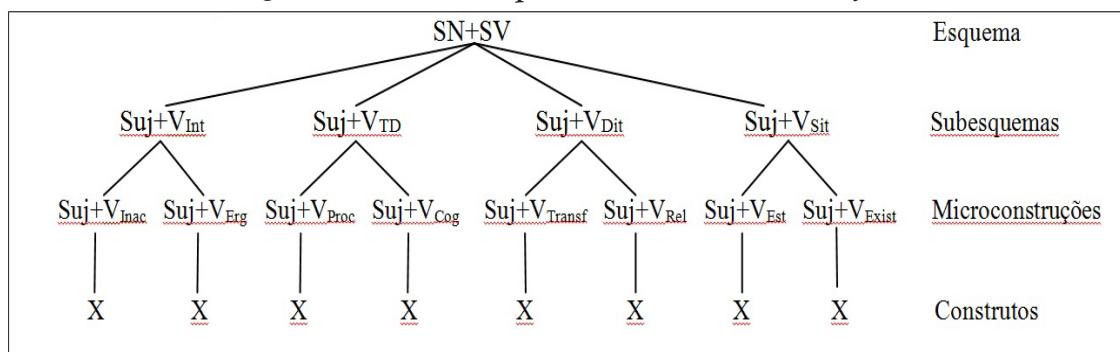
Na esteira dessa ideia, defende-se que as construções possuem propriedades variadas e graduais em termos de esquematicidade, de produtividade e de composicionalidade (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Segundo essa ótica, uma construção pode ser -/+esquemática, -/+produtiva, -/+composicional; também pode ser completamente idiossincrática e não analisável.

A *esquematicidade* refere-se aos graus de generalidade, abstração e (in)especificidade da construção. Por exemplo, a construção oracional *SN SV* é altamente geral, esquemática, abstrata e não específica. A *produtividade*, relacionada à extensibilidade construcional, tem a ver com as condições que uma construção tem de licenciar uma certa quantidade de construções a ela vinculadas. Um exemplo disso é a possibilidade que a construção *SN SV* tem de inseminar um leque amplo e variado de construções, tais como a intransitiva, a transitiva, a ditransitiva, entre outras. A *composicionalidade* relaciona-se ao grau de transparência e correlação entre o plano da forma e o do significado de uma construção bem como ao grau de analisabilidade de seus componentes. Exemplos dessa propriedade são as construções *dar um presente a alguém* (+composicional), que designa uma *ação volitiva e controlada de transferência de um objeto material a um recipiente beneficiário*, e *dar preocupação a alguém* (-composicional), em que não há paridade entre forma

e significado, pois a locução *dar preocupação* forma um todo semântico (= *preocupar*); ademais, não conceitualiza transferência intencional de um objeto físico tampouco o recipiente é, de fato, beneficiário.

A noção de esquematicidade é importante para se aferir, por um lado, até que ponto uma construção é hierarquicamente mais geral em relação a outra(s) e, por outro, em que medida ela sanciona (*sub*)types diversos de construções (frequência de *type*, segundo BYBEE, 2010), identificando-se, com isso, sua produtividade. Nesse viés, Traugott e Trousdale (2013) distinguem esquema, subesquema, microconstrução e construto. O *esquema* é superordenado, geral, abstrato e inespecífico. O *subesquema* é uma instanciação do esquema ao qual é hierarquicamente subordenado, sendo mais especificado do que este.² A *microconstrução* constitui uma instanciação do subesquema, representando um exemplar ainda mais especificado deste. O *construto* é a realização efetiva (*token*), ou uso, de uma (micro)construção em uma dada situação real de fala ou de escrita. O quadro a seguir exemplifica essa relação em rede (cf. CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Quadro 2 – Rede esquemática de uma construção.



Fonte: Autoria própria, com base em Traugott e Trousdale (2013).

Tratando dos *links* (*elos*) entre construções, Goldberg (1995) postula haver *links* relacionais e *links* de herança. Os primeiros dividem-se em quatro tipos: polissemia, metáfora, subparte e instanciação. O de *polissemia* tem a ver com o fato de uma dada construção apresentar o mesmo *template* formal de outra, mas diferir relativamente desta em

² Cabe assinalar que um subesquema pode também ser produtivo a ponto de licenciar subesquemas de nível inferior, sendo estes mais especificados (*i.e.*, menos esquemáticos/relativamente especificados) do que aquele, os quais podem ser instanciados por microconstruções diversas (TRAUGOTT; TROUSDALE 2013). Um exemplo disso é a construção estativa $SN_{Suj} V_{Est} X_{Predict}$, que é subesquemática em relação ao esquema $SN SV$ e pode ser instanciada por subesquemas mais especificados, como $SN V SN$, $SN V SA$, $SN V SAdv$ ou $SN V SP$.

termos semânticos. Um exemplo disso é a construção transitiva *Eu esqueci a carta* ($Suj_{Exp} V_{Cog} Obj_{Tema}$), que se associa esquematicamente à sua “co-irmã” mais prototípica *Eu rasguei a carta* ($Suj_{Ag} V_{Ação} Obj_{Pac}$), mas não possui a mesma correspondência quanto aos papéis temáticos dos componentes. O de *metáfora* revela extensão de sentido em um ou mais componentes de uma construção. Em *Ela entrou em depressão*, por exemplo, *entrar* é conceptualizado metaforicamente como *movimento para dentro* e *depressão* como *local*. O de *subparte* se estabelece quando uma construção exibe uma configuração parcial de outra, mas tem existência própria. Isso pode ser exemplificado com *A porta abriu*, que é parte da construção *Alguém/Algo abriu a porta*. O de *instanciação* se mostra no fato de uma construção constituir-se como um caso *ad hoc* de outra. Por exemplo, uma construção intransitiva pode, eventualmente, apresentar-se como sintaticamente “transitiva”, conforme se vê em *Eu chorei essa perda* (SN1 V SN2).

Os links de herança referem-se às inter-relações de construções na rede, no sentido de que uma construção herda propriedades de outra, que é superordenada e mais geral (esquemática). Desse modo, um nó na rede herda propriedades de seu(s) nó(s) dominante(s). Um construto como *O bebê sorriu*, por exemplo, herda propriedades da construção intransitiva, que, por seu turno, herda propriedades da construção mais esquemática $SN_{Suj} SV_{Pred}$. Nessa ótica, uma construção pode, ainda, herdar propriedades de mais de uma construção, o que Goldberg (1995) chama de “link de herança múltipla”. Um exemplo disso é o construto *Por que o trabalho não foi feito?*, o qual herda, ao mesmo tempo, propriedades das construções interrogativa, negativa e passiva.

Sob o abrigo dessa abordagem cognitivo-funcional da língua, valemo-nos, em nossa análise, das noções de *chunking*, analogização, iconicidade e marcação. Estas são brevemente explicitadas a seguir.

Chunking, de acordo com Bybee (2010), refere-se a uma cadeia de itens linguísticos que coocorrem em um dado contexto de uso. Pela repetição frequente, esses itens podem passar a ser vistos integradamente, de modo a compor um todo formal e semântico convencionalizado, isto é, um *chunk*. O *chunk* é, portanto, um tipo de construção estocada na memória dos falantes a partir de experiências discursivas recorrentes. Sob essa ótica, um SP, por exemplo, pode ser considerado um *chunk*, visto ser composto por termos que sempre coocorrem – *Prep X* – formando um todo significativo. Para tanto, colaboram habilidades cognitivas de domínio geral, tais como categorização, percepção de relações de contiguidade e inferenciação.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), *analogização* – ancorada no processo cognitivo de comparação e associada ao processo de mudança linguística – diz respeito ao mecanismo por meio do qual uma construção é utilizada de modo inovador (na verdade, um novo construto) com base na similaridade de forma e/ou de conteúdo com uma construção mais já existente. Nesse caso, um dado pareamento forma-função é tomado em termos de outro, considerando-se relativo(s) paralelismo(s) entre ambos (cf. TRAUGOTT; DASHER, 2002; BYBEE, 2010). Assim é que a expressão *um bocado de preocupação* (não contável abstrato), por exemplo, formula-se via analogização a partir de expressões quantitativas como *um bocado de gente* (contável concreto).

O princípio de iconicidade tem a ver com a correlação transparente entre forma e significado (HAIMAN, 1985; GIVÓN, 1995; BYBEE, 2012). Essa correlação é cognitivamente motivada, posto que facilita o processamento conceitual do conteúdo. Nesse sentido, quanto mais expressiva e/ou mais literal for a correspondência entre a estrutura linguística e seu *designatum*, mais icônica é a construção. Inversamente, quanto menor for essa correspondência, menos icônica é a construção. Nesse viés, conforme Beck (2000), uma construção de conteúdo mais abstrato/metaforizado e/ou de expressividade mais econômica, que demanda maior esforço cognitivo de processamento, tem baixo grau de iconicidade ou pode até mesmo ser não icônica.

Posta nesses termos, iconicidade pode ser vinculada à noção de *marcação* (GIVÓN, 1995). Esta, por sua vez, se refere a traços distintivos entre uma expressão linguística e outra com a qual está em relação de contraste (BYBEE, 2012). Entre os critérios definidores da marcação estão o grau de (im)previsibilidade contextual, o grau de complexidade cognitiva e/ou estrutural, o grau de transparência entre forma e conteúdo e o grau de frequência de uso da expressão (BECK, 2000). Desse modo, uma construção pode ser considerada menos ou mais marcada.³ Como exemplo da relação entre iconicidade e marcação, podem ser citadas a ordem normal *Pegue o dinheiro* e a ordem de expulsão *Pegue o beco*. No primeiro caso (*Pegue o dinheiro*), há maior transparência entre forma e significado, pois se trata de uma ordem literal, sendo de uso mais comum; portanto pode ser considerada menos marcada. Já no segundo caso, *Pegue o beco* equivale a *Sai(a) daqui/Vá embora*; logo é uma expressão não literal, em que não há correspondência entre expressão e conteúdo, sendo de uso pouco comum por se restringir a certos contextos de interlocução, daí ser mais marcada.

³ Não é matéria de interesse aqui o detalhamento dos princípios de iconicidade e marcação tampouco as questões em torno deles. Para tanto, remetemos a Givón (1995), Beck (2000), Haspelmath (2008), Bybee (2012).

Considerando a dimensão funcional (*i.e.*, semântica, discursiva e pragmática) da construção, no *continuum* léxico-gramática, há construções que se associam mais à referencialidade de um evento ou de um estado de coisas, no sentido de revelarem conteúdo mais voltado para relatar/ descrever a realidade objetiva ou subjetiva.⁴ Outras construções, entretanto, têm caráter performativo (intersubjetivo), estando mais vinculadas à interação comunicativa em si, isto é, à relação entre os sujeitos de discurso (TOMASELLO, 1998). Nessa última categoria, incluem-se, por exemplo, construções que representam vocativos, saudações, despedidas, bônçãos. Também fazem parte dessa categoria as construções que instanciam atos de fala diretivos. Tais construções sinalizam, além de significados relativos ao relacionamento entre falante/ouvinte ou escrevente/ leitor, aqueles que deixam implícitos graus de (as)simetria social e de afetividade entre esses parceiros de interlocução (CULPEPER, 2012; HORN; KECSKES, 2013).

Em se tratando da relação entre locutor e interlocutor, trazemos, ainda, para este trabalho algumas noções fundamentais nos estudos em Pragmática, a saber: ato de fala, inferência pragmática, face e polidez.

O conceito de *ato de fala* é primeiramente atribuído a Austin (1990), para quem, ao falarmos, realizamos uma ação por meio da língua(gem), ou seja, “dizer é fazer”. Os atos de fala, segundo esse autor, dividem-se em *locucionário*, que se refere ao fato de emitirmos verbalmente um enunciado; *ilocucionário*, que corresponde à própria ação realizada ao dizermos algo (afirmar, perguntar, pedir, ordenar, prometer, jurar etc.), isto é, sua força ilocucionária; *perlocucionário*, que se volta para o interlocutor, provocando neste uma dada reação (por exemplo, um convite requer do destinatário o aceite ou a recusa).

Para Searle (1984), um ato de fala pode ser direto/explícito ou indireto/implícito. É direto, (ou explícito), quando o locutor verbaliza expressamente a força ilocucionária do ato. Um exemplo disso é o caso de se dizer *Estou lhe pedindo pra voltar*. É indireto (ou implícito) quando o locutor “mascara” a força ilocucionária do ato. Por exemplo, se um acompanhante, ao ver o sinal de estacionamento proibido, diz para o motorista *Olhe aí a placa!*, não está, com isso, fazendo um pedido ou dando uma ordem, mas alertando-o a não estacionar a fim de evitar a multa.⁵

Atrelada à ideia de ato de fala indireto/implícito, está a noção de *inferência pragmática*, ou “inferência convidada” (“invited inference”). Esta, segundo Traugott e Dasher (2002), diz respeito ao processo intersubjetivo em que o falante, ao utilizar uma dada ex-

⁴ Não estamos, com isso, assumindo a ideia da relação/correspondência direta entre linguagem e mundo.

⁵ Não cabe aqui nos atermos às discussões críticas em torno da Teoria dos Atos de Fala tal como formulada inicialmente por Austin e por Searle. Para tanto, ver, por exemplo, Souza Filho (2006).

pressão linguística diferente do convencional, conta com a colaboração do ouvinte para que este apreenda (ou infira) o significado pretendido. Sob essa ótica, consiste na negociação de sentidos entre falante e ouvinte no curso da interação verbal (BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Inferência pragmática, ainda conforme esses autores, aproxima-se, relativamente, da noção griceana de *implicatura*; entretanto, não se limita tão somente ao princípio de cooperação entre os interlocutores para produção e compreensão de atos de fala indiretos/implícitos. Também se estende ao cálculo de sentido no caso em que o locutor recorre à extensão semântica e/ou à inovação morfossintática com um novo significado pragmático, cuja interpretação pelo ouvinte é favorecida por mecanismos cognitivos e fatores contextuais (BYBEE, 2010; HORN, 2012b).

A noção de *face* está diretamente relacionada à ideia de preservação da autoimagem pública nas situações interativas (GOFFMAN, 1980). Em outras palavras, ao interagirem, os indivíduos esforçam-se em apresentar imagens positivas de si próprios. Para Goffman, o locutor não apenas procura resguardar sua própria imagem (ação defensiva), mas também a de seu interlocutor (ação protetora).

Nessa perspectiva, a ideia de face associa-se à noção de *polidez*, que tem a ver com o conjunto de estratégias de comportamento linguístico por meio das quais os interlocutores regulam as imagens que constroem de si mesmos e do outro ao longo da interação (BROWN; LEVINSON, 1987). Essas estratégias se inscrevem em expressões que, em geral, indicam atitudes como colaboração, respeito, cortesia, além de outras que sinalizam, explicitamente ou não, o cuidado que os parceiros de interlocução têm de apresentar uma face positiva, especialmente em contextos nos quais podem ser alvo de censura social (OLIVEIRA, 2005).

Afastando-se relativamente do entendimento de Goffman e de Brown e Levinson sobre essas noções, pesquisadores como Leech (1983), Lakoff (1989), Reis (2009), Cunha e Silveira (2011), entre outros, concebem-nas em termos de um *continuum* que pode ser flagrado nas situações efetivas de interação verbal. Nesse sentido, a face pode estender-se gradienteamente entre positiva e negativa; da mesma forma, a demonstração de (im)polidez pode ser gradiente (LEECH, 1983). Sendo assim, as estratégias de polidez podem se encaminhar para a manutenção da face positiva ou para desconstrução desta (CULPEPER, 2012; BARRERE, 2017). No primeiro caso, o(s) sujeito(s) de interlocução tende(m), em maior ou menor grau, a expressar tratamento respeitoso; no segundo, revela(m), disfarçada ou explicitamente, atitude de desprezo, chegando, em certas situa-

ções, ao ataque verbal de maneira rude (CUNHA; SILVEIRA, 2011). É nesse segundo caso, pois, que situamos a construção aqui abordada.

3 A construção impositiva de destrato – CID

A construção de comando (CC) representa um leque variado de atos de fala ilocucionários de valor diretivo – nos termos de Searle (1984) –, entre os quais estão ordem, proibição, ameaça, instrução, pedido, sugestão, convite etc. Essa construção é instanciada por uma rede de construções subordenadas, que realizam tais atos de fala por meio de estruturas de codificação bastante diversas. Os atos ilocucionários realizados por essas construções associam-se, paralelamente, a atos de fala perlocucionários, posto que seu conteúdo se projeta diretamente sobre o ouvinte/leitor, visando, em maior ou menor grau de ingerência, determinar/orientar a ação deste (SOUZA FILHO, 2006). Sob esse prisma, a CC pode ser considerada um domínio funcional complexo, nos termos de Givón (1995).⁶

A construção impositiva (CI), constituindo-se como uma das instanciações da CC, sanciona um grupo de construções subesquemáticas com funções distintas. Entre elas, enquadra-se a CID com o verbo *ir*, foco central de nosso estudo. Apenas a título de amostragem, vejamos os recortes textuais que seguem:

1. *Certifique-se de que o tipo de bateria é o recomendado para o seu veículo. Antes de remover a bateria usada, observe qual o seu terminal, se positivo (+) ou negativo (-), que está ligado ao cabo ou malha de aterramento ou massa. O cabo de aterramento é o que está ligado ao bloco do motor ou lataria. Marque qual é ele. Primeiro, desconecte e remova o cabo de aterramento. Em seguida, remova o cabo ligado ao sistema elétrico do veículo.*

[Link da amostra 1⁷](#)

2. *Abra suas asas
Solte suas feras
Caia na gandaia
Entre nessa festa*

[Link da amostra 2](#)

⁶ Domínio discursivo complexo, segundo Givón (1995), diz respeito a um amplo conjunto de propriedades semânticas e discursivo-pragmáticas relativamente similares, as quais podem ser codificadas por diferentes estruturas formais, no âmbito da (língua)gem.

⁷ Nota da Edição: caso algum dos links esteja fora do ar, basta copiá-lo para o arquivador digital <https://web.archive.org/>. Obs. links pouco acessados não são arquivados.

3. *Arrume suas coisas põe na mala
E deixe de uma vez a nossa casa
Vá embora ...*

[Link da amostra 3](#)

Nesses três recortes textuais, verificamos a voz de comando com o uso do imperativo. Entretanto, podemos perceber que, neles, embora se realizem atos de fala diretivos, há diferenças quanto ao grau de imposição do locutor sobre a ação do interlocutor. Em 1, o interlocutor é genérico – ou seja, qualquer pessoa que for instalar bateria em um veículo – e o comando é mais indireto e atenuado em razão de se tratar de um guia de instrução (*Certifique-se, observe, marque, desconecte, remova*). Em 2, o interlocutor também parece ser genérico, sendo também menor o grau de diretividade sobre sua ação, uma vez que o comando soa mais como uma sugestão (*Abra, solte, caia, entre*). Já em 3, o interlocutor é individuado – provavelmente, o cônjuge do locutor – e a voz deste é impositiva, isto é, exprime uma ordem (*Arrume, põe, deixe, vá [embora]*). Sendo assim, entendemos que tais recortes instanciam microconstruções diversas, pois, embora apresentem a mesma forma de imperativo (com variação morfológica apenas no caso de *põe* – em 3), exibem diferentes funções semântico-pragmáticas.

A CID, por sua vez, instancia igualmente um ato de fala diretivo, sendo configurada por subesquemas microconstrucionais estruturalmente distintos entre si. Contudo, ela diverge dos casos vistos nos exemplares de 1 a 3 pelo fato de adicionar à voz de “comando” a ideia de aborrecimento por parte do locutor em relação a seu parceiro de interação, a rejeição a este e a sinalização de encerramento do contato. Ademais, a irritação do falante/escrevente e a rejeição a seu interlocutor são marcadas, na maioria das vezes, por expressões imperativas não literais, sendo, em algumas situações, bastante ofensivas. Vejamos algumas amostras delas:

4. *Agora, cai fora
E sai da minha vida
De uma vez
Cai fora, vai embora
E leve tudo que
Você me fez*

[Link da amostra 4](#)

5. Eles ainda não perceberam que até os russos e os chineses adoram o capitalismo e os americanos e continuam repetindo esse papo usando um iPhone... *Vá plantar batatas*, André Singer... Nem o nome ajuda... marca de máquina de costura! *Vá costurar em outra freguesia!*

[Link da amostra 5](#)

6. Mais de 2/3 da minha cabeça estariam livres pra pensar em outra coisa se não fosse você a infernizar a paciência. *Vá pro diabo que te carregue*. Tenho um monte de coisas pra conquistar e não quero te ver por perto. *Vá pro raio que o parta*.

[Link da amostra 6](#)

Pelo que vemos nessas amostras, há sutis diferenças na voz impositiva de destrato. Em 4, o falante revela certa descortesia para com o(a) ouvinte, o que se mostra, principalmente, nos construtos *cai fora, sai da minha vida e vai embora*, todos eles com verbo no imperativo. Entretanto, dificilmente se poderia dizer que esses atos de fala diretivos equivalem a ofensa verbal. Em 5, podemos perceber um tom mais pesado no tratamento com o interlocutor por meio dos imperativos *Vá plantar batatas* e *Vá costurar em outra freguesia*. Diferentemente do que vemos em 4, essas expressões deixam entrever uma interlocução não consensual entre os parceiros de interação e assinalam uma atitude mais grosseira em relação ao interlocutor. Já em 6, o “clima” não parece nada amistoso, e o falante, aparentando irritação, destrata seu ouvinte de modo agressivo, conforme demonstram os construtos de comando *Vá pro diabo que te carregue* e *Vá pro raio que o parta*. O maior grau de animosidade em 6 por parte do falante pode ser visto nas expressões que demonstram “prejuízo” para o interlocutor: *diabo que te carregue* e *raio que o parta*.

Com base nessas amostras, podemos afirmar que a CID indica um *continuum* entre menor e maior graus na expressão (inter)subjetiva de descontentamento do locutor e de destrato a seu interlocutor. Também ainda é possível perceber que a voz imperativa de destrato parece tender a ser encabeçada pelo verbo *ir* (*vai embora, Vá plantar batatas, Vá costurar em outra freguesia, Vá pro diabo que te carregue, Vá pro raio que o parta*). É, portanto, essa formação específica da CID que nos interessa examinar agora um pouco mais detidamente.

Iniciemos retomando o primeiro objetivo deste trabalho: descrever os padrões construcionais da CID no que se refere a seus aspectos morfossintáticos, ou seja, o polo da forma, segundo Croft (2001). Para tanto, vejamos as ocorrências a seguir:

7. *Vá pras cucuias, vá pra pqp!* E se vier me perguntar eu mando esquecer...

[Link da amostra 7](#)

8. “Menino, *vá pro quinto dos infernos!*” Era a exclamação raivosa de uma figura folclórica, fraco do juízo, mas que não admitia ser chamados de “Zé doidinho”.

[Link da amostra 8](#)

9. Em fevereiro de 1982, já na Presidência, recebeu um telegrama do presidente da Associação de Docentes da Unicamp, Eliezer Rizzo de Oliveira, protestando contra a expulsão do professor Reinaldo Cué, um cubano com nacionalidade americana, da Universidade Federal do Ceará. Figueiredo foi curto e grosso: “*Vão à merda.*”

[Link da amostra 9](#)

10. A discussão entre os dois aconteceu na área externa na casa após Adrilles dizer que a professora era uma opção de voto no paredão. “*Vai te danar. No meu juízo, você é cínico e fingido. Você é um leva e traz. Fica ciscando nos quartos,*” disse a professora. (<https://noticias.bol.uol.com.br/fotos/bbb15/2015/02/02/segunda-feira-2fev2015---14-dia-do-bbb15.htm?mobile&imagem=1>).

[Link da amostra 10](#)

11. Paula ficou irritada e disse: “Não foi, não. Você sabe como é difícil tirar creme do cabelo? Não dá para tirar sem água. Tomei banho em dupla com a Harry para poder gastar menos. *Vai se ferrar, Maycon.*”

[Link da amostra 11](#)

12. Não bastava o erro ao confundir o filósofo Engels (aquele que escreveu o “Manifesto Comunista” com Karl Marx) por “Hegel”, cometido na denúncia em que pedia a prisão preventiva do ex-presidente Lula, o promotor José

Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, ainda respondeu às piadas de forma rude: “*Vão caçar o que fazer. Vão catar coquinho*”.

[Link da amostra 12](#)

13. Vai, vai, vai...

Vai ver se eu tô na esquina

Larga do meu pé, jacaré

Sai pra lá, não me azucrina.

[Link da amostra 13](#)

Observando-se os aspectos formais da CID nos exemplares de 7 a 13, podemos constatar que essa construção se configura, em termos sintáticos, pela presença do verbo *ir* (elemento constante) e um termo subsequente. Esse termo pode ser: no primeiro tipo, um sintagma preposicional (SP); no segundo, um verbo precedido de pronome oblíquo “reflexivo” (Pro V), este parecendo um “complemento”; no terceiro, uma oração – aparentemente, “transitiva direta” – com verbo e complemento⁸ (V Comp). Portanto, em suas três formações gerais, a CID com *ir* pode ser representada, grosso modo, pelos seguintes subesquemas: [Ir SP], [Ir Pro V] e [Ir V Comp].

Na formação [Ir SP], o SP com *para* (na verdade, sua variante abreviada *pr-Art Def*) é o uso predominante, conforme se encontram nas ocorrências em 7 (*pras cucuias* e *pra pqp*) e 8 (*pro quinto dos infernos*) – além dos casos expressos no excerto 6, apresentado anteriormente, e dos demais existentes nos recortes textuais coletados. Apenas em 9, o falante recorreu à preposição *a* (*à merda*) – aliás, a única ocorrência com *a* nas amostras coletadas, que é, nesse caso, de uso pouco comum. A preferência por *para* se dá, possivelmente, em razão de seu sentido básico de *destinação* e de sua relação convencional com o verbo *ir*, que indica *deslocamento*.

Quanto à configuração [Ir Pro V], observamos, pelas amostras 10 e 11, que o verbo *ir* é seguido por outro verbo, no infinitivo impessoal, ao qual se antepõe um pronome oblíquo (*te danar*, em 10, e *se ferrarr*, em 11). Esse pronome parece ser um “complemento” do verbo com que se relaciona, na condição de “objeto direto”; entretanto, não é assim que o entendemos. Defendemos que este é parte integrante do conjunto Pro V, com valor pretensamente “reflexivo”. Essa compreensão se baseia no fato de que interpretamos o

⁸ Optamos pelo termo “complemento” por ser de sentido mais geral, recobrindo tanto o plano semântico (os variados tipos de complementação verbal) quanto o sintático, uma vez que pode ser expresso por categorias variadas (SN, SP, Oração – *Or*).

pronomes tão somente como forma referencial para indicar/enfatizar sobre quem recai o conteúdo ofensivo expresso pelo verbo, no caso, o(s) ouvinte(s)/leitor(es). Logo, não se trata de uma ação que o(s) interlocutor(es) vai(vão) realizar contra si mesmo(s), o que nos leva a tomar os verbos desses exemplares como pseudotransitivos, aproximando-os dos intransitivos.

No tocante ao *design* sintático [Ir V Comp], vemos, pelas amostras 12 e 13, que a CID se molda pelo emprego de *ir* acompanhado de uma oração iniciada por verbo também no infinitivo impessoal (*caçar o que fazer* e *catar coquinho*, em 12, e *ver se eu tô na esquina*, em 13). Ainda considerando a estrutura sintática dessas expressões de forma mais minuciosa, notamos que os respectivos verbos que as encabeçam (*caçar*, *catar* e *ver*) são transitivos diretos, seguidos de um SN/termo equivalente (*coquinho* e *o* com a oração relativa encaixada *que fazer*, em 12) ou de uma oração subordinada (*se eu tô na esquina*, em 13), que funcionam como seus respectivos complementos. Contudo, levando em conta que tais estruturas – verbos transitivos diretos e seus respectivos complementos-objetos – não pareiam semanticamente o que expressa sua forma sintática, antes constituindo um todo idiomático de natureza metafórica, assumimos que essas orações em casos assim não são, de fato, transitivas diretas em termos prototípicos (cf. HOPPER; THOMPSON, 1980).

A formulação da CID nessas configurações sintáticas reproduz subesquemas estruturais de comando impositivo com o verbo *ir* já disponíveis na língua, a saber, *ir* no imperativo afirmativo de 2^a pessoa seguido de um SP indicando destinação locativa ou seguido de orações transitivas diretas (uma delas com pronomes oblíquos reflexivos antepostos ao verbo e a outra com verbo e complemento [objeto paciente]). Essas estruturas sintáticas são instanciações da construção de ordem literal com *ir*, por meio da qual o falante impõe algo para que o interlocutor execute.

Em relação aos aspectos morfológicos da CID, verificamos que existe certa variabilidade nos componentes que a codificam, tal como apontam as ocorrências de 7 a 13. Essa variabilidade diz respeito, particularmente, aos usos do verbo *ir* no singular, da preposição *para* nos casos com SP e do pronomes oblíquos no singular nos casos Pro V.

Primeiramente, cabe observar o verbo *ir*, que é utilizado sempre no imperativo afirmativo. Conforme o que se mostra nos construtos identificados no *corpus*, esse verbo se limita à referência da segunda pessoa do singular, alternando-se entre as formas *vá* (em 7 e 8) e *vai* (em 10, 11 e 13), ou da segunda do plural, unicamente expressa por *vão*⁹ (em 9 e 12). *Vá* associa-se a *você*, *vai* a *tu* e *vão* a *vocês*. Segundo Cardoso (2006), a forma

⁹ A forma canônica *ide*, de 2^a pessoa do plural, não é utilizada na CID.

vá representa o “imperativo substituto”, enquanto a forma *vai*, o “imperativo verdadeiro”. Ainda conforme a autora, essa variação é de natureza social, em se tratando do português europeu, e regional, no caso do português brasileiro.

No que respeita ao uso da preposição na CID com formato [Ir SP], vimos que ela apresenta a forma variante de *para*, isto é, a abreviação *pr-*, aglutinada com um artigo definido, que se flexiona em gênero e número, concordando com a palavra (nome) seguinte. Isso se comprova, por exemplo, pelas ocorrências em 7 (*pras cucuias, pra pq [puta que pariu]*), e em 8 (*pro quinto dos infernos*). Além dessas formas, há o emprego da preposição *a*, a qual, ao que tudo indica, parece restrita à expressão *à merda* – conforme o registro em 9 –, uma vez que não foi identificada relação sua com nenhuma outra palavra.

No que se refere ao emprego do pronome oblíquo na CID com a estrutura [Ir Pro V], ele também se aplica à segunda pessoa, variando entre *te* e *se* para o singular (amostras 10 e 11, respectivamente) e apenas *se* para o plural, como nesta ocorrência: “Agora todo mundo lamenta? *Vão se foder!*, diz Regis Tadeu.” (https://whiplash.net/materias/news_800/228124-drsin.html). Quanto à variação das formas do singular *te/se*, vale frisar que ambas são utilizadas muitas vezes indistintamente, alternando-se na relação morfossintática com a forma verbal singular *vai*, como se apresentam em 10 (*Vai te...*) e em 11 (*Vai se...*)¹⁰. Já com a forma *vá*, parece haver restrição para a combinação com *te*, admitindo apenas o uso de *se*. Eis uma amostra: “*Vá se lascar, seu nego safado, não conte comigo...*” (<https://www.cifraclub.com.br/atelier-do-samba/va-se-lascar/letra/>).

No plano fonético-fonológico, embora não tenhamos dados acústicos de fala real, sabemos, pela própria vivência social como falantes, que a CID se caracteriza pela expressão sonora em que o locutor levanta a voz em um tom mais alto e ríspido, de modo exclamativo, manifestando aborrecimento e descortesia com seu interlocutor. Tanto é que, na escrita, tal forma de expressão vem, em certas ocorrências, sinalizada pelo ponto de exclamação, indiciando esse traço prosódico oral, como ilustram os casos 14 e 15:

14. E é por esse povo que me permito dizer: “Presidente, *vá se danar!*”

[Link da amostra 14](#)

15. Dias atrás, presenciei uma discussão que, pelo tanto de batatas plantadas, daria para alimentar toda a população do país. Os dois contendores discutiam

¹⁰ Um estudo específico, possivelmente, poderá oferecer-nos uma explicação plausível para as motivações subjacentes a essa variação, o que não é tarefa deste trabalho. Por enquanto, remetemos a Yacovenco e Scardua (2017).

por causa de uma vaga na rua, motivo mais do que comum nos dias de hoje, em razão do aumento excessivo de veículos nas grandes cidades.

- *Vá plantar batatas!* – dizia um deles.
- *Vá plantar batatas, você!* – dizia o outro.

[Link da amostra 15](#)

Ainda considerando a elocução fonético-fonológica da CID, chama-nos a atenção o fato de a preposição *para* apresentar-se sempre na forma reduzida *pr-* (como nas amostras 7, ***pra pqp!***, e 8, ***pro quinto***), mesmo na modalidade escrita. Pensamos que essa tendência se deve em razão de essa construção ter sua origem na oralidade, em situações tensas, nas quais o locutor manifesta destempero emocional e baixo monitoramento do registro formal/polido.

Retomemos aqui nosso segundo objetivo: analisar a CID em termos de seus graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade.

Em relação à esquematicidade, baseando-nos em Traugott e Trousdale (2013), entendemos que a CID é uma instância subesquemática – $[V Y]_{\text{DESTRATO}}$ – do esquema $[[V] ([Y])]_{\text{IMPOSIÇÃO}}$. Além da CID, este sanciona construções que representam atos de fala como ordem, ameaça ou proibição, sendo, por sua vez, uma das instanciações da construção de comando. Esta constitui o esquema superordenado mais geral $[[X]_{\text{Dir}} ([Y])]_{\text{COMANDO}}$ ¹¹, inseminador dos atos de fala diretivos (ordens, proibições, pedidos, instruções, convites, sugestões e afins, conforme Searle (1984)).

A esquematicidade da CID reside no fato de ela representar um modelo paradigmático que sanciona subesquemas construcionais relativamente produtivos, os quais, por seu turno, sancionam certa variedade de *types* microconstrucionais. Entre esses subesquemas, estão os do tipo com o verbo *ir* – $[Ir Y]$ –, discutidos neste trabalho, bem como o que se instancia por outros verbos que exprimem xingamento, seguindo o padrão $[V-Pro]$ ¹², a exemplo de *Dane-se!*.

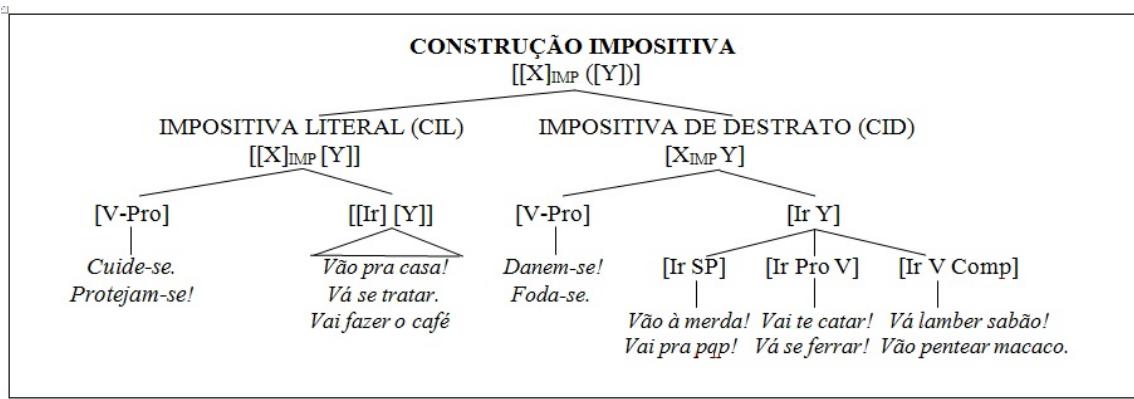
Essa constatação nos leva à outra propriedade envolvida na CID, qual seja, sua produtividade. Para Traugott e Trousdale (2013), a produtividade de uma construção se revela no fato de esta poder inseminar uma certa quantidade de (micro)construções/(*sub*) *types*.

¹¹ O “Y” entre parênteses no esquema – $([Y])$ – significa a não obrigatoriedade de realização desse componente na construção.

¹² A microconstrução $[V-Pro]$ não pertence ao escopo deste trabalho.

De acordo com o que já foi visto em amostragens anteriores, o subesquema [Ir Y] sanciona três diferentes subesquemas de nível inferior relativamente mais especificados: [Ir SP], [Ir Pro V] e [Ir V Comp]. Esses subesquemas possuem graus de produtividade diferenciados, exibindo, cada um deles, um naipe de microconstruções de destrato relativamente fixas/convencionalizadas representativas de cada subtipo. O quadro que segue esboça nossa visão sobre a rede esquemática (parcial) da CI, incluindo a que é o objeto deste estudo.

Quadro 3 – Rede da construção impositiva.¹³



Fonte: Autoria própria.

Pelo que esse quadro nos apresenta, notamos que existe um paralelismo (sub)esquemático entre a CIL e a CID, tanto nas que são encabeçadas pelo verbo *ir* quanto as que se formatam como V-Pro. Esse paralelismo indica, a nosso ver, a possível analogia processada na formação da segunda (CID) a partir de bases semântica e formal da primeira (CIL).

Em se tratando da composicionalidade, a CID parece ser não composicional. Em outras palavras, não há paridade entre sua expressão formal e seu significado, sendo o grau de analisabilidade de seus componentes praticamente nulo. Vejamos as seguintes ocorrências:

16. Já que você reclama de tudo, faz o seguinte, *vá pra casa do caralho* e se lá ainda não estiver bom pra você, *vá pros quinto dos infernos*.

[Link da amostra 16](#)

¹³ Nessa rede, embora previstas, não estão representadas as construções de comando indireto a exemplo de *Poderia me dizer que horas são?*

17. “*Vai te lascar*, ô filho de uma égua”, diz eleitor de Bolsonaro, que mora nos EUA, decepcionado. (<https://urbsmagna.com/2019/03/22/imperdivel-vai-te-lascar-o-filho-de-uma-egua-diz-eleitor-de-bolsonaro-que-mora-nos-eua-decepcionado/>).

[Link da amostra 17](#)

18. Musa, sinceramente, *vai chatear o Camões*. Que podem os poetas, diz-me, contra marketeers, aguados humoristas e outros promotores da realidade? (<https://joaquimalexandrerodrigues.blogspot.com/2017/06/musa-sinceramente-vai-chatear-o-camoes.html>).

[Link da amostra 18](#)

Essas amostras reforçam o que já analisamos anteriormente: a CID com *ir* é encabeçada invariavelmente por esse verbo, acrescido de outro termo com o qual parece compor um todo fixo convencionalizado, embora haja, em determinados casos, certa variabilidade morfossintática de alguns dos seus elementos. Assim, em 16, *Vá pra casa do caralho* e *vá pros [sic] quinto dos infernos* formam, respectivamente, um único bloco significativo, já consagrado pelo uso em situações de tensão entre os interlocutores. Nessa mesma direção, *Vai te lascar*, em 17, também parece constituir uma só expressão com significado de ofensa ao ouvinte/leitor. Em 18, *vai chatear o Camões* revela igualmente um conjunto expressivo integrado sinalizando, do mesmo modo, ataque verbal ao(a) parceiro(a) de interlocução.

Portanto, considerando essa breve análise, defendemos que, apesar de podermos “cindir” a CID nas duas partes que a compõem, tal como se mostra nos três subesquemas microconstrucionais de [Ir Y], parece-nos mais plausívelvê-la como não composicional, posto que só pode ser compreendida quando tomada como um todo indivisível. Sendo assim, essa cisão funciona apenas para o exame morfossintático da construção, não para as unidades de seu conteúdo, pois nenhuma de suas partes tem significado individual isoladamente, nem mesmo o verbo *ir*. Vista assim, essa construção consiste em um *chunk* altamente integrado – na acepção de Bybee (2010) –, no sentido de formar uma sequência sintática convencional cujos componentes se constituem como uma unidade semântica inseparável, associada a um contexto específico de uso, no caso, uma situação comunicativa tensa entre falante/escrevente e ouvinte/leitor.

Sintetizando o que discutimos sobre as propriedades definidoras da CID abordada aqui, alinhados a Goldberg (2003), Hoffmann e Trousdale (2013), Traugott e Trousdale (2013), Fried (2015), entendemos que essa construção é parcialmente especificada e flexível, visto que apresenta um componente constante, no caso, o verbo *ir* na 2^a pessoa (singular ou plural) do imperativo afirmativo, e um *slot* (Y) subsequente preenchido por um termo ou por uma oração, que forma com esse verbo um todo não composicional indicando agressividade/ofensa verbal dirigida ao interlocutor. Esse modelo (Ir Y) se mostra esquemático e produtivo na medida em que sanciona um grupo diversificado de microconstruções funcionalmente similares.

Por fim, consideremos agora o terceiro objetivo, que é o de examinar a CID no tocante a fatores semânticos, discursivos e pragmáticos envolvidos em seu uso.

Em termos semânticos, a CID com *ir*, de um modo geral, designa uma “ordem” de “afastamento” dada pelo locutor a seu(s) interlocutor(es) de forma indelicada/agressiva, indicando não querer mais o contato com este(s). Nesse sentido, a CID pressupõe uma situação de discordia entre os sujeitos de interação, na qual o falante/escrevente externa descontentamento com seu(s) interlocutor(es) e o(s) ofende verbalmente, repelindo-o(s).¹⁴

Ocorre que a CID, conforme atestam todos os exemplares colhidos, verbaliza-se por meio de expressões não literais, cuja voz de comando não descreve, de fato, o conteúdo do que é enunciado. Dito de outro modo, não há correspondência entre o que é codificado e o efeito de sentido desejado, posto que a intenção do locutor é insultar seu interlocutor e encerrar o contato, não propriamente lhe dar uma ordem. Sendo assim, tal construção se afasta, em parte, do ato de fala verdadeiramente impositivo que exprime uma ordem explícita convencional (a construção impositiva literal – CIL). Confrontemos estas amostras a fim de observarmos melhor as distinções entre elas:

19. F2: [...] mulher... *vá buscar pastilha Halls*... [...] *vá lá*...

(FURTADO DA CUNHA, 2011, p. 18).

20. F5: [...] *vá lá pra tia Rosa... vá morar* com ela...

(FURTADO DA CUNHA, 2011, p. 221).

¹⁴ Distinguimos essa condição prototípica de realização da CID daquela em que o falante, dada a intimidade com o parceiro de interação, utiliza expressões de “destrato” em total descontração, de modo que seu interlocutor não se sente insultado nem interpreta como encerramento do diálogo.

21. “*Vão pro inferno*”, diz Felipão, interrompendo entrevista de Deyverson. O técnico foi agressivo com jornalistas após polêmica que envolvia o atleta do Palmeiras..

[Link da amostra 21](#)

22. “Que dia eu vou operar ela? O dia em que eu quiser! *Vá comer merda!*”, xingou o médico ao jornalista, em reportagem feita pela TV Anhanguera, afiliada da Globo em Goiás.

[Link da amostra 22](#)

Em 19 e 20, os respectivos construtos *vá buscar pastilha Halls*, *vá lá*, no primeiro caso, e *vá lá pra tia Rosa*, *vá morar com ela*, no segundo, expressam uma voz impositiva literal e mais direta, designando sentidos mais referenciais: o locutor é impelido a se deslocar (sinalizado pelo verbo *ir*) para algum lugar (*vá lá*, em 19, e *vá lá pra tia Rosa*, em 20) e fazer algo (*buscar pastilha*, em 19, e *morar com ela*, em 20). Já em 21 e 22, *Vão pro inferno* e *Vá comer merda*, respectivamente, não carregam o mesmo valor impositivo referencial de se dirigir a um certo local para fazer algo. Em outras palavras, o significado em 21 não é uma *ordem para se mover* (*Vão*) de um ponto *a outro* (*pro inferno*) e em 22 também não é uma *ordem para se deslocar* (*Vá*) a fim de *realizar uma tarefa* (*comer merda*). Na verdade, os casos 21 e 22 representam impropérios injuriosos proferidos pelos falantes contra seus ouvintes. Tanto é que o conteúdo das expressões após o verbo *ir*, em casos como esses, é sempre de valor negativo, variando apenas em grau de agressividade e de ofensa ao interlocutor.

Dado o que se encontra nas amostras em 21 e 22, defendemos que a CID representa um caso de extensão semântica da construção impositiva mais básica/referencial com o verbo *ir* (que significa a realização futura de uma ação a partir de um comando). Sob esse viés, podemos considerar a CID uma instanciação da construção impositiva de ordem literal mediante o *link* de herança metafórica. Para Goldberg (1995), Boas (2013), Traugott e Trousdale (2013), esse tipo de *link* se mostra no caso de um ou mais componentes de uma construção corresponder(em) a mapeamento(s) metafórico(s) do(s) de outra construção com significado(s) mais básico(s) e estrutura similar.

Quanto à CID, entendemos que o *link* de herança metafórica reside no fato de o *chunk* de insulto com o verbo *ir* no imperativo, em vez de designar deslocamento obrig-

tório para certo lugar/realizar alguma ação, codifica, em termos metafóricos, o distanciamento afetivo e comunicativo “ordenado” ao ouvinte/ leitor, como se este, na verdade, tivesse de “ir a algum lugar”/“ir fazer algo”. Nesse sentido, a CID instancia a metáfora DISTANCIAMENTO AFETIVO É DISTANCIAMENTO ESPACIAL. Em sendo assim, enunciados como em 21 (*Vão pro inferno*) e em 22 (*Vá comer merda!*) resultam na “atenuação” da voz impositiva, uma vez que, por entendê-la como um insulto e rompimento do diálogo, e não como uma ordem em sentido literal, o interlocutor não está pragmaticamente comprometido com a “realização” do “comando”.

Da mesma forma, confrontando-se, ainda, o construto *Vai te lascar* (em 17) com “*Vá se lavar*”¹⁵, por exemplo, percebemos que, enquanto este se refere a uma ordem que implica ter de se movimentar até um certo local (*Vá*) para realizar uma ação reflexiva (*se lavar*), aquele não remete a esse mesmo significado básico. Em vez de ordem direta de deslocamento físico, o interlocutor interpreta como xingamento e repulsa por parte do locutor, em razão do dissenso estabelecido entre eles. Quer dizer, as correspondências entre forma e conteúdo verificadas em casos como 19, 20 e este último não são possíveis em casos como os existentes em 17, 21 e 22. Assim, as ocorrências 19, 20 e *Vá se lavar*, além de referenciais, são compostionais e analisáveis; 17, 20 e 21, por seu turno, não exibem essas mesmas propriedades; antes formam, *per se*, um *chunk* não analisável, tal como entendido por Bybee (2010), de significado metafórico, que não resulta da soma de suas partes.

A relação metafórica entre a CID com *ir* e a construção de comando que designa ordem literal/direta se constrói via analogização. Ou seja, uma construção é utilizada com base na similitude de forma e de “conteúdo” com uma construção mais básica já existente (TRAUGOTT; DASHER, 2002; BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). No caso da CID, o pareamento forma-função é formulado em termos da construção de comando literal (CIL) com *ir*, com a qual aquela mantém paralelismo analógico, especialmente no plano estrutural, conforme já demonstrado no Quadro 3.

O processo de analogização ocorrido entre a CID e a construção fonte pode ser visto, ainda, como um fenômeno de motivação icônica, no sentido de que a primeira representa uma tentativa de “reprodução” esquemática da segunda, que lhe serve de base, dadas as similaridades entre ambas. Entretanto a CID deve ser tomada como um caso de “iconicidade fraca”, nos termos de Beck (2000). Segundo esse autor, essa forma de iconicidade diz respeito ao fato de não haver correspondência/transparência entre o con-

¹⁵ <https://pt-br.facebook.com/DCEdaUSP/posts/741117282632877>.

teúdo e a forma que o codifica. Assim, uma construção cujo significado é metafórico, não composicional, é, portanto, menos icônica ou mesmo não icônica se comparada a outra com maior correlação entre forma e significado à qual se assemelha. Sendo assim, a construção iconicamente fraca – no caso aqui, a CID – deverá ser considerada mais marcada em razão de sua complexidade cognitiva (por ser não “literal”) e por sua provável baixa frequência/produtividade.

Para Traugott e Trousdale (2013), o uso inovador de uma construção consiste numa espécie de desvio (“mismatch”) do significado central da construção existente, ocorrendo sancionamento parcial desta. Ainda conforme esses autores, nesse contexto, o falante/escrevente recorre a uma implicatura, enquanto o ouvinte/leitor colabora mediante inferência pragmática para a construção do sentido. Nessa perspectiva, portanto, a construção em tela – que verbaliza insulto ao interlocutor, indicando o “afastamento” deste/interrupção do diálogo por meio de uma expressão de comando ofensiva do tipo “ir para algum lugar” ou “ir fazer algo” – é conceitualizada em termos análogos aos da construção convencional impositiva com *ir sem*, contudo, manter o paralelo semântico com esta. Também não há paralelo pragmático entre uma construção e outra, visto que, no caso da CID, o interlocutor não interpreta a voz de comando como verdadeiramente uma ordem que tem de ser literalmente cumprida.

Concentrando-nos mais especificamente nos aspectos discursivos e pragmáticos da CID, entendemos que esta pode ser identificada como uma espécie de ponto limítrofe entre o plano das relações intratextuais/endofóricas, associado à progressão textual-discursiva, e o plano da relação intersubjetiva (extratextual/exofórica), do âmbito da pragmática. Esse entendimento decorre da observação de que, por um lado, tal construção estabelece certo vínculo com determinado conteúdo informacional do texto e, por outro, projeta-se sobre o interlocutor.

Cabe ressaltar, ainda, que a CID é de natureza inherentemente responsiva, no sentido de consistir em uma reação contra o outro. Sendo assim, ao mesmo tempo em que remete a alguma atitude ou declaração por parte do interlocutor, explicitada no cotexto, da qual o locutor discorda e/ou pela qual se sente ofendido, ela também expressa o revide deste àquele por meio do ataque verbal, indicando o clima de tensão e de desacordo entre ambos. Atentemos para os seguintes casos:

23. A partir daí, o tom da discussão ficou ainda mais quente. Lindbergh acusou os colegas tucanos de “fascistas” e ouviu de Aloysio Nunes (PSDB-SP): “Vocês

são um bando de fanáticos”. Irritado, Cassio Cunha Lima gritou, fora do microfone, mas para quem quisesse ouvir: “*Vai pra puta que o pariu*”, em resposta ao colega petista.

[Link da amostra 23](#)

24. Uma semana e meia atrás, quando ele rebateu uma crítica que o atacante Ronaldo fez ao jornalismo da Band, entre bobalhão, baleia, trouxa e outros elogios, furibundo, ele lascou 13 “vai te catar” em meio a uma chuva de perdigotos. “Ronaldo, *vai te catar, velho!*”

[Link da amostra 24](#)

25. O comentarista [Reinaldo Azevedo] disse ser contra três das 10 medidas do pacote apresentado pelo Ministério Público contra a corrupção. “*Vai plantar batata, cara. Vem aqui me dizer que coleta ilegal de prova é coisa de democracia...*”

[Link da amostra 25](#)

Podemos ver, nesses excertos, que as instanciações da CID não têm vínculo sintático direto com outra oração nos respectivos contextos linguísticos em que se encontram; ou seja, constituem, cada uma, enunciados em certa medida “desgarrados” (ou uma construção à parte, relativamente independente). Todavia se relacionam com algum conteúdo informacional (antecedente ou posterior) do texto, sendo, nesse sentido, relativamente dependentes. Em 23, *Vai pra puta que o pariu* é complemento oracional de *gritou* e estabelece vínculo cotextual com as informações sobre a acusação de Lindbergh [Farias] e a consequente irritação de Cássio Cunha Lima, que proferiu o impropério. Na mesma direção, *vai te catar*, em 24, associa-se cotextualmente à informação precedente sobre o rebate feito pelo jornalista Datena à crítica do jogador Ronaldo. Em 25, *Vai plantar batata* liga-se à informação seguinte, revelando o aborrecimento e a reprovação do comentarista Reinaldo Azevedo quanto à afirmação feita pelo juiz Sérgio Moro. Assim, embora seja um enunciado situado na borda sintática (à esquerda ou à direita) de um dado segmento conteudístico, mantém com este um *link* intratextual e discursivo coerente, justificando sua participação e seu nexo na teia multiproposicional (cf. GIVÓN, 1998).

Quanto à vinculação extratextual da CID, é inequívoco que ela se volta para o interlocutor, o que é abertamente atestado nessas (e nas demais) amostras, em especial,

pela referência direta à 2^a pessoa do discurso. Por elas, o falante/escrevente dirige um insulto de forma impositiva ao seu ouvinte/leitor, assinalando desentendimento entre eles e “exigindo” o “distanciamento” deste. Dessa forma, essa construção deixa à mostra seu caráter predominantemente intersubjetivo, que é do domínio pragmático. O quadro seguinte esboça, grosso modo, as diferenças entre a construção impositiva de ordem direta e a de destrato, sintetizando parcialmente o que foi examinado até aqui quanto aos planos sintático, semântico, discursivo e pragmático referentes à CID:

Quadro 4 – Resumo comparativo da construção impositiva com *ir*.

CONSTRUÇÃO IMPOSITIVA COM <i>IR</i>								
	Ordem Direta/Literal			Destrato				
Sint.	[[Ir] [SP]]	[[Ir] [Pro V]]	[[Ir] [V Comp]]	[Ir SP]	[Ir Pro V]	[Ir V Comp]		
	Chunks compositionais e analisáveis			Chunks não compositionais e não analisáveis				
Sem.	Dirigir-se a algum lugar	Deslocar-se (para) fazer algo		Ofensa e repulsa ao interlocutor				
	Sentidos mais ancorados na concretude			Sentidos mais abstratizados (metafóricos)				
Disc.	Não responsiva, independente de co(n)texto discursivo			Responsiva, dependente de co(n)texto discursivo				
Prag.	A ordem compromete o interlocutor a realizá-la -impolidez e menor dano às faces			O interlocutor é repelido, mas não obrigado a nada +impolidez e maior dano às faces				
Ex.:	Vá para casa.	Vá se lavar.	Vá pegar pastilha.	Vão pro inferno.	Vai te danar!	Vá comer merda.		

Fonte: Autoria própria.

Ainda dentro do terreno da relação locutor-interlocutor, em razão do desacordo interpessoal, a CID assinala o rompimento da polidez e a desconstrução da face positiva. Nesse sentido, ela expressa um ato de fala que colide com a boa relação social – a qual, normalmente, deve(ria) haver entre os parceiros de interlocução –, revelando quebra de conduta/contrato nessa relação (LEECH, 1983). Ao recorrer a esse tipo de construção, o locutor abre mão do resguardo à face (sua e do outro), desprezando a censura social em favor da própria liberdade de ação/expressão. Agindo assim, acaba por causar danos à autoimagem e à de seu(s) interlocutor(es).

As amostras de 23 a 25 (além das apresentadas anteriormente) deixam claro que, nessas circunstâncias, parece mesmo não haver preocupação com o resguardo da imagem pública – nem do próprio locutor e menos ainda de seu interlocutor. Isso porque, com o insulto, o falante/escrevente se expõe inapropriadamente, demonstrando descontrole emocional e descortesia, bem como afeta negativamente o outro.

Contudo, de acordo com Reis (2009), Cunha e Silveira (2011), Barrere (2017), por exemplo, a atitude de preservação da face e as estratégias de polidez devem ser entendidas num *continuum*, que vai do polo positivo ao negativo. Assumindo esse viés, vemos, nas amostras citadas, que elas se apresentam gradientemente desde as menos rudes até as mais grosseiras e ofensivas ao interlocutor. Assim, comparando-se as ocorrências em 24 (*vai te catar*) e 25 (*Vai plantar batata*) com a que se encontra em 23 (*Vai pra puta que o pariu*), somos levados a admitir que aquelas revelam um grau de destrato inferior a esta última. Vejamos mais as ocorrências que seguem:

26. F2: [...] ficar contando faltinha... *vai pra lá ômi...*

(FURTADO DA CUNHA, 2011, p. 63).

27. O motorista do “meu” táxi gritou para o infrator:

– Ei amigo, sua carteira está vencida!

Ao que o meliante respondeu, enquanto tentava passar entre dois carros:

– *Vá pentear macacos!*

[Link da amostra 27](#)

28. *Vai tomar no cu.* Quem falou que aquela imagem é Deus?”

[Link da amostra 28](#)

É facilmente perceptível, por essas amostras, que o grau de impolidez/agressividade e de comprometimento das faces é bem menor na expressão *Vai pra lá*, em 26, do que o verificado na um tanto hostil *Vá pentear macacos!*, em 27, e na mais ofensiva ainda *Vai tomar no cu*, em 28. Esses e os demais casos reforçam, portanto, o entendimento de que há, de fato, uma escalaridade na demonstração de destrato e de ameaça à face.

Vista pelo ângulo do desencontro entre os interagentes comunicativos, a CID parece abrigar uma contradição: por um lado, aponta para o princípio de cooperação, no sentido de os sujeitos de interlocução estarem conjuntamente engajados na construção de significado(s), conforme postula Grice (1982); por outro, marca o travamento discursivo, revelando o desejo do locutor em, de maneira inesperada e rude, encerrar o contato e “distanciar” o outro (CULPEPER, 2012).

4 Palavras (quase) finais

Neste trabalho, traçamos como objetivos considerar a Construção Impositiva de Destrato com o verbo *ir* – CID – atentando para os planos da forma e da função. No que se refere à configuração geral, vimos que essa construção se caracteriza esquematicamente por meio da estrutura [Ir Y], na qual *Ir*, no imperativo afirmativo de 2^a pessoa (singular ou plural), é o componente constante e Y constitui o *slot* a ser preenchido. Nesse sentido, a CID é uma construção parcialmente especificada e flexível.

Esse esquema é relativamente produtivo na medida em que pode sancionar um grupo de subesquemas microconstrucionais, os quais são identificados pelas formas sintáticas [Ir SP], [Ir Pro V] ou [Ir V Comp]. Tais microconstruções podem ser instanciadas, respectivamente, por *types* como, por exemplo, *Vão pras cucuias*, *Vai te catar*, *Vá pentear macaco*. Expressões como essas, entre muitas outras do tipo, já são, de certo modo, convencionalizadas pelo uso, havendo pouca variação em alguns de seus componentes internos.

Do ponto de vista semântico, a CID conceitualiza a manifestação de insulto, em que o locutor, por se sentir contrariado/importunado pelo interlocutor “ordena” o “afastamento” deste de maneira ofensiva. Nesses termos, o conteúdo semântico dessa construção é incompatível com o que é expresso por sua configuração léxico-sintática, visto que, ao enunciar “Vá pra X” ou “Vá fazer X”, de modo ríspido e hostil, o falante/escrevente não está dando mesmo uma ordem em sentido literal para que o interlocutor a cumpra de fato. Está, em vez disso, sinalizando sua contrariedade e “impondo”, agressivamente, o “distanciamento” do outro. Assim constituída, a CID representa extensão semântica da construção mais básica de ordem literal direta, assinalando, com isso, o *link* de relação metafórica entre esta e aquela de sentido mais abstrato. Ou seja, em sua formulação, a CID é conceitualizada em termos da construção de comando real com *ir*, o que se dá pelo processo de analogização. Nesse caso, embora ambas as construções revelem certas semelhanças estruturais, não compartilham as mesmas correspondências funcionais (de significado e de fins pragmáticos). Dadas essas condições, a CID deve ser considerada como menos icônica e mais marcada em comparação com a construção mais básica que lhe serve de modelo.

Considerando a participação da CID no discurso, como esta é de natureza eminentemente responsiva, uma vez que expressa uma “resposta” agressiva do locutor a algo feito/dito pelo interlocutor, desagradável para aquele, ela se conecta no texto com a porção relativa à informação do fato motivador dessa “resposta”. Desse modo, essa construção raramente apresenta alguma relação sintática interoracional; em vez disso, consiste mais

num enunciado de fronteira, à direita ou à esquerda do conteúdo principal. Sob esse ponto de vista, a CID constitui-se como uma construção sintaticamente “desgarrada”/“autônoma”, por não ser propriamente um constituinte interacional, porém dependente do co(n)texto discursivo em que se encontra e ligada a este em alguma medida.

Quanto à dimensão pragmática, constatamos que a CID, dado o seu caráter responsivo, projeta-se sobre o interlocutor, aspecto comprovado, entre outros, pelo emprego do verbo na 2^a pessoa do discurso em tom impositivo. Esse fato atesta a função primordialmente dialogal dessa construção.

Outro aspecto pragmático a considerar em relação à CID tem a ver com sua gradiente no que se refere ao comprometimento da face e à manifestação de impolidez. Nesse sentido, vimos, por meio dos exemplares expostos, que essa construção varia, de modo escalar, entre os construtos menos rudes e os mais ofensivos. Em sendo assim, há expressões que, pelo seu grau atenuado de impolidez, implicam menor ameaça às faces dos parceiros de interação; mas há outras que revelam um grau acentuado de descortesia e de agressividade, o que leva a um sério comprometimento da imagem social dos interagentes. Neste último caso, especialmente, o locutor ultrapassa os limites da boa conduta, quebrando o acordo de interlocução tolerante e respeitosa.

Referências

- ANDRADE, M. A. S. *Construções gramaticais com ir no português brasileiro contemporâneo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ações*. Trad. D. M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. (Col. Série Discurso Psicanalítico).
- BARRERE, L. L. Face e polidez linguística em reclamações online: uma análise sob o viés pragmático. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 383-405, jan./jun., 2017.
- BECK, D. The syntax, semantics, and typology of adjectives in Upper Necaxa Totonac. *Linguistic Typology*, v. 4, n. 2, 2000.
- BECKNER, C. et al. Language is a complex adaptive system: position paper. *Language Learning*, v. 59. p. 1-26, 2009.
- BOAS, H. C. Cognitive Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford handbook of Construction Grammar*. New York: OUP, 2013, p. 176-188.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: CUP, 1987.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010.

- BYBEE, J. Markedness: iconicity, economy, and frequency. In: SONG, J. J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Oxford: OUP, 2012, p. 131-147.
- CARDOSO, D. B. B. O imperativo gramatical no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 14, n. 2, Belo Horizonte, p. 317-340, jun./dez., 2006.
- CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: OUP, 2001.
- CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. In: ANDERSEN, G.; AIJMER, K. (Eds.). *Pragmatics of society*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012, p. 393-438. (Col. Handbooks of Pragmatics, 5).
- CUNHA, T. F.; SILVEIRA, S. B. Estratégias de im-polidez em situações de conflito. *Discurso & Sociedad*, v. 5, n. 4, p. 677-700, 2011.
- DIESSEL, H. Usage-Based Linguistics. In: ARONOFF, M. (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York: OUP, 2017.
- FORD, C. E.; FOX, B. THOMPSON, S. Social interaction and grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. v. 2, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2003, p. 119-144.
- FRIED, M. Construction grammar. In: KISS, T.; ALEXIADOU, A. (Eds.). *Syntax – theory and analysis: an international handbook*, v. 1. Handbooks of Linguistics and Communication Science. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015, p. 974-1003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *Banco Conversacional de Natal*. Natal: EdUFRN, 2011.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Variação e mudança em perspectiva construcional*. Natal: EdUFRN, 2018.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. The functional approach to grammar. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 1998, p. 41-66.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.). *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 76-114.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

- GOLDBERG, A. E. Constructions: a new theoretical approach to language. *TRENDS in Cognitive Sciences*, v. 7, n. 5, p. 219-224, 2003.
- GONÇALVES, A. O processo de gramaticalização do verbo IR no português brasileiro: um estudo diacrônico. *Domínios de Lingu@gem – Revista Eletrônica de Linguística*, v. 6, n. 1, p. 393-417, 1º sem., 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso: 25 fev. 2019.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. Trad. J. W. Gerald. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística – Pragmática: problemas, práticas, perspectivas da Linguística*, v. IV. Campinas: Ed. do Organizador, 1982, p. 81-103.
- HASPELMATH, M. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics*, v. 19, n. 1, p. 1-33, 2008.
- HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, n. 56, p. 251-299, 1980.
- HORN, L.; KECSKES, I. Pragmatics, discourse and cognition. In: ANDERSON, S. et al. (Eds.). *The language-cognition interface*. Geneva: Droz, 2013, p. 353-373.
- KEMMER, S.; BARLOW, M. Introduction: a usage-based conception of language. In: BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. (Eds.). *Usage-based models of language*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2002, p. vii-xxviii.
- LAKOFF, R. The limits of politeness: therapeutic and courtroom discourse. *Multilingua*, v. 8, n. 2/3, p. 101-129, 1989.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização. *Lusorama*, v. 81-82, p. 135-150, 2010.
- MÓIA, T. Aspectos da gramaticalização de *ir* como verbo auxiliar temporal. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, v. 3, n. 9, p. 213-239, 2017.
- OLIVEIRA, J. A. Polidez e identidade: a virtude do simulacro. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-polidez-identidade.pdf>. Acesso: 20 mar. 2019.
- OLIVEIRA, J. M. O imperativo gramatical nas capitais do Nordeste: análise sociolinguística de dados do ALiB. In: LOPES, N. S. da (Orgs.). *Estudos sobre o português do Nordeste: língua, lugar e sociedade*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 27-44.
- OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. *Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes*. Niterói: EdUFF, 2017.
- OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. do (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj, 2015.
- OLIVEIRA, V. M. *Caracterização da polifuncionalidade morfossintática, semântica e discursiva do verbo “ir”*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ÖSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extensions*. Philadelphia: John Benjamins, 2005.

PINHEIRO, R. C. A regência do verbo *ir* de movimento por falantes cultos de Fortaleza-CE: relação entre ensino e pesquisa. *Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 27, n. 1, p. 55-72, jun., 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/issue/view/5611>. Acesso: 30 mar. 2019.

REIS, R. L. *Desculpas públicas e política*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RUMEU, M. C. B. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. *Signum: Estudos Linguísticos*, v. 19, n. 2, Londrina, p. 310-341, dez. 2016.

SAMPAIO, D. A. *Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, v. 51, n. 1, São Paulo, p. 189-222, 2007.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de Filosofia da Linguagem*. Trad. C. Vogt. Coimbra: Almedina, 1984. (Col. Novalmedina, 12).

SILVA, J. R. Intensificação do verbo e mudança construcional. *Soletrias*. n. 37, p. 224-245, 1º sem., 2019.

SOUZA FILHO, D. M. A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem. *Filosofia Unisinos*, v. 7, n. 3, p. 217-230, set./dez., 2006.

TOMASELLO, M. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: CUP, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: OUP, 2013.

WIEDEMER, M. L. *A regência variável do verbo “ir” de movimento na fala de santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Florianópolis: UFSC, 2008.

WIEDEMER, M. L.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). Novos encaminhamentos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Soletrias*, n. 37, 1º sem., 2019.

YACOVENCO, L. C.; SCARDUA, J. R. A variação pronominal de segunda pessoa: contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa. *Working Papers em Linguística*, v. 18, n. 2, p. 171-191, Florianópolis: UFSC, ago./dez., 2017.



Data de submissão: 26/10/2019

Data de aceite: 21/04/2020

**QUANTIFYING BINOMINAL CONSTRUCTIONS IN PORTUGUESE
AND RUSSIAN: THE CASE OF UM MONTE DE NP
AND KUCHA NPGEN**

**CONSTRUÇÕES BINOMINAIS QUANTIFICADORAS EM PORTUGUÊS E RUSSO:
O CASO DE UM MONTE DE SN E KUCHA SNGEN**

Karen Sampaio Braga Alonso

Lattes | karensampaio@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Gabrielle de Figueira do Nascimento

Lattes | gfigueira.nascimento@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diego Leite de Oliveira

Lattes | diegooliveira@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Thiago Moreira da Silva

thiago.letras.ufrj@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nuciene Caroline Amphílóphio Fumaux

Lattes | carol.fumaux@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract: This paper reports on a contrastive study of Brazilian Portuguese *um monte de NP* and Moscow Standard Russian *kucha NPgen* quantifying binominal constructions, under a usage-based constructionist approach. To identify semantic specificities in both constructions, an empirical investigation based on collostructional analysis was conducted. The results indicate that despite some similarities between Portuguese and Russian in terms of cognitive operations involved in the conceptualization of the binominal quantifying constructions *um monte de NP* and *kucha NPgen*, there are specificities concerning each construction in each language in terms of semantic compatibility of lexemes co-occurring in them.

Keywords: Quantifying binominal constructions. Usage-based construction grammar. *Monte. Kucha.* Collostructional analysis.

Resumo: Este trabalho consiste em um estudo contrastivo das construções binominais quantificadoras *um monte de SN*, do português brasileiro, e *kutcha SNgen*, do russo, em uma perspectiva construcionista baseada no uso. Para identificar especificidades semânticas em ambas as construções, foi realizada uma investigação empírica baseada em análises colostrucionais. Os resultados indicam que apesar de algumas similaridades entre português e russo em termos de operações cognitivas envolvidas na conceptualização das construções binominais quantitativas *um monte de SN* e *kucha SNgen*, há especificidades relativas a cada construção em cada língua no que se refere à compatibilidade dos lexemas que nelas ocorrem.

Palavras-chave: Construções binominais quantitativas. Gramática de construções baseada no uso. Monte. Kutchá. Análise colostrucional.

1. Introduction¹

One of the most interesting phenomena in natural language concerns the ability of some linguistic expressions to convey new meanings and/or functions over time in several domains. A number of scholars under the grammaticalization framework have already demonstrated paths of change ranging from lexicon to grammar. In order to cite one example, Bybee (2010, p. 199) supports such lexicon-to-grammar paths through a diachronic analysis of periphrastic future with *will* in English, reinforcing the importance of crosslinguistic comparison to understand mechanisms underlying language change.

The fact that (new) forms may be associated to new functions is observed in several domains, including quantification manifested in binominal constructions (TRAUGOTT, 2008; ALONSO, 2010; BREMS, 2012; VERVECKKEN, 2015; RAKHILINA, 2009, among others). A large group of nouns within quantifying binominal constructions – such *monte* ('heap'), *chuva* ('rain'), in Portuguese, or *kucha* ('heap'), *morie* ('sea'), in Russian – could be included in the class of quantifiers. Thus, a point to be considered is that not only classical quantifiers (such as *liter*, *kilo*, etc.) can be part of the fixed portion of such a construction.

Comparison among languages demonstrates that it is possible to make use of concrete referents to talk about abstract concepts that are related to subjective judgements of quantity (in terms of small or large quantity). That is the case of *monte* ('heap') which shows up within a binominal construction, i. e., *um monte de NP* to indicate 'a big amount

¹ This paper congregates the main preliminary results of a more comprehensive research project regarding binominal constructions in different world languages, with special attention to Brazilian Portuguese.

of something' in contemporary Brazilian Portuguese, a Romance language, as well as *kucha* ('heap') which was recruited in Russian, a Slavic language, as the fixed element instantiating the quantifying binominal construction *kucha NPgen*.

In this work, we are interested in the comparability between functionally similar constructions in Brazilian Portuguese and Moscow Standard Russian (hereinafter referred simply as Russian) and the crosslinguistic relevance of this analysis to a usage-based framework. We assume that, first, the comparison among different languages can reveal cognitive motivations underlying surface linguistic structure and, second, binominal constructions provide good evidences for that.

The main purpose here is to offer the results of a contrastive collostructional analysis of quantifying binominal constructions in Brazilian Portuguese and Russian following Gilquin (2015), whose work demonstrated the feasibility of such methodology applied crosslinguistically. Differently from Gilquin (2015), our focus relies not only on constructions which are semantically equivalent at first glance, but on the comparison of constructions displaying a relevant degree of productivity² in each language. That seems to be the case of *um monte de NP* and *kucha NPgen*, since both, despite dissimilarities in terms of semantic traits, display high levels of entrenchment, with high extensibility and token frequency. In addition, while Gilquin is interested in academic writing, we focus on a more comprehensive type of writing such as the journalistic genres.

This paper is basically divided threefold: first, we will discuss collostructional analysis family of methods under a usage-based constructionist approach; second: we will analyze Portuguese and Russian separately, focusing on the results of a collexeme analysis for *um monte de NP* (Portuguese) and *kucha NPgen* (Russian). Third, we will briefly show the results obtained by the distinctive collexeme analysis for *um monte de NP* and *kucha NPgen*.

2. Quantifying Binominal Constructions: a collexeme analysis

This section aims at providing a brief discussion of the quantifying binominal construction associated to the methods of collostructional analysis often employed under a usage-based constructionist perspective on language. The next subsection discusses the way the quantifying binominal construction is understood under a usage-based constructionist perspective, which conceive language as a network of interrelated constructions, as form-function pairings. Subsection 2.2 shows how the specific collostructional analysis methods of collexeme and distinctive collexeme analysis were applied in this investigation.

² For more details about productivity, see Barddal (2008).

2.1. Quantifying binominal constructions and the collostructional analysis methodology

Quantifying Binomial Constructions congregate a different set of form-meaning pairings coined in a number of languages as grammatical alternatives for quantifying referents. They frequently perform a figurative function due to the assumption that speakers' recruitment of non-quantity nouns to instantiate a quantifying construction reveals the nature of the cognitive processes (such as metaphor or metonymy) underlying the surface syntactic structure.

This analysis assumes a usage-based perspective on language and the understanding of grammar as a construction network (see GOLDBERG, 1995, 2006, 2019; DIESSEL, 2019). Since it is a functional-cognitive approach, it points out that the close relationship between semantic-pragmatic and morphosyntactic aspects of the language units will be considered here.

Assuming a constructionist approach to language, we will follow the network configuration which can be found in the background illustrated in the figure 1 below, quoted from Traugott and Trousdale (2013, p. 17) as reference for the levels of constructions schematicity.

Figure 1 – Gradience of hierachic relationships among constructions

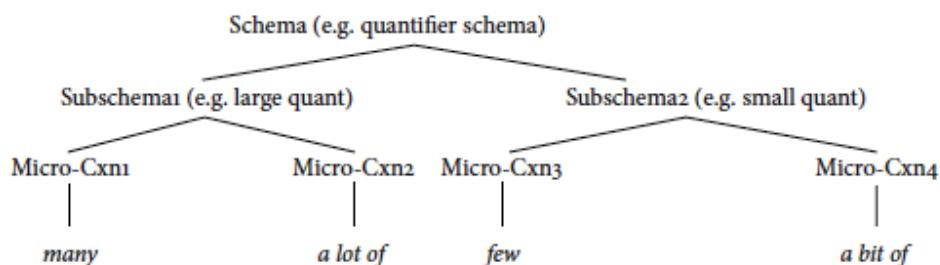


Figure 1 brings out the quantifier schema to English, reinforcing the constructionist crucial argument in favor of the arrangement of constructions in a network. Thus, it illustrates nodes and links among quantifying constructions, focusing on taxonomic links (see GOLDBERG, 1995 and DIESSEL, 2015, 2019 for a more detailed range of constructions links). In this paper, both Brazilian Portuguese and Russian analysis address selected binominal micro-constructions (e.g. *um monte de NP*, for Portuguese, and *kucha NPgen*, for Russian) assumed as nodes linked to the sub-schema 1 (large quantity).

Considering that both [um monte de NP] and [kucha NPgen] constructions display a fixed slot – *um monte de* and *kucha*, respectively – and a schematic slot requiring

NPs without specification on declension (as in Portuguese) or NPs inflected in genitive case (as in Russian), one of the researcher's tasks is to identify what kinds of lexemes can fill the NP schematic slot in each language. According to the general principles of Construction Grammar approach, the candidates to fill the open slot in the quantifying binominal construction would exhibit some kind of semantic compatibility to the construction, that is, a word may occur in a given construction if its meaning is compatible with the meaning of the construction (cf. STEFANOWITSCH; GRIES, 2003, p. 99). Thus we would expect that in *um monte de NP* and *kucha NPgen* constructions, in addition to quantifiable referents, would attract lexemes whose referents could be arranged in large quantity so that they form a concrete or abstract (metaphorical) heap. In the case of *um monte de NP* construction, due to its development in the history of Brazilian Portuguese, resulting in an expressive semantic expansion of the construction regarding the semantics of the candidates to fill the open slot (cf. FUMAUX, 2018), a question may be raised: what are the collocational preferences of *um monte de NP* construction, considering this semantic expansion. The identification of collocational preferences may provide some insights on the status of the construction in a given synchrony.

A crosslinguistic analysis of the quantifying binominal construction mentioned above may reveal interesting points concerning quantification in language and the cognitive processes which it involves. Based on this assumption, we use quantitative methods applied to corpus analysis, which may constitute a powerful tool in studies under a usage-based constructionist perspective.

2.2. Collostructional analysis as a feasible method to understand constructions' semantic properties

In this paper, in order to understand some specific semantic aspects of the constructions under analysis in Brazilian Portuguese and Russian, we have used collostructional analysis – a family of association measures methods, including: (i) a simple collexeme analysis, which measures the force of attraction of lexemes to one slot in a given construction; (ii) a distinctive collexeme analysis, which measures the force of attraction of lexemes to one slot in two or more constructions; (iii) a covarying collexeme analysis, which measures the force of attraction of lexemes to two slots in one construction (see GRIES; STEFANOWITSCH, 2004, for more details).

In order to analyze the force of attraction of lexemes to the *um monte de NP* construction in Brazilian Portuguese and to *kucha NPgen* in Russian, we have recurred to a

simple collexeme analysis for each language separately. Likewise, to compare the force of attraction of lexemes in both constructions, a distinctive collexeme analysis was applied. The covarying collexeme analysis was excluded from this research. According to Gries and Stefanowitsch (2004), in constructionist approaches the combinations of lexemes occurring in construction slots is conceived in terms of semantic compatibility. For the authors:

A word may occur in a given construction if its meaning is compatible with the meaning of the construction; it may ‘alternate’ between two constructions if (or to the degree that) the word’s meaning is compatible with meanings of both constructions. In the context of alternating pairs, a focus on constructional semantics and semantic compatibility raises several questions: first, what exactly are the (often seemingly tenuous) semantic differences between the members of such a pair; second, how productive is the ‘alternation’ in actual usage, i.e. which verbs/nouns occur freely in both constructions and which have strong biases towards one of them and third, is a constructional, non-derivative approach plausible given the answers to the first two questions. (GRIES; STEFANOWITSCH, 2004, p. 99).

Considering the questions raised by Gries and Stefanowitsch (2004), we seek to understand which lexemes are compatible with the constructions studied in this research, in order to understand a little bit more about these constructions as pairing of form and meaning. Also, we aim to identify similarities and differences between them. In order to do that, first we proceed to a simple collexeme analysis carried out separately for *um monte de NP* as well as *kucha NPgen* constructions. This kind of analysis considers (i) the size of the corpus (in number of words); (ii) the token frequency of the construction in that corpus; and (iii) the token frequency of each lexeme in the construction in order to obtain the force of attraction of each lexeme in each of the analyzed constructions (for more details, see GRIES; STEFANOWITCH, 2004; GRIES, 2014).

In order to make a feasible comparison between the two languages, we had controlled the sample data for each one. As this is a preliminary study aiming at verifying the compatibility of a collostructional analysis to the object being investigated, we started from a limited sample. As for Brazilian Portuguese data, we have considered a 35,699,765 word subcorpus of journalistic writing sampled from the basis of Linguateca (www.linguateca.pt), covering data from 1994 to 1995 of Folha de São Paulo newspaper. By this analysis, we have collected a total of 296 instances of *um monte de NP*. As for Russian data, we have considered a 33,547,720 words subcorpus of journalistic writing custom-

ized on the basis of Russian National Corpus (available at www.ruscorpora.ru), covering data from 2007 to 2010 of Trud newspaper. 391 instances of *kucha* NPgen were collected.

In the analysis, the R software for statistical computing was employed in its 3.5.3 version, as well as the R Studio, a more “user friendly” software, in its open source version, available at www.rstudio.com/products/rstudio/. After downloading both softwares, a collexeme analysis was performed, using R Studio software and the script (<http://www.stgries.info/teaching/groningen/readme.txt>) made available by Stefan Gries at <http://www.stgries.info/teaching/groningen/readme.txt>. We ran the program providing the required information specified above, that its, the subcorpus total number of words, the token frequency of the construction under analysis and the token frequency of each lexeme co-occurring within the construction (the token frequency is provided by elaborating an Excel file with a 2x2 table indicating the number of times that each lexeme is found in the construction and the overall occurrences of each lexeme in the corpus. After processing the collected data, the software provides the colostrutional strength of each lexeme in relation to the analyzed construction. The greater the colostrutional strength, the greater the level of lexeme attraction for construction. When the analysis is performed, a Fisher’s exact test – a statistical significance test for contingency tables – is applied, in order to verify the statistical significance of the obtained results. The significance p-value is provided for the whole contingency table independently of the number of rows³.

After performing the collexeme analysis for each construction, we proceed to a distinctive collexeme analysis of both constructions in Brazilian Portuguese and Russian, which considers their token frequency and the lexemes occurring within them. As in this paper we are comparing similar constructions in two different languages, we followed the methodological steps proposed by Gilquin (2015) to the analysis of causative constructions with *make* in English and *faire* in French. So, we had created an Excel file containing each token of [um monte de NP] construction and each token of [kucha NPgen] construction. To have a common basis for comparison, we used the translations of Russian lexemes to Portuguese as input for the analysis. The distinctive collexeme analysis considers only the token frequency of each construction and the token frequency of each lexeme occurring in each construction. As in collexeme analysis, the distinctive collexeme analysis provides significance p-value for the whole contingency table independently of the number of rows.

In the next section we provide a brief description of quantifying binominal constructions in Portuguese and Russian, with special emphasis for the *um monte de NP* and

³ In order to know more about Fisher’s exact test of significance, see Levshina (2015).

kucha NPgen constructions, presenting a separate simple collexeme analysis for both constructions.

3. Quantifying binominal constructions in Brazilian Portuguese and Russian

In this section, we provide a description of binominal constructions in Portuguese and Russian, giving special attention to *um monte de NP* construction in Brazilian Portuguese and *kucha NPgen* in Russian, which yield a large number of instances in each of the respective languages. In addition, the results of a simple collexeme analysis for Portuguese and Russian are presented and discussed.

3.1. The case of Brazilian Portuguese *um monte de NP*

Binominal constructions like NP1 of NP2 can be used to quantify referents. To briefly discuss that, take the examples below, which illustrate some usages directly related to quantifying binominal micro-constructions in Portuguese:

- (1) *Comprei uma dúzia de ovos.*
buy a dozen of eggs
'I bought a dozen eggs.'
- (2) *Acabou de passar uma dúzia de crianças ali.*
finish of pass a dozen of children there
'Just passed a dozen children there.'
- (3) *Terá um monte de gente na rua amanhã.*
have a heap of people in the street tomorrow
'There will be crowds of people on the street tomorrow.'

Considering the semantics of the examples listed above, a question that arises is about its source. We could say that the source of quantity interpretation of these examples is basically twofold: conventionalized usages whose quantifying meaning is expressed by a more canonical quantifier (examples 1 and 2); conventionalized usages whose quantifying meaning is obtained by a quantifying inference from a prior non-quantifying usage, as we see in example 3.

In examples 1 and 2, the noun *dúzia* ('dozen'), which refers to a very specific amount of something, fills *NP1* slot in the construction. Other quantifiers could be inserted in this set such as *grupo* ('group') which also implies necessarily quantity interpretation,

but not as precisely as *dúzia* does, since groups can vary in relation to numbers of their members. Despite this difference, what all of those nouns fitting NP1 slot (i.e. *dúzia*, *quilo* and *grupo*) have in common is the fact that they can be considered typical quantifiers in Portuguese, since they can be associated to quantity meaning throughout all Portuguese constructions they can be fitted with.

Example number 2 can be interpreted in Portuguese in two different ways. Firstly, it means that exactly twelve children have passed there, and then it would be considered an instance of the quantifying binominal construction. Secondly, and apparently much more frequently, example 2 means that an indeterminate (usually, expressing hyperbolic sense to a certain amount or a rough quantity of something and presenting a stress on NP1) number of children have passed there. In this case, the meaning seems to be derived from an invited inference from the quantifying binominal construction that matches the first interpretation.

Example 3 differs from those just mentioned due to the fact that it did not function as quantifiers in the past synchronies of Portuguese. *Monte* ('heap') was not originally used within a quantity construction neither functions as quantifier primarily but allows a quantity inference towards a metaphorical process. Portuguese, as many other languages, seems to conventionalize quantification in terms of scales (such as *monte*) as a good way to express quantity meaning, including those usages within binominal constructions.

Indeed, Brazilian Portuguese offers a large group of non-canonical quantifiers showing up within quantifying binominal micro-constructions. As partially mentioned before, nouns such as *monte* ('heap'), *mar* ('sea'), *enxurrada* ('flash flood'), *nuvem* ('cloud'), *tempestade* ('storm') illustrate how diverse is the set of nouns which are entrenched in a quantifying binominal construction, such as (*Det*) *monte de NP*, (*Det*) *mar de NP*, (*Det*) *enxurrada de NP*, (*det*) *nuvem de NP*, (*Det*) *tempestade de NP*. Thus, the whole schema highlights the multi-word chunk, i.e., the part of the micro-construction which is often repeated and made up of a neuromotor routine (BYBEE, 2006).

Quantifying binominal constructions in Brazilian Portuguese have already been studied by other linguists (ALONSO, 2010; BRODBECK, 2010; FUMAUX, 2018; TAVARES, 2014). Based on a corpus analysis, Alonso (2010) presented some formal and semantic-pragmatic properties of Brazilian Portuguese quantifying binominal constructions. Considering her findings, the constructions to be analyzed here can be, to some extent, associated to the "multiplexing" process, defined by Talmy (2006) as an operation in which "an original solo referent is, in effect, copied onto various points of space or time" (TALMY, 2006, p. 79).

Taking the multiplexing process into account, usages such as *um grupo de pessoas* ('a group of people') are typical cases associated to it, since 'group' implies the idea of the existence of various copies of something. In this case, a certain number of people corresponding to a group, which refers necessarily to more than one person, probably more than three. In addition, *group* frequently occurs when *NP2* is a countable noun, what favors the multiplexing interpretation.

Alonso argued in favor of the idea that multiplexing process yields a large number of instances of the quantifying binominal construction, including those that express more subjective evaluations of quantity. Referents such as *monte* (lit. 'heap') implies quantity interpretation, which is construed more subjectively (individually).

Constructions vary in terms of degrees of entrenchment and, as far as quantifying binominal constructions are concerned, a good test to measure how entrenched the parts of the constructions are is to verify if they work separately in a given linguistic context. Considering examples such as *Ela comprou um quilo de açúcar* (lit. She bought a kilo of sugar/ 'She bought a pound of sugar'), *um* ('a') can be individually a good answer to the question *How many pounds of sugar did she buy?* The same is not true to examples like *Há um monte de cadeiras aqui* (lit. There is a heap of chairs here/ 'There are a lot of chairs here'), since considering the question *How many chairs are there here?*, the answer must be *um monte*. Separately, *um* as the answer to the former question creates an ungrammatical structure.

Specifically related to the subject of this section, Fumaux (2018) described the process of constructionalization (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) of *um monte de NP* in Portuguese. In this case, differently from Figure 1, quoted from Traugott and Trousdale (2013, p. 17), the open slot – *NP* – is now being considered, because of the crucial role played by the second *NP* in the construction representation through the history of Portuguese. It bears pointing out that the architecture of an emergent grammar is shaped by use and then synchrony must not be sharply separated from diachrony. This line of investigation, then, seeks to explain how language use shapes grammar.

The discussion presented by Fumaux (2018) about the formation of the Portuguese quantifying binominal construction *um monte de NP* is guided by the following basic question: *How did um monte de NP become a construction through the history of Portuguese?* To answer the question just pointed out, let's analyze the examples below:

(4) *Um monte de Lisboa.*

A heap of (loc.) Lisbon

'A heap in Lisbon.'

(5) *Um monte de coisas.*

A heap of things

'A lot of things.'

On one hand, example 4 represents a very typical instance of the specifying interpretation of the binominal construction, in which *um monte de NP* leads to a more compositional interpretation, i. e., *a heap in Lisbon*. On the other hand, example 5 could not be interpreted in the same way. In this case, the meaning of the whole formation is not the sum of the meaning of each part of it, but the idea of much/many of something.

Indeed, based on corpus analysis, we could consider that initially the most prominent usage of *um monte de NP* leads to the interpretation that usages such as *um monte de Lisboa* meant, and, in fact, it still means a heap in Lisbon, that is, a heap belongs to Lisbon. Besides that, other usages of *monte* within the specifying binominal construction yielded metonymic inferences, such as *um monte de neve* (a heap of snow/ a lot of snow). Fumaux (2018) argued that inferences like that triggered the constructionalization process. Assuming these cases as the source of constructionalization, we should consider that in examples like that *monte* maintains the semantic traits of a heap (geological formation), and so the binominal construction recruits preferably nouns which make reference to natural elements, such as snow or sand, whose meanings are well accommodated to the meaning of the other parts of the construction, exhibiting, thus, a high level of compositionality.

Over the centuries, the syntagmatic string *um monte de NP* became gradually more frequent and increased its range of collocations with nouns from different natures instantiating *NP* slot. So, it undergoes increase of type frequency. In this case, what we observe from data analysis is a gradual decrease of compositionality and the formation of a chunk.

According to Fumaux (2018), *um monte de NP* specifying binominal construction has undergone a gradual loss of the occurrence of intervening elements (affecting analyzability) within the construction, a gradual fixation of the indefinite article as the preferable determinant of *monte*, an increase of countable nouns instantiating the construction (second noun typically occurs in the plural) and a gradual change of the head of the construction. Consequently, a new construction emerges, i.e. a quantifying binominal construction *um monte de NP*.

Fumaux (2018) argued in favor of the emergence of a quantifying binominal construction – *um monte de NP* – adding a node in the schema of quantifiers in Portuguese. She points out that *um monte de NP* undergoes change in meaning (quantification) and form, considering that *monte* initially instantiated a more compositional construction [[NP] of NP] and then the syntagmatic string *um monte de NP* was neoanalyzed and *monte* came to be part of a new chunk – [um monte de [NP]]. The results found in Fumaux (2018) lead to the interpretation that *um monte de NP* is a quantifying construction which exhibits a high level of entrenchment and has at first glance few restrictions in terms of the lexemes it recruits.

Changing of head can be considered a crucial argument to argue for the emergence of a new construction (quantifying construction) and will be detailed in another text, being structurally supported by evidences such as the following: instances such as *um monte_{masc.sg.} de pessoas_{pl.fem.}* (lit. ‘a heap of people’ / ‘a lot of people’) are anaphorically recovered by *elas (them_{pl.fem.})* instead of by *ele* (lit. ‘he’ / ‘it’); the whole string *um monte* can be substituted by a degree word like *muito* (‘much’); verb agrees preferably with *pessoas*, instead of with *monte*. However, there is no sufficient evidence to affirm that *um monte de NP* completely ran its turns yet.

Another potential argument, which was not provided by Fumaux’s results due to the fact that some quantifying micro-constructions entrenched referents such as *enxurrada* (flash flood), which apparently have been recruited by a more schematic quantifying binominal construction – [NP of [NP]] – since the unique interpretation yielded from that binominal construction instantiated by *enxurrada* was the quantifying one. We defend that the recruitment of *enxurrada* would have been motivated by analogy and enabled by the coercion of the already existent quantifying binominal construction upon the lexeme.

Although Fumaux’s research has already provided very good insights concerned to that subject, we believe that the methodology offered by collostructional analysis can take another step forward on what we know about the collocational preferences of *um monte de NP* in Portuguese and what it reveals about the cognitive representation of the construction in the speakers’ mind.

The above considerations lead us to conduct a collexeme analysis to verify which lexemes are preferably recruited by *um monte de NP*. Table 1 below provides the results that point out to the top ten lexemes attracted to the micro-construction *um monte de NP* in Brazilian Portuguese.

Table 1 – Collexeme analysis of *um monte de NP* micro-construction.

Word	Freq. in Corpus	Freq. in Cx	Expect. freq.	Collostructional strength
Gente ⁴	5323	46	0.0441	121.7839
Coisas_coisa ⁵	17475	38	0.1449	77.7477
Dinheiro	14177	7	0.1175	10.2862
Caras	724	4	0.0060	10.2812
Amigos	3611	5	0.0299	9.7245
Cretinos	22	2	0.0001	7.8007
Saquê	47	2	0.0003	7.1305
Bandas	1297	3	0.0108	6.6923
Besteiras	80	2	0.0006	6.6647
Mentiras	188	2	0.0016	5.9197

Coll.strength>3 => p<0.001; coll.strength>2 => p<0.01; coll.strength>1.30103 => p<0.05.

Analyzing the lexemes presented in Table 2, we can observe that, although different items can be attracted by the construction, *gente* (people) and *coisa(s)* (thing(s)) shows the highest rates of collostructional strength in comparison to the others. These results corroborate the considerations pointed out by Fumaux (2018), since *um monte de NP* can be mostly combined with lexemes that present no semantic coherence with the idea of a *monte* (heap). In addition, collexeme analysis revealed that items such as *gente* and *coisa(s)* are very strongly attracted by the construction. Such collexeme-analysis findings allow us to suggest that *um monte de NP* is associated to the quantification of more generic referents, whatever their nature. The examples below illustrate such cases:

(9) *Esse tipo de trabalho é ótimo, pois você sente que tem um monte*

This kind of work is great because you feel that have a **heap**

de gente no mundo inteiro preocupado com as mesmas coisas que você.

of people in the word all worried with the same things that you.

'This kind of work is great because you feel like there are **a lot of people** around the world worried about the same things that you do.'

(10) *Descobri um monte de coisa naquele verão.*

discovered **a heap of thing** in that summer.

'I discovered **a lot of things** in that summer'

(11) *Um monte de coisas* acontecem aqui, mas são muito bem camufladas.

A heap of things happen here but are very well camouflaged.

'A lot of things happen here but they are very well hidden.'

The collexeme analysis to *um monte de NP* was a very important tool on the understanding of how language usage impacts constructions in terms of mental representation. While the idea of quantity of the first uses of *um monte de NP* were more contextually dependent and associated to invited inferences triggered by semantic mismatching (FRANCIS; MICHAELIS 2003). Thus, the diachronic analysis took the semantic coherence between *monte* and *NP* in consideration. In the contemporary Brazilian Portuguese, the analysis of *um monte de NP* micro-construction goes in a different direction, though. Collexeme analysis for current Brazilian Portuguese demonstrates the relevance of describing the semantic coherence among exemplars fitting SN slot, since on one hand the idea of a heap (considering a quantifying binominal construction) seems not to be available anymore and, on the other hand, most of the top ten lexemes are more generic referents.

In the next section, we will present an overview about quantifying binominal constructions in Russian followed by the results of a collexeme analysis applied to *kucha NPgen*.

3.2. The case of Russian *kucha NPgen*

As well as in Portuguese, in Russian the variety of nouns used for quantification is very expressive. According to Rakhilina (2009, p. 353) these nouns constitute a class of about thirty lexical items. A few interesting examples of such nouns are the lexemes *kopna* (haycock), *gora* (mountain), *more* (sea) and *kucha* (heap), which originally mean entities that may be found in nature. Often, they don't function as predicates themselves exhibiting relational function but as predicate arguments, functioning as a head, e. g., *bolshaia kopna* ('big haycock'), *vysokaia gora* ('high mountain'), *sinieie more* ('blue sea') and *krasivaia kucha* ('beautiful heap').

However, when occurring in the genitive binominal construction (*NP NPgen*), such nouns may assume a predicate or relational function, being reinterpreted as quantifiers, by means of semantic coercion. In those cases, the noun itself doesn't designate an entity, as it originally did, but express a big quantity of a thing – and in a few cases, a small one (see *kaplia*, 'drop', RAKHILINA, 2009, p. 350). So, the above-mentioned lexemes *kopna*, *gora*, *more* and *kucha*, as well as many other nouns in Russian may instantiate the *NP NPgen* construction – as in *kopna NPgen*; *gora NPgen*; *more NPgen* and *kucha NPgen*,

respectfully – to express a big quantity of something.

While nouns as *kopna*, *gora*, *more* and *kucha* may be used in a quantifying binominal genitive construction, being related to the sub-schema of large quantity, the quantity itself expressed by those nouns is permeated by qualitative nuances indicating subtle semantic differences among them, in terms of which items they can be combined with. Such subtle differences may be an evidence that such combinations as the above-mentioned *kopna NPgen*, *gora NPgen*, *more NPgen* and *kucha NPgen* may be considered more specific constructions in the constructional network of quantifying binominal constructions in Russian and from now on they will be called here micro-constructions, according to Traugott and Trousdale (2013) terminology mentioned before.

In a work in progress, we have empirically observed through corpus analyses that although *gora* may be combined with a number of different referents in the quantifying genitive construction, it tends to quantify more frequently solid entities that may be grouped together to form a big mass of something, whereas *more* is more often used to quantify uncountable and abstract entities like pleasure, joy and other emotions. *Kucha* as well as *gora* may be combined with a lot of nouns designating different referents, but according to Levontina (2004) there is some kind of difference between these two: while *kucha* refers to elements which are messily grouped together, *gora* refers more to the form and the extension of this grouping of elements. *Kopna* in turn displays semantic constraints on the elements that may be used in the quantifying genitive construction, allowing only a few numbers of items to co-occur with it. The following examples illustrate these assumptions:

- (12) *on khudoshav-ogo tieloslozheni-a i s kopnoi sedykh volos na golovie.*

3S thin-GEN build-GEN and with **haycock gray-GEN hair** on head-PRE
'he is of thin build and with a **shock of gray hair** on his head.'

- (13) *ona stoia-l-a u plity, vypeka-ia gor-u blin-ov.*

3S.F stand-PST-F at stove bake-GER **mountain-ACC pancake-GEN.PL**
'she stood at the stove, baking a **mountain of pancakes**.'

- (14) *Kazhdy zanial ogromnuiu nichu v moiei zhizni, ostavil more emotsii.*

Everyone occupied huge niche in my life left **sea emotions-GEN**
'Everyone occupied a huge niche in my life, left a sea of emotions.'

- (15) ... *kucha narod-u sidit po tiurmam ni za chto.*

heap people-GEN be sitting prisons NEG for nothing
... **a lot of people** are in prison for nothing'

Taking *kucha* in a closer detail, Rakhilina (2009) argues that this item exhibits the greatest degree of grammaticalization in comparison with other lexical items used for quantification, since it almost doesn't present constraints of combination⁶. From a usage-based constructionist perspective, it should be argued that the micro-construction *kucha NPgen* displays a high degree of entrenchment, given its productivity in terms of extensibility, so that it almost does not exhibit semantic constraints on which candidates are eligible to fill the open slot in the micro-construction. It may combine with nouns designating quite different types of referents as illustrated by the examples below:

(16)	V in	<i>rezultat-e</i> result-PRE	<i>kucha</i> heap	<i>vrem-eni</i> time-GEN	<i>trati-tsa</i> waste-3S
------	---------	---------------------------------	-----------------------------	------------------------------------	------------------------------

<i>na</i> on	<i>obsuzhdenie</i> discussion	<i>tekush-ikh</i> current-GEN	<i>vopros-ov</i> questions-GEN
-----------------	----------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

'As a result **a lot of time** is wasted on the discussion of current questions.'

(17)	<i>I</i> and	<i>dobavil: u</i> added in	<i>parlamentar-iev</i> parliamentarians-GEN	<i>kucha</i> heap	<i>rabot-y</i> work-GEN
------	-----------------	-------------------------------	--	-----------------------------	-----------------------------------

<i>v</i> in	<i>et-om</i> this-PRE	<i>god-y</i> year-PRE
----------------	--------------------------	--------------------------

'And added: the parliamentarians have **a lot of work** this year.'

(18)	<i>Moi</i> 1POS	<i>rabotodatel</i> employer	<i>potratil</i> spent	<i>kuchu</i> heap	<i>dienieg</i> money	<i>na</i> On	<i>poiezdku.</i> trip
------	--------------------	--------------------------------	--------------------------	-----------------------------	--------------------------------	-----------------	--------------------------

'My employer spent **a lot of money** on the trip.'

(19)	No but	<i>kak</i> as	<i>vy</i> 2PL	<i>ponimaietie</i> understand-2PL	<i>mojno</i> possible	<i>natvorit'</i> do	<i>kuchu</i> heap
------	-----------	------------------	------------------	--------------------------------------	--------------------------	------------------------	-----------------------------

<i>bied,</i> trouble	<i>okazavchis</i> being	<i>v</i> in	<i>chetnadtsat</i> sixteen	<i>liet</i> year	<i>v</i> in	<i>tuchzhoi</i> foreing-PRE
--------------------------------	----------------------------	----------------	-------------------------------	---------------------	----------------	--------------------------------

<i>stranie</i> country-PRE	<i>biez</i> without	<i>vzroslykh</i> adults-GEN
-------------------------------	------------------------	--------------------------------

'But as you understand it is possible to do **a lot of trouble** being at the age of sixteen without adults in a foreign country.'

However, although *kucha* may co-occur with a great number of referents in the quantifying genitive construction, there seems to be some constraints on its co-occurrence with both liquids (*kucha vody*, lit. 'heap of water' / 'a lot of water', and *kucha krovi*, lit. 'heap of blood' / 'a lot of blood') and referents which may be metaphorized as liquids (*ku-*

⁶ *Kopna*, in turn, may be used only with elements displaying some kind of visual similarity, as hair, for example, what made Rakhilina claim that this is the item with the minimum degree of grammaticalization in the quantification cline.

cha udovolstvia, lit. ‘heap of pleasure’/‘a lot of pleasure’), what may be saw in Li Su Hyoun (2005, apud RAKHILINA, 2009) and Rakhilina (2009). According to Li Su Hoyou hypothesis, there is some kind of semantic conflict between the homogeneity of liquids and the meaning of a messy grouping expressed by *kucha*, as pointed out by Levontina (2004). On the other hand, despite the claims made by Rakhilina and Li Su Hoyou about the constraints on the combination of *kucha* with liquids, it is possible to find real instances of this use in Russian in a search on Google, as shown in (20), (21) and (22) below:

(20)	<i>Protekla</i>	<i>truba</i>	<i>v</i>	<i>vannoi,</i>	<i>kucha</i>	<i>vody</i>	<i>na</i>
	leaked	pipe	in	bathroom	heap	water-GEN	on
	<i>polu.</i>	<i>Vytierla poluchilos</i>		4	<i>vedra</i>	<i>vody.</i>	
	Floor-PRE wiped	turn out		4	bucket-GEN	water-GEN	<i>Velika</i>
	<i>li</i>	<i>veroiatnost</i>	<i>tchto</i>	<i>zatopilo sosiediei?</i>			
	would	likelihood	that	flooded neighbors			

‘A pipe leaked in the bathroom, there was a **lot of water** on the ground. I wiped and it turned out 4 buckets of water. Did I flood the neighbors?’⁷

(21)	<i>Pervyi</i>	<i>opyt</i>	<i>na</i>	<i>Golos:</i>	<i>razbor</i>	<i>poletov i</i>	
	first	experience	on	golos	sort	flights	and
	<i>kucha</i>	<i>udovolstvia</i>					
	heap	pleasure-GEN					

‘First experience at Golos: the sorting out of flights and a **lot of pleasure**.’⁸

(22)	<i>Perezjaiu</i>	<i>v</i>	<i>nov-uu komnat-u</i>	<i>i</i>	<i>rechil</i>	<i>povessit</i>	
	Move	to	new-ACC room-ACC	and	decided	hang up	
	<i>postery</i>	<i>film-ov!</i>	<i>Lia</i>	<i>maman nie</i>	<i>otsienila</i>	<i>iz-za</i>	
	posters	Movies-GEN	la	maman NEG	appreciate	Because	
	<i>t-ogo,</i>	<i>tchto tam</i>	<i>vsio</i>	<i>krasnoie agressivnoie</i>	<i>i</i>		
	That-GEN	that there	all	red aggressive	and		
	<i>kucha</i>	<i>krov-i.</i>	<i>Chto</i>	<i>dielat’?</i>			
	heap	blood-GEN	<i>What</i>	<i>do</i>			

‘I’m moving to a new room and I decided to hang up movie posters! La maman did not appreciate because everything is red, aggressive and there is a **lot of blood**. What do I do?’⁹

The examples (20), (21) and (22) were extracted from forums and a blog, genres reflecting a kind of relaxed everyday language, in which it was possible to find instances of such kinds of combination, differently from journalistic writing, where no such an example was found. Considering this as well as the insights provided by Rakhilina (2009),

⁷ <https://otvet.mail.ru/question/168564015>.

⁸ <https://golos.io/ru--golos/@atvaledsky/pervyi-opyt-na-golos-razbor-poletov-i-kucha-udovolstviya>

⁹ <https://thequestion.ru/questions/240901/pereezhayu-v-novyyu-komnatu-i-reshil-povessit-postery-filmov-lya-maman-ne-ocenila-iz-za-togo-chto-tam-vsyo-krasnoe-agressivnoe-i-kucha-krovi-chto-delat>

we would venture to say that this lexical combination is still associated to an informal discourse reinforcing the assumption that grammar is dynamic and spreads over language use.

Considering the overview presented here for Russian genitive quantifying binominal construction *NP NPgen*, the specificities related to the *kucha NPgen* micro-construction, and also the patterns related to Brazilian Portuguese, some research questions may be raised. The first one concerns the productivity of this micro-construction. Since it is considered the more entrenched genitive quantifying binominal construction in Russian, what is in fact the extensibility of this micro-construction in journalistic writing? Is it extensible to a large group of semantic domains regarding the *NPgen*?

Considering this question, another one may be raised: what are the collocational preferences of *kucha NPgen* in journalistic writing? Is it possible to map the semantic coverage of *kucha NPgen* micro-construction in this discourse domain?

In order to answer such questions, we have proceeded to a collexeme analysis¹⁰ of *kucha NPgen* in the same vein as the collexeme analysis processed to Brazilian Portuguese above. Table 2 below provides the top ten lexemes attracted to the *kucha NPgen* micro-construction:

Table 2 – Collexeme analysis of *kucha NPgen* construction

Word	Freq. in Corpus	Freq. in Cx	Expect. freq.	Collostructural strength
<i>diengi</i> (money)	1149	38	0.0134	116.9795
<i>mussor</i> (garbage)	44	15	0.0005	62.7590
<i>probliema</i> (problem)	5394	16	0.0745	31.5364
<i>vriemia</i> (time)	17551	15	0.2046	22.6550
<i>dokument</i> (document)	1426	9	0.0166	21.6316
<i>narod</i> (folk)	1237	8	0.0144	19.3810
<i>bumaga</i> (paper)	416	6	0.0048	16.7779
<i>rebionok</i> (child)	2952	7	0.0344	13.9854
<i>spravka</i> (certificate)	299	4	0.0035	11.2281
<i>pretenzia</i> (claim)	343	4	0.0040	10.9886

Coll.strength>3 => p<0.001; coll.strength>2 => p<0.01; coll.strength>1.30103 => p<0.05.

In terms of semantic coverage, it is possible to observe through the top ten lexemes in Table 2 that in journalistic writing the lexemes associated to the micro-construction *kucha NPgen* range from concrete referents that may be physically grouped together (documents, money, garbage and so on) to abstract things that not necessarily may be grouped

¹⁰ As well as in the collexeme analysis of Brazilian Portuguese we considered the script for collexeme analysis as proposed by Gries (2014), available at <http://www.linguistics.ucsb.edu/faculty/stgries/teaching/groningen/readme.txt>

in space and time (*problema* ‘problem’, *kompliment* ‘compliment’), from mass nouns as *diengi* (‘money’) or *mussor* (‘garbage’) to count nouns as *dokument* (‘document’) or *bumaga* (‘paper’).

Although *kucha* can be combined with a great variety of lexical items in Russian as well as *monte* in Brazilian Portuguese, the collexeme analysis made for Russian reveals some kinds of collocational preferences for the *kucha NPgen* construction, differing from the *um monte de NP* construction. In Russian journalistic writing it was possible to see that *diengi* ‘money’ displays the greatest collostructional strength, followed by *mussor* ‘garbage’, *problema* ‘problem’, *vriemia* ‘time’, *document* ‘document’ and so on. Although the nouns associated to the micro-construction designate some kind of generic entity, the degree of specificity is much greater than in Portuguese. A brief look at the top five lexemes instantiating the *kucha NPgen* micro-construction reveals at least two different semantic domains: concrete things that can be stacked, as *diengi*, *mussor* and *document*, despite their degrees of specificity, and abstracts things that may be individuated as *problema* ‘problem’ or divided in distinct portions as *vriemia* ‘time’.

Differently from Brazilian Portuguese *um monte de SN*, *kucha NPgen* seems to have more semantic coherence among its members. One may ask what do *problema* and *vriemia* have in common with *diengi*, *document* and other concrete referents in order to be good candidates to instantiate *kucha NPgen* micro-construction. Let’s look a few examples below:

- (23) *Rasstavaisia po-dobromu dazhe s tiemi liudmi, kotoryie*
 Part kindly even with those people who
sozdava-l-i tiebie kuchu problem na starom mestie.
 create-PST-PL 2S.DAT heap-ACC problems-GEN in old place
 ‘Part kindly even with those people who created **a lot of problems** to you in the old place.’
- (24) *Nie khochu perechislat kuchu problem sviazannykh*
 NEG want list heap-ACC problem-GEN related
c nizkoi zarplaty uchitelia
 to low salaries teacher
 ‘I do not want to list **a lot of problems** associated with poor material base, with low teacher salaries.’
- (25) *Priezzhaiu domoi zloi i razdrazhionnyi: ia ubil*
 come.1S home angry and upset 1SG killed
kuch-u vriemeni.
 heap-ACC time.GEN
 ‘I come home angry and upset: I’ve killed **a lot of time**.’

(26)	<i>malo</i>	<i>togo</i>	<i>chto</i>	<i>on</i>	<i>otnial</i>	<i>u</i>	<i>nas</i>
	few	that-GEN	that	3S	take	in	1PL
	<i>kuchu</i>				<i>vriemeni</i>		
	heap-ACC				time.GEN		
'not only did he take a lot of time from us'							

The instances presented above show that *problīema* ‘problem’ and *vriemīa* ‘time’ may be metaphorized and conceptualized as entities that may be individuated, displaying some kind of materiality. According to the cognitive operation of reification as proposed by Talmy (2000, p. 43), *problīema* and *vriemīa* may be reified as objects that can be grouped together in large quantities, which may be transferred or taken away. In (23) the *old place* (*staroie miesto*) represents a kind of container where problems may be located in a large amount and in (24) problems are imagined as things cluttered together that can be presented and listed. As for *vriemīa*, in (25) time is thought as a concrete thing that can be killed in some way and in (26) it is treated as something that in a way or another may be taken away from people.

In any case, analysis provided by Levontina (2004) of *kucha* grouping together things in a messy way applies to entities as time and problem. So, according to Li Su Hoyoun (2005) hypothesis discussed by Rakhilina (2009), *problīema* and *vriemīa* as well as *diengi*, *document*, *mussor* and so on designate entities that may be reunited somehow in a messy way, as empirically verified in corpus analysis. Thus, *kucha NPgen* semantic features can be distinguished from the other micro-constructions in a large amount sub-schema of quantifying binominal constructions in Russian.

4. Contrasting *um monte de NP* and *kucha NPgen*: a distinctive collexeme analysis

This section provides a comparison between Brazilian Portuguese *um monte de NP* construction and Russian *kucha NPgen* construction. Section 4.1. presents a distinctive collexeme analysis for these constructions indicating the preferences for lexemes that emerges when theses constructions are compared. Section 4.2. offer a preliminary interpretation for the results obtained through the collostructional analysis performed in this research.

4.1 A distinctive collexeme analysis for Portuguese and Russian Quantifying binominal constructions

The collexeme analysis presented in the previous section were made separately for Brazilian Portuguese and Russian. Now, following Gilquin (2015), we walk toward a direct analysis between Brazilian Portuguese *um monte de NP* micro-construction and Russian *kucha NPgen* micro-construction by means of a distinctive collexeme analysis. As mentioned in section 2, the aforementioned type of analysis allows one to study one slot in two or more similar constructions. The analysis accomplished here considers the occurrences of lexemes within the *um monte de NP* micro-construction in Brazilian Portuguese and the translation, from Russian to Portuguese, of the lexemes occurring within the *kucha NP* micro-construction.

An interesting result is that out of the 364 different lexemes, 26 collexemes are shared by both constructions corresponding to a proportion of 7.14%, what may represent a small overlap in terms of the semantic fields covered by the respective constructions in Brazilian Portuguese and Russian. In addition, this overlap covers concrete inanimate referents (like money, paper, letter), concrete animate referents (like friend, tourist), as well as inanimate, abstract referents (like question, action, mistake).

However, these similarities between *um monte de NP* and *kucha NPgen* constructions seem not to be as significant as their specificities. Table 3 presents the statistically relevant collexemes occurring in *um monte de SN*, shown in the upper part of the table, and *kucha NPgen* constructions, shown in the lower part of it. It is possible to observe that despite Russian *kucha NPgen* micro-construction displayed a greater token frequency, the number of statistically relevant lexemes co-occurring in each construction is relatively the same (6 for Brazilian Portuguese and 7 for Russian). Besides, the force of attraction of lexemes to Brazilian Portuguese *um monte de NP* micro-construction is relatively greater than in Russian (the difference among thing, people in Brazilian Portuguese and the preferred collexemes for Russian *kucha NPgen* micro-construction is considerably greater), revealing that some lexemes in Portuguese have higher force of attraction in comparison with any preferable collexeme in Russian.

Table 3 – Distinctive collexeme analysis: *Um monte de NP* and *kucha NPgen*

Lexeme	Obs. freq. Portuguese	Obs. freq. Russian	Coll. strength	Pref. occur.
Coisa (thing)	38	0	14.5205	Portuguese
Gente (people)	46	6	11.7034	Portuguese
Cara (guy)	4	0	1.4677	Portuguese
Filme (movie)	4	0	1.4677	Portuguese
Homem (man)	4	0	1.4677	Portuguese
Mulher (woman)	4	0	1.4677	Portuguese
Dinheiro (money)	7	38	4.3008	Russian
Problema (problem)	0	16	3.9751	Russian
Tempo (time)	0	15	3.7229	Russian
Lixo (garbage)	1	15	2.8417	Russian
Documento (document)	0	9	2.2204	Russian
Povo (folk)	0	8	1.9718	Russian
Criança (child)	0	7	1.7236	Russian

Coll.strength>3 => p<0.001; coll.strength>2 => p<0.01; coll.strength>1.30103 => p<0.05.

The results presented in Table 3 point to differences between Portuguese and Russian binominal quantifying constructions in terms of the preferable collexemes occurring in *um monte de NP* and *kucha NPgen* respectively. It is interesting to note that Portuguese and Russian go in different directions in terms of preferable lexemes to occur in the micro-construction. While Portuguese *um monte de NP* covers more generic referents as thing or people, and mostly animate referents as woman, guy or man, Russian genitive quantifying binominal construction *kucha NPgen* relates to mostly inanimate and less generic referents, as money, problem, and time.

4.2. Interpreting Brazilian Portuguese *um monte de NP* and Russian *kucha NPgen* constructions

Collostructional analysis is certainly one of the best choices if you want to capture the meaning of a construction in a corpus. In this work we could observe Russian *kutchag* *NPgen* and Portuguese *um monte de NP* preferable collocates, i.e. piled stuff for Russian and generic referents for Portuguese. Although those results offer a good insight about constructional meaning of each construction, it seems to be necessary to take a further step in the interpretation of them, considering their implications to the study of grammar. So, a question which arises from the results of distinctive analysis, especially when two different languages are being compared, concerns to what differences on preferable col-

locates for Russian and Portuguese tell us about differences across languages in general.

As already demonstrated in this paper, both Russian and Portuguese quantifying binominal constructions can be associated to the cognitive process called by Talmy (2006) as *multiplexing*, which is a process by which different constructions affect the conceptualization of a referent, in terms of having multiple copies of it. Even though this is true, there is no guarantee that the same semantic cluster of lexemes will be preferably attracted by the quantifying binominal constructions in both languages. The reason for that relies on the dynamic development of such a language and tell us much about the close relationship between past and present on language.

Brazilian Portuguese *um monte de NP* construction was probably coined in the 18th century as a result of a long span of time of change, since 16th (at least). Fumaux (2018) observed that the spread of usages of *um monte de* being combined with lexemes referring to natural elements (*NP*) as *sand*, *straw*, etc., resulted from the iconic association between the shape of a heap (monte) and the shape of a *sand heap*, for example. So, contexts yielding quantity inferences were frequently associated to the form *um monte de NP* throughout the history of Portuguese and, then, a new form-meaning pairing, i.e. the quantifying binominal construction, arose. Initially, preferable collocates for this construction were piled items and then gathered items, not necessarily piled but contiguous in space and time. In 19th and 20th centuries, Fumaux (2018) observed an increasing of the spread of uses of the construction and consequently a decreasing of the semantic specification of the lexemes it recruits.

Although many different clusters can be recruited by the construction *um monte de NP* in contemporary Brazilian Portuguese, its preferable collocates correspond to more generic referents such as *gente* (people) and *coisas* (things). Assuming that it can be combined with any lexeme probably unrestrictedly, we still have to explain why generic referents instead of any other semantic cluster of lexemes are preferred by the construction.

The answer seems to be twofold: first, the increasing of instances of *um monte de gente e um monte de coisa(s)*, which affects the mental representation of the construction and, because of that, stimulates the recruitment of new types of generic referents (eg. *dinheiro/ money; caras/ guys*), increasing the type frequency but lower variability. Second, the competition between constructions on language system, by which new quantifying binominal constructions were coined in Brazilian Portuguese in the 20th century, such as *uma enxurrada de NP* ('a flash flood of NP', a lot of NP), *uma chuva de NP* ('a rain of NP', a lot of NP), *uma montanha de NP* ('a mountain of NP', a lot of NP). Those most recently

coined competitor constructions preferably recruit, respectively, lexemes that are being transferred from one place to another, lexemes that are interpreted as ‘bad’ and lexeme referring to piled stuff, which indicates that they carry a specific meaning (by relative semantic coherence between *enxurrada*, *chuva e montanha* and the respective *NP*) that *um monte de NP* cannot express anymore. Therefore, *um monte de NP* would be preferably used on unmarked contexts while the others would be preferably used on marked contexts, which present a higher level of expressivity.

Concerning to Russian, since there are no studies (from the best of our knowledge) which describe the history of *kutchा NPgen*, we assume that as a construction recently coined on language, on the basis of the fact that its performance is closer to the newest constructions of Portuguese quantifying binominal constructions mentioned above. *Kutchा NPgen* preserves a relative semantic coherence between *kutchा*, the name taken as the quantifier, and the lexemes recruited to the *NPgen* slot, taken as quantified. Thus, we believe the difference between Russian *kutchा NPgen* and Portuguese *um monte de NP* preferable collocates can bring out information about time and spreading and, consequently, extensibility of constructions.

This phenomenon illustrates the dynamics of language system, revelling the different forces in action. Oldest constructions undergoes changes in their behavior as well as changes in the language system as a whole, such as the influence of how oldest and newest competitor constructions (by similarities in form or function) behave. Since time affects grammar system and thus the performance of constructions, we should consider the following issues: the newest and the oldest binominal constructions are at different stages in terms of entrenchment (the oldest constructions tend to be more entrenched than the newest ones); productivity (the oldest constructions tend to be more productive in terms of extensibility than the newest ones); semantic coherence (the oldest constructions tend to present less semantic coherence than the newest ones); spreading (the oldest constructions tend to be allowed in more contexts than the newest ones). Therefore, we should consider that, if constructions have its own history on language, the comparison between them can not put aside crucial aspects that involves the dynamic system of grammar.

In addition, we believe that *um monte de NP* emerged as an alternative to the existent quantifiers and could give a kind of emphasis to the quantification, but, throughout the time, it (partially) lost that capacity since it increased in frequency and decreased in terms of its semantic coherence. Thus, the newest binominal constructions are used

today in competition with *um monte de NP* in contexts requiring a higher level of expressivity (pragmatically and semantically), following the Principle of Maximized Expressive Power, according to which the inventory of constructions is maximized for communicative purposes (GOLDBERG, 1995, p. 67).

5. Conclusion

Quantity is a basic concept for human cognition being expressed in language in various ways, and, worldwide, speakers of different languages recruit non-quantity nouns to quantify referents. In this paper, we investigated two quantifying binominal constructions – *um monte de NP*, in Brazilian Portuguese, and *kucha NPgen*, in Russian – under a usage-based constructionist approach, from a contrastive perspective.

The methodology applied to this research involves a family of methods named as collostructional analysis, which in a usage-based perspective of language has been proven to be a useful tool. In this work, we used two of those methods in order to investigate the collocational preferences of each construction in Portuguese as well as Russian: a simple collexeme analysis and a distinctive collexeme analysis.

The results obtained through those analyses reveal that Brazilian Portuguese *um monte de NP* micro-construction attracts preferably lexemes denoting more generic referents. As far as Russian *kucha NPgen* is concerned, the preferably co-occurring lexemes tends to denote not so generic entities as in Portuguese. The semantic coverage of this construction in Russian seems to be more diverse, ranging from concrete massive nouns as *mussor* (garbage) to abstract nouns such as *problema* (problem). In addition, there seems to be a semantic difference between the micro-constructions analyzed in this paper. While Brazilian Portuguese *um monte de NP* seems to have lost the semantics related to heap, being associated to generic/general referents, Russian *kucha NPgen* seems to have preserved some features associated to the idea of a heap, designating entities that may be reunited somehow in a messy way.

Another question that can be raised concerns to how much a specific corpus is representative of language as a whole. Since we used a sample of journalistic texts, the results obtained in this work are valid to the extent it concerns to this specific discourse domain. Considering the benefits and the limitations of this work, our results show that, although Portuguese and Russian make use of metaphor and reification (see section 3) as cognitive operations directly associated to quantifying binominal constructions, collocational preferences demonstrate that each construction in each language exhibits semantic spec-

ificities which highlights how use impacts construction representation, corroborating to the assumption that grammar is language-specific.

References

- ALONSO, K. S. B. *Construções binominais quantitativas e construção de modificação de grau: uma abordagem baseada no uso*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – PPG em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BARDDAL, J. *Productivity: evidence from case and argument structure in Icelandic*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- BREMS, L. The establishment of quantifier constructions for size nouns: a diachronic study of heap(s) and lot(s). *Journal of Historical Pragmatics*, v. 13, p. 202– 231, 2012.
- BRODBECK, R. C. M. S. *Um monte de problemas gera uma chuva de respostas: um estudo de caso de desencontro na quantificação nominal em português*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- DIESSEL, H. Usage-based construction grammar. In: DABROWSKA, Ewa; DIVJAK, Dagmar (eds.). *Handbook of Cognitive Linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2015. p. 295-321.
- DIESSEL, H. *The grammar network: how language structure is shaped by language use*. Cambridge: University Press, 2019.
- FRANCIS, E. J., MICHAELIS, L. A. (Org.) *Mismatch: form-function incongruity and the architecture of grammar*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2003.
- FUMAUX, N. C. A. *Construcionalização de ‘um monte de SN’*: uma abordagem centrada no uso. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPG em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- GILQUIN, G. Contrastive collostructional analysis: causative constructions in English and French. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, v. 63, n. 3, p. 253-272, 2015.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, A. E. *Explain me this: creativity, competition and the partial production of constructions*. Princeton: Princeton University Press, 2019.
- GRIES, S. T. *Coll.analysis 3.5.*: a script for R to compute perform collostructional analyses, 2014.

- GRIES, S.; STEFANOWITSCH, A. Extending collostructional analysis: a corpus-based perspective on ‘alternations’. *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 9, n. 1, p. 97-129, 2004.
- LEVONTINA, I. B. Slovarnye stati kucha, gora, gruda, vorokh i kipa. In: *Novyi obiasnitelnyi slovar sinonimov russkogo iazyka*. Moskva i Viena: Iazyki slavianskoi kultury, Vienskii slavisticheskii almanakh, 2004.
- LEVSHINA, N. *How to do Linguistics with R*. Amsterdam: John Benjamins. 2015.
- RAKHILINA, E. *Lingvistika konstruktsii*. Moskva: Abukovnik, 2009.
- SANTOS, C. Gramática e cognição: um estudo de construções binominais. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPG em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- STEFANOWITSCH, A.; GRIES, S. Collostructions: On the interaction between verbs and constructions. *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 8 n. 2, p. 209-243, 2003.
- TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*. Volume I: Concept structuring systems. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press, 2000.
- TALMY, L. Grammatical construal: the relation of grammar to cognition. In: GEERAERTS, D. (Org.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlim/Nova York: Mouton de Gruyter, 2006.
- TAVARES, T. As construções binominais de quantificação indefinida: uma análise construcionista. In: *Litteris*, n. 4, set. 2014.
- TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (eds.). *Variation, selection, development: probing the evolutionary model of language change*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219–250.
- TRAUGOTT, E. C., TROUSDALE, G. G. *Constructionalization and constructional change*. Oxford University Press: Oxford, 2013.
- VERVECKKEN, K. D. *Binominal quantifiers in Spanish: conceptually-driven analogy in diachrony and synchrony*. De Gruyter, 2015.



Data de submissão: 15/12/2019

Data de aceite: 05/05/2020

POR UMA ABORDAGEM DE CONSTRUÇÕES COMPLEXAS EM PERSPECTIVA CONSTRUCIONAL

**FOR AN APPROACH OF COMPLEX CONSTRUCTIONS
IN CONSTRUCTIONAL PERSPECTIVE**

Sebastião Carlos Leite Gonçalves | CNPq | [Lattes](#) | sebastiao.goncalves@unesp.br
Universidade Estadual Paulista | Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Taísa Peres de Oliveira | [Lattes](#) | taisap oliveira@gmail.com
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: A construção como pareamento simbólico de forma e sentido é entidade teórica que representa um esquema abstrato capaz de reunir semelhanças entre construções de mesma natureza. Sob a perspectiva dos *Modelos Baseados no Uso*, a Gramática de Construções tem servido mais à exploração da estrutura argumental de construções simples. Pouca atenção tem sido dispensada a construções complexas. Neste artigo, focalizamos dois processos de combinação de orações, tratando-os dentro de dois esquemas construcionais que organizam redes hierárquicas por relações de herança múltiplas: (i) [[[CONECT(ivo)] ORAÇÃO_I] ORAÇÃO_J]; (ii) [[ARG(umento)] [PRED(icado)]]. Procuramos mostrar que o primeiro esquema pode abrigar microconstruções adverbiais diversas, enquanto o segundo dá conta do arranjo de construções argumentais complexas de natureza argumental variada. Argumentamos que a organização dos esquemas está baseada na analogização, que envolve a extração de propriedades formais/funcionais de uma fonte que se reforçam mutuamente, propiciando a emergência de novos esquemas construcionais e novas representações abstratas. Considerando que a extração de propriedades é um processo contínuo, assumimos que as redes estão em constante mudança e reconfiguração. Evidenciamos, assim, a adequação da abordagem construcional para o tratamento também de construções complexas.

Palavras-chave: Modelos Baseados no Uso. Gramática de Construções. Redes de herança. Construções adverbiais. Construções encaixadas.

Abstract: Construction, as a symbolic pairing of form and meaning, is a theoretical entity that represents an abstract scheme capable of bringing together similarities between constructions of the same nature. From the perspective of Usage-Based Models, the Construction Grammar has served more to explore the argument structure of simple constructions. Little attention has been paid to complex constructions. In this article, we focus two processes of clause combination, treating them within two constructional schemes that organize hierarchical networks by multiple inheritance relationships: (i) [[[CONECT(ive)] CLAUSE_I] CLAUSE_J]; (ii) [[ARG (ument)] [PRED (icate)]]. We seek to show that the first scheme can include diverse adverbial microconstructions, while the second one deals with the arrangement of complex argument constructions of varied argument nature. We argue that schema organization is based on analogization, which involves the extraction of formal / functional properties from a mutually reinforcing source, enabling the emergence of new constructional schemas and new abstract representations. Since property extraction is a continuous process, we assume that networks are constantly changing and reconfiguring. Thus, we highlight the appropriateness of the constructional approach to the treatment of complex constructions as well.

Keywords: Usage-Based Models. Construction Grammar. Inheritance networks. Adverbial constructions. Embedded clauses.

1 Situando o problema

O processo de combinação de orações tem sido bastante explorado em modelos funcionalistas variados, como o da Gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), o da RST – Teoria da Estrutura Retórica (MANN; THOMPSON, 1988), o da Gramática Sistêmico-funcional (HALLIDAY, 1985), dentre outros, seja para explicação da natureza do seu funcionamento, seja para construção de propostas taxonômicas. São muitos os exemplos de trabalhos que voltam sua atenção para o modo como orações podem se combinar dentro de um complexo oracional mais amplo (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988; NEVES; BRAGA, 1998; TABOADA, 2004; ANTONIO, 2004; THOMPSON; LONGACRE, 2007, dentre outros). O ponto de partida desses trabalhos é o estudo seminal de Halliday (1985), que distingue as noções de *hipotaxe* e de *encaixamento*. Tratando as orações complexas dentro de um sistema de interdependência, o autor propõe que, embora a hipotaxe atue para modificar o sentido de um núcleo, ancorando-lhe informação suplementar, ela não pode ser considerada parte da estrutura nuclear. Não é o caso

do encaixamento, em que uma oração subordinada é parte da estrutura argumental do predicado de uma oração nuclear. É partindo desse referencial que propomos este artigo.

Considerando que orações complexas são motivadas por processos distintos, nosso objetivo primeiro, no exame realizado aqui, é o de mostrar como se aplica a noção de redes conceituais no tratamento de orações complexas, segundo a proposta da abordagem construcional dos *Modelos Baseados no Uso* (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; GOLDBERG, 1995, 2006). Esse objetivo é, portanto, de alcance bastante amplo, porque pretendemos demonstrar de que modo diferenças entre tipos variados de orações adverbiais e de orações argumentais podem ser capturadas numa análise em rede, evidenciando a natureza distinta dessas orações outrora tratadas sob o mesmo rótulo de “subordinadas”. Então, claro fique que nossa preocupação não contempla análise pormenorizada de um ou outro tipo específico de oração.

Como Modelo Baseado no Uso, a Gramática de Construções tem servido à exploração de construções simples, como de auxiliarização, de transitividade e de estrutura argumental simples (GOLDBERG, 1995, 2003; FURTADO DA CUNHA; CHAVES, 2019). Nota-se, portanto, grande enfoque ora na relação de dependência entre palavras ora na relação entre dependência e categorização, com pouca atenção ainda para complexos oracionais mais amplos e suas partes constitutivas, os quais só muito recentemente vêm sendo investigados na consideração de tipos específicos de construções complexas. Citem-se a título de exemplo, o trabalho de Bispo (2018), sobre construções relativas, o de Rosário e Campos (2019), sobre construções correlativas, os de Oliveira (2019a, 2019b) e Oliveira e Hirata-Vale (2017), sobre construções condicionais, e o de Gonçalves (2016, 2018a, 2018b), sobre construções argumentais complexas. Mais comum, sob a abordagem construcional, tem sido o enfoque dado à formação de conectivos oracionais específicos, o que nem sempre leva em consideração as construções conectadas, mas somente a relação semântica instanciada entre elas, via conectivo (CEZÁRIO et al., 2015; OLIVEIRA, 2019a, 2019b). Falta, portanto, uma proposta que procure unificar, tanto quanto possível, o maior número de tipos de construções complexas.

Diante desse quadro, neste artigo, voltamos nossa atenção a construções que se articulam dentro de um complexo oracional mais amplo, tratando de dois padrões construcionais diferentes: um que se realiza em contextos de construções adverbiais complexas, outro, em contextos de construções argumentais complexas, conforme exemplificam, respectivamente, as ocorrências em (1) e em (2), nas quais destacamos as construções alvos de nossa análise.¹

¹ Ao final das ocorrências, indicamos, entre parênteses, a fonte de onde ela foi extraída. São mantidos os códigos atribuídos pelos organizadores dos *corpora*, no caso *O Corpus do Português* e o *Banco de dados Iboruna*.

(1) Construções adverbiais complexas

- a. Os comerciantes estão pagando para policiais civis e militares darem segurança às suas lojas **quando eles estão de folga**. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com*)
- b. **Caso o senhor recebesse o convite para assumir a Secretaria de Segurança Pública**, aceitaria? (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Pov*)
- c. Esta semana foi de exceção, **dado que o corte das taxas directoras por parte do Banco de Portugal permitiu uma maior descida das taxas de mercado nacionais**. (*Corpus do Português: 19N:Pt:Expr*)
- d. **Ainda que tivesse ocorrido esse boom mineiro**, não houve deslocamento para o Sul. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:ISP*)

(2) Construções argumentais complexas

- a. na copa do:: ano... noventa... **nós descobrimo(s) que meu marido tinha Chagas** (Iboruna, AC-132; L. 15)
- b. eu faço um omelete que fica muito gostoso... **parece que... as pessoa vai achá(r) que fica amargo** mas num fica... você pega jiló... jiló verde corta ele em fatias BEM fininha e depo/ você bate o o::vo né? (Iboruna, AC-103, L.378)
- c. ANtes é bom **passá::(r) algum produto assim** que é pra fazê(r) esco::va... e:: depois um reparador de pontas assim pra assentá(r)... os fiozinho do cabelo (Iboruna, AC-044, L. 217/218)
- d. que que custa a pessoa tomá(r) uma/ fazê(r) uma reunião... só que **o certo é o pai... e a e a... e a mãe í(r)** né? (Iboruna, AC-072, L. 599)

Para os tipos de dados em (1), propomos uma rede hierárquica organizada a partir do esquema mais geral [[[CONECTIVO] ORAÇÃO_I] ORAÇÃO_J], que abriga micro-construções diversas, introduzidas por conectivo (como, por exemplo, *quando*, *caso*, *dado que*, *ainda que*, de (1a) a (1d)). Oriundas de diferentes fontes, a família construcional das adverbiais se organiza por elos de herança múltiplos. Já para os tipos dados em (2), a rede hierárquica proposta se organiza, também por relações de herança, a partir do padrão genérico [[ARGUMENTO SUJEITO] [PREDICADO]], que permite arranjar construções encaixadas em posição argumental tanto de objeto (como em (2a)) quanto de sujeito (como em (2b) e (2c)) ou mesmo em posição do próprio predicado, como é o caso de construções predicativas (como em (2d)). Outros tipos de construções completivas, como é o caso de relativas e de completivas nominais, organizam-se em redes próprias, ligadas a esquemas nominais e, por isso, não são consideradas aqui.

Os dados empíricos que sustentam nossa proposta provêm de duas bases de dados diferentes:

- (i) *Corpus do português*, disponível em <https://www.corpusdoportugues.org>, que reúne textos falados e escritos de gêneros variados e de diferentes sin-
cronias e do qual extraímos dados apenas do português contemporâneo do Brasil e de Portugal (DAVIES, s.d.);
- (ii) *Banco de dados Iboruna*, disponível em <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>, composto de amostras de fala do interior paulista sociolinguisticamente organizadas (GONÇALVES, 2007).

O ineditismo da proposta que aqui apresentamos justifica seu caráter ainda exploratório e, por isso, nossas análises são de cunho essencialmente qualitativo, o que não significa deixar de reconhecer a importância do papel da frequência de uso na estruturação de padrões linguísticos.

Assumindo, então, a construção como unidade de análise que prevê o pareamento de forma e significado, justificamos nosso objetivo último de mostrar como construções complexas adverbiais e argumentais se organizam em redes conceituais próprias, em razão de, na abordagem construcional, pouca atenção ser dispensada a construções complexas resultantes de processos distintos de combinação de oração.

Apresentada, nesta seção introdutória, a proposta geral que aqui desenvolveremos, o artigo segue estruturado em três outras seções: na segunda seção, apresentamos as bases teóricas dos *Modelos Baseados no Uso*, sob as quais nossa proposta é erigida, com enfoque na Gramática de Construções; na terceira e quarta seções, centrais deste artigo, defendemos nossa proposta de rede de herança para construções complexas adverbiais e argumentais, organizada a partir de esquemas genéricos próprios. Arrematamos nossa proposta nas considerações finais, seguidas das referências.

2 A abordagem construcional nos *Modelos Baseados no Uso*

A proposta que aqui desenvolvemos tem suas bases teóricas assentadas nos chamados *Modelos Baseados no Uso* (*MBU*, daqui em diante), em especial na abordagem construcional. O rótulo *MBU*, empregado originalmente por Langacker (1987), abriga, hoje, uma corrente teórica que advoga que a língua é um sistema adaptativo complexo que exibe, ao mesmo tempo, estrutura, variação e gradiente, e não deve, portanto, ser considerada produto acabado, mas sempre emergente do uso (BYBEE, 2016).

Segundo Barlow e Kemmer (2000), os *MBU* se movimentam em torno de oito princípios básicos, que seguem summarizados em (3).

- (3) Princípios dos *Modelos Baseados no Uso* (Adaptados de Barlow e Kemmer (2000)).
- a. *Importância da frequência de uso*: a rotinização de uma unidade linguística afeta o modo de seu processamento; assim, a frequência de uso é tanto resultado quanto força de moldagem do sistema.
 - b. *Compreensão e produção integradas*: eventos de uso estruturam o funcionamento do sistema linguístico, não se admitindo separação entre estrutura e atos do processamento mental; a performance é parte de competência e, por isso, “erros de performance” conformam-se a normas em diferentes graus.
 - c. *Foco na experiência durante a aquisição da linguagem*: produção e compreensão linguísticas são significantes em fases de aquisição da linguagem, sendo desnecessário postular estruturas inatas, porque a criança abstrai padrões construcionais mais gerais do uso da língua.
 - d. *Emergência das representações linguísticas*: unidades linguísticas não são “estocadas” em qualquer localização neural particular, porque são sempre emergentes de rotinas cognitivas de padrões mentalmente ativados.
 - e. *Importância de dados de uso*: teorias linguísticas devem se pautar no que as pessoas efetivamente produzem e entendem, e não em intuições; *corpora* fornecem *insights* para questões linguísticas relevantes.
 - f. *Uso, variação sincrônica e mudança diacrônica*: quanto mais interagem, mais os usuários tendem à padronização da variação; o uso é locus de mudança, e o falante, fonte de micromudanças diacrônicas em seu próprio sistema e no de outros; em cada estágio da mudança, as mesmas motivações operam, afetando atos de percepção e de produção.
 - g. *Sistema linguístico e processos cognitivos gerais*: processos de abstração linguística não diferem dos que ocorrem em outros domínios cognitivos, porque a estrutura linguística é parte de estruturas conceituais.
 - h. *do contexto*: o significado não está na estrutura em si; contextos de uso influenciam todos os aspectos da língua e revelam complexa interação com representações cognitivas abstraídas da experiência.

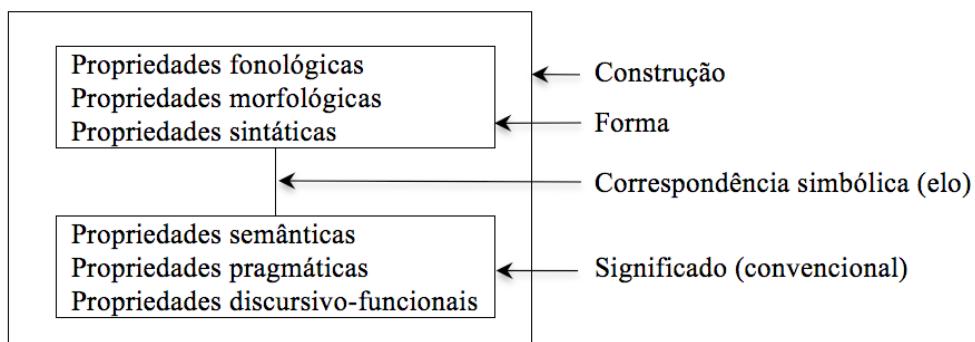
Esses princípios permitem entender como a dinâmica das línguas confere a elas estabilidade relativa, sem necessidade de postulação de regras fixas aplicáveis a qualquer situação de uso. Subjaz aos *MBU* a crença de que a relação entre a representação abstrata da gramática e os eventos de uso é muito mais direta do que o que se assume em outros

modelos de gramática. Sob tal concepção, o abstrato e o particular estão fortemente relacionados, na medida em que representações linguísticas mais gerais são gradualmente abstraídas da repetição de exemplares específicos. Assim, a relação entre padrões gerais, ou simplesmente *esquemas*, e suas realizações específicas traz consequências para a gramática das línguas, cujas unidades não são fixas, mas dinâmicas, porque estão sempre sujeitas à extensão criativa e são constantemente reformatadas com o uso.

Bybee (2016) considera que processos específicos às línguas podem ser mais bem compreendidos à luz de processos cognitivos mais gerais, tais como: *categorização* (representações com base em protótipos), *chunking* (sequências de processamento simples e automatizado), *memória enriquecida* (estocagem na mente de detalhes da experiência), *analogia* (criações com base em experiências prévias) e *associação transmodal* (elo entre experiências coocorrentes). Na construção de teorias linguísticas mais coerentes e econômicas, investigar a atuação desses processos sobre as representações linguísticas implica reconhecer que é possível “derivar a língua da não língua” (BYBEE, 2016, p. 196). Assim, os MBU rejeitam a autonomia da sintaxe e conjugam a semântica e a pragmática na análise da estrutura linguística.

É com base nesses princípios que os MBU assumem a *construção* como unidade de análise mais adequada para a representação morfológica e sintática, sem distinção entre léxico e gramática, pois o que se defende é que os usuários da língua armazenam padrões construcionais, e não informações lexicais individuais. A *construção* (de morfemas a, até mesmo, padrões textuais), definida como unidade simbólica e convencional da gramática, representa uma rotina consolidada, que, geralmente usada ‘de modo convencional’ na comunidade de fala, envolve associação transmodal (‘simbólica’) de forma e significado. A Figura 1, extraída de Croft (2001), explicita os tipos de propriedade que constituem o polo da forma e o polo do significado de uma construção.

Figura 1 - A estrutura simbólica de uma construção



Fonte: Croft (2001, p. 18; tradução nossa)

Como entidade teórica, a construção representa um esquema abstrato, capaz de reunir semelhanças entre construções menos esquemáticas de mesma natureza, tornando-se, assim, essencial para descrever padrões menos usuais, especialmente complexos, e padrões regulares, mais básicos, da língua, sem necessidade de derivação de um padrão a partir de outro. Generalizações podem ser captadas por traços de herança entre construções mais e menos esquemáticas, porque esquemas genéricos são abstraídos de padrões construcionais mais restritos (subesquemas) que, situados em pontos mediais da rede, spcionam padrões particulares de níveis mais baixos (GOLDBERG, 2003).

Como resultado da implementação desse modelo, a gramática tem de ser vista como uma estrutura relativamente flexível e instável, organizada a partir de padrões sociais de convencionalização e de princípios cognitivos gerais, destacando-se o papel das experiências corporificadas como base para o significado linguístico.

Traugott e Trousdale (2013), tratando de processos de mudanças linguísticas que levam a modificações em uma rede construcional, ou por *construcionalização* (formação na rede de novas construções com funções procedurais) ou por *mudança construcional* (alterações na forma e/ou no sentido de uma construção já formada), propõem a verificação dos seguintes parâmetros:

- (i) *esquematicidade*: abstração da construção a partir de exemplares específicos;
- (ii) *produtividade*: potencial de uma construção de atrair construções menos esquemáticas, via analogização;
- (iii) *composicionalidade*: derivação ou não do significado da construção de suas subpartes.

Os dois tipos de mudança previstos podem afetar os diferentes níveis construcionais de uma rede: o das *macroconstruções* (ou esquemas abstratos), que, reservado a esquemas altamente abstratos, é pouco suscetível à atração semântica de outras construções; o das *mesoconstruções* (ou subesquemas), que, por agrupar microconstruções com traços semânticos e sintáticos comuns, já pode atrair novas construções, por analogização; o das *microconstruções*, que, agrupando tipos de construções individuais alinhadas a mesoconstruções, mantêm suas idiossincrasias de forma e sentido, por conta de itens específicos recrutados na sua formação; e, o último nível, o dos *construtos*, que, é o lugar de representação de instâncias de uso responsáveis por qualquer tipo de inovação na rede mais ampla.

Resumidamente, os pressupostos mais gerais dos *MBU*, nos quais se assenta a proposta a ser desenvolvida neste artigo, são dados em (4):

- (4) Pressupostos gerais dos *Modelos Baseados no Uso*
- a. a **construção**, unidade básica de análise, é concebida como o pareamento convencional entre forma e significado;
 - b. a **gramática** é simbólica e está organizada em famílias de construções, ou em rede construcional;
 - c. a **rede construcional** está organizada em torno de diferentes subtipos de construções, com diferentes graus de esquematicidade, e que se ligam por elos de herança e elos relacionais;
 - d. nos processos de mudança construcional ou de construcionalização, é relevante apurar as seguintes propriedades das construções: **esquematicidade** (grau de abstratização de uma construção), **produtividade** (extensão de um esquema construcional e sua capacidade de gerar esquemas menos abstratos) e **composicionalidade** (grau de convencionalização do significado de uma construção).

3 Construções adverbiais complexas

Aqui assumimos que o significado circunstancial expresso nos modificadores oracionais não está vinculado a um único componente da oração, ou seja, esse significado não é totalmente mapeado a partir dos componentes da oração; ao contrário, é **resultado de processos inferenciais instaurados pela correlação de vários parâmetros** semântico-pragmáticos que resultam na convencionalização de inferências e implicaturas diversas.

No geral, conforme aponta Oliveira (2014), um primeiro fato que sustenta essa visão é a gramaticalização de conectivos com o significado procedural de estabelecer relação entre duas orações, significado que nem sempre se especializa na codificação de um único tipo de relação semântica como ponto final do processo de mudança. Essa autora mostra como, na verdade, há uma variada gama de conectivos que atuam na construção de relações semânticas diversas. Esse é o caso dos conectivos *desde que* e *dado que*, exemplificados nas ocorrências a seguir.

- (5) a. Mas, essa é outra mania do PT; dizem que topam **desde que o cabeça seja Lula.** (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com*)
= Condisional

- b. **Desde que o processo se iniciou**, o ex-ministro Ciro Gomes defende uma frente de centro-esquerda (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com*)
= Temporal
- (6) a. já era pretensioso no seu número de andares, ainda mais se mostra ser, **dado que uma coisa não supusesse a outra, no custo.** (*Corpus do Português: 19:Fic:Br:Barreto:Urbana*)
= Condicional
- b. O próprio Gabinete de Apoio Técnico viria a dar parecer negativo ao projeto, **dado que o edifício poderia < afectar o aspecto e a beleza da paisagem natural>.** (*Corpus do Português: 19N:Pt:Beira*)
= Causal

Em (5a) e (5b), nota-se que a distinção entre os significados de condição e tempo não pode ser inteiramente instaurado pelo conectivo *desde que*. O conectivo atua como um angulador, indicando uma situação cognitiva secundária em relação a um evento principal ao qual confere algum tipo de realce. As distinções entre condição e tempo nesses exemplos são resultado de um conjunto de fatores que licenciam traços dos significados nelas instaurados, tais como uso de tempos do subjuntivo, não-factualidade da relação causal e capacidade de predição da condicional (projeção de hipótese). O mesmo se nota em (6a) e (6b), em que a distinção entre condição e causa é resultado de inferências que se instauram a partir da correlação de fatores diversos, como os retomencionados.

Outra questão que se coloca para a análise de orações adverbiais é que os conectivos usados numa construção adverbial apresentam graus de composicionalidade bastante diferenciados, como é possível notar no confronto das ocorrências, a seguir, (7) e (8), respectivamente um par condicional e um par temporal:

- (7) a. **Se** não tiver um conteúdo para simular o olho, essa parte afunila (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)
- b. **No caso em que** as disposições vigentes autorizem o uso de um prospecto preliminar ou a realização de publicidade prévia à autorização, o material deve explicar seu caráter preliminar. (*Corpus do Português: 19Ac:Br:Enc*)
= Condicional
- (8) a. **Quando** fui conversar com D. Lucas Moreira Neves, ele não tinha uma informação completa (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)

- b. **No momento em que Clara colocou o pequeno na cama**, verificou que ele tinha febre. (*Corpus do Português: 19:Fic:Br:Cardoso:Dias*)
= Temporal

Nas ocorrências em (7b) e (8b), traços do significado do núcleo do conectivo (*caso e momento*, respectivamente) se correlacionam com fatores formais e semântico-pragmáticos para expressão do sentido de conjuntura/contingência característico de conectivos adverbiais. O que ocorre, em casos assim, é uma extensão metafórica desse significado nuclear, que deixa de indicar uma conjuntura específica/determinada e passa a indicar uma conjuntura aberta, não referencial. Esse é o gatilho para a inferência dos significados condicional e temporal expressos nesse tipo de construção. Diferentemente, nas ocorrências em (7a) e (8a), em que os conectivos *se* e *quando*, usados para introduzir a oração adverbial, são altamente não composticionais, não é mais possível decompor traços de seus significados para a construção dos significados de condição e de tempo expressos nessas orações. O mesmo ocorre com outros conectivos, nos quais ainda se verificam traços do significado do núcleo atuando para compor o significado adverbial que a oração por eles introduzidas manifesta. Conectivos como esses são parcialmente composticionais, já que traços de seu significado projetam parte do significado da construção. Estão nesse grupo conectivos como: *na condição em que, a fim de que, de modo que, de maneira que, antes que, depois que, à medida que, por causa (de) que*, entre outros.

Ainda, o significado expresso na oração adverbial não está vinculado a um único componente da oração. É o que Oliveira (2019a, 2019b) discute em sua análise de conectivos condicionais. Isso se nota, por exemplo, em conectores como *uma vez que* e *desde que*, que, sozinhos, não especificam o significado expresso pelas orações adverbiais que encabeçam. É o que mostram as ocorrências de (9a) a (9c), respectivamente uma oração causal, uma temporal e uma condicional.

- (9) a. As algas marinhas são o verdadeiro pulmão do mundo, **uma vez que produzem mais oxigênio pela fotossíntese do que precisam na respiração.** (*Corpus do Português: 19Ac:Br:Enc*)
= Causal
- b. Mas **uma vez que o tiroteio começava**, era tomado duma espécie de embriaguez. (*Corpus do Português: 19:Fic:Br:Verissimo:Resto*)
= Temporal

- c. garante que vai cumprir o mandato « até ao fim», **uma vez que seja eleito pelas « pessoas deste concelho.** (*Corpus do Português: 19N:Pt:Beira*)
= Condicional

Conectores como esses têm um significado procedural e sinalizam ao ouvinte a instrução para a construção de um espaço mental no qual se fundamenta o conteúdo da oração principal. Os significados de causa, tempo e condição emergem da correlação entre os vários elementos que compõem a construção. Conforme Oliveira (2019a, p. 8), casos como esses evidenciam que “o significado específico de causa, tempo, condição, concessão, modo, nem sempre estará associado unicamente ao conectivo”. Tal fato evidencia o significado não composicional da oração adverbial e corrobora a posição assumida aqui de tratá-la como uma construção.

Por outro lado, conectivos prototípicamente associados a um determinado domínio semântico podem ocorrer em relações de outra natureza. É o que notamos nos usos não prototípicos de *se* e *quando*, por exemplo. A ocorrência em (10a) caracteriza-se pela ausência de predição, traço básico do significado condicional, que diz respeito à capacidade da condicional de projetar uma situação futura (OLIVEIRA, 2019a). Assim, o significado condicional, no geral marcado por *se*, se enfraquece em razão de outros elementos da oração. Caso semelhante ocorre em (10b), em que se nota a projeção de uma hipótese – traço do significado condicional – agregada à moldura temporal que o conectivo *quando* prototípicamente indica (HIRATA-VALE, 2005).

- (10) a. Lá, **se tem uma briga**, o cinegrafista está no meio. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)
b. **quando discordar**, venha discutir. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)

Considerando a discussão desses casos, o que para nós fica evidente é que o significado expresso em orações adverbiais não é totalmente mapeado a partir dos componentes da oração. Ou seja, não é possível associar cada traço de seu significado a elementos específicos da construção. Ao contrário, o significado nelas expresso é **resultado de processos inferenciais e de implicaturas convencionalizados**. Portanto, nos termos de Goldberg (2006), Bybee (2016) e Traugott e Trousdale (2013), o que estamos sugerindo é que o significado de orações adverbiais seja tratado como um significado convencional e não composicional, que se fixa na língua pela frequência com que o padrão construcional é

usado. A partir daí, modificadores oracionais podem, então, ser concebidos como uma construção não composicional, altamente esquemática e produtiva, como representamos abaixo, em (11), seguindo o modelo elaborado por Traugott e Trousdale (2013).

(11) Esquema geral de modificadores oracionais

$$[[\text{CONECT}] [\text{ORAÇÃO}_i]] \Leftrightarrow [\text{circunstância}]$$

Nesse esquema geral, que abriga uma rede hierárquica de subesquemas e microconstruções, $[[\text{CONECT}] [\text{ORAÇÃO}_i]]$ representa a forma da construção adverbial e contém seus aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos; $[\text{circunstância}]$ representa, de modo mais abstrato, o significado que, em níveis menos esquemáticos, pode assumir especificações semânticas diversas, tais como tempo, causa, condição, concessão, modo etc., como exemplificam as construções adverbiais apresentadas anteriormente em (1) e as mostradas em (12), em seguida, que se instanciam sob esse esquema geral.

(12) Instanciações do esquema $[[\text{CONECT}] [\text{ORAÇÃO}_i]] \Leftrightarrow [\text{circunstância}]$

a. $[[\text{SE}] \text{ ORAÇÃO}_i] \Leftrightarrow [\text{condição}]$

Se você não pode adotar crianças, como é que você vai formar uma família?
(*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)

b. $[[\text{QUANDO}] \text{ ORAÇÃO}_i] \Leftrightarrow [\text{tempo}]$

Quando fui reunir o material, me surpreendi com a quantidade de matérias que escrevi. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com*)

c. $[[\text{EMBORA}] \text{ ORAÇÃO}_i] \Leftrightarrow [\text{concessão}]$

Na economia, **embora o plano não esteja totalmente solidificado**, não há a menor possibilidade de retrocesso. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Com*)

d. $[[\text{PORQUE}] \text{ ORAÇÃO}_i] \Leftrightarrow [\text{causa}]$

É preciso no Brasil extinguir o imposto sindical, **porque ele é uma forma de tirar dinheiro do trabalhador**. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)

e. $[[\text{PARA}] \text{ ORAÇÃO}_i] \Leftrightarrow [\text{finalidade}]$

na época em que a gente fazia os slides **para produzir os comerciais**. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Cid*)

Na família construcional das orações adverbiais ilustradas em (12), cada subesquema $[[\text{CONECT}] [\text{ORAÇÃO}_i]_{\text{condição, causa etc.}}]$ e suas respectivas microconstruções se organizam por

elos relacionais e de herança múltiplos, já que as orações adverbiais emergem de padrões extremamente variados. Primeiramente, orações adverbiais que tem a sequencialidade na base de seu significado (tais como causa, condição, tempo, finalidade, concessão e consequência) conceitualizam um cenário em que a realização ou não de uma dada situação projeta/leva a um conjunto de resultados possíveis, indicando que a realização da situação principal está, de algum modo, atrelada à realização da situação de circunstância. Representamos essa conceitualização na Figura 2:

Figura 2 - Conceitualização do esquema [[CONECT] [ORAÇÃO_i]] ⇔ [circunstância]



Fonte: Dos autores.

A conceitualização de trajetória no espaço, representada no esquema em (12) pelo movimento de um ponto A a um ponto B, é prototípicamente designada por verbos de movimento. No caso da emergência de orações adverbiais, essa conceitualização de movimento indicando trajetória é projetada para o campo das ideias, em que se movimenta de um argumento A (ORAÇÃO_i) para chegar à conclusão de um argumento B (ORAÇÃO_j), conforme esquema em (13), a seguir.

- (13) Representação da projeção do esquema de movimento no esquema adverbial
[[[CONECT] [ORAÇÃO_i]] [ORAÇÃO_j]] ⇔ [SEM: X LEVA Y]

Em complexos oracionais, há uma tendência de interpretar sua estrutura como icônica à ordem dos eventos ou das etapas da organização cognitiva que eles codificam (HAIMAN, 1980). Nesse sentido, a ordem dos segmentos envolvidos reflete cognitivamente uma sequência narrativa, e, por isso, a sequencialidade está fortemente ligada aos significados que orações adverbiais expressam. Assim como na conceitualização de trajetória no espaço, orações adverbiais sempre indicam um ponto A a partir do qual se infere ou conclui um ponto B e, desse modo, a noção de movimento no espaço está metaforicamente presente nesse tipo oracional. A sequencialidade é, portanto, um fator essencial na interpretação desses complexos oracionais: essas orações podem ser caracterizadas como

a conceitualização de “situar coisas uma depois da outra”, já que o que é contingente para a validação/especificação de algo deve vir antes da situação resultante.

O esquema [[CONECT] [ORAÇÃO_i]] herda ainda traços da semântica de modificação dos advérbios, já que atua como uma espécie de modificador da oração ([ORAÇÃO_j]), indicando a circunstância que especifica/realça/determina sua ocorrência/validade/adequação pragmática. Dentre esses, há um conjunto que herda propriedades funcionais dos advérbios construtores de espaços mentais, já que, à semelhança desses, funciona como angulador do discurso, criando espaços alternativos a partir dos quais outros espaços se abrem. Tomemos como exemplo as ocorrências em (14):

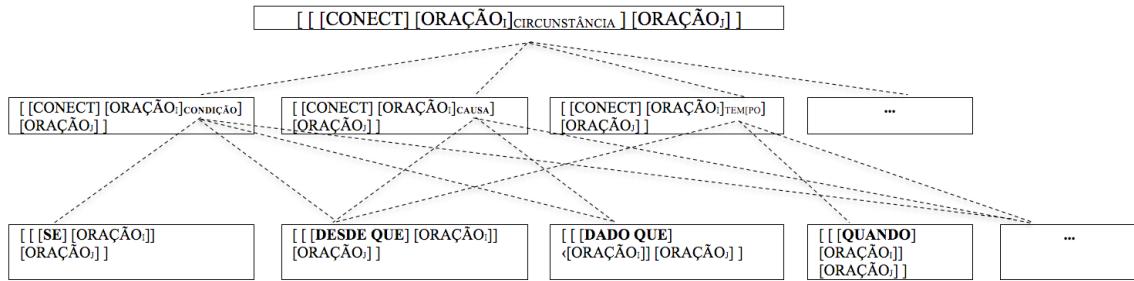
- (14) Construções adverbiais construtoras de espaço mental
- a. [[[Desde que]CONECT [o próprio Lula esteja convencido de que o meu nome se adequa à disputa]ORAÇÃO_i], [não só para substituí-lo]ORAÇÃO_j]. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Tar*)
 - b. [[[Caso]CONECT [o meu nome unifique o partido e esta definição ocorra até agosto]ORAÇÃO_i], [poderei examinar o assunto com tendência a aceitar]ORAÇÃO_j]. (*Corpus do Português: 19Or:Br:Intrv:Tar*)

Nessas ocorrências, as microconstruções marcadas por *desde que* e *caso* orientam o ouvinte a construir um espaço mental no qual, a partir de um espaço base, outros espaços mentais podem ser construídos. Esse é o caso de modificadores oracionais de tempo, causa, concessão, condição e consequência. Assim, à semelhança da relação de modificação adverbial, os modificadores oracionais também se generalizam a partir da estrutura núcleo-modificador mostrada em (15), que vem em seguida.

- (15) Esquema genérico das construções adverbiais
[[[CONECT] [ORAÇÃO_I]] [ORAÇÃO_J]] ⇔ [SEM: X especifica Y]

O esquema [[CONECT] [ORAÇÃO_i]] abstratiza um padrão geral altamente esquemático que sanciona diversos subesquemas parcialmente especificados, contendo um *slot* [CONECT] preenchido pelo tipo de conector apropriado e um *slot* [ORAÇÃO_i] para um padrão de colocação [ORAÇÃO_j] relativamente amplo, podendo assumir formas variadas de orações finitas ou não-finitas, declarativas, imperativas ou interrogativas. A Figura 3 a seguir exemplifica como se configura a representação da rede conceitual de construções adverbiais complexas.

Figura 3 - Taxonomia de construções adverbiais complexas



Fonte: Dos autores.

Exemplos de análise de construções adverbiais que demostram bem a validade da proposta aqui defendida podem ser encontrados em Kortmann (2000), para concessivas e causais; em Rosário e Acosta (2018), para o caso das correlativas; em Oliveira (2019a, 2019b), para o caso específico das orações condicionais; dentre outros.

4 Construções argumentais complexas

Como deve estar claro até este ponto, o princípio da motivação evidencia o funcionamento relacional do sistema linguístico, por meio do qual um padrão construcional sintático-semântico predominante estrutura diversos outros. Em termos de estrutura argumental, um esquema genérico do tipo mostrado em (16), independentemente da ordenação e complexidade estrutural interna de suas subpartes, motiva uma ampla rede de construções argumentais, tanto simples quanto complexas, como pretendemos argumentar, com base em Goldberg (1995, 2003).

(16) Esquema genérico de estrutura argumental

$$[[\text{ARG}(\text{umento})] [\text{PRED}(\text{icado})]_{\text{ORAÇÃO}}] \Leftrightarrow [\text{SEM.: X predica sobre Y}]$$

Importante destacar que, no esquema do padrão genérico, a subparte **[PRED]** pode ser internamente expandida, a depender da natureza sintático-semântica do predicado que constitui seu núcleo, implementando, na língua, diferentes tipos de construções argumentais, tais como construções intransitivas, (di)transitivas, predicativas etc.

A partir do esquema genérico dado em (16), interessa-nos mostrar como construções argumentais simples e complexas se implementam, mantendo entre si relações de herança explicativas da formação de construções complexas, foco de interesse neste momento. Comparemos, inicialmente, os dois conjuntos de construções em (17) e (18),

com atenção para os constituintes que aparecem destacados:

(17) Construções argumentais simples

- a. [[meu quarto]_{SUJ} [é simples]_{PRED}]. (Iboruna, AC-028, L. 82)
- b. [[eu]_{SUJ} [**visitava muita agência**]_{PRED}]. (Iboruna, AC-051, L. 45)
- c. [[**diferente**]_{PRED} [a cultura deles]_{SUJ}]. (Iboruna, AC-094, L. 133)
- d. [[**chegou**]_{PRED} [a hora do almoço]_{SUJ}]. (Iboruna, AC-08, L. 16)

(18) Construções argumentais complexas

- a. [[ele]_{SUJ} [ficô(u) sabendo [que [[eu]_{SUJ} [**tinha me separado**]_{PRED}]]]_{PRED}]. (Iboruna, AC-076, L.10)
- b. [[você]_{SUJ} [precisa de [[\emptyset]_{SUJ} [**fazê(r) isso daqui... um ultrassom**]_{PRED}]]]_{PRED}]. (Iboruna, AC-140, L. 76)
- c. tê(r) uma panelinha de ferro ... [[parece]_{PRED} [que [[**o sabor**]_{SUJ} [é o(u)**tro**]_{PRED}]]]_{SUJ}]. (Iboruna, AC-140, L. 352)
- d. o médico achô(u) que [[**seria bom**]_{PRED} [[[o depoimento do paciente]_{SUJ} [saí(r) na internet]_{PRED}]]]_{SUJ}]. (Iboruna, AC-152, L. 75)
- e. [[**o incrível**]_{SUJ} [é [que [[ela]_{SUJ} [**não ficô(u) com medo**]_{PRED}]]]_{PRED}]]. (Iboruna, AC-062, L. 167)

Dentre esses diferentes tipos de construções, o esquema $[[\text{ARG} (\text{Suj})][\text{PRED}]]$ pode ser considerado o padrão genérico mais produtivo que motiva, por relação de herança, os padrões construcionais de construções simples ((17)) e construções complexas encaixadas ((18)). A contraparte semântica da construção sustenta-se sempre em uma relação de predicação, estruturada, sintaticamente, por recurso a uma estrutura argumental apropriada, definida por propriedades sintático-semânticas de tipos apropriados de predicado.

Em (17), podemos reconhecer, para a estrutura que cumpre a função de [PRED], naturezas categoriais distintas: verbal, como em (17b) e (17d) (*visitar* e *chegar*, respectivamente), ou não verbal, como em (17a) e (17c) (*simples* e *diferente*, respectivamente). O mesmo se verifica para o caso das construções complexas em (18), que se organizam em torno de predicado tanto verbal, como em (18a), (18b) e (18c) (*saber*, *precisar* e *parecer*,

respectivamente), quanto não verbal, como em (18d) e (18e) (*bom* e *ficar com medo*, respectivamente). É a natureza semântica do [PRED] que determina o número de constituintes que com ele forma a estrutura mais ampla da construção. O certo é que, qualquer que seja o nível de complexidade oracional, o esquema de predicação se sustenta na relação argumental entre as subpartes da construção.

Em (18), a instanciação das construções complexas, a partir do esquema geral [[ARG Suj][PRED]], requer que se reconheça também a complexidade sintático-semântica da subparte que exerce a função de [PRED] e de [ARG Suj], o que significa que essas subpartes do esquema genérico podem se realizar morfossintaticamente como constituinte simples ou complexo, mas alguma delas apresentará necessariamente uma estrutura morfossintaticamente complexa. Em (18a), (18b) e (18e), a subparte [ARG Suj] manifesta-se morfossintaticamente como constituinte simples, enquanto a subparte [PRED] mais ampla manifesta-se como constituinte complexo, como evidencia, em (19) a seguir, o contraste entre uma construção simples e uma complexa, a exemplo das já dadas em (17) e (18).

(19) Nível de complexidade estrutural da subparte [PRED]

- a. [[eu]_{SUJ} [visitava [muita agência]_{SN}]]_{PRED}]
- b. [[ele]_{SUJ} [ficô(u) sabendo [que [[eu]_{SUJ} [tinha me separado]]_{PRED}]]]_{ORAÇÃO}]]_{PRED}]

Em (19), a complexidade estrutural da subparte [PRED] diz respeito ao modo como o argumento interno ao predicado verbal se realiza morfossintaticamente: em (19a), como um argumento simples, codificado como um [SN] (*muita agência*), ao passo que, em (19b), como um argumento oracional, estruturado por recurso à predicação encaixada que se forma com base no esquema [[ARG Suj][PRED]], que se repete. De natureza um pouco diferenciada são os casos de construções complexas predicativas que se instanciam na própria posição de predicado, como revela o contraste mostrado em (20), a partir das construções simples e complexa dadas em (17a) e (18e).

(20) Nível de complexidade estrutural de construções em posição de [PRED]

- a. [[meu quarto]_{SUJ} [é [simples]_{ADJ}]]_{PRED}]
- b. [[o incrível]_{SUJ} [é [que [[ela]_{SUJ} [não ficô(u) com medo]]_{PRED}]]]_{ORAÇÃO}]]_{PRED}]

O que diferencia os padrões em (19) e (20) é a natureza sintático-semântica da subparte [PRED]: enquanto em (19) a construção [PRED] organiza-se em torno de um predicado verbal (*visitar* e *saber*, respectivamente), em (20), organiza-se em torno de um predicado não-verbal (é simples e é que ela não ficou com medo, respectivamente), ambos predicando sobre o [ARG Suj].²

Contrastemos, agora em (21), o nível da complexidade estrutural que recai sobre a subparte [ARG Suj].

(21) Nível de complexidade estrutural da subparte [ARG Suj]

- a. [[**meu quarto**]_{SUJ} [é simples]_{PRED}]
b. [[parece]_{PRED} [que [[**o sabor**]_{SUJ} [é o(u)**tro**]_{PRED}]_{SUJ}]]

Em (21), a subparte [ARG Suj] de ambas as construções apresenta complexidade estrutural diferente: em (21a), manifesta-se como sujeito estruturalmente simples, codificado como [SN] (*meu quarto*), enquanto, em (21b), como sujeito estruturalmente complexo, codificado como uma oração que segue o mesmo padrão construcional geral [[ARG Suj] [PRED]] (*o sabor é outro*).

Dos contrastes mostrados em (19), (20) e (21), observa-se, conforme Goldberg (1995), os seguintes tipos de ligação de herança entre construções simples e complexas: (i) *por polissemia*, porque, entre construções simples e complexa, o sentido específico de “relação de predicação” entre [ARG Suj] e [PRED] se mantém, de modo recursivo; (ii) *por subpartes*, porque, na construção genérica, [ARG Suj] e [PRED] subsistem como construções particulares; (iii) *por instanciação*, porque as subpartes da construção genérica [ARG Suj] e [PRED] permitem instanciar construções tanto simples quanto complexas; (iv) *por extensão metafórica*, porque construções nucleadas por nomes, em posição argumental tanto de Sujeito quanto de Objeto, e construções nucleadas por predicados não verbais simples, metaforicamente se estendem e passam a admitir, nas mesmas posições, construções oracionais. Exemplares desse tipo de extensão metafórica são os casos representados por [ARG Suj] e [PRED] não verbal, ambos instanciados por orações. No primeiro caso, entidades representadas por nomes, em construções simples, metaforicamente se

² Observe que existe uma contradição aparente ao se atribuir a uma oração o papel de predicador, como em (20b), pelo simples fato de ela ocorrer em posição estrutural de predicativo. Nesse caso, entretanto, a relação de predicação (predicado-argumento) se mantém, em razão de o adjetivo substantivado (*o incrível*) reter traços de predicador da categoria *adjetivo*. Assim, uma análise mais plausível seria a de que o estatuto de *predicador* não é extensível à oração, o que levaria a ter de se conferir a ela uma outra função. Mesmo conscientes dessa inconsistência, mantemos aqui o rótulo de *oração predicativa*.

estendem e passam a servir à codificação de entidades complexas de ordem superior, tais como como *estado-de-coisas* e *proposições*, sobre as quais se predicam. Já no segundo caso, a extensão metafórica envolve não entidades, mas propriedades a elas atribuídas que, na construção simples, são representadas por predicadores não verbais (como por exemplo, adjetivos predicativos); assim, as mesmas entidades de ordem superior passam a ser compreendidas como propriedades aplicáveis a [ARG Suj] abstrato, originado de predicados não verbais, restabelecendo assim, em construção inversa, a relação semântica “X predica sobre Y”³.

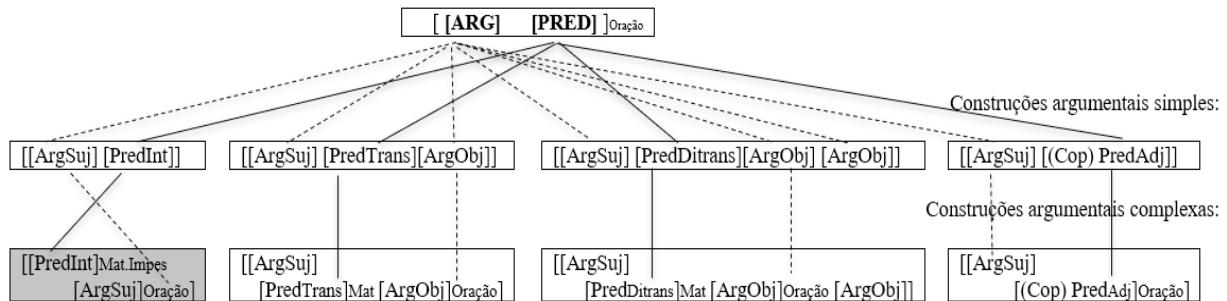
Nas construções complexas contrastadas em (19), (20) e (21), a ordenação das subpartes é fator que diferencia as construções simples e complexas, mas que, por razões estruturais, também as aproximam, uma vez que constituintes complexos tendem a se posicionar ao final da construção, independentemente da sua codificação estrutural, se como [ARG Suj] ou como [PRED].

Também fatores de ordem pragmática, como informatividade e topicalidade, podem promover alteração no modo de arranjo das subpartes no interior da construção, como é o caso das construções simples exemplificadas anteriormente em (17c) (*diferente a cultura deles*) e (17d) (*chegou a hora do almoço*), cujos sujeitos ocorrem pospostos aos predicados: no primeiro caso, por questão de ênfase sobre a própria informação codificada no predicado, e no segundo caso, pela informatividade do sujeito, que é apresentado como informação nova.

As propriedades de ordenação assumem relevância apenas na explicação do desvio do padrão do esquema genérico, mas não como fator que coloca as construções argumentais complexas como instâncias de padrões genéricos diferenciados. Isso significa dizer que qualquer que seja a subparte que manifeste estrutura complexa na construção mais ampla, se [ARG Suj] ou se [PRED], a manifestação do mesmo esquema genérico [[ARG] [PRED]] é sempre reconhecível, conforme mostra, a seguir, a configuração da rede de construções argumentais dada na Figura 4, que toma por base a taxonomia construcional de construções argumentais simples proposta por Croft (2001) e também assumida por Trousdale (2008).

³ Ontologicamente, a entidade *indivíduo*, como de 1^a ordem, só pode ser avaliada pela sua existência, dadas suas propriedades perceptuais relativamente estáveis no espaço e no tempo; entidade *estado-de-coisas*, de 2^a ordem, ocorre no espaço e no tempo e só pode ser avaliada em termos de sua realização, por referir eventos; *proposição*, como entidade de 3^a ordem, por referir construto mental, não tem localização espaço-temporal e só pode ser avaliada em termos de verdade/falsidade (LYONS, 1977). Enquanto entidades de 1^a ordem só podem ser codificadas por expressões nucleadas por nome; entidades de 2^a e 3^a ordens podem ser codificadas tanto por nomes quanto por predicação de natureza argumental (CAMACHO et al., 2014).

Figura 4 - Taxonomia expandida de construções argumentais em rede



Fonte: Dos autores.

Conforme se observa na figura, a rede de construções argumentais é estruturada em três níveis:

- (i) o esquema genérico $[[\text{ARG}] [\text{PRED}]]_{\text{oração}}$ é lexicalmente aberto e determina a regularidade do sistema, por constituir uma abstração das construções de nível mais baixo; suas subpartes $[\text{ARG}]$ e $[\text{PRED}]$, como construções independentes, estabelecem entre si relação semântica de predicação;
- (ii) o segundo nível abriga subesquemas com menor grau de esquematicidade, para dar conta dos diferentes tipos de construções argumentais simples (intransitiva, transitiva e predicativa); a construção $[\text{PRED}]$ determina a estrutura argumental da construção oracional mais ampla pela função que tem de predicar sobre a construção $[\text{ARG}]$; as construções $[\text{ARG Suj}]$, $[\text{ARG Obj}]$ e $[\text{PRED}]$ podem ainda ser especificadas por construções sintagmáticas lexicalmente abertas;
- (iii) no último nível, se situam as construções argumentais complexas, com grau menor de esquematicidade, em relação às construções do nível anterior, porque as subpartes $[\text{ARG Suj}]$, $[\text{ARG Obj}]$ ou mesmo $[\text{Pred}]$ com função predicativa são construções oracionais, que, recursivamente, se instanciam obedecendo-se a algum subesquema do nível imediatamente anterior.

A história de predicados particulares diacronicamente atestada sanciona, ainda que parcialmente, a taxonomia apresentada na Figura 4, na medida em que construções argumentais simples, por processo de analogização e abstratização metafórica, ou da subparte $[\text{ARG}]$ ou da subparte $[\text{PRED}]$, expandem a rede para o terceiro nível, de modo a incluir construções argumentais complexas, típico caso de mudança construcional implementado por alterações na forma e no significado das subpartes de construções argumentais. É o

que comprovam trabalhos como o de Gonçalves (2003), sobre a gramaticalização de três de diferentes tipos de predicados, *achar*, *crer* e *parecer*; o de Casseb-Galvão (1999), sobre a gramaticalização do predicado *achar*; e o de Lima-Parreira (2018), sobre a gramaticalização de construções não verbais encaixadas no verbo *achar*. Em todos eles, os autores comprovam que construções complexas com esses predicados emergem de construções argumentais simples. Enquanto o predicado *parecer* expande a slot [ARG Suj], os demais predicados expandem o slot [ARG Obj], em decorrência da abstratização de significado dos próprios predicados matriz, que, de usos concretos (*achar* = encontrar; *crer* = crença em algo; *parecer* = aparição), passam a codificar atitudes proposicionais (modalidade epistêmica).

Por fim, na configuração da rede, construções simples e complexas correspondentes herdam traços semânticos da relação de predicação representada no nível esquemático mais alto; traços de herança entre os dois níveis mais baixos se verificam em relação aos mesmos tipos sintático-semântico de predicado das construções; e, em relação à equivalência funcional, nos diferentes tipos de construção, entre subpartes construídas como sintagma e subpartes construídas como oração.

Um bom exemplo de análise de construção argumental complexa que sanciona a rede taxonômica proposta nesta seção é a empreendida em Gonçalves (2019), que trata especificamente de construções complexas subjetivas, aqui não detalhada por questão de espaço e dos objetivos do artigo.

E para concluir...

Com base nas análises mostradas nas seções precedentes, postulamos, para as construções adverbiais complexas, a participação em uma ampla rede de herança baseada na analogização. Nelas, a extração de propriedades formais/funcionais de um domínio fonte e a projeção para um domínio (mais) abstrato se reforçam mutuamente, fazendo emergir novos esquemas e subesquemas construcionais e, assim, novas representações abstratas. Devido à natureza contínua desse processo, assumimos que as redes estão em constante mudança e reconfiguração. Especificamente, argumentamos que:

- (i) a construção adverbial [[CONECT] [ORAÇÃO_i]] é altamente esquemática e se generaliza a partir de padrões múltiplos, já que orações adverbiais compartilham traços semânticos e formais com construções diversas, participando, assim, de diversas redes;
- (ii) a família construcional das orações adverbiais deve ser explicada a partir de elos de herança múltipla e de elos relacionais, em especial os elos de extensão metafórica e polissemia;

- (iii) o esquema [[CONECT] [ORAÇÃO_I]] é analisado a partir do padrão modificador-núcleo, que explica também a modificação adverbial.

Para as construções argumentais complexas, postulamos participação em uma ampla rede de herança de construções argumentais, assim definida:

- (i) a construção [[ARG] [PRED]], padrão genérico da rede, é lexicalmente aberta e determina a regularidade do sistema; suas subpartes estabelecem entre si uma relação semântica de predicação, traço funcional de herança que se mantém nos esquemas construcionais de níveis mais baixos;
- (ii) construções argumentais complexas são de nível esquemático inferior ao nível de construções argumentais simples, em razão da configuração morfosintática complexa de suas subpartes;
- (iii) também tornam assimétricas as construções complexas em rede, propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de suas subpartes, tais como posição argumental da construção encaixada (Sujeito ou Objeto), tipos semânticos de predicados e distribuição de informação da própria subparte e de seus constituintes internos.

Dado seu caráter mais amplo, ao considerar construções complexas de dois diferentes tipos, esta proposta requer ainda aprofundamento na consideração de outros tipos de complexos oracionais. Por ora, o que podemos assegurar é que a abordagem construcional se comprova adequada para o tratamento de construções complexas adverbiais circunstanciais e construções complexas argumentais, o que nos parece suficiente, a princípio, para estender sua adequação também a outros tipos específicos, dentro de uma proposta mais unificada.

Referências

- ANTONIO, Juliano Desiderato. *Estrutura retórica e articulação de orações em narrativas orais e em narrativas escritas do português*. 2004. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.
- BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. Introduction: a usage-based conception of language. In: BARLOW, Michael; KEMMER, Suzanne. (Ed.). *Usage based models of language*. Stanford: CSLI Publications, 2000. p. 7-25.
- BISPO, Edvaldo Balduíno. Relativa restritiva em perspectiva construcional. *Revista EntrePalavras*, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 28-44, 2018.

BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CAMACHO, Roberto Gomes; HAITNHER, Marize Mattos Dall'Aglio; GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. O substantivo. In: ILARI, Rodolfo. (Org.). *Palavras de classe aberta*. Gramática do português falado culto no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. v. III. p. 13-56.

CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. *O achar no português do Brasil*: um caso de gramaticalização? 1999. 159 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CEZARIO, Maria Maura; SILVA, Thiago dos Santos; SANTOS, Monique dos. Formação da construção [X que]conec no português. *E-scrita*, Nilópolis, v. 6, n. 3, p. 229-243, 2015.

CROFT, William. *Radical Construction grammar*: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DAVIES, Mark. *Corpus do português*. [s.d.]. Disponível em <https://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; CHAVES, Aline dos Santos Silva. A construção SN+V+SN NU e o processo cognitivo de chunking. *Odisseia*, Natal, v. 4, n. esp., p. 62-88, 2019.

GOLDBERG, Adele. *Constructions*: a construction grammar approach to argument structure. Chicago: Chicago of University Press, 1995.

GOLDBERG, Adele. Constructions: a new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences*, Amsterdã, v. 7, n. 5, p. 219-224, 2003.

GOLDBERG, Adele. *Constructions at work*: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade*. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Banco de dados Iboruna*: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista. 2007. Disponível em <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>. Acesso em: 20 set. 2019.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Posição de sujeito e objeto em construções complexas subjetivas. *Revista Lingüística*, Rio de Janeiro, v. 12, n. esp., p. 192-215, 2016.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Construções complexas no português sob perspectiva construcional. In: BISPO, Edvaldo Balduíno; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. (Org.). *Pesquisas contemporâneas em Descrição do Português*. Niterói: GT Descrição do Português/Anpoll, 2018a. p. 89-122. Disponível em: <https://descricaodoportugues.blogspot.com/p/obra.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Construções de alçamento no PB e restrições morfossintáticas. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO, Edvaldo Balduíno; SILVA, José Romerito. (Org.). *Variação e mudança em perspectiva construcional*. Natal: Editora da UFRN, 2018b. p. 251-283.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. Construções complexas em rede. In: CARVALHO, Cristina et al. (Org.). *Sociolinguística e funcionalismo: vertentes e interfaces*. Salvador: Eduneb, 2019 No prelo.

HAIMAN, John. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, Washington, v. 56, n. 3, p. 515-540, 1980.

HALLIDAY, Michael A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. 2005. 158 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KORTMANN, Bernd. (Ed.). *Cause, condition, concession, contrast: cognitive and discourse perspectives*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2000.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LIMA-PARREIRA, Ana Caroline de. *Investigação diacrônica de construções complexas formadas por [[achar] + [predicação não verbal]]*. 2018. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MANN, Willian; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization. *Text*, Berlin, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MATHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (Ed.). *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luiza. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 14, n. esp., p. 191-208, 1998.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. Conjunções adverbiais no português. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, 2014.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. A construção condicional em português. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 2, n. 38, p. 1-19, 2019a.

OLIVEIRA, Taísa Peres de. As bases conceituais dos conectores condicionais em português. *Odisseia*, Natal, v. 4, n. esp., p. 194-210, 2019b.

OLIVEIRA, Taísa Peres de; HIRATA-VALE, Flávia Bezerra de Menezes. A condicionalidade como zona conceitual. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 291-313, 2017.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do; ACOSTA, Jovana Maurício. Inventário dos correlatores disjuntivos do Português do Brasil. *CONFLUÊNCIA*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 67-89, 2018.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do; CAMPOS, Daniele Cristina. Construções correlatas substitutivas contrastivas - uma análise funcional centrada no uso. *Odisseia*, Natal, v. 4, n. esp., p. 154-172, 2019.

TABOADA, Maite. *Building Coherence and Cohesion: Task-Oriented Dialogue in English and Spanish*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004.

THOMPSON, Sandra A; LONGACRE, Robert E. Adverbial Clauses. In: SHOPEN, Timothy. *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 372-420.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

TROUSDALE, Graeme. Words and constructions in grammaticalization: the end of the impersonal construction. In: FITZMAURICE, Susan; MINKOVA, Donka. (Ed.). *Studies in the History of the English Language: empirical and analytical advances in the study of English language change*. Berlim/N.Y: Mounton de Gruyter, 2008. v. IV. p. 301-326.



Data de submissão: 13/12/2019

Data de aceite: 29/04/2020

CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO: UMA PERSPECTIVA DE GRAMÁTICA BASEADA NO USO¹

CONDITIONAL CONSTRUCTIONS OF THE WRITTEN BRAZILIAN PORTUGUESE:
A USAGE-BASED GRAMMATICAL PERSPECTIVE

Leyla Ely | [Lattes](#) | leyla.ely@outlook.com
Universidade Federal da Fronteira Sul | DS/CAPES |
Universidade Federal do Rio de Janeiro | PROEX/CAPES

Cláudia Andrea Rost Snichelotto | [Lattes](#) | claudiarost@uffs.edu.br
Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: Neste artigo, apresentamos os resultados de uma análise de construções hipotáticas condicionais em dados escritos do português brasileiro contemporâneo, retirados de *cartas pessoais de adeus* (ELY, 2019). Procedeu-se ao levantamento qualitativo de aspectos linguísticos formais (ordem, conector e forma verbal) e funcionais (modalidade e expressão temporal) das construções condicionais com base na perspectiva da Gramática de Construções Baseada no Uso, que visa ao pareamento simbólico das construções linguísticas. Os resultados apontaram para uma relação entre a construção condicional e a modalidade, sobretudo a epistêmica, vinculado à predominância da ordem sintática canônica, do uso conjuncional prototípico “se” e da temporalidade futura na forma verbal simples em razão do contexto comunicativo da amostra investigada.

Palavras-chave: Construções hipotáticas condicionais. Gramática. Uso linguístico.

Abstract: In this paper we present the result of an analysis of conditional hypothetical constructions in data written in contemporary Brazilian Portuguese gathered from personal “goodbye” letters (ELY, 2019). A qualitative survey of formal (order, connector and verbal form) and functional (modality and temporal expression) linguistic aspects of conditional constructions based on the Usage-Based Construction Grammar perspective, which aims the symbolic matching of language constructions was performed. The results showed a relationship between conditional construction and modality, especially the epistemic one, linked to the predominance of the canonical syntactic order, the use of the prototypical conjuncional “if” and future temporality in the simple verb form due to the communicative context of the investigated sample.

Keywords: Conditional hypothetical constructions. Grammar. Linguistic use.

¹ Este artigo é parte revista da dissertação de Ely (2019). Esta pesquisa foi financiada pelo Programa Demanda Social da Capes. Agradecemos gentilmente aos pareceristas anônimos as sugestões. São de nossa inteira responsabilidade eventuais falhas remanescentes.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisamos aspectos formais e semântico-pragmáticos que subjazem o uso das construções condicionais em uma amostra sincrônica de dados escritos contemporâneos do português brasileiro (PB) do subgênero *cartas pessoais de adeus*².

Embora alguns trabalhos (sócio)funcionalistas (NEVES, 1999; BACK, 2008; SOUSA, 2009; COAN, BACK, 2014; OLIVEIRA, 2008, 2009; 2014, para citar alguns) descrevam os usos das construções condicionais para além da estrutura sintática prototípica “Se p, (então) q”, ainda há carência de estudos, principalmente em amostras escritas do PB³, que visam focalizar aspectos formais e semântico-pragmáticos em diferentes construções que acionam a leitura condicional.

Os trechos seguintes ilustram ocorrências de construções condicionais extraídas da amostra:

- (1) Se eu tivesse ficado aqui com você *Silvia*, eu não tinha feito isto. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart. 14)⁴;
- (2) Só use isso como provas para defender qualquer inocente. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart. 20);
- (3) *Jair* porque você faz tudo isso, a vida é bacana amor, vamos esperar que o nosso dia chegará, mas quando será. (CEOM/VMPOSC, r.05F, 1978, cart. 13).

As ocorrências 1) a 3) revelam possibilidades de leitura condicional no PB escrito. Em termos formais, tem-se, na ocorrência 1), presença da conjunção prototípica “se” que encabeça a construção sintática prototípica (prótase > apódase) e as perifrases verbais (“tivesse ficado” e “tinha feito”). Por outro lado, as ocorrências 2) e 3) apresentam construções condicionais atípicas em razão do emprego do conector “só”, em 2), e “porque”, em 3), que encabeçam as orações, além do uso da ordem canônica (2) e inversa (3) e das formas verbais simples e perifrásicas. Em termos semântico-pragmáticos, a relação de sentido condicional, em 1), é veiculada a partir do encadeamento de condição para rea- lização, isto é, da relação causa > consequência entre as proposições (NEVES, 1999; em

² Nomeamos a amostra analisada de *cartas pessoais de adeus* em razão do contexto discursivo de produção do gênero, o qual se refere a cartas escritas por pessoas que se suicidaram. Para mais informações a respeito dessa amostra, consulte Ely (2019).

³ Localizamos até o momento as pesquisas de Hirata-Vale (2005), Oliveira (2008) e Braga e Paiva (2019) que investigaram dados escritos do PB.

⁴ As siglas CEOM/VMPOSC significam, respectivamente, Centro de Pesquisa do Oeste de Santa Catarina e Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina (VMPOSC). O código r04, por exemplo, identifica o quarto remetente da amostra; a designação de F/M corresponde ao sexo/gênero feminino ou masculino; na sequência temos o ano em que a carta foi escrita; e, por fim, enumeramos as cartas da amostra.

2), o conector “só” denota uma condição necessária e suficiente de que “só use isso, se e somente se for para defender qualquer inocente”; e, em 3), embora a relação causal entre as proposições esteja presente, a construção pode ser parafraseada por “se a vida é bacana, por que você faz tudo isso”.

Para sustentar a análise do fenômeno, apoiamo-nos nos pressupostos da Gramática Baseada no Uso, conforme Givón (1995; 2002), Croft (2001), Bybee (2010, 2015), Furtado da Cunha (2012), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Traugott e Trousdale (2013), entre outros. A escolha desse quadro teórico decorreu em razão da abordagem ampliar o escopo de análise tanto nos aspectos formais quanto nos funcionais para a exploração do fenômeno, uma vez que entende a gramática enquanto construção (pareamento simbólico entre forma-significado).

Nesse viés, os usos condicionais se configuram como microconstruções codificadas por um conector condicional (CONECT) que encabeça a oração subordinada [(Y) VP (C)] HIP COND⁵, seguido da oração principal, que pode conter os mesmos elementos linguísticos da subordinada. Assim, o esquema condicional abstrato se constitui da seguinte forma: (CONECT) [(Y) VP (C)] HIP COND <> (([Y) VP (C)] PRINC) (ELY, 2019). Em outras palavras, a estrutura condicional pode ocorrer tanto na ordem subordinada > principal (prótase > apódose), quanto na ordem inversa principal > subordinada (apódoze > prótase), ou ainda ser expressa somente pela oração subordinada⁶.

Em vista de o propósito comunicativo das *cartas de adeus* ser distinto de outras cartas – por exemplo, da familiar – buscamos responder as seguintes questões: (i) quais propriedades formais e semântico-pragmáticos são motivadas pelas construções condicionais no contexto de despedida?; e (ii) quais os padrões de uso das construções condicionais da amostra?

Formuladas essas questões, com base nos pressupostos teóricos da Gramática Baseada no Uso, buscamos evidências para comprovar as seguintes hipóteses: (i) tanto os aspectos formais, quanto os funcionais atuam no uso e na caracterização das construções condicionais. Entendemos que pode haver pareamento entre forma-significado,

⁵ Nessa microconstrução, as abreviaturas significam: VP, do inglês *phrasal verb*, refere-se ao sintagma verbal; Y corresponde à função de sujeito, objeto ou qualquer item que se posicione antes do verbo; e C representa o complemento, que pode ser um objeto direto, por exemplo. Por fim, HIP COND corresponde à abreviatura da oração hipotática condicional. (FERNANDES, 2019).

⁶ Rocha Lima (2011, p. 346) denominou esse tipo de construção de condicional subentendida. Neves (2011, p. 855), por sua vez, descreve que essas construções são sintaticamente estruturadas apenas pela prótase, e seu conteúdo constitui uma “moldura de referência condicional”, como em: “Se eu tivesse morado com você...” (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).

estabelecidos por um *continuum* de unidades simbólicas, em que determinada forma serve a propósitos comunicativos específicos. Ou seja, cada microconstrução condicional possui uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição (DANCYGIER, 1998); e (ii) algumas combinações do fenômeno condicional são significativamente mais produtivas o que indica a existência de padrões preferenciais conforme Oliveira e Hirata-Vale (2017). Em outras palavras, postulamos que o subesquema CONECT[(Y) (VP) (C)]HIP COND [(Y) (VP) (C)]PRINCIPAL instancia diferentes microconstruções, sendo verificadas empiricamente por construtos como “se”, “só se”, “desde que” etc. Dentre as possibilidades, acreditamos que a construção considerada prototípica “Se p, q” seja a mais recorrente na amostra, uma vez que essa microconstrução tende a ser empregada mais fortemente pelos usuários da língua (GRYNER, 1990; NEVES, 1999).

Este artigo está organizado em cinco seções além desta Introdução. A seguir (2), expomos breve levantamento bibliográfico sobre propriedades formais e funcionais das construções condicionais a partir de uma perspectiva funcionalista; na seção 3, dissertamos brevemente sobre os subsídios teóricos que respaldam a análise do fenômeno, seguindo da metodologia utilizada (4); na sequência (5), por sua vez, apresentamos a análise e a discussão dos padrões de uso das construções da amostra. Por fim, encontram-se as considerações finais.

2. CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS

As construções condicionais têm sido objeto de estudo de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. É o caso, por exemplo, da linha cognitivista (DANCYGIER, 1998; SWEETSER, 1990, FERRARI, 2001, entre outras), da sociolinguista (GRYNER, 1990; 1995; BRANDÃO, 2018 etc.), da sociofuncionalista (COAN, 2003; BACK, 2008; FREITAG, 2011; FREITAG, ARAÚJO, BARRETO, 2013; TAVARES, 2013, entre outros) e da funcionalista (NEVES, 1999; OLIVEIRA, 2008; BITTENCOURT, 2012; COAN; BACK, 2014; BRAGA; PAIVA, 2019, para citar alguns). Tais abordagens descrevem o uso condicional segundo motivações formais e funcionais, cognitivas e extra-lingüísticas, com base em fatores como idade, sexo/gênero e escolaridade, por exemplo.

Relativo às propriedades formais, as construções condicionais são constituídas por duas proposições interdependentes – prótase e apódose –, que estabelecem uma relação lógica e não-encaixada entre si (NEVES, 1999; HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Esse tipo de construção pode ser representado por diferentes construções, conforme a presença ou ausência (elipse conjuncional) de conector, a ordem em que as proposições se organizam, isto é, da prótase < > apódose ou expressa somente pela oração subordina-

da, ou a forma verbal constitutiva (simples ou perifrástica) do enunciado condicional (OLIVEIRA, 2008, 2014; OLIVEIRA, HIRATA VALE, 2017; BRAGA, PAIVA, 2019).

Apesar de as pesquisas funcionalistas tratarem, mais recentemente, de usos contemporâneos das construções condicionais, as gramáticas tradicionais (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011 [1972], por exemplo) centram sua descrição na estrutura prototípica “Se p, (então) q”, como em 4):

(4) **Se** eu estudar, obterei o prêmio” (BECHARA, 2009, p. 498, grifo nosso),

em que o conector “se” é compreendido como o componente definidor para veiculação da relação condicional. Todavia, autores como Neves (1999), Hirata-vale (2005), Back (2008), Oliveira (2008; 2014) e Oliveira e Hirata-vale (2017) – para citar alguns – têm demonstrado a possibilidade de outros conectivos, como “só se”, “desde que”, “dado que”, “supondo que” etc. poderem introduzir esse tipo de construção ou até mesmo inexistir conector nessas construções para veiculação do significado condicional.

Quanto às propriedades sintáticas, as gramáticas tradicionais dão ênfase de modo predominante à ordem canônica, apesar de admitirem a relação inversa, ou seja, apódose > prótase. A subordinação, sob essa perspectiva, é entendida de forma dicotômica em relação à coordenação, quer dizer, a partir da vinculação de dependência ou independência entre as proposições. Esse entendimento também apresenta limitações, já que, segundo Oliveira (2014), se considerarmos o uso interativo da língua, há diversas estratégias de combinação das orações complexas para além dos descritos na gramática tradicional.

É o que propõem Hopper e Traugott (2003, p. 170 *apud* ROSÁRIO; BARROS, 2018) a partir da distinção ternária para combinação das orações. Os autores distribuíram as construções complexas em um *continuum* para a escala de vinculação entre orações subordinadas e principal, que vai da menor dependência e encaixamento entre orações à maior dependência e encaixamento. Nesse *continuum* (que vai da parataxe à hipotaxe à subordinação, respectivamente), as construções condicionais encontram-se na hipotaxe, isto é, possuem interdependência entre a oração subordinada e a principal (NEVES, 2012), conforme se verifica no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – *Continuum* [-dependência][-encaixamento] e [+dependência]
[-encaixamento]

	Parataxe (independência)	Hipotaxe (interdependência)	Subordinação (dependência)
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Fonte: Rosário e Barros (2018, p. 368).

Como vemos, as construções hipotáticas, sobre as quais se inserem as condicionais, assinalam uma relação de interdependência e não-encaixamento entre as cláusulas. Essa vinculação entre as construções pode se assemelhar semanticamente a outras construções hipotáticas adverbiais, como as temporais. Quanto à forma verbal simples ou perifrásica constitutiva do enunciado condicional, as gramáticas tradicionais destacam o uso do verbo na forma simples e, portanto, não dão conta do universo de usos verbais das construções condicionais, que, como vemos, em 5), também ocorrem na forma perifrásica:

- (5) Meus filhos faço um pedido, **se eu for internado** mais uma vez no mesmo hospital de loucos como já fui não **quero** nada só não me deixem espero que me mandem papeis e lápis ou canetas para eu escrever como eu já sofri e contar o quanto sofri. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21)

Verifica-se, em 5), que a construção condicional é introduzida pelo conector protótipico “se”, encontra-se na ordem canônica e as formas verbais são expressas pela perífrase verbal (*for internado*) na prótase e pela forma simples (*quero*) na apódoze.

No que tange às propriedades funcionais, as construções condicionais estabelecem uma relação de condição para a realização de um fato/evento entre a prótase e a apódoze (NEVES, 1999), e podem ser marcadas pela factualidade, eventualidade ou contrafactualidade das proposições. A condicional factual é constituída por um fato verificado (apresentado na prótase), ou seja, assegurado pela veracidade da proposição, seguido por uma consequência necessária ou um elemento conclusivo (na apódoze) (NEVES, 1999); na proposição eventual, apresenta-se a casualidade de um fato enunciado na prótase – caso esse evento ocorra, a apódoze é tida como certa; e na oração contrafactual há uma inversão de polaridade, isto é, repousam sobre a não realidade do evento (ELY, 2019). Essa relação implica diretamente na expressão temporal das proposições. Conforme Freitag e Araujo (2011), a leitura condicional pode ser marcada por diferentes formas verbais que expressam valores semântico-discursivo nas orações. À exemplo:

- (6) Se fosse do meu real prazer mesmo eu **faria** geografia (GELINS/se ita mb lq 01 *apud* FREITAG; ARAUJO, 2011, p.201, grifos das autoras).

A construção 6) apresenta uma proposição eventual, em que a informação da apódoze (fazer geografia) é tida como certa se a eventualidade de “se fosse do meu real prazer” for satisfeita. Segundo Freitag e Araujo (2011), a condição para que o evento se realize é marcada pelo emprego do futuro do pretérito (*faria*) na apódoze, que expressa uma situação posterior ao momento de fala, ou seja, uma projeção de futuro, mas que se encontra ancorado num momento de referência no passado (pelo emprego da forma de pretérito imperfeito “*se fosse*”).

Tendo em vista o que foi sumarizado até aqui, rejeitamos a visão limitada e tradicional de que as construções adverbiais são constituídas apenas por configurações fixas e dicotômicas, pois entendemos que o uso das microconstruções condicionais variam segundo critérios formais e semântico-pragmáticos e, por isso, não pertencem a categorias fechadas. As construções condicionais são estruturas complexas – do tipo hipotática [CONECT] [(Y) VP (C)] OR HIP –, as quais envolvem um conjunto de padrões rotinizados. Segundo Ferrari (2001), são as características lexicais e estruturais que determinam os construtos específicos derivados do esquema geral, em outras palavras, diferentes traços (formais e de significado) constituem as construções condicionais.

A seguir, discorremos brevemente sobre alguns pressupostos da Gramática Baseada no Uso que julgamos apropriados para a análise do fenômeno.

3. SUBSÍDIOS TEÓRICOS

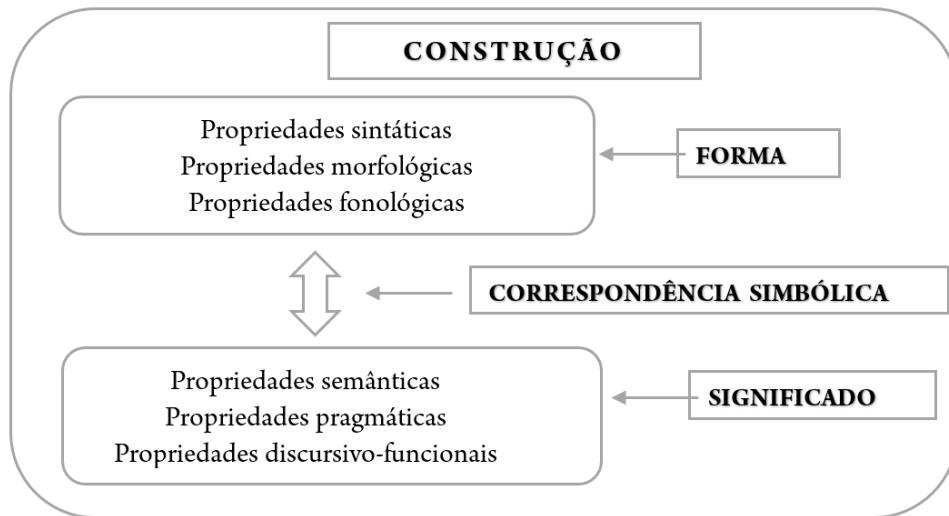
A perspectiva teórica que está ganhando espaço nos estudos funcionalistas brasileiros é o modelo da Gramática de Construções Baseada no Uso. Esta abordagem é uma junção do Funcionalismo norte-americano, postulado por Givón (2002), Bybee (2010, 2015), entre outros, com a perspectiva cognitivista, principalmente a Gramática de Construções, segundo Traugott e Trousdale (2013).

Nesta abordagem, as relações linguísticas são consideradas a partir de rede de construções que são interconectadas por *links* de nós, que se relacionam por naturezas distintas, sendo a estrutura motivada e regulada por fatores cognitivos e sociocomunicativos (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2016). Ou seja, a linguagem é permeada e constituída por atividades cognitivas da mente humana e pelo meio sociocomunicativo em que os indivíduos estão inseridos.

Os mecanismos cognitivos são, portanto, essenciais para a compreensão das motivações linguísticas. É a partir da experiência e do contato com ambiente físico e socio-cultural que os processos mentais atuam na e sobre a linguagem. A cognição, em relação com os aspectos linguísticos, pode ser entendida como manifestação contextual, que deriva de pressões interacionais e da experiência sócio-histórica do falante (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016).

A Gramática de Construções Baseada no Uso comprehende a unidade linguística enquanto construção, isto é, a partir da correspondência simbólica entre forma-significado. Esse pareamento – parcialmente arbitrário, é exemplificado por Croft (2001) conforme figura 1 abaixo:

Figura 1 – Construção linguística.

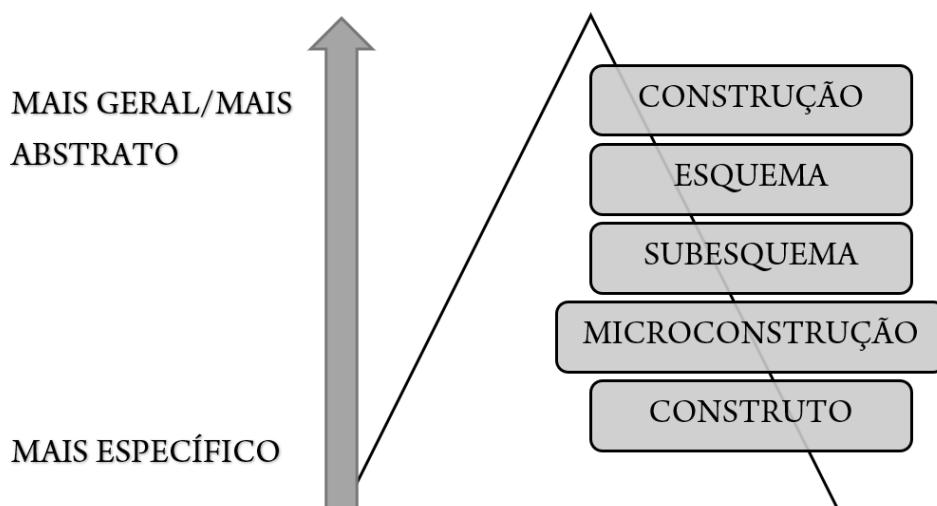


Fonte: Adaptada de Croft (2001, p. 18).

Segundo Croft (2001), é o pareamento simbólico entre forma-significado que constitui a unidade linguística. Em outras palavras, a significação da construção se dá pela relação entre os aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais, os quais são interligados e, por isso, implicam-se mutuamente (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016). É a partir da relação entre propriedades formais e funcionais que analisamos as construções condicionais de nossa amostra.

Assim, a correspondência simbólica projetada na mente do falante é organizada hierarquicamente, dito de outro modo, as construções linguísticas são mapeadas cognitivamente por construtos, que vão dos mais específicos aos mais abstratos. Representamos essa hierarquia na Figura 2, abaixo:

Figura 2 – Hierarquia construcional.



Fonte: Adaptado de Traugott e Trousdale (2013, p. 17).

A figura acima representa o mapa linguístico mental do falante. Neste caso, as construções são distribuídas em diferentes níveis, em que a construção mais geral se encontra ao topo da hierarquia, e as construções mais específicas se situam nos níveis inferiores do esquema. A base da hierarquia, que inicia com os construtos e chega a um esquema geral, é produzida pelas diferenças de sentido e/ou por propriedades formais de uma construção. Assim, o esquema geral de uma construção é instanciado por subesquemas e, nos níveis mais baixos, por construtos e microconstruções (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Para exemplificar tais pressupostos teóricos, pensemos na construção “(na) hora (em) que”. Na hierarquia dessa construção, conforme Garcia e Sousa (2018)⁷, tem-se a forma “[Ncircunstancial que]CONECT” como sendo a mais esquemática na rede construcional. Nos níveis mais baixos, encontra-se os construtos “na hora em que”, “na hora que”, “a hora que” e “hora que”, os quais são empregados no uso linguístico cotidiano. Verifica-se que da forma mais esquemática para a menos abstrata ocorreram mudanças, tanto na forma quanto na função. Neste caso, o conector reduziu sua forma *na hora em que* > *na hora que* > *a hora que* > *hora que* e passou a vincular mais função de locução conjuntiva e “menos como um sintagma nominal determinado e modificado por uma oração relativa” (GARCIA; SOUZA, 2018, p. 241). O que promove a instanciação de novas microconstruções é, portanto, a mudança (crescimento ou perda) construcional do próprio esquema (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

O modelo teórico baseado no uso propõe algumas categorias de análise para a verificação de tais mudanças, a saber: (i) esquematicidade, (ii) composicionalidade e (iii) produtividade. Isso quer dizer que qualquer esquema hierárquico (Figura 2) se estrutura a partir de um esquema abstrato representado na mente dos falantes. Neste esquema, percebem-se diferentes graus de esquematicidade, pois, quanto maior a abstração, maior será o grau de esquematicidade, e, quanto menor a abstração, menos esquemático e mais concreto o uso será. Outro parâmetro é o da composicionalidade, isto é, a relação de transparência entre forma-função de uma construção; se uma construção não é composicional, haverá incompatibilidade em seu significado⁸ (MARQUES; PINTO, 2016). As constru-

⁷ Garcia e Souza (2018) analisaram aspectos relativos à mudança construcional e à construcionalização da locução conjuntiva “((n)a) hora em que” de uma amostra oral, extraídas de um banco de dados do português falado no interior paulista. Com base em Traugott (2012) e Traugott e Trousdale (2013), Garcia e Souza (2018) demonstraram que a locução sob análise apresenta graus variados de composicionalidade, produtividade e esquematicidade, que envolvem uma mudança construcional, ou “uma trajetória de construcionalização da forma”.

⁸ Normalmente, quando uma construção é pouco composicional também será pouco esquemática, mas tende a ser produtiva em frequência de ocorrência (*token*).

ções mais esquemáticas são também as mais produtivas, no sentido de permitirem uma variação mais ampla de usos linguísticos e de entradas lexicais a preencherem os *slots* das construções. A produtividade também pode estar ligada ao uso frequente de *type* (tipo), ou seja, “ao número de expressões de um padrão em particular” (MARQUES; PINTO, 2016, p. 130), ou à frequência *token*, neste caso, ao número de vezes que determinado tipo ocorre na língua.

No caso das construções “(n(a) hora (em) que”, conforme Garcia e Souza (2018), a construção mais esquemática é a forma “[Ncircunstancial que]CONECT”, porque dela deriva outras formas mais concretas, como os conectores “na hora em que”, “na hora que”, “a hora que” e “hora que”, por exemplo. A construção “na hora em que” demonstrou-se a estrutura com maior grau de composicionalidade da amostra, diferentemente do conectivo “hora que” que foi a construção menos composicional, pelo fato de possuir seus itens mais integrados uns aos outros, fazendo com que todas as partes sejam necessárias para a compreensão de seu sentido. E, por fim, de todos os tipos de conectores apresentados na pesquisa (*types*), “a hora que” foi o *token* mais frequente, quer dizer, teve maior empregabilidade, sendo esta a preferência dos falantes no uso cotidiano.

A seguir, discorremos sobre os domínios funcionais de tempo e de modalidade, intrínsecos às construções condicionais (ELY, 2019).

3.1. Domínios funcionais de tempo e de modalidade

As categorias de tempo e de modalidade se interligam, sendo depreendidas, metodologicamente, com base nos contextos de realização. O tempo pode referenciar pontos sequenciais cronologicamente marcados (*tense*) ou se ligar à experiência e à descrição sobre o mundo (*time*). A modalidade, por outro lado, “coloca em perspectiva a atitude do falante para com o conteúdo proposicional (se certo, possível, provável, improvável, incerto)” (COAN; BACK, 2014, p. 260).

Givón (2002) propõe que a modalidade seja pragmática e comunicativamente motivada, pois recobre a perspectiva e a intencionalidade do falante. A intencionalidade refere-se à informação subjetiva contida na proposição enunciada, uma vez que os valores expressos são transmitidos pela interação entre os interlocutores (BITTENCOURT, 2012). Esses valores, comumente, são inseridos em duas categorias modais: a epistêmica e a deôntica. A primeira refere-se à avaliação que o falante faz da situação enunciada a partir de seus conhecimentos de mundo. Essas crenças envolvem valores como verdade, probabilidade ou (in)certeza. Já a segunda (deôntica) diz respeito à vontade do locutor,

isto é, o que o falante quer que se faça e como quer que seja feito. Consequentemente, é marcada por valores como: desejo, obrigação, proibição, intenção, manipulação ou preferência do falante (GIVÓN, 1995; 2002).

A marcação da modalidade pode ser feita por meio de diferentes dispositivos lingüísticos no ato comunicativo, como a escolha de determinada palavra, de um advérbio específico, ou, até mesmo, pelos tempos e modos verbais. Pensando nisso, Givón (2002) cita o exemplo dos verbos modais “dever” e “precisar”, os quais podem expressar o valor de obrigação/imposição, bem como o de probabilidade (Ele pode/deve vir hoje⁹). Nestes casos, o significado é dependente do contexto em que é produzido.

Quanto à marcação temporal, nas línguas naturais, o tempo pode ser expresso a partir de um ponto referencial. De acordo com Corôa (2005), Reichenbach propôs três pontos temporais referenciais para marcar os tempos do verbo, são eles: momento da fala (MF), momento do evento (ME) e o ponto de referência (MR). O MF relaciona-se ao ato da comunicação e à pessoa do discurso, uma vez que condiz ao momento em que o enunciado é pronunciado. O ME é o tempo da realização do predicado, pois diz respeito ao tempo em que se dá o evento descrito. E, por fim, o MR, que remete aos acontecimentos naturais ou históricos, os quais são compreendidos como o “tempo dos relógios e calendários” (CORÔA, 2005, p.9). Segundo Freitag *et al.* (2006), o tempo verbal expressa, portanto, uma sequência de eventos.

Dessa forma, o PB apresenta a referência temporal de presente (que ocorre simultaneamente à enunciação), passado (o qual possui relação de anterioridade ao evento da enunciação) e futuro (posterior ao momento enunciativo). Lembrando que a noção de tempo envolve a relação entre o momento em que o evento ocorre e algum outro tempo de referência, sendo associado ao tempo de fala (GIVÓN, 2002). Isso não significa que essa marcação ocorre, necessariamente, pelo tempo gramatical (tempo-modo verbal).

No que se refere às construções condicionais do PB, a modalidade está interligada à expressão temporal das proposições ou ao contexto discursivo (BITTENCOURT, 2014), por exemplo:

- (7) Se não for para viver com vocês não quero mais nem me pintando de ouro
[...] (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16),

em que está se falando de um possível acontecimento que, caso se realize, será em um futuro próximo, uma vez que o remetente projeta a possibilidade de sair da clínica onde se encontra e, então, viver com o destinatário da carta. Ou seja, estamos lidando

⁹ Exemplo retirado de Givón (2002, p.173).

com a modalidade epistêmica, vinculada à expressão de possibilidade e à temporalidade futura.

Pensando nisso, faz-se necessário compreender de que maneira tais categorias funcionais dialogam com as formais – conector, ordem e forma verbal. A seguir, detalhamos a metodologia empregada para a produção desta análise.

4. METODOLOGIA

As construções condicionais analisadas neste artigo foram coletadas do *corpus* do projeto Variação e Mudança do Português no Oeste de Santa Catarina (VMPOSC)¹⁰. O subgênero *cartas pessoais de adeus* nos chamou a atenção porque foi redigido por pessoas que se suicidaram (ou trocadas antes do ato em si) em ambiente privado e também devido a certa recorrência de estruturas condicionais prototípicas e atípicas no material. Nossa amostra é composta por 24 (vinte e quatro) cartas pessoais escritas em português contemporâneo brasileiro do período de 1970 a 1990. As cartas constituem material de arquivo público anexo a inquéritos policiais cedidos ao Centro de Pesquisa do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Nesse universo, identificamos 28 ocorrências de construções condicionais nas cartas. É preciso ponderar, evidentemente, que a amostra é quantitativamente restrita, mas cremos que já seja suficiente para sinalizar qualitativamente alguns indícios dos tipos de relações e padrões de uso instaurados pelas construções condicionais nesse contexto de produção.

Quanto ao tratamento dos dados para a transcrição, adotamos uma escrita conservadora, o que quer dizer que mantivemos a redação das cartas no que tange aos aspectos gramaticais e ortográficos. Também atribuímos codinomes aos participantes da interação, a fim de manter o anonimato dos envolvidos, embora o material analisado seja de domínio público no CEOM¹¹.

Cabe destacar também que optamos por ampliar o escopo de análise para além do que tem sido feito pelas gramáticas tradicionais, ou seja, procedemos à análise não só das construções condicionais prototípicas, mas também das estruturas atípicas (em que pode haver apenas oração hipotática construcional sem apódeose; uso de outro conector interfrásico, como “só”, “só se” e “desde que”, entre outros; ou elipse conjuncional; ou formas verbais perifrásicas) da amostra.

¹⁰ O VMPOSC visa a constituir um banco de dados representativo de amostras de fala e de escrita do português de Chapecó (SC) e região (ROST SNICHELOTTO, 2012). Atualmente, sob o escopo do VMPOSC, é desenvolvido o subprojeto “A escrita da região oeste de Santa Catarina: variação e mudança linguística”, que recebe o apoio financeiro da FAPESC e da UFFS (Chamada Pública FAPESC Nº 03/2018).

¹¹ A verificação pode ser encontrada em: <http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/centro-de-memoria-do-oeste-de-santa-catarina.html>.

A seguir, caracterizamos e exemplificamos qualitativamente os aspectos formais e funcionais das construções condicionais controladas, além de discutirmos três parâmetros que vêm sendo apontados como relevantes quantitativamente para a análise construcional: grau de esquematicidade, produtividade (verificação da frequência de ocorrência e de entrada) e grau de composicionalidade a fim de identificar os padrões de uso das condicionais em nossa amostra.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS DA AMOSTRA

Caracterizamos e ilustramos, a seguir, os elementos formais controlados nas construções condicionais da amostra: (i) ordem (protase > apódoze ou apódoze > protase ou sem apódoze); (ii) presença (se ou X que ou só X) ou ausência de conector (elipse conjuncional); e (iii) forma verbal (simples ou perifrásica).

Ordem:

- (8) [Canônica]: Se um dia souber que te esqueci, reze por mim porque, nesse dia morri. (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.12/13);
- (9) [Inversa]: Desculpe se eu me apaixonei pela pessoa errada, igualmente me mande sua resposta, pois estou esperando-a com esperanças de que você goste de mim. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23);
- (10) [Sem apódoze]: Se eu tivesse morado com você.... (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).

Na ocorrência 8), a construção se realiza na ordem canônica, isto é, a protase seguida da apódoze, em que a estrutura apresenta uma relação de iconicidade. A oração introduzida por “se” expõe a condição de uma possível causa, neste caso, o esquecimento, seguido da consequência/resultado desta condição, ou seja, a possibilidade de “morte” (termo empregado metaforicamente) do remetente. Por outro lado, em 9), a construção ocorre na ordem inversa, ou melhor, a apódoze seguida da protase, marcada por um pedido subjetivo e pelo modo imperativo, o que é frequente em condicionais mais discursiva e menos temporais (BITTENCOURT, 2014). Em 10), a construção condicional não apresenta apódoze, neste caso, o conteúdo da proposição principal deve ser retomado pelo contexto. Este tipo de construção denomina-se de condicional subentendida (ROCHA LIMA, 2011, p. 346), do mesmo modo que em “se ele deixasse...” ou “quisera eu ter morado com você...”.

Seguindo a análise dos dados, apresentamos, abaixo, construções iniciadas por diferentes conectores e uma ocorrência de elipse conjuncional.

Presença ou ausência de conjunção:

- (11) [Prototípica]: Se for nosso destino um dia nos encontramos e seremos felizes, (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12);
- (12) [Só X]: Só use isso como provas para defender qualquer inocente. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20);
- (13) [XQUE]: [...] agora não tenho mais razões para viver, estou louca desde que soube de meus 30 dias, para retirar-me da firma. (CEOM/VMPOSC, r.01F, 1976, cart.05);
- (14) [Elipse conjuncional]: *Jair* por que você faz tudo isso, a vida é bacana amor, vamos esperar que o nosso dia chegará, mas quando será (CEOM/VMPOSC r.05F, 1978, cart.13).

Na ocorrência 11), verifica-se o uso da conjunção prototípica “se”, que introduz a construção condicional, cujo uso é mais recorrente na língua PB, o que também se confirmou em nossa amostra. Em 12), o uso da conjunção “só” marca a bicondicionalidade da proposição, isto é, o remetente afirma que as provas podem ser utilizadas só e somente se forem para defender inocentes, caso contrário há o impedimento da carta servir como testemunho da causa do ato de suicídio. Em 13), a representação de Xque é ocupada pela junção da preposição “desde” com o complemento “que”, que forma um novo *chunk*, neste caso, o conector condicional “desde que”. Nesta sentença, tem-se uma polissemitia semântica, pois a construção hipotática pode se referir tanto à construção temporal quanto à condicional. A leitura condicional é feita considerando o contexto linguístico, podendo ser parafraseado por: Se não tenho mais razões para viver, é porque soube de meus 30 dias. Diferentemente das construções até então discutidas, a ocorrência 14) não possui conector condicional, trata-se de um caso de elipse. O valor condicional é verificado a partir da relação causal, de causa > consequência, e pela substituição por outras conjunções, como “já que”, “uma vez que” – pautados nas explicações de Neves (1999) sobre a troca de conectores condicionais. A paráfrase que fizemos, portanto, foi “Se a vida é bacana amor, porque você faz tudo isso”.

Forma verbal:

- (15) [Simples]: [...] se desse pelo menos eu dormir lá naquela cozinha de vocês CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);
- (16) [Perifrástica]: Meus filhos faço um pedido, se eu for internado mais uma vez no mesmo hospital de loucos como já fui não quero nada só não me deixem espero que me mandem papeis e lápis ou canetas para eu escrever como eu já sofri e contar o quanto sofri. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.21).

O último critério formal analisado refere-se à forma verbal das proposições, isto é, se o verbo se encontra na forma simples ou na perifrástica. Estabelecemos este critério, porque pretendemos verificar como ocorre esse uso nas relações linguísticas cotidianas, dado que as gramáticas tradicionais descrevem, normalmente, apenas o uso na forma simples. Assim, em 15), tem-se a forma simples, que indica um fato possível de ser realizado, implicando, neste caso, uma proposição eventual futura. Em 16), emprega-se a forma perifrásitca. Nesta sentença, vincula-se, também, uma possibilidade futura, por conta do modo subjuntivo, mas que está mais distante do momento da fala (MF).

Na sequência, caracterizamos e ilustramos os elementos funcionais controlados nas construções condicionais da amostra: (iv) modalidade (deôntica ou epistêmica); e (v) temporalidade (referência de presente, de passado e de futuro) das construções.

Modalidade:

- (17) [**Epistêmica**]: [...] estou no quinto andar e sair daqui só se for de paraquedas porque a porta do elevador está sempre chaviada. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16);
- (18) [**Deôntica**]: Tu diz para o *Marcos* que se ele não vendeu aquele toca fita, para não botar fora, que eu compro ele, porque ele me ofereceu quando eu estive ai e pago na boca da guaica. (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.17);

Em 17), tem-se a modalidade epistêmica vinculada à expressão de possibilidade. Neste caso, o remetente avalia a situação vivenciada e, a partir disso, enuncia a proposição com base em suas crenças de mundo. Por outro lado, em 18), a modalidade deôntica está ligada à intenção e à preferência do falante, visto que a intenção por parte do remetente na compra do “toca fita”, e, por isso, há um desejo e um pedido destinado ao leitor da carta. Esse pedido é realizado por meio do verbo na forma imperativa.

Temporalidade:

- (19) [**Presente**]: *Alex ajude (no)* o que pode a *Joana* pois apesar de tudo eu gosto dela. (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.24);
- (20) [**Passada**]: Se eu tivesse morado com você... (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14);
- (21) [**Futura**]: Olhe *Beatriz* fassa o que você quizer porque se você quizer leva para frente pode levar. (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.15).

Na ocorrência 19), vê-se uma construção não prototípica, em que ocorre elipse conjuncional. Esta construção expressa o verbo no modo imperativo e no momento presente, pois há um pedido ao destinatário, de que, “se puder, cuide da *Joana*”. Já em 20), tem-se um momento passado que não ocorreu, em virtude de o remetente hipotetizar sobre como seria se tivesse morado com a destinatária – talvez os eventos ocorressem de outra forma. Essa condição não realizada também envolve uma expressão de desejo. E, em 21), verifica-se a expressão futura, pois a remetente apresenta uma condição sobre um ato que a destinatária pode vir a fazer.

Quanto à expressão temporal de passado, obtivemos apenas um dado (exemplo 20). Acreditamos que esta única ocorrência se deva ao contexto das *cartas de adeus*, que criam diferentes espaços mentais com base na decisão já tomada, mas que ainda não se concretizou, isto é, a de suicidar-se. Sendo assim, tem-se, predominantemente, a expressão futura. Lembramos que a análise sobre a expressão temporal nem sempre condiz ao tempo-modo do verbo, nestes casos, o contexto discursivo é determinante.

Com base no que foi exemplificado acima, foi possível identificar 28 ocorrências de construções condicionais na amostra de 24 cartas investigadas, que sistematizamos na Tabela (1) a seguir:

Tabela 1 – Construções condicionais nas *cartas pessoais de adeus*.

CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS NAS CARTAS DE ADEUS			
	Aspectos Formais	Aspectos Funcionais	
Ordem	Canônica – 20 (71%)	Temporalidade	Futura – 19 (68%)
	Inversa – 06 (21%)		Presente – 08 (28%)
	Sem apódeose – 02 (8%)		Passada – 01 (4%)
Conjunção	se – 21 (75%)	Modalidade	Epistêmica – 19 (68%)
	Elipse – 03 (11%)		Deôntica – 09 (32%)
	Só X – 03 (11%)		
	Xque – 01 (4%)		
Forma verbal	Simples – 21 (75%)		
	Perifrásistica – 07 (25%)		

Fonte: Adaptada de Ely (2019, p. 95-109).

No que tange aos aspectos formais, a maior recorrência de construções condicionais se dá na ordem canônica (71%), com conjunção “se” (75%) e forma verbal simples (75%) devido ao uso icônico, em que a ordem direta e a conjunção “se” são as formas

prototípicas e de relação lógica das proposições adverbiais condicionais. O uso majoritário da forma verbal simples pode decorrer por conta de serem dados escritos, nos quais a pressão normativa parece estar mais presente, mas também porque refere-se a contextos de menos complexidade cognitiva, ou seja, que demandam mais tensão e envolvimento emocional e menos tempo de processamento – principalmente por serem cartas pessoais. Esses resultados parecem apontar também para uma interferência estilística, pois, apesar de ser um texto escrito, apresenta certo grau de informalidade que se observa pela forma como foram redigidos os aspectos gramaticais e ortográficos das cartas.

Conforme os dados obtidos, o esquema condicional representado por ([CONECT]) $[(Y) (NEG) VP (C)]_{COND} \quad [(Y) (NEG) VP (C)]_{PRINC}$ é o esquema mais geral e mais abstrato, localizando-se no topo da hierarquia construcional. É também o mais produtivo, porque há ampla variabilidade de preenchimento (novas entradas linguísticas) nos *slots* das construções. Por exemplo, o *slot* de “Conect” permite que os falantes empregam diferentes conectores para acionar a leitura condicional, em que tivemos os conectores “se”, “desde que”, “só” e “só se” ocupando seu lugar. A frequência de tipos (*type*) não foi tão produtiva – contrapondo nossa amostra aos exemplos apresentados em Neves (1999) e Oliveira (2008, 2014), por exemplo. Já as construções (*tokens*) mais frequentes foram as que ocupam o lugar de “SECONNECT” na rede condicional, sendo esses os construtos mais regulares da amostra.

No que diz respeito aos fatores funcionais, majoritariamente o uso mais produtivo é o da expressão temporal futura (68%) e da modalidade epistêmica (68%). Acreditamos que isso ocorra por conta de o contexto comunicativo envolver a crença do remetente sobre os fatos enunciados, os quais ocorrerão em um futuro próximo. Ainda sobre a função dos condicionais nas *cartas de adeus*, pontuamos que o sentido discursivo-pragmático vinculado pelas construções se diferencia de outros contextos porque estão em um propósito comunicativo que cria outros espaços mentais, embora siga-se estruturas já apresentadas em outros trabalhos – o que ratifica nossa hipótese inicial. Sobre os espaços mentais, percebe-se que o remetente, por vezes, projeta a ação como algo já realizado, quando, na verdade, refere-se a uma realização futura. Isso ocorre porque, no imaginário de quem escreve, o ato já está consumado (neste caso, o ato de tirar sua própria vida), e está prestes a realizar a ação, tomando o evento como certo e concluído.

A partir desses resultados, que se baseiam na análise construcional de língua, as construções condicionais são estruturadas com base na relação simbólica entre forma e significado. Verificamos, a partir dos dados analisados, que os aspectos formais se li-

gam diretamente aos funcionais, pois os resultados mostraram uma forte relação entre a construção hipotática condicional e a modalidade, sobretudo a epistêmica, vinculado à predominância da ordem canônica, do uso conjuncional prototípico “se” e da temporalidade futura na forma verbal simples em razão do contexto comunicativo da amostra investigada.

Assim, as construções condicionais presentes nas *cartas pessoais de adeus* possuem relação estreita com a modalidade e a marcação temporal, inferindo expressões de possibilidade e incerteza, os quais remetem ao futuro próximo. Essas estruturas são implicadas pelo contexto das cartas, que abrangem a criação de um espaço mental predisposto ao ato de tirar a própria vida, ou melhor, o remetente escreve como se o suicídio fosse algo consumado e, por isso, projeta ações futuras após sua morte voluntária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos o resultado de uma análise de construções hipotáticas condicionais em dados escritos do português brasileiro contemporâneo, à luz da Gramática de Construções Baseada no Uso. Pretendeu-se contribuir com a descrição do fenômeno na língua portuguesa brasileira, no sentido de fornecer explicações sobre a correspondência simbólica de construções hipotáticas condicionais, em que diferentes espaços mentais são acionados para o uso de determinada estrutura condicional.

Ao longo deste texto buscamos responder a duas questões. A primeira questão diz respeito às motivações formais e semântico-pragmáticos das construções condicionais no contexto de despedida. Os resultados qualitativos apontaram que tanto os aspectos formais, quanto os funcionais atuam no uso e na caracterização das construções condicionais, pois se evidenciou forte relação entre a construção hipotática condicional e a modalidade, sobretudo a epistêmica, vinculado à predominância da ordem canônica, do uso conjuncional prototípico “se” e da temporalidade futura na forma verbal simples em razão do contexto comunicativo da amostra investigada. Entendemos assim que há pareamento entre forma-significado, estabelecidos por um *continuum* de unidades simbólicas, em que determinada forma serve a propósitos comunicativos específicos. Ou seja, cada microconstrução condicional possui uma interpretação semântica e/ou pragmática como parte de sua descrição (DANCYGIER, 1998).

A segunda questão levantada refere-se aos padrões de uso das construções condicionais da amostra. Postulamos que algumas combinações do fenômeno condicional

seriam significativamente mais produtivas, o que indica a existência de padrões preferenciais de uso, conforme Oliveira e Hirata-Vale (2017). Em outras palavras, postulamos que o subesquema CONECT[(Y) (VP) (C)]HIP COND [(Y) (VP) (C)]PRINCIPAL instancia diferentes microconstruções, sendo verificadas empiricamente por construtos como “se”, “só se”, “desde que” etc. Dentre as possibilidades, acreditávamos que a construção considerada prototípica “Se p, q” fosse a mais recorrente na amostra, uma vez que essa microconstrução tende a ser empregada mais fortemente pelos usuários da língua (NEVES, 1999; GRYNER, 1990). Os resultados ratificaram nossa hipótese, tendo em vista que o uso mais produtivo da amostra foi SE [(Y) (NEG) VP (C)]COND > [(Y) (NEG) VP (C)]PRINC, em que atribuímos a alta recorrência à motivação icônica das proposições. Os construtos que geram o esquema abstrato são “se”, “só”, “só se”, “desde que” e elipse conjuncional. Estes construtos diferem em alguns aspectos compostionais, como a ordem das proposições, o conector interfrásico e a forma verbal, mas compartilham da mesma relação semântica, neste caso, a condição de um fato enunciado, seja para reforçar o ponto de vista do interlocutor, seja para expressar as atitudes de probabilidade, incerteza ou desejo sobre uma situação passada, presente ou futura.

A situação de produção se demonstrou elemento fundamental, pois apontou para a relação semântica-pragmática das construções condicionais encontradas e o contexto discursivo das *cartas pessoais de adeus*, que se diferem de outros usos condicionais em situações cotidianas, por exemplo. O momento de produção das cartas revela que as construções condicionais são usadas para convencer o interlocutor sobre a decisão tomada e, também, como forma de representar algo planejado que sucederá em acontecimentos futuros, isto é, após a morte voluntária. Estas construções, embora sigam estruturas sintáticas conhecidas/já estudadas, vinculam função discursiva-pragmática própria ao contexto discursivo das cartas.

Destaca-se a relevância da discussão proposta se dá pela ampliação na descrição do fenômeno, uma vez que não analisamos apenas as propriedades formais dos enunciados condicionais, e tampouco somente as construções introduzidas por “se”, como é comum em gramáticas tradicionais, por exemplo, mas investigamos os diferentes usos condicionais do PB escrito, centrando-nos no pareamento simbólico entre forma-significado inerente às construções. Vale salientar, por fim, o ineditismo de se considerar como objeto de análise construções condicionais em cartas escritas por suicidas, embora estejamos cientes da limitação quantitativa de dados coletados para nossa análise.

Referências

- BACK, A. C. D. P.. *A multifuncionalidade da forma verbal –sse no domínio funcional Tempo-Aspecto-Modalidade: uma abordagem sincrônica*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC. 2008.
- BECHARA, E.. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BITTENCOURT, D. L. R. A.. A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, nº 44, junho de 2012. p. 75-96. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cadernosdoi/article/view/28128>> Acesso em: 15 nov. 2019.
- BITTENCOURT, D. L. R. A.. *O domínio funcional do futuro do subjuntivo: entre temporalidade e modalidade*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130946>. Acesso em: 08 out. 2019.
- BRAGA, Maria Luiza; PAIVA, Maria da Conceição. Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos XVIII a XXI. In: CASTILHO, Ataliba T. de.S (Coord.). *História do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. (História do português brasileiro; 5). p. 170-221.
- BRANDÃO, S. M.. *Alternância verbal em construções condicionais*. 2018, p. 146. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo 122 (SP), 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153165>> Acesso em: 03 nov. 2019.
- BYBEE, J.. *Language, usage and cognition*. Cambridge University Press, New York, 2010.
- BYBEE, J.. *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- COAN, M.. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, SC. 2003.
- COAN, M.; BACK, A. C. P.. Identidades aspecto-temporais do pretérito imperfeito do subjuntivo. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, 2014, p. 259-272. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641478/8995>. acesso em: 04 abril 2020.
- CORÔA, M. L. M. S.. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CROFT, W.. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective.* Oxford: Oxford University Press, 2001.

DANCYIER, B.. *Conditionals and prediction. Time, knowledge and causation in conditional constructions.* Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 87, 1998. 214p.

ELY, L.. *As construções condicionais em cartas pessoais do português brasileiro: uma análise baseada no uso.* 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó (SC).2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3249/1/ELY.pdf>. Acesso em: 01 març. 2020.

FERNANDES, M. P. K. S.. *A formação das microconstruções ‘uma vez que’, ‘já que’ e ‘assim que’:* uma abordagem cognitivo-funcional. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ppglinguistica.letras.ufrj.br/images/Linguistica/3-Doutorado/teses/2019/tese-biblioteca%20-%20 pronto.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

FERRARI, L. V.. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2º sem. 2001. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11732>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FREITAG, R. M. K.. A expressão do passado iminencial em português: formas e contextos de uso. *Anais do VII Congresso Internacional da Abralin*, Curitiba - Paraná, 2011. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=52732&key=a3f283c99424340529>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FREITAG, R. M. K.; ARAUJO, A. S.. Passado condicional no português: formas e contextos de uso. *Calígrama*, Belo Horizonte, v.16, n.2, p.199-228. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/calígrama/article/view/1624/1827>. Acesso em: 04 abril 2020

FREITAG, R. M. K.; ARAUJO, A. S; BARRETO, E. A.. Emergência e regularização de usos em categorias verbais do português: gradações de modalidade nos valores condicional, iminencial e habitual no domínio do passado imperfectivo. *Revista do Gelne*, Natal/RN, vol. 15, número especial: 103-126. 2013.

FREITAG, R. M. K. et. al. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos Lingüísticos*, XXXV, p. 1463-1472, 2006. [1463 / 1472].

FURTADO DA CUNHA, M. A.. *Funcionalismo.* In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de linguística.* 2. ed. 2012, p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R.. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta.* Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

GIVÓN, T.. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia. Publishing Company, 1995.

GIVÓN, T.. *Bio-linguistics: The Santa Barbara Lectures*. Amsterdam/Philadelphia: Jonh Benjamins Publishing Company, 2002.

GRACIA, D. M.; SOUSA, G. C.. Construcionalização e mudança construcional de locuções conjuntivas em português: o caso de ‘na hora que’. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, Vol.14, n1, p.232-250. 2018

GRYNER, H.. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português*. 1990. p. 550. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6121/1/613532.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HIRATA-VALE, F. B. M.. *A expressão da condicionalidade no português escrito do brasil: contínuo semântico-pragmático*. 2005. p.149. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190768>. Acesso em: 27 out. 2019.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C.. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MARQUES, P. M.; PINTO, D. C. M.. Gramática como rede: relações entre construções. *Revista Lingüística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume Especial, dez de 2016, p. 128-138. ISSN 2238-975X 1. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>> Acesso em: 10 març. 2020.

NEVES, M. H. M.. *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, M. H. M.. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo. Editora: UNESP, 2011.

OLIVEIRA, T. P.. *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. 2008. p. 155. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciência e Letras, Unesp/Araraquara, São Paulo (SP), 2008. Disponível em: http://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/linguistica_lingua_portuguesa/1377. Acesso em: 21 nov. 2019.

OLIVEIRA, T. P.. A relevância do modelo em camadas para o estudo de estratégias comunicativas atualizadas pelas condicionais. In: PEZATTI, Erotilde G. (Org.). *Pesquisas em gramática funcional: descrição do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 373-383.

OLIVEIRA, T. P.. Conjunções adverbiais no português. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5754>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA, T. P.; HIRATA-VALE, F.. A condicionalidade com zona conceitual. *DELTA* [online]. 2017, vol.33, n.1, pp.291-313. ISSN 0102-4450. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502017000100291. Acesso em: 14 nov. 2019.

ROCHA LIMA. *Gramática normativa da língua portuguesa* / Rocha Lima. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1972].

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M.. Funcionalismo e Abordagem Construcional da Gramática. *Alfa*, São Paulo, v.60, n.2, p.233-259, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ROSÁRIO, I. C.; BARROS, L. M. M.. Construções proverbiais justapostas: parataxe ou hipotaxe?. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 361-380, maio/ ago. 2018.

ROST SNICHELOTTO, C. A.. *Variação e Mudança no Português do Oeste de Santa Catarina*, 2012. Plano de Trabalho Chamada Pública FAPESC n. 04/2012 Universal.

SILVA, T. S.. *A formação de conectores concessivos e concessivo-condicionais instanciados pelo esquema [Xque] em português: uma análise construcional de mudança*. Dissertação. Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/18065>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOUZA, G. C.. Quando tempo é condição. In: PEZATTI, Erotilde G. (Org.). *Pesquisas em gramática funcional: descrição do português*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 357-372.

SWEETSER, E.. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAVARES, M. A.. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. *Interdisciplinar*. Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/download/1312/1162>. Acesso em: 09 nov. 2019.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G.. *Constructionalization and Constructional Changes*. Great Clarendon Street, Oxford, ox2 6dp, United Kingdom, 2013.



Data de submissão: 15/12/2019

Data de aceite: 26/03/2020

O USO DE *EM FACE DE*: UM ESTUDO EM PETIÇÕES INICIAIS¹

THE USE OF *EM FACE DE*: A STUDY ON INITIAL PETITIONS

Vanessa Goes Denardi | *Lattes* | goes_vanessa@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O trabalho visa investigar o uso de *em face de* por profissionais do Direito tomando como corpus de pesquisa as Petições Iniciais das Varas Cíveis de Curitiba, publicadas entre os anos de 1990 e 2019. A motivação para o estudo deve-se à observação, nesse gênero discursivo, do emprego recorrente dessa expressão com valor de “contra”. Nesses documentos, são analisados o funcionamento do item sob a ótica dos estudos de Hopper, 1991; Hopper e Traugott, 2003; Heine e Kuteva, 2007 e Traugott, 2010, considerando (i) a expansão de uso de “em face de” sob a ótica dos estudos de gramaticalização, e (ii) uma provável especialização de uso no contexto jurídico. A partir da análise, concluiu-se que o item estudado sofreu uma efetiva expansão e dessemantização, bem como a especialização na utilização em peças processuais.

Palavras-chave: Em face de; Petições Iniciais, Gramaticalização, Contexto jurídico.

Abstract: The work aims to investigate the use of *em face de* by legal professionals taking the Petitions of the Civil Courts of Curitiba, published between 1990 and 2019 as research corpus. The motivation for the study is the observation, of the recurrent use of this expression with value of “against” in this discursive genre . These documents analyze the operation of the item from the perspective of the studies by Hopper, 1991; Hopper and Traugott, 2003; Heine and Kuteva, 2007; and Traugott, 2010, considering (i) the expansion of use of “*em face de*” in the perspective of grammaticalization studies, and (ii) a probable specialization of use in the legal context. From the analysis, it was concluded that the item studied underwent an effective expansion and dismantling, as well as the specialization of use in procedural parts.

Keywords: - *Em face de*; Petitions; Grammaticalization; Legal context.

¹ O presente artigo é decorrente do projeto de pesquisa apresentado como trabalho final da disciplina “Gramática do uso”, ministrada pelas professoras Dra. Edair M. Gorski, Dra. Carla Regina Martins Valle e Dra. Raquel Meister Ko. Freitag no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no primeiro semestre de 2019; bem como da prática docente da autora no curso de Direito com a disciplina de “Redação Instrumental”.

1 Introdução

Assim como qualquer ciência humana, o Direito apoiou-se na linguagem desde a sua criação. Debruçado nas premissas aristotélicas, estabeleceu que a linguagem, pela qual as normas seriam expressas e a justiça exercida, deveria ter características especiais que a diferenciasse da linguagem vulgar/popular. Com terminologias próprias, vocabulário rebuscado e abordagem linguística peculiar, o Direito, através de sua retórica, firmou-se nas tipologias textuais narrativa, argumentativa e injuntiva, todas compiladas em microestruturas de peças processuais denominadas Parecer, Sentença e Petição Inicial, e é sobre essa última que este estudo se deterá.

A Petição é a prática de solicitar, pedir ou demandar certa causa a alguém, e, em um processo judicial, ela constitui-se como o primeiro ato para a formação da ação. Trata-se de um documento por escrito pelo qual se efetua um pedido perante a Justiça levando ao juiz as informações necessárias para a análise de um caso concreto. Tal documento, conforme prescrição dos Arts. 319, I a VII, e 320 do Código de Processo Civil (CPC), deve conter os seguintes requisitos: a) o juízo a que se destina; (b) a qualificação das partes; (c) a causa de pedir, ou seja, os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido; (d) o pedido; (e) o valor da causa; (f) as provas que pretende produzir; (g) a opção pela realização – ou não – da audiência de conciliação ou mediação; (h) e a apresentação dos documentos indispensáveis à apresentação de seu pedido.

Ao ajuizar uma ação, o operador do Direito (advogado/a), em nome de seu cliente, oferece à determinada instância uma lide que é disposta logo no início da peça. O chamado preâmbulo/exórdio (em grego, *prooímion*; em latim, *exordium*) é preenchido com a qualificação completa das partes (autor e réu), e o nome da ação que será movida, como a parte introdutória do discurso. É nesse momento que uma questão de natureza semântica nos chama a atenção: a ação deve ser proposta *contra* ou *em face de* alguém?

A fim de tentar responder esse questionamento, levando em consideração a importância da relação entre a linguagem e a atividade do Direito, e tendo como objeto de estudo o gênero discursivo já anunciado, optou-se por investigar neste trabalho o uso do item *em face de* por profissionais do Direito em Petições Iniciais das Varas Cíveis de Curitiba publicadas entre os anos de 1990 e 2019.

A motivação para o estudo deve-se à observação do emprego recorrente da expressão *em face de* com valor de “contra” no contexto jurídico, principalmente no preâmbulo das Petições Iniciais. Além disso, observa-se que o emprego do item em questão causa estranhamento aos graduandos durante os primeiros semestres do curso de Direito, visto

que estão condicionados a interpretá-lo pelo significado dicionarizado, classificado como locução prepositiva que indica “na frente de”, “em virtude de” ou “devido a” (FERREIRA, 2008; CALDAS AULETE, 2012), e não como sinônimo de “contra”.

Vejamos dois exemplos do uso de *contra* e de *em face de* em peças jurídicas:

- (1) (*NOME DO AUTOR*), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ (número), com endereço comercial na (endereço da demandada), vem pela presente, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu advogado, no final assinado, propor a presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS contra** (*NOME DO RÉU*), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ (número), com endereço comercial na (endereço da demandada), pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.
- (2) (*NOME DO AUTOR*), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF (número), residente e domiciliado na (endereço do autor), e-mail (endereço de e-mail), por seu advogado, ao final firmado, com endereço profissional descrito no cabeçalho desta, vem perante esse Juízo, propor a presente **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em face de** (*NOME DO RÉU*), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ (número), com endereço comercial na (endereço da demandada), pelas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

Em (1) verificamos o emprego de *contra* decorrente de uma fórmula tradicional de descrever a relação entre os litigantes motivada pela ação proposta. Já em (2), vemos a ocorrência de *em face de* empregado com valor de *contra*, atribuindo, assim, um novo papel semântico para a locução dentro do âmbito do Direito.

A verificação dessas duas possibilidades de uso no preâmbulo das Petições Iniciais levou-nos à formulação dos seguintes objetivos: 1) analisar o funcionamento de *em face de* no preâmbulo de Petições Iniciais produzidas por profissionais do Direito; 2) Interpretar a expansão de uso de *em face de* sob a ótica dos estudos de grammaticalização; 3) verificar uma provável especialização de uso do item no contexto jurídico.

Para o referencial teórico, optou-se por uma abordagem funcionalista e pelo embasamento nos estudos sobre grammaticalização de Hopper (1991), Hopper e Traugott (2003), Heine (2003), Heine e Kuteva (2007) e Traugott (2008, 2010), que concebem a língua como algo dinâmico e sujeita a mudanças ditadas pelo uso. Na perspectiva metodológica, a pesquisa se configura em uma análise documental que se realiza a partir da interpretação do item *em face de*.

2 Breve enquadramento teórico

Considerando que a gramática da língua é dinâmica e apresenta níveis de variações diversos através da intervenção de seus usuários, verificamos que no contexto jurídico, em especial na elaboração de Petições Iniciais, o uso do item *em face de* sofre uma espécie de reengenharia, pois perde propriedade semântica inerente a ele e, ao mesmo tempo, assume um novo significado (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), desenvolvendo uma nova função num movimento que podemos considerar como um processo de grammaticalização.

[...] a gramática é vista como um organismo maleável, que se adapta às necessidades comunicativas e cognitivas dos falantes. Isso implica reconhecer que, ao lado de padrões morfossintáticos estáveis, sistematizados pelo uso, a gramática de qualquer língua exibe mecanismos de codificação emergentes, que são consequentes da necessidade de formas mais expressivas. A grammaticalização é um fenômeno relacionado a essa necessidade de se *refazer* que toda gramática apresenta (CUNHA, 2008, p. 173).

Aqui, entendemos grammaticalização, sob a perspectiva funcionalista, no viés de Traugott (2008, 2010), como uma mudança por meio da qual, em determinados contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função grammatical. Assim, ao longo do tempo, a construção grammatical resultante pode continuar a assumir novas funções grammaticais.²

Para Hopper e Traugott (2003), a grammaticalização pode ser compreendida como um duplo ramo das linguagens: i) uma estrutura de pesquisa para estudar as relações entre material lexical, construtivo e grammatical na linguagem, diacronicamente e sincronicamente, tanto em idiomas particulares quanto em línguas cruzadas, e (ii) um termo referente à mudança pela qual itens e construções lexicais entram em certos contextos linguísticos para servir funções grammaticais e, uma vez grammaticalizados, continuam a desenvolver novas funções.

² Grammaticalization is “a macro-change comprising changes in content (grammation or regrammation), contentsyntax(upgrading),expression(reduction)andexpressionsyntax(integration). Grammaticalization is the change by which grammatical forms arise: a frequently used lexical item or construction is assigned a grammatical function (grammation); in the meantime, it loses freedom in word order, undergoes semantic bleaching (often implying an increase in scope, or upgrading) and phonological reduction and may end up as a bound morpheme (integration; e.g. lexical main verb will ‘intend’ > auxiliary verb > clitic ‘ll). Grammaticalization may also concern grammatical items which are assigned a more grammatical function (regrammation). The term was introduced by Antoine Meillet in 1912 without overt reference to Bopp’s Agglutinationstheorie of 1816.” (TRAUGOTT, 2010, p. 376).

Dante disso, Traugott (2008, 2010) parte do entendimento de Hopper (1991), o qual propõe cinco princípios ativos na língua que levam à gramaticalização: estratificação, divergência, especialização, persistência e decategorização.

Estratificação: “Em um amplo domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo. Conforme isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, ao contrário, podem permanecer, coexistir e interagir com as camadas mais recentes.”

Divergência: “Quando uma unidade lexical sofre gramaticalização para um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns.”

Especialização: Dentro de um domínio funcional, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível em um dado estágio. À medida que a gramaticalização ocorre, essa variedade de possibilidades formais diminui e um número menor de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais.”

Persistência: Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma função gramatical, mesmo tendo um papel gramatical, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em sua distribuição gramatical.

Decategorização: Formas em gramaticalização tendem a perder ou neutralizar marcas morfológicas e privilégios sintáticos característicos das categorias plenas como nome e verbo, para assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivo, particípio, preposição, etc. (HOPPER, 1991, p. 22, tradução nossa)

Para analisarmos o *em face de*, identificamos que o princípio de especialização é o mais atuante, já que se refere ao fato de que ele pode coexistir em várias formas lexicais com diferentes nuances semânticas, assumindo novas funções, sem deixar de ser utilizado em sua forma de origem. Segundo Hopper (1991), a especialização corresponde ao estreitamento da escolha que caracteriza uma construção gramatical emergente, dando-se ao final do processo de gramaticalização, quando o uso do item se torna quase obrigatório e cada vez mais empregado em certas funções e contextos.

No âmbito jurídico, observamos que o *em face de* passou a ser sinônimo de *contra* e, com o passar dos anos, tornou-se mais frequente nos preâmbulos das Petições Iniciais. Contudo ele não excluiu o uso do item *contra*, considerada a forma mais antiga ou tradicional. Do mesmo modo, percebe-se que o *em face de* é utilizado em outras partes dos documentos em seu sentido “original”, dicionarizado, como no exemplo a seguir.

[REDACTED], brasileiro, solteiro, [REDACTED] portador do RG nº [REDACTED], residente e domiciliado [REDACTED] Curitiba/PR, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Exceléncia, através de seu procurador (conforme procuração em anexo), com escritório profissional sito na [REDACTED] nesta Capital, onde recebe intimações, propor com fulcro nos artigos 273, 890 e seguintes, do Código de Processo Civil e demais normas aplicáveis

AÇÃO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Em face da instituição financeira [REDACTED]
[REDACTED]

com endereço na Rua [REDACTED] pelos motivos fáticos e de direito que passa a expor:

Figura 1 - Uso de *em face de* em preâmbulo de Petição Inicial

Fonte: 1º Vara Cível de Curitiba (2009).

Tal teoria é consubstanciada pelo art. 157, do Código Civil. E por si só autoriza todas as reivindicações feitas na presente exordial, pois a requerida, através de sua estrutura extremamente organizada pode determinar que todos os pormenores do contrato estejam voltados para seus interesses, buscando sempre o maior lucro possível, mesmo que em manifesta desproporção em face do consumidor hipossuficiente. Esse consumidor em sua quase totalidade não tem condição de sozinho extrair de um contrato bancário as suas minúcias

Figura 2 - Uso de *em face de* na seção “Do Direito” de Petição Inicial

Fonte: 1º Vara Cível de Curitiba (2009)

Os exemplos arrolados mostram que em uma mesma Petição Inicial o advogado fez uso do item sob dois sentidos: em um primeiro momento, no preâmbulo, utiliza-o de forma especializada indicando oposição e, posteriormente, em seu significado mais “antigo”, posicionando-o em um eixo transversal de espaço. Mister perceber, portanto, que no exemplo acima, por conta do uso da palavra “desaprovação”, parece que *em face de* já começa a assumir certa nuance do significado especializado atual, indicando oposição ao consumidor.

Nesse sentido, ao encontro dos princípios de Hopper (1991), Heine (2003) e Heine e Kuteva (2007) projetam quatro parâmetros imersos aos mecanismos que afetam a estrutura e a semântica dos itens linguísticos: extensão, dessemantização, decate-

gorização³ e erosão⁴. Esses parâmetros podem ser utilizados como uma ferramenta para identificar e descrever as instâncias da gramaticalização. Como nosso foco é o significado, abordaremos apenas os dois primeiros fatores.

A extensão enfatiza os ganhos e, por isso, está relacionada ao surgimento de novos significados estendidos a novos contextos, abrangendo, dessa forma, três componentes: 1) sociolinguístico – uso inovador replicado por outros falantes; 2) pragmático discursivo – expansão para novos contextos e posterior espalhamento; 3) semântico – mudança de significado devido ao contexto (HEINE; KUTEVA, 2007). Ao trazemos esses conceitos para análise do item em estudo neste trabalho, vemos que o *em face de* está diretamente ligado a esse parâmetro e congrega os componentes mencionados, quando utilizado como sinônimo de *contra*, e é amplamente reproduzido nas peças judiciais.

Já a dessemantização, também conhecida como *bleaching*, é a perda ou “apagamento” de conteúdo semântico e uma consequência imediata da extensão. Devido a um novo uso em um determinado contexto, há o desencadeamento de uma certa obliteração do significado tradicionalmente aceito. O *em face de* presente no preâmbulo das Petições Iniciais, portanto, ressignificou o sentido espacial de “diante de”, “na frente de”, “em virtude de” ou “devido a” e passou a um novo significado decorrente do uso especificamente jurídico, assumindo sentido de oposição.

3 Metodologia

O *corpus* em análise são as Petições Iniciais das Varas Cíveis de Curitiba publicadas entre os anos de 1990 e 2019, as quais encontram-se disponíveis para consulta tanto em formato digital no sistema de Processos Eletrônicos do Judiciário do Paraná (PROJUDI), quanto na forma física nos Fóruns Cíveis de Curitiba.

Das variáveis possíveis de controle no *corpus*, optou-se por selecionar, através de recorte aleatório, o tempo e a quantidade de petições. Essa escolha ocorreu devido à infinitude de processos lotados em cada Vara Cível e por se tratar de um *corpus* em constante construção.

Como o objetivo da pesquisa é flagrar o maior número de ocorrências do uso de *em face de* nas Petições Iniciais, sejam elas com valor de *contra*, sejam com valores dicionariados/gramaticalizados (ou não), considerou-se a necessidade de averiguar os documentos em sua totalidade e não somente o preâmbulo. Dessa forma, optou-se pela análise de 15 petições em cada uma das 21 Varas Cíveis de Curitiba, totalizando 315 documentos. Após esse levantamento, as ocorrências são quantificadas e organizadas de acordo com seu valor semântico.

³ Decategorização refere-se à perda de propriedades morfossintáticas características das formas lexicais ou de outras formas menos gramaticalizadas. (HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34).

⁴ A erosão é considerada uma redução/perda de substância fonética. (idem).

Faz-se necessário esclarecer que, no total, o Foro Central de Curitiba conta com 25 Varas Cíveis, às quais cabe-lhes julgar as causas relativas à matéria de sua denominação, ressalvada a competência das varas judiciais especializadas (Art. 131, RESOLUÇÃO 93, 2013). Contudo, para atender a abrangência temporal proposta por este trabalho, apenas 21 Varas foram selecionadas, pois as demais possuem data de criação a partir de 2010.

Assim, vale ressaltar que as Petições Iniciais analisadas reportam-se a casos de indenização por dano moral, locação de imóvel, espécies de títulos de crédito, honorários advocatícios, cobranças de aluguéis, entre outros assuntos, e que nenhum dos processos utilizados nesta pesquisa encontra-se em segredo de justiça. Por isso, são documentos públicos que podem ser consultados por qualquer cidadão a qualquer momento (Art. 189 do CPC).

Para a análise, levamos em consideração que o Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 319, determina as regras e requisitos, no que diz respeito às seções (preâmbulo, fatos, pedido, valor e provas), que uma Petição Inicial deve cumprir para que tenha validade legal e torne-se parte do processo jurídico. Contudo, não apresenta um modelo de redação da peça, tampouco exige a utilização de vocabulário padrão ou expressões cristalizadas decorrentes do uso no contexto do Direito.

Nesse sentido, alguns manuais de petições ou de redação jurídica (FILIPPETTO, 2001; COSTA, 2002; GOLD; SEGAL, 2008; LUZ, 2016) apresentam o uso de *em face de*. Contudo, destaca-se que em momento algum há um ensino para a utilização desse item como sinônimo de *contra* quando da proposição de denúncia em Petição Inicial, apenas propõe-se a sua utilização como forma padrão na estrutura do documento.

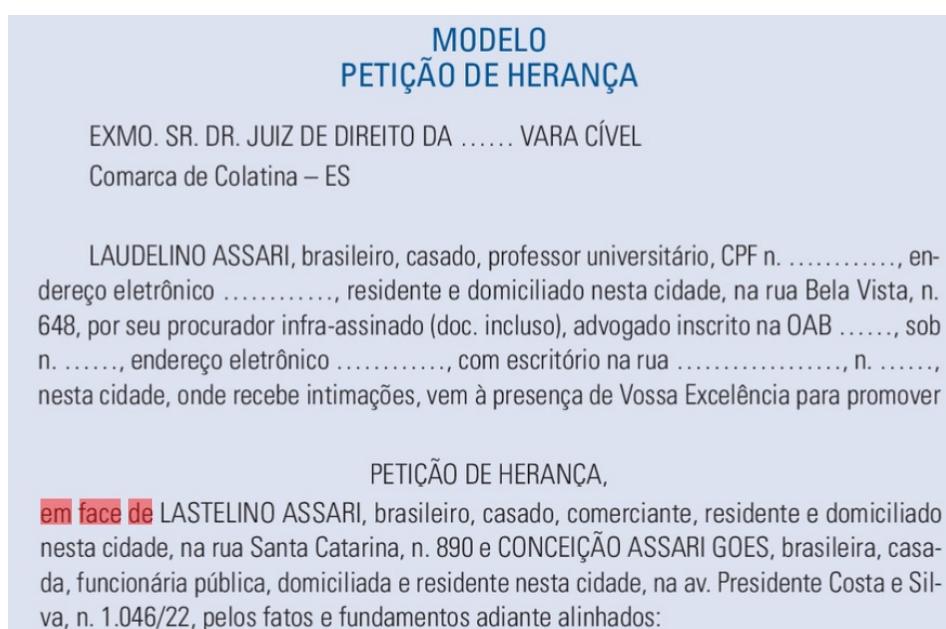


Figura 3 - Excerto de Modelo de Petição Inicial

Fonte: Luz (2016, p. 534)

Por fim, outro fator considerado, em decorrência dos dados, é o ano em que o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi regulamentado e passou a ser obrigatório no país (Lei 8.906/94). Acredita-se que esse seja um fator essencial para a emergência de cursinhos preparatórios e consequente publicação de materiais impressos que facilitam o aprendizado do aluno e preveem modelos padronizados de documentos, principalmente de Petições Iniciais, visto que a elaboração dessas pode ser uma das exigências para a aprovação do bacharel em Direito na segunda fase do Exame, bem como a escrita de contestações, recursos, embargos, etc.

Inclusive, a partir da cristalização do item, até mesmo a OAB tem contemplado o *em face de* em suas avaliações, como ocorreu na prova prático-profissional de Direito Civil do 37º Exame OAB/RJ (2008/3): “Gustavo ajuizou, em face de seu vizinho Leonardo, ação com pedido de indenização por dano material suportado em razão de ter sido atacado pelo cão pastor alemão de propriedade do vizinho.”

4 A análise de *em face de* nas Petições Iniciais

Como já mencionado, foi possível analisar os dados empíricos de 315 Petições Iniciais (105 de 1990-1999; 105 de 2000-2009; 105 de 2010-2019), sendo 15 de cada Vara Cível de Curitiba, nos permitindo, assim, realizar algumas reflexões com relação ao uso de *em face de* por operadores do Direito. No que diz respeito à questão de tempo dos documentos, optou-se por selecionar cinco petições de cada década por Vara de forma aleatória, as quais foram analisadas parcialmente, em um primeiro momento, com a intenção de verificar o uso do item em questão nos preâmbulos como sinônimo de “contra”, ou a própria expressão *contra*, ou, ainda, outro vocábulo que intencione o fato de mover a ação.

Tabela 1 - Frequência de *em face de* e de *contra* no preâmbulo de Petições Iniciais em três períodos de tempo

ITEM PERÍODO	em face de (com valor de “contra”)	contra	outros itens
1990 – 1999	17	88	0
2000 – 2009	64	38	3
2010 – 2019	86	16	3
TOTAL	167	142	6

Fonte: A autora (2019).

Comparando os usos em todos os documentos, a diferença entre *em face de* e *contra* é relativamente pequena, 167 *versus* 142, o que mostra a importância da realização da análise temporal realizada neste trabalho, pois é através dela que podemos verificar com mais clareza o processo de expansão contextual do item estudado e o porquê da escolha de sua escolha.

Os dados dispostos no quadro na Tabela 1 corroboram a hipótese de gramaticalização. Isso porque indicam o aumento da frequência do uso de *em face de* no lugar de *contra* interiorizando o significado do contexto, sem alteração no sentido da frase. Dentro de um domínio funcional, essa variedade de nuances semânticas pode ser possível, pois, à medida em que a gramaticalização ocorre, a escolha pela variedade formal diminui (TRAUGOTT; HEINE, 1991).

No gráfico a seguir é possível ter uma melhor visualização do crescente uso de *em face de* ao longo do tempo, principalmente a partir dos anos 2000, quando os cursinhos preparatórios para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil expandiram-se em todo o país, como o Damásio Educacional e o LFG, por exemplo, e passaram a elaborar, através de uma metodologia própria, materiais de estudo para facilitar o aprendizado do candidato.

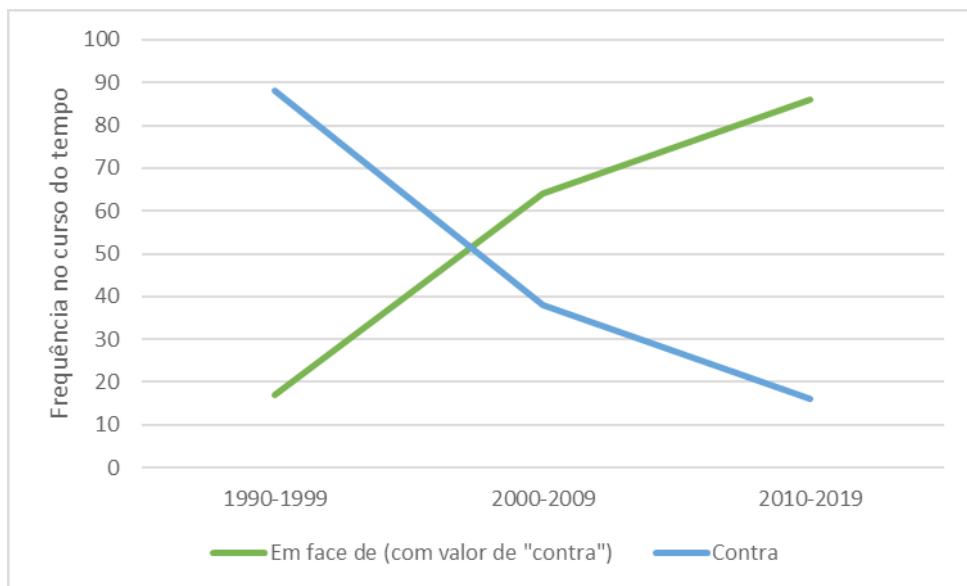


Figura 4 - Uso de *em face de* e *contra* no preâmbulo de Petições Iniciais no curso do tempo
Fonte: A autora (2019).

Esse levantamento parece sinalizar um processo de mudança da língua, numa espécie de modernização na virada dos anos de 1990 para 2000, pois, nas petições encon-

tradas nesse período, as que mais apresentam o *em face de* no preâmbulo são datadas de 1999. Por isso, é preciso analisar o contexto jurídico de emergência do novo significado desse item.

O início da década de 1990 foi permeado por questões jurídicas de suma importância, principalmente com os avanços constitucionais obtidos em 1988⁵ e com as lutas em prol da democracia. Contudo, o fato de maior grandeza aconteceu em 1992, quando denúncias pairavam sob o então presidente da República, Fernando Collor de Mello, as quais foram apuradas em CPI com o apoio irrestrito da OAB, ocasionando o pedido e posterior efetivação do *impeachment* do governante.

Como já citado, o Exame da Ordem foi regulamentado em provimento do Conselho da OAB em julho de 1994, assim como o Estatuto da Advocacia. Em setembro do mesmo ano, aconteceu, em Foz do Iguaçu, a XV Conferência Nacional realizada pela Instituição. Esse evento, cujo tema foi “Ética, Democracia e Justiça”, reuniu mais de quatro mil pessoas, batendo o recorde de público comparado com as edições anteriores. Em 1996, na XVI Conferência, o tema foi bastante inovador: “Direito, Advocacia e Mudança”. Observa-se que, dentre os pontos discutidos, estava a necessidade de uma reforma do judiciário e, sobretudo, a criação do Colégio Brasileiro das Mulheres Advogadas, entidade que visava participar de campanhas sociais, como a que combatia a prostituição de meninas e o trabalho infantil, bem como, militar em prol da defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Nos anos seguintes, houve um engajamento da OAB em favor da ética, principalmente nas eleições, e contra o abuso de Medidas Provisórias durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Tudo isso culminou para a efetivação da Reforma no Judiciário em abril de 2000 após a instalação de uma CPI no ano anterior.

Assim, é possível perceber que durante a década de 1990 houve um conjunto de sucessos de ordem jurídica mais que suficientes para emergirem novos caminhos, visando a modernidade e superando velhos paradigmas. Com a concretização de uma Constituição democrática, os cidadãos passaram a ter mais voz, o que sucedeu uma maior preocupação com a sociointeração e, portanto, com as relações dialógicas.

Diante disso, acredita-se que o operador do Direito, mais especificamente o(a) advogado(a), sentiu a necessidade de lançar mão de estratégias de seleção vocabular, fazendo uso da vivacidade da língua e, inclusive, ressignificando itens, como no caso do *em face de*. Hopper e Traugott (2003) apontam que esses significados lexicais promovidos na gramaticalização tendem a ser relativamente abstratos e particularmente relevantes para a expressão de temporalidade, relações de papéis, conectividade, entre outros.

⁵ Cf: BRASIL, Constituição (1988).

A partir dessa redistribuição de sentido, percebemos uma intencionalidade por parte dos advogados, pois o fato de utilizar o *em face de* ao invés de *contra* ameniza a carga semântica sem perder a essência da proposição da ação. Essa especialização do item ganhou força a partir dos anos 2000, quando, já na graduação, os alunos dos cursos de Direito passaram a aprender a estrutura da Petição Inicial padronizada, como uma espécie de *template*, tendo o *em face de* como aquele que indica o litígio processual. Logo, o novo uso estabeleceu-se na comunidade jurídica, tornando-se, sobretudo, um fato social e cultural (TRAUGOTT, 2008) que se desenvolveu através do espaço e do tempo e que foi estruturado com significado, aparentemente, menos claro e delineado (HEINE; KUTEVA, 2007).

Considerando a intencionalidade do autor da peça jurídica, além do *em face de* e *contra*, observou-se o aparecimento da expressão *em desfavor de* em seis documentos entre os anos 2000 e 2019, conforme consta na coluna “outros itens” da Tabela 1. Considerando a acepção dicionarizada do item, temos: “1) falta de apoio, de proteção; 2) desserviço, prejuízo; 3) antipatia, desprezo; [des- + favor]” (CALDAS AULETE, 2012, p. 278). Assim como apontado, “desfavor” apresenta o prefixo “des-” que empresta ao radical “favor” uma nova significação.

Quando utilizado no contexto jurídico, o item não causa estranhamento, visto que uma ação não é proposta a favor de alguém, é contra tal. Esse uso já aparece em alguns manuais jurídicos de publicação recente e, por seu significado, parece estar mais ligado ao sentido de *contra*. Contudo, podemos entendê-lo como uma forma mais branda ou menos agressiva de propor a ação, que, dependendo do tipo de processo, passa uma certa intencionalidade de perda.

[REDAÇÃO] pessoa jurídica de direito privado constituída na forma de sociedade de economia mista, com sede [REDAÇÃO], inscrito no CNPJ sob n.º [REDAÇÃO] endereço eletrônico [REDAÇÃO], vem perante V. Exa., por seus procuradores, conforme instrumento de mandato anexo (doc. 01), [REDAÇÃO] propor **AÇÃO PELO PROCEDIMENTO MONITÓRIO** **em desfavor de** [REDAÇÃO] pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o [REDAÇÃO] endereço eletrônico [REDAÇÃO] sede na Rua [REDAÇÃO] Curitiba/PR, CEP:

Figura 5- Uso de *em desfavor de* no preâmbulo da Petição Inicial

Fonte: 2^a Vara Cível de Curitiba (2017).

O item também é bastante utilizado por instâncias jurídicas de maior renome, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Abaixo temos um exemplo em que o relator, Ministro Teori Zavascki, e o revisor, Ministro Celso de Mello, fazem uso do *em desfavor de* para referir-se a uma ação penal proposta pelo Ministério Público Federal.

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
REVISOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	[REDACTED]
ADV.(A/S)	[REDACTED]

DECISÃO: 1. Trata-se de ação penal proposta **em desfavor de** [REDACTED]

[REDACTED] por suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 148, 157, § 2º, I e II e 163, I, todos do Código Penal.

Figura 6 - Uso de *em desfavor de* em decisão do STF

Fonte: Ação Penal 651 de 2 de fevereiro de 2015.

Após uma breve pesquisa, observou-se que a frequência em que aparece o *em desfavor de* nos processos do STF é bastante considerável; em contrapartida, o uso de *em face de* é quase inexistente, o que nos leva a inferir que esse item pode ter sido cristalizado apenas na esfera da advocacia, em Petições Iniciais, e não em sentenças e acórdãos. Concursos públicos também têm preferido o uso do *em desfavor de*, como é possível observar no enunciado de uma questão proposta na prova do TJ/SC (2008), elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV): “Luciano foi denunciado pela prática de crime de extorsão em desfavor de José. A defesa técnica do réu arrolou como testemunha Lara, filha de Luciano, de apenas 10 anos de idade, pois alega que ela, assim como outros familiares, estaria com o pai no suposto momento do crime.”

Por fim, um outro ponto que merece ser destacado nesta análise é a resistência de operadores do Direito quanto a utilização do *em face de*, tão propalado a partir dos anos 2000, conforme dados apresentados na Tabela 1. Em consonância com o uso corrente de *contra* no Código Civil para significar a oposição entre polos, alguns advogados registram que a ação proposta deve ser contra o réu e posicionam-se fortemente em relação a isso, como podemos ver no exemplo abaixo.

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

C\IC PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

rito ordinário

contra¹ [REDACTED] pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na [REDACTED],
[REDACTED] e acordo com os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expendidos.

¹ BERMUDES, Sérgio. *A favor do “contra”*. Revista do Processo, v. 65, p. 219-223.

Figura 7 - Uso de *contra* como resistência ao *em face de*

Fonte: 12^a Vara Cível de Curitiba (2012).

Na Figura 7, a advogada faz alusão, em nota de rodapé, a um artigo escrito pelo renomado jurista Sérgio Bermudes⁶, intitulado “A favor do contra”, em que o autor afirma que o uso de *em face de* trata-se de um exagero e preciosismo e que vem ganhando força e espaço, expulsando o *contra* da linguagem técnica. Para Bermudes (1992, p. 3), “não há motivos de ordem lógica, ou jurídica, para o culto da expressão *em face de*, incompatível com a tradição e o claro entendimento do alcance da iniciativa do autor, que vai a juízo contra o réu, que quer submeter à sua pretensão.”

Como argumentos, o jurista traz em seu texto diversos exemplos da consagração do *contra* desde a *actio romana*, perpassando por clássicos da literatura espanhola, até chegar ao século XIX, a fim de demonstrar a cristalização do item, desde os antepassados, na consciência jurídica brasileira. Por fim, ao abordar o uso na contemporaneidade, Bermudes reitera seu posicionamento contra o *em face de*, afirmando que, felizmente, muitos dos grandes nomes da advocacia no país ainda prezam pelo vocabulário tradicional.

Num país em que tanto se deve reformar, da estrutura de várias instituições, ao caráter de muitos homens, convém deixar quieto, no seu canto, o que não precisa ser mudado. Também, no aspecto focalizado neste artigo, é preciso ser do contra; a favor do contra; contra ao em face, aliás, de pureza vernacular duvidosa - mas não me pronuncio sobre este último ponto porque já começo a ouvir o “ne sutor ultra crepidam”⁷, de Apeles. (BERMUDES, 1992, p. 5).

Preferindo fixar-se apenas em seu papel de advogada, deixando as mudanças linguísticas sob tutela dos estudos da língua, a autora da petição disposta na Figura 6 concorda com o posicionamento de Sérgio Bermudes e, por isso, prima pelo uso do *contra* em suas ações judiciais. A partir disso, pode-se constatar, portanto, que, mesmo que subentendido, assumir a utilização de um novo item como sinônimo requer, para alguns juristas, maior estudo sobre o assunto, ainda mais considerando que a gramática normativa não prevê o mesmo significado para os diferentes itens aqui abordados.

Talvez, por essa razão, o *em desfavor de* esteja vindo à tona, já que possui um caráter semântico mais normativo, e, quiçá, daqui há algum tempo, passe a ser o item mais utilizado nas Petições Iniciais, substituindo o uso do *contra* e do *em face de*.

5 Considerações finais

A língua não é algo que se esgota normativamente, pois, sendo viva e dinâmica, pode assumir novas formas a depender dos sujeitos e do contexto de uso. A língua, portanto, sugere mudanças e, qualquer que seja o seu modelo, precisamos considerar os mecânicos pelos quais elas ocorrem e os fatores que lhes permitem ocorrer. Nesse sentido, este trabalho buscou compreender as variações de determinado item lexical a partir do contexto jurídico, mais particularmente, do campo da advocacia.

O uso de *em face de* nas Petições Iniciais analisadas assume valores distintos, seja no preâmbulo dos documentos, seja nas demais partes dos textos. Das 315 Petições Iniciais analisadas, o item apareceu apenas uma vez na seção “Do direito” com sentido espacial de “diante de”, conforme exemplificado na Figura 2. Isso pode indicar que, nesse contexto específico, o *em face de* destaca-se muito mais pelo ganho de carga semântica que pela perda, já que, além do valor de “em virtude de” ou “diante de”, assumiu o significado de “contra”.

As Petições Iniciais extraídas do *corpus* escolhido foram úteis à medida que responderam a hipótese formulada, esclarecendo dúvidas, sugerindo análises que se pretendia obter, e, sobretudo, permitindo notar, portanto, a efetiva expansão (por meio do ganho) e a dessemantização (pela perda) semântica do *em face de*, bem como a especialização do uso em peças processuais. Esses dados coletados não apresentaram o primeiro uso de *em face de*, mas visaram expor um exemplo inicial de um item que ganhou alguma aceitação social em determinada comunidade de fala (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) e que passou por um processo de variação implementado, com maior força, a partir dos anos 2000, período em que a Reforma Jurídica entrou em vigor e que os estudos voltados para

o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil se intensificaram.

Referências

- BERMUDES, Sérgio. A favor do “contra”. In: *Revista de Processo – Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP)*. Imprenta: São Paulo, Revista dos Tribunais, 1976. v. 17, n. 65, p. 219–226, jan./mar., 1992.
- BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Ação Penal 651 Roraima**. Decisão de ação proposta por suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 148, 157, § 2º, I e II e 163, I, CP. Partes litigantes: Ministério Público Federal e Paulo Cesar Justo Quartiero. Relator: Ministro Teori Zavaski. Brasília, 2 fev. 2015. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 7690703. Acesso em: 05 dez. 2019.
- BRASIL. Lei Federal n.º 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 10 jul. 2019.
- CALDAS AULETE. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- COSTA, José Maria da. **Manual de Redação Profissional**. Millenium Editora, 2002.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 157-176.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2008.
- FILLIPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. **Apontamentos de redação e prática forense**. São Paulo: Memória Jurídica Editora, 2001.
- GOLD, Mirian; SEGAL, Marcelo. **Português Instrumental para os cursos de Direito**: como elaborar textos jurídicos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: Joseph, Brian & Janda, Richard D. (eds.). **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell. P. 575-601, 2003.
- HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. **The Genesis of Grammar**: a reconstruction. New York: Oxford University Press, 2007.
- HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. **A approaches to grammaticalization**. v.1. Amsterdam: Benjamins, 17-37, 1991.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LEI 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil**. VADE MECUM, Editora Rideel, 10ª edição, 2010, São Paulo.

LUZ, Valdemar P. **Manual do Advogado.** Barueri: Manole, 28 ed., 2016.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER G.; VEENSTRA, T. (Eds.). **Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change.** Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization. In: LURAGHI, S.; BUBENIK, V. (eds.). **Continuum Companion to Historical Linguistics.** London/New York: Continuum Press, 2010, p. 269-283.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. **Varas Judiciais:** Denominação e Competência. Resolução 93 de 12 de agosto de 2013. Curitiba: Tribunal de Justiça, 2019. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/13302/26522731/Resolu%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+93+-+COMPILADO.pdf/b5a8f5d5-fe7a-0801-c067-e3897773d0b5>. Acesso em: 28 nov. 2019.



Data de submissão: 12/12/2019

Data de aceite: 24/04/2020

A EMERGÊNCIA E A EXPANSÃO DE USOS LINGUÍSTICOS INOVADORES EM COMUNIDADE DE PRÁTICAS: O CASO DE {-STE} NA PÁGINA TAL QUAL DUBLAGENS

THE EMERGENCE AND THE EXPANSION OF
INNOVATIVE LANGUAGE USES IN THE COMMUNITY OF PRACTICE:
THE CASE OF {-STE} ON THE TAL QUAL DUBLAGENS PAGE

Kamilla Oliveira do Amaral | [Lattes](#) | amaralkamilla17@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar, em perspectiva sincrônica, como se dá a emergência e expansão de novos usos do item {-ste}, em ocorrências como *Mana, tu arrasaste; Eu já compreistes o meu fuleira!!!!; Cadeeestes demonia!?!? e Manaa acho que tey boystes* já terminou o serviço!, coletadas em *posts* e comentários de um site de rede social, a página *Tal Qual Dublagens* no Instagram, vista como uma comunidade de práticas (ECKERT, 2006). Porque os novos usos do item em questão parecem envolver expansão da base contextual a que {-ste} se agrega; semântico-pragmática e categorial, o interpretamos como uma hipótese de gramaticalização como expansão. Para dar suporte teórico a esta análise, nos baseamos em discussões propostas por Traugott (2002, 2008, 2010), Hopper e Traugott (2003) e Heine et al. (1991).

Palavras-chave: Usos linguísticos inovadores; Expansão semântico-pragmática e categorial; Gramaticalização.

Abstract: The aim of this study is to analyze, in a synchronic perspective, the emergence and the expansion of new uses of the item {-ste}, in occurrences like *Mana, tu arrasaste; Eu já compreistes o meu fuleira!!!!; Cadeeestes demonia!?!? e Manaa acho que tey boystes* já terminou o serviço!, collected in posts and comments from a social networking site, the *Tal Qual Dublagens* page in Instagram, which is viewed as a community of practice (ECKERT, 2006). Because the new uses of the target item seem to involve expansion of the contextual base to which {-ste} is added, semantic-pragmatic and categorical expansion, we interpret these new uses as cases of grammaticalization as expansion. The theoretical support for the analysis is based on Traugott (2002, 2008, 2010), Hopper and Traugott (2003) and Heine et al. (1991).

Keywords: Innovative linguistic uses; Semantic-pragmatic and categorical expansion; Grammaticalization.

1 Introdução

Os falantes estão constantemente, durante as situações comunicativas, buscando por uma maior expressividade em suas relações interacionais, e isso tem sido apontado como um dos principais responsáveis pela emergência de usos inovadores na língua. A emergência de usos na gramática de uma comunidade pode ser desencadeada a partir de inovações de um único indivíduo em determinados contextos. Em situações dialogais, por exemplo, acredita-se que a atuação de pressões comunicativas e socialmente simbólicas (de natureza identitária e ideológica) pode conduzir essa inovação a um uso mais recorrente entre uma maior quantidade de sujeitos. Quanto mais a inovação linguística é propagada, mais esses novos usos passam a ser utilizados em diversas situações além de seu contexto (morfossintático e pragmático) canônico, o que parece apontar para a ocorrência de um processo gradual de mudança (tomada de uma perspectiva funcionalista), denominado gramaticalização (GR) (TRAUGOTT, 2010).

Ao tomarmos GR como um processo que prevê *expansão categorial* – isto é, novos usos passam a desempenhar novas categorias gramaticais – e *expansão semântico-pragmática* – ou seja, novas funções/significações são criadas para esses novos usos – aspectos semântico-cognitivos e pragmático-discursivos são acionados para a explicação desse tipo de processo. Desse modo, em situações de interação que se dão no interior de comunidades de práticas (CP)¹, como a que ocorre com o objeto desta pesquisa, acreditamos que a emergência e expansão de usos inovadores, interpretadas como um caso de GR, sejam motivadas substancialmente por forças e pressões semântico-pragmáticas, ainda que forças socialmente simbólicas, sobretudo de natureza socioidentitária, também possam estar correlacionadas, como é discutido na pesquisa de Amaral (2020).

Considerando essa breve contextualização teórica, o objetivo central deste estudo é analisar como se dá a emergência e expansão de novos usos do item {-ste}, em ocorrências como *Mana, tu arrasaste; Eu já compreistes o meu fuleira!!!!; Cadeeestes demonia!?!?* e *Manaa acho que tey boystes* já terminou o serviço!. Tais processos são interpretados, a partir da perspectiva de GR, como extensão, uma vez que parecem envolver expansão da base contextual a que {-ste} se agrega; expansão semântico-pragmática e expansão categorial. É importante ressaltar ainda que a GR, enquanto fenômeno, pode ser analisada tanto em perspectiva sincrônica, quanto de uma diacrônica. Em relação a esta pesquisa, trabalhamos com um possível caso de GR em uma abordagem sincrônica.

¹ Para Eckert (2006), uma comunidade de práticas corresponde a um grupo de pessoas que compartilham, entre outros, comportamentos, pontos de vistas, opiniões, valores e preceitos, relações de poder, formas de se comunicar.

Esta análise é ancorada teoricamente em propostas de Traugott (2002, 2008, 2010), Hopper e Traugott (2003) e Heine et al. (1991). Os dados que compõem o *corpus* da pesquisa foram coletados de *posts* e comentários em um site de rede social, a página *Tal Qual Dublagens* no Instagram, vista como uma comunidade de práticas, nos termos de Eckert (2006).

O artigo está estruturado em cinco seções: uma de Introdução, com duas subseções – uma sobre o *locus* da pesquisa e outra sobre o objeto investigado (desenvolvidas a seguir); uma seção sobre GR; uma sobre a composição da amostra; uma de descrição e discussão dos resultados, e uma última de considerações finais.

1.1 O *locus* da pesquisa

A página *Tal Qual Dublagens* (Figura 1) foi criada em novembro de 2011 pelo manauara Gustavo Libório e surge como uma brincadeira para entreter seus amigos e familiares. Gustavo, inicialmente, selecionava alguns vídeos disponíveis na Internet, fazia uma dublagem sobreposta às vozes dos personagens, com um toque de humor, ironia e sarcasmo, envoltos por uma linguagem predominantemente regional e coloquial, e os postava em seu canal no Youtube.

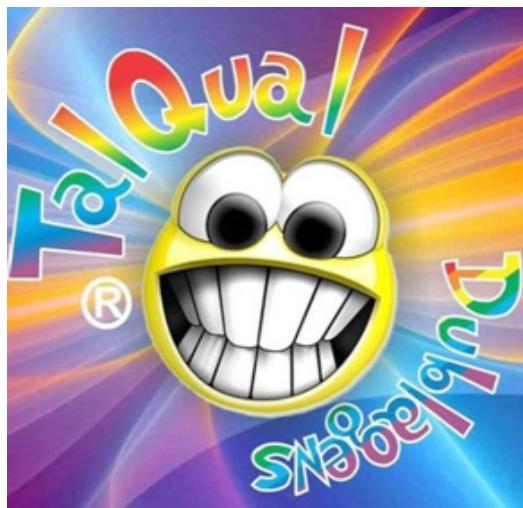
Com o crescimento do canal e a diversificação dos conteúdos abordados, a *Tal Qual Dublagens* se expande para outras redes sociais como o Facebook e o Instagram, para promover uma maior interação com seus seguidores. Com a entrada nesses territórios virtuais mais amplos, o público-alvo – que inicialmente compreendia a comunidade GLS² (gays, lésbicas e simpatizantes) e os amazonenses, mais especificamente os manauaras – é ampliado, fazendo com que a *Tal Qual Dublagens* adquirisse alcance nacional e até internacional. No último levantamento quantitativo que fizemos³, a *Tal Qual Dublagens* contava com mais de 249 mil inscritos no Youtube, mais de 43 milhões de visualizações e mais de 873 mil seguidores juntando os do Facebook e os do Instagram.

Os conteúdos produzidos pela *Tal Qual Dublagens*, seja por meio de seu canal no Youtube, sua FanPage no Facebook ou sua página no Instagram, geram um contexto interacional altamente produtivo em termos de usos linguísticos inovadores. Além disso, esse espaço não físico, que tem características específicas (linguagem e gramática próprias), é um lugar onde os sujeitos podem criar e manter relações, onde podem aprender e conhecer uns aos outros, onde podem compartilhar valores, atitudes e crenças, onde podem criar e recriar suas identidades. E nesse cenário acreditamos que uma comunidade pode se estabelecer.

² O termo GLS é usado aqui em conformidade com a fala de Gustavo Libório em entrevista ao Portal Amazônia, embora se saiba que essa sigla entrou em desuso, sendo substituída por outras denominações, como LGBT, LGBTI+, por exemplo.

³ Levantamento realizado em 22 de outubro de 2019.

Figura 1. Logo da Tal Qual Dublagens



Fonte: www.instagram.com/talqualoficial/

Considerando que observamos a dinâmica interacional da página por aproximadamente dois anos, acreditamos que esse processo de observação permite caracterizar este trabalho como um tipo de pesquisa etnográfica, mais especificamente o que se tem chamado como Etnografia Virtual (HINE, 2000). E como um dos resultados dessa experiência “em campo”, também acreditamos ser possível dizer que a *Tal Qual Dublagens*, entendida aqui como um grupo formado pela “titia Tal Qual”⁴ e seus seguidores, configura uma comunidade de práticas (CP) (ECKERT, 2006).

1.2 O objeto

Para este estudo, decidimos delimitar a análise aos dados extraídos de *posts* e comentários do Instagram da página. Pudemos perceber, em termos gerais, as situações descritas a seguir.

Verificamos que (i) o uso de {-ste} é introduzido por um único indivíduo, o criador da página, através de seus *posts* e, em seguida, seus seguidores passam a usar esse item em seus comentários; (ii) {-ste} possui treze formas alternativas de realização (-ste, -stes, -stez, steys, stesh, -stis, -stex, -rte, -rtes, -rtis, -rtex, -rtix, -rtyx)⁵; (iii) o referido item passa a ser empregado, seja pelo criador, seja pelos seus seguidores, em quatro diferentes contextos linguísticos de uso, mais diretamente relacionados ao tipo de base a que {-ste} se agraga.

O primeiro contexto de base, que chamamos de *base verbal canônica*⁶, respeita a seguinte configuração: Sujeito P2 (tu) + verbo no Pretérito Perfeito do Indicativo (PP),

⁴ Personagem criada para interagir de forma mais direta com os seguidores.

⁵ A alternância de -s por -r (como em -stes/-rtes) é um traço sonoro característico de realização da fricativa do falar manauara (cf. BERÇOT-RODRIGUES, 2014; AMARAL, 2016 e VASCONCELOS, 2017).

⁶ O contexto de base verbal canônica não deve ser confundido com o da norma-padrão. Corresponde tão somente à configuração prototípica da forma verbal canônica de P2, em que {-ste} e suas diferentes formas de realização codificam a desinência número-pessoal privativa de PP.

em que {-ste} corresponde à desinência número-pessoal privativa à PP e concorda necessariamente com P2⁷, como em (1), (2) e (3). O segundo, chamado de *base verbal não canônica*, é caracterizado pela ausência dos traços gramaticais que configurariam o uso canônico do item, como em (4), (5) e (6). O terceiro, chamado de *base não verbal*, corresponde ao emprego de {-ste} agregado a outras classes de palavras que não o verbo, como em (7), (8) e (9). E o quarto, corresponde ao emprego do item em *palavras de origem estrangeira*, como em (10), (11) e (12). Tais bases contextuais são ilustradas com ocorrências extraídas da amostra no Quadro 1.

Quadro 1. Dados ilustrativos das bases contextuais a que {-ste} se agraga

Base verbal canônica	Base verbal não canônica	Base não verbal	Palavras de origem estrangeira
(1) <i>Mana, tu arrasaste</i> (2) <i>Farrétempo que queria vestes e arrasastes</i> (3) <i>botartes a cara no sol mesmo né cachorra leprosenta? Lindo!</i>	(4) <i>Ela menstruastexxx</i> (5) <i>Eu já compreistes o meu fuleira!!!!</i> (6) <i>tô com ódio, vou esculhambartes!</i>	(7) <i>piseistes no bodortes pelo amor de deustis</i> (8) <i>Cadeeestes demoniia?!?</i> (9) <i>hazourtesss. O sonho dela devia ser dançarinartes da Joelmartes</i>	(10) <i>Okestebb</i> (11) <i>Manaa acho que tey boystes</i> já terminou o serviço! (12) <i>Enquanto a nova temporada não começa, vamos relembrar a @anapaularenault enkaralhando no BBértes. Vamos marcá-la pra ela ver???</i>

Fonte: Elaboração da autora, 2020

O levantamento geral das ocorrências do fenômeno na página mostra que as diferentes maneiras em que {-ste} é usado – que incluem não só suas formas de realização, mas também os tipos de base aos quais o item se agraga – parecem evidenciar, além de um cenário de variação entre as formas, uma expansão de contextos de uso de {-ste} para além de seu emprego canônico⁸, o que faz com que o consideremos como um fenômeno em GR, nos termos definidos a seguir.

2 Definindo Gramaticalização

Nesta seção, discorremos sobre a concepção de GR que ancora o estudo, tratando ainda de princípios e parâmetros (Seção 2.1) e de motivações semântico-pragmáticas (Seção 2.2).

⁷ Entendemos por concordância com P2 o fato de {-ste} estar associado à segunda pessoa do discurso, não necessariamente na forma de concordância canônica.

⁸ Estamos considerando como contexto canônico de uso o de base verbal canônica, contemplando as diferentes formas de realização de {-ste} nesse contexto. Como se pode observar no Quadro 1, podem ocorrer nesse contexto outras formas além da DNP standard -ste.

Segundo Traugott (2010), um dos principais fatores a serem considerados na conceituação de GR, além (i) da natureza do fenômeno em GR e (ii) dos interesses e objetivos do pesquisador, é (iii) a perspectiva de GR e a concepção de gramática assumidas no estudo. Como já discorremos sobre (i) e (ii) na seção anterior, apresentamos a seguir o escopo teórico de GR em que se situa este estudo e a concepção de gramática tomada aqui.

Tendo em vista os interesses desta pesquisa e a natureza do fenômeno em análise, este estudo está alinhado com a perspectiva de GR como expansão que, de acordo com Himmelmann (2004 apud TRAUGOTT, 2010), pode desencadear três tipos de expansão de contexto: (i) expansão da classe hospedeira; (ii) expansão sintática e (iii) expansão semântico-pragmática.

Considerando que, na perspectiva de GR como expansão, os aspectos semânticos, discursivos e pragmáticos passam não só a serem vistos como componentes, mas como centrais para explicar os processos dinâmicos de construção das gramáticas, o próprio entendimento do que é gramática também é ampliado. Se, por um lado, na visão de GR como redução, Lehmann e Haspelmath, por exemplo, entendem a GR como uma mudança na forma e a gramática restrita aos níveis da sintaxe, morfologia e fonologia (TRAUGOTT, 2010), por outro lado, na visão como expansão, níveis mais complexos de análise, como a pragmática e o discurso, passam a ser entendidos como elementos da gramática, sendo vistos como forças atuantes no processo de mudança via GR.

Em convergência com a noção de expansão, assumimos, na linha de Givón (1995), Bybee e Hopper (2001) e Bybee (2006, 2010), que (i) a gramática é maleável e flexível e serve a funções cognitivas e comunicativas (GIVÓN, 1995); que (ii) “a gramática não é fixa e absoluta [...] mas é variável e probabilística em sua essência” (BYBEE; HOPPER, 2001, p. 19); e que (iii) a gramática é dinâmica em função de sua variabilidade e gradiente (BYBEE, 2006, 2010). Por tudo isso e em consonância ainda com a concepção de *gramática emergente*, proposta por Hopper (1987), entendemos que a gramática está em constante (re)criação e que ela muda no seio das relações discursivo-pragmáticas, inerentes à língua enquanto mecanismo de comunicação e interação e, por isso, não há lugar para pensar em regularidades gramaticais como fixas e pré-determinadas.

Antes de apresentar as definições de GR às quais os interesses deste estudo mais se aproximam, convém fazer um parêntese. As definições mais recentes emergem a partir da concepção de Kurylowicz, segundo a qual GR consiste no “[...] aumento do limite de um morfema que avança de um estado lexical para um grammatical ou de um menos gra-

matical para um mais grammatical” (KURYLOWICKZ, 1972 [1965], apud TRAUGOTT, 2010, p. 270). Essa definição evoca uma noção que implica ganho de grammaticalidade e, portanto, uma forma mais grammaticalizada deveria ser antecedida por formas menos gramaticais. Concepções como essa nos fizeram, inicialmente, indagar se o objeto desta pesquisa se configuraria ou não como um processo de mudança via GR, haja vista que a trajetória de mudança categorial de {-ste} parece indicar um percurso em que um item mais grammatical, como é a DNP (sufixo flexional), ao ser agregado a bases verbais não canônicas e a bases não verbais e palavras de origem estrangeira, passa a funcionar como o que podemos chamar, por ora, de sufixo derivacional, o que seria considerado um item menos grammatical. Tal problemática, a nosso ver, fica solucionada com base nas definições a seguir, especialmente a segunda e a terceira, que concebem que um item/construção, uma vez grammaticalizado(a), pode continuar a desenvolver *novas funções* e que essas funções não precisam ser necessariamente *mais gramaticais* do que as anteriores. Isso é central para entendermos que a mudança categorial de {-ste} pode sim ser entendida como um processo de GR ao se considerar que está em jogo é o ganho de novas funções.

Gramaticalização é o processo pelo qual material lexical, em *contextos pragmáticos e morfossintáticos altamente específicos*, torna-se grammatical [...] (TRAUGOTT, 1995, p. 1; grifo nosso)⁹.

[...] gramaticalização é a mudança através da qual construções e itens lexicais, em determinados contextos linguísticos, vêm a servir a funções gramaticais e, *uma vez grammaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais*. (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 18; grifo nosso)¹⁰.

[Gramaticalização é] a mudança por meio da qual, em determinados contextos linguísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função grammatical. Ao longo do tempo a construção grammatical resultante pode continuar a assumir novas funções gramaticais [...] (TRAUGOTT, 2008, p. 4; grifo nosso)¹¹.

Cada uma das definições anteriores apresenta elementos que nos interessam. Entretanto assumir uma ou outra faria com que características importantes do fenômeno em estudo não fossem contempladas, deixando-o a descoberto do escopo da GR. Para

⁹ “Grammaticalization is the process whereby lexical material in highly constrained pragmatic and morphosyntactic contexts becomes grammatical [...].” (TRAUGOTT, 1995, p. 1)

¹⁰ “[...] grammaticalization is the change whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions, and, once grammaticalized, continue to develop new functions.” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 18)

¹¹ “The change whereby in certain linguistic contexts speakers use parts of a construction with a grammatical function. Over time the resulting grammatical construction may continue to be assigned new grammatical functions [...].”

resolver isso, nos valemos da definição proposta por Valle (2014), que integra os pontos centrais que ressaltamos. Portanto, assim como a autora, entendemos GR como

[...] a mudança através da qual construções e/ou itens lexicais, *usados pelos falantes em contextos pragmáticos e morfossintáticos altamente específicos*, vêm a servir a funções mais gramaticais e, *uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.* (VALLE, 2014, p. 114; grifo nosso)

2.1 Princípios e parâmetros de gramaticalização

A GR enquanto fenômeno¹² pode ser analisada tanto em perspectiva sincrônica, quanto diacrônica, ainda que, para alguns teóricos, seja um tipo particular de mudança histórica (cf. LEHMANN, 1985). Em relação a esta pesquisa, trabalhamos com um fenômeno em GR em uma abordagem sincrônica. Tendo isso em vista, e considerando que a GR é uma mudança linguística que ocorre de maneira gradual, é central para que possamos desenvolver uma análise refinada e coerente a identificação de: (i) aspectos que caracterizam o processo de GR, sobretudo nos estágios iniciais; bem como de (ii) características das formas em mudança.

Nesse sentido, quanto aos aspectos que caracterizam o processo inicial de mudança, evocamos os cinco princípios formulados por Hopper (1991): (i) *estratificação* – novas camadas surgem continuamente dentro de um domínio funcional, podendo coexistir com as camadas mais antigas do domínio; (ii) *divergência* – quando uma forma lexical se gramaticaliza, a forma original pode permanecer como um elemento autônomo sujeito às mesmas mudanças que afetam os itens lexicais; (iii) *especialização* – um domínio funcional pode abrigar, em dado estágio, várias formas com nuances diferentes de significado, mas à medida que ocorre a GR, vão permanecendo apenas algumas, que assumem significados mais gerais; (i) *persistência* – quando uma forma muda de uma função lexical para uma grammatical, alguns traços de seu significado lexical de origem podem aderir à nova função e aspectos de sua história podem se refletir em sua distribuição grammatical; (v) – *descategorização* – formas em GR tendem a perder ou neutralizar traços morfossintáticos característicos de categorias primárias (substantivo e verbo) e assumir traços de categorias secundárias (adjetivo, particípio, preposição etc.)

¹² O termo gramaticalização costuma ser usado com diferentes acepções: como uma abordagem de estudo da língua que se interessa por compreender como as formas surgem e se desenvolvem no uso (como um paradigma); como um processo de mudança observado ao longo do tempo; ou mesmo como um fenômeno em estudo, observado sincrônica ou diacronicamente. Neste trabalho, transitamos entre o fenômeno e o processo de mudança envolvido.

Os parâmetros formulados por Heine e Kuteva (2007) também são centrais para a identificação de características de formas em GR: (i) *extensão* – expressões linguísticas estendidas para novos contextos levam ao surgimento de novos significados gramaticais, por interpretação induzida pelo contexto pragmático; (ii) *dessemantização* – perda ou generalização de significado; (iii) *decategorização* – perda de propriedades morfossintáticas; e (i) *erosão* – perda de substância fonética. Tais parâmetros, segundo os autores, afetam diacronicamente o processo de mudança de forma gradual a partir de um direcional extensão > dessemantização > decategorização > erosão.

Como os três últimos parâmetros são mais aplicáveis a uma noção de GR como redução, priorizamos o primeiro parâmetro tendo em vista que (i) a perspectiva de GR como redução não converge com os interesses desta pesquisa; (ii) os parâmetros estão organizados diacronicamente e, por isso, extensão é o parâmetro mais indicado para explicar estágios iniciais de GR pelos quais acreditamos estar passando o item {-ste} na amostra analisada. Além disso, a extensão coloca foco nos ganhos e não nas perdas e integra três elementos essenciais: a) *o componente sociolinguístico* – usos inovadores de formas/construções que podem dar início a um processo de GR são realizados por meio de práticas linguísticas de um único sujeito e espraiados, através da inserção desses usos, nas práticas de outros falantes; b) *o componente pragmático-discursivo* – quanto mais funções pragmático-discursivas um item/construção passa a desempenhar, mais as regras que restringem alguns usos em determinados contextos são quebradas, fazendo com que emergam novos contextos de uso e/ou contextos de uso mais gerais; c) *o componente semântico* – à medida que os contextos de uso são expandidos, os significados da forma passam a acompanhar a expansão através de movimentos de ressignificação (HEINE; KUTEVA, 2007).

2.2 Motivações semântico-pragmáticas

Para além de motivações internas, mudanças linguísticas em geral são impulsionadas por dois processos correlacionados: processos metafóricos, que atuam no escopo de uma interface semântico-cognitiva, e processos metonímicos, que evocam a análise de aspectos pragmático-comunicativos na GR (TRAUGOTT, 1988; HEINE et al., 1991). Tais processos não são excludentes, mas complementares e centrais para explicar por que os falantes ampliam o uso de um item já existente na língua, atribuindo-lhe novas funções e significados.

Em uma instância metafórica, conceitos mais complexos que emergem no domínio-alvo são descritos ou entendidos por meio de conceitos concretos ou menos com-

plexos provenientes do domínio-fonte. Durante a GR, essas transferências conceituais seguem uma trajetória de mudança que leva cada novo significado atribuído ao item a se tornar cada vez mais abstrato à medida que passa a ser compreendido no domínio-alvo com base na relação de similaridade que mantém com o domínio-fonte (HEINE et al., 1991).

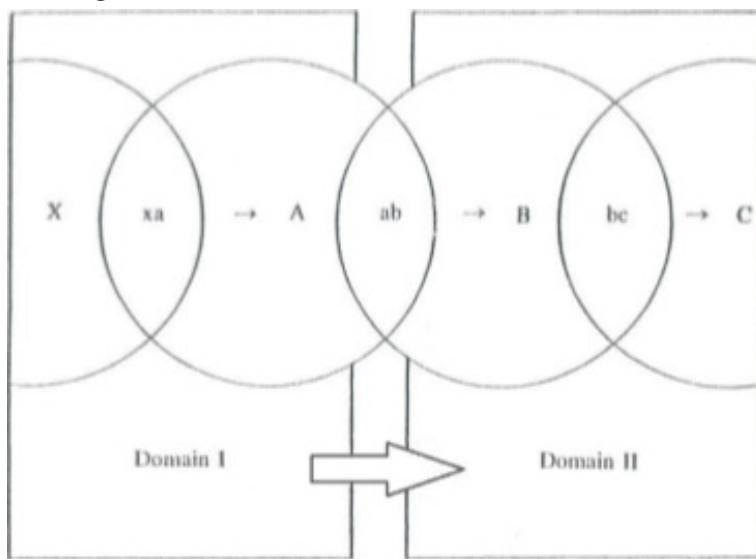
Além de processos metafóricos, durante o processo de GR, na transferência conceitual de um domínio A para um domínio B ($A > B$), podem ocorrer mudanças não mais estabelecidas por meio da relação de similaridade entre os domínios, e sim através de associações de contiguidade a partir de processos metonímicos, manifestados no modo como os falantes expressam linguisticamente suas experiências. Entretanto, diferentemente de como ocorrem os processos metafóricos, as transferências conceituais através da metonímia não são estabelecidas através da relação direta entre ($A > B$), e sim a partir de expansões semântico-pragmáticas dentro de um único domínio funcional híbrido (AB). (HEINE et al., 1991).

Como o papel da metonímia não é gerar a compreensão de um domínio com base em outro, ela atua, substancialmente, de modo que sejamos capazes de projetar conceitualmente uma experiência interna com base na expansão de significados que estão presentes e disponíveis no contexto comunicativo, o que não acontece a partir de processos metafóricos (KÖVECSES, 2010; RUIZ DE MENDOZA, 2014).

Porque esses novos significados podem emergir no contexto de uso através de processos metonímicos, a mudança conceitual na GR fica sensível ao efeito e às condições de realização de inferências comunicativas. Heine et al. (1991) argumentam que, durante um processo de GR, certas estratégias comunicativas, tais como pressão por informatividade, reforço pragmático e convencionalização de implicaturas conversacionais, podem ser os principais responsáveis pela criação de novos significados para um item linguístico, o que parece impulsioná-lo mais fortemente a uma maior GR.

Considerando que instâncias metafóricas e metonímicas podem atuar conjuntamente na GR, Heine et al. (1991) propõem pensarmos essa relação com base no modelo representado pela Figura 2.

Figura 2. Modelo metafórico-metonímico de GR



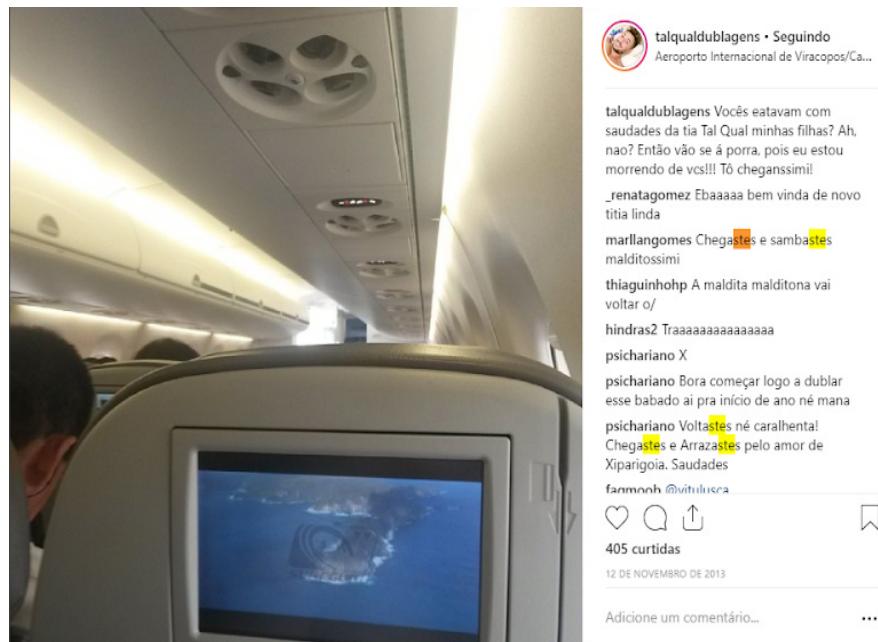
Fonte: Heine et al. (1991, p. 114)

Ao propor esse modelo, os autores oferecem uma visão de GR tanto do ponto de vista cognitivo, considerando que a passagem de um domínio I para um domínio II é feita via transferência metafórica com base em noções de similaridade ou analogia; quanto do comunicativo, considerando que durante essa mesma passagem subdomínios são gerados e a partir disso a GR passa a configurar um processo de mudanças em cadeia – pelo qual os significados de um item passam a ser continuamente reinterpretados (reanalizados) pelo contexto, através de processos metonímicos, pressão por informatividade, convencionalização de implicaturas conversacionais e reforço pragmático.

3 Composição da amostra

A análise da emergência de usos de {-ste} foi desenvolvida, como já mencionado, a partir da coleta de dados em *posts* e comentários da página *Tal Qual Dublagens* no Instagram. A amostra foi composta de acordo com os seguintes passos: (i) primeiramente foram levantados todos os dados (de novembro de 2013 a 30 de maio de 2018), a partir dos quais selecionamos aqueles dos anos iniciais (2013, 2014 e 2015) e do ano final de coleta (2018), por acreditarmos que já seriam suficientes para delinear uma trajetória de uso da forma e perceber como ela se comporta ao longo desses quatro anos; (ii) em cada publicação, com o auxílio da função procurar/localizar (CTRL+F), coletamos todas as ocorrências em que {-ste} aparecia, como mostra a Figura 3.

Figura 3. Procedimento de coleta de dados



Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Após esse levantamento, nossa amostra final ficou composta por 262 (duzentos e sessenta e dois) *posts* e um total de 1049 (mil e quarenta e nove) dados que contêm o item {-ste} em quaisquer de suas treze formas de realização: (-ste, -stes, -stez, steys, stesh, -stis, -stex, -rte, -rtes, -rtis, -rtex, -rtix, -rtyx). Desse total de dados, mais de 96,7% (1015) provêm de comentários dos seguidores, apresentando, portanto, uma baixa ocorrência no que se refere aos dados provenientes do *post* escrito. Acreditamos que um maior número de ocorrências de {-ste} nas postagens poderia estar presente nos vídeos/dublagens, mas a página foi removida do Instagram¹³. Sendo assim, ficamos impossibilitados de fazer esse controle. Portanto decidimos permanecer com a análise de produção do fenômeno somente com os dados escritos nos *posts* e nos comentários. A seguir apresentamos e discutimos os resultados provenientes da análise dessa amostra.

4 Descrição e discussão dos resultados

Esta seção comprehende duas subseções. A primeira consiste na análise das motivações gramaticais, mais especificamente no que se refere ao funcionamento de traços morfossintáticos e semântico-pragmáticos que integram a configuração grammatical de

¹³ Em maio de 2019, em uma nova busca pela página no Instagram, encontramos um novo perfil, que, ao que tudo indica, corresponde a Tal Qual Dublagens (@talqualoficial). A primeira postagem da nova página foi realizada no dia 23 de abril de 2019 e consiste na apresentação do novo logo da Tal Qual Dublagens e que está também como foto de perfil na *home* da página.

{-ste} (4.1); e a segunda, na análise da frequência de uso do referido item, tanto no que diz respeito às ocorrências gerais da amostra, quanto a sua produtividade em cada base contextual a que {-ste} se agrega e quanto a cada forma de realização (4.2). Ao longo das duas subseções, ancorando a análise, evidenciamos a atuação do parâmetro extensão (HEINE; KUTEVA, 2007) e dos princípios de descategorização, persistência, estratificação e especialização (HOPPER, 1991) sobre o processo de GR em questão, bem como delineamos uma trajetória de expansão do referido item inspirada no modelo metafórico-metonímico de Heine et al. (1991).

4.1 A emergência e expansão de novos usos de {-ste}

O primeiro aspecto que julgamos relevante abordar nesta subseção concerne à análise do fenômeno em relação às motivações gramaticais. Nesse sentido, nesse primeiro momento, sugerimos uma trajetória de expansão de {-ste} para outros contextos linguísticos a partir de quebra de restrições de traços morfossintáticos e semântico-discursivos que integram a configuração gramatical do uso canônico do item. São considerados os seguintes traços: categoria gramatical da base; pessoa do discurso; função sintática de P2; tempo e modo da base verbal.

Levando em conta que a quebra de restrições ocorre de forma gradual e que cada traço rompido configura um novo uso de {-ste}, foi possível detectar nove tipos de usos inovadores, além do uso considerado canônico, que são descritos a seguir. Esses dez tipos estão associados às bases contextuais apresentadas na Seção 1.2.

O primeiro tipo, que denominamos como Tipo 0, converge, de forma geral, com a previsão normativa e apresenta a seguinte configuração gramatical: sujeito P2 (tu), podendo ser expresso ou apagado, seguido de verbo no pretérito perfeito do indicativo (PP), em que {-ste}, em suas diferentes formas de realização, apresenta os traços [+] desinência e [+] concordância verbal (não necessariamente a forma de concordância canônica), como nos exemplos abaixo.

(13) [...] todos velhos esses vídeos que tu me marcaste

(14) Pq tu tirastes do youtube?

(15) Olha tu mana [...] arrazarte

(16) Agora tu grelhartes hein mana

As formas que constituem o Tipo 0 parecem desempenhar a função comunicativa prototípica de *expressão de número e pessoa do discurso [P2]*, morfologicamente categorizadas como sufixo flexional (DNP), estando esse tipo de {-ste} associado ao contexto de *base verbal canônica*. Note-se que, ao lado da forma *standard -ste*, ocorrem também outras realizações como *-stes*, *-rte* e *-rtes*. Não estamos, porém, neste momento, focalizando as alterações formais, e sim o item representado como {-ste}, que abstrai as diferentes formas de realização.

Vinculados ao contexto de *base verbal não canônica*, temos os Tipos 1, 2, 3, 4, 5, V e β, que emergem a partir do rompimento gradativo de traços gramaticais que configuram o uso canônico de {-ste}, presentes no Tipo 0. Cada um desses tipos inovadores corresponde ao rompimento da restrição de um certo traço gramatical. Os Tipos 1 e 2 surgem a partir do rompimento da *restrição de sujeito*, expandindo, com isso, a possibilidade de diferentes pessoas gramaticais expressarem a segunda pessoa do discurso (Tipo 1), bem como diferentes pessoas do discurso poderem ser combinadas com {-ste} (Tipo 2).

Mais especificamente, o Tipo 1 ainda está associado a sujeito de P2, mas o *tu* é substituído por outras formas de referência de segunda pessoa do discurso, como o *você* e *o/a senhor(a)*; é seguido de verbo no PP; e {-ste} possui os traços [+] desinênci a e [-] concordância, como podemos observar nos exemplos a seguir.

(17) *Titia você Arrasastessss!!!lindão*

(18) *Kkkkkk titia a senhora arrasastes, tava caralhenta msm*

Já o Tipo 2 possui quaisquer sujeitos que não P2; é seguido de verbo no PP; e {-ste} possui os traços [+] desinênci a e [-] concordância, como pode ser visualizado nos exemplos a seguir.

(19) [...] *cadê essa doida, pra onde ela fostes?? Auauahajaha*

(20) [...] *olha o que nós perdestes... Titia talQual (ela) lacraste na cara da sociedade*

A quebra de restrição de sujeito, como nos Tipos 1 e 2, amplia o escopo de atuação da função *expressão de número e pessoa do discurso* para além de P2 [tu], o que começa a descaracterizar o item como marca de DNP *standard*. Com o enfraquecimento/atenção tanto da função comunicativa de {-ste}, como da categoria morfológica do item,

emergem mais dois tipos de uso inovador, o Tipo 3 e o Tipo 4.

A configuração gramatical do Tipo 3 corresponde a: sujeito associado a P2, na forma de *tu* ou de outras formas pronominais de P2, verbo no PP, em que {-ste} possui traços [-] desinência e [-] concordância, como mostram as ocorrências (21) e (22) a seguir.

- (21) *Tu que roubouste kkkkkkkk*
- (22) *Marra cióra [= senhora] conseguiuste viu... farrê parte da realêzarstes... parabéns minha príncipa [...]*

Nesse tipo de uso, verificamos que alguns vestígios da configuração gramatical canônica do item ainda se mantêm, como o fato de {-ste} estar associado a P2 e a um verbo no PP. No entanto, esse tipo possui suas particularidades: (i) diferentemente do uso canônico, no Tipo 3, P2 não é restrito a *tu*, isto é, tanto essa, quanto outras formas de referência a P2 – como as mencionadas no Tipo 1 – podem ocupar a posição de sujeito; (ii) além disso, ainda que {-ste} esteja agregado a um verbo no PP, o item não corresponde à marca de desinência número-pessoal canônica, uma vez que o verbo está flexionado na terceira pessoa do singular (P3), e a essa forma já flexionada se acrescenta {-ste}: *roubou* + {-stes}, *conseguiu* + {-stes}.

Com uma configuração gramatical semelhante, emerge um outro tipo de uso, o Tipo 4. Nesse tipo, a restrição de sujeito, isto é, sua associação a formas de P2, é expandida, de modo que quaisquer pessoas do discurso, com exceção de P2, possam ocupar essa posição; {-ste} continua agregado a um verbo no PP, no entanto, assim como no Tipo 3, o item não corresponde à desinência número-pessoal canônica e nem sinaliza concordância, uma vez que o verbo já está flexionado, concordando com o sujeito da frase, como mostram (23) e (24).

- (23) *arrrrrrfs! Acho que me apaixonertes. @talqualdublagens [= (eu) acho que me apaixonei]*
- (24) *Olha e muita embucetacao, a titia arrazouste bem tal qual [= ... a titia (ela) arrazou bem tal qual]*

A essas quebras de restrição, soma-se ainda outra que atinge *o tempo e modo verbal* em que o item é usado, fazendo emergir outros tipos, destituídos de vestígios de com-

ponentes gramaticais presentes no uso canônico de {-ste}. Nessas condições, emerge o Tipo 5, que apresenta a seguinte configuração: o item está associado a qualquer sujeito; é seguido de quaisquer tempos e modos que não PP do indicativo; e {-ste} possui os traços [-] concordância e [-] desinência, como vemos nos exemplos a seguir.

- (25) *Adooooorostesx keridan! [...] Rick e um marginal lindo.*
- (26) *Mar mana , e essa sobrancelha de canetinha cor de mucura em? ! Arrasô em?*
Carra de quê a gente quer copiar mas não acha o tom né mana , explica pa gente
como é isso? Pra onde istis por onde irastes assim em?

O rompimento da restrição de tempo e modo verbal propicia ainda o surgimento do Tipo β, como em (27) e (28), em que o item apresenta forma de pretérito perfeito do indicativo, contudo o contexto da frase situa-se nos modos subjuntivo ou imperativo. Note-se que a quebra de restrição relevante nesse tipo é a de tempo-modo verbal, uma vez que a pessoa pode continuar sendo P2.

- (27) *Se não fizestes, tu te lascastes né [...]*
[= Se não fizeres, tu te lascas]
- (28) *Titia muito difícil mesmo imaginastes se fostes facil kkkkkkk*
[Titia muito difícil mesmo imagina se fosse fácil]

Além desse, o Tipo V também se manifesta a partir da quebra de correlação forma/função, em que o emprego de {-ste} está esvaziado de sua função morfossintática de desinência número-pessoal correlacionada ao sujeito sintático. No Tipo V, {-ste} parece assumir traços de uma outra categoria gramatical, como uma espécie de clítico de P2, com função sintática de objeto e não mais de sujeito, como em (29).

- (29) *[...] eu vou aprendestes pa dizes tes que eu sei cuzinhar*
[= eu vou aprender pra dizer a ti que eu sei cozinhar]

Tendo sido rompidas as restrições morfossintáticas e semântico-discursivas mais importantes para a caracterização prototípica do uso de {-ste} – a pessoa do discurso (P2 [tu]), a função sintática (sujeito) e tempo e modo verbal (pretérito perfeito do indicati-

vo) –, surge o que identificamos como Tipo 6. Esse novo uso de {-ste} corresponde ao emprego do item em verbos de base nominal, mais especificamente as formas de infinitivo e gerúndio, como em (30) e (31).

- (30) *Taquipariu olha titia, marra senhora ta em tudo que lugartis só falta fazeste um Twissimir kkk @talqualdublagens* [= falta fazer]

(31) *A senhora como sempre arrasandostes e grelhandostes, fina patrícia tá meu beee-eem...morrum de inveja suas mucura...* [= arrasando e grelhando]

Por fim, o uso de {-ste} associado a formas nominais do verbo (Tipo 6) parece propiciar a expansão desse item para além da base verbal. É o caso dos contextos de *base não verbal* e de *palavras de origem estrangeira*. No Tipo 7, {-ste} passa a ser agregado a outras classes de palavras, como substantivos, adjetivos, pronomes, advérbios, conjunções e expressões e ainda a palavras de origem estrangeira, sem a necessidade de vinculação verbal, conforme os exemplos a seguir.

As particularidades que ocorrem com o Tipo 7 – que, na realidade, já se iniciam com o enfraquecimento da categoria de DNP que se dá a partir dos Tipos 2 e 3, e com a

emergência de espécie de clítico no Tipo V – evocam a atuação de dois princípios propostos por Hopper (1991), a descategorização e a persistência, mostrando, a nosso ver, indícios de que a emergência de novos usos de {-ste} configura-se como um processo de mudança via GR.

No que se refere à descategorização, na passagem do contexto de base verbal não canônica para o contexto de base não verbal e de palavras de origem estrangeira, é possível observar que {-ste}, em termos de categoria gramatical, não corresponde mais à categoria morfológica de sufixo flexional (DNP), mas a algo que entendemos, por ora, como espécie de sufixo derivacional, configurando um processo em que o item perde traços da categoria-fonte e se recategoriza com base em propriedades da categoria-alvo (VALLE, 2014).

A mudança de categoria gramatical pela qual {-ste} passa parece indicar, nos dados analisados, uma trajetória do tipo sufixo flexional > espécie de clítico > espécie de sufixo derivacional, que se opõe ao que versam os princípios e as hipóteses clássicas de GR como redução, que preveem que um item já gramatical se torne ainda mais gramatical. No caso em tela, à medida que ocorre o enfraquecimento dos traços gramaticais que constituem a função comunicativa prototípica do item – que é expressão de número e pessoa do discurso correspondente ao sujeito de [P2] em PP – seu escopo funcional é ampliado pela expansão de contextos de uso.

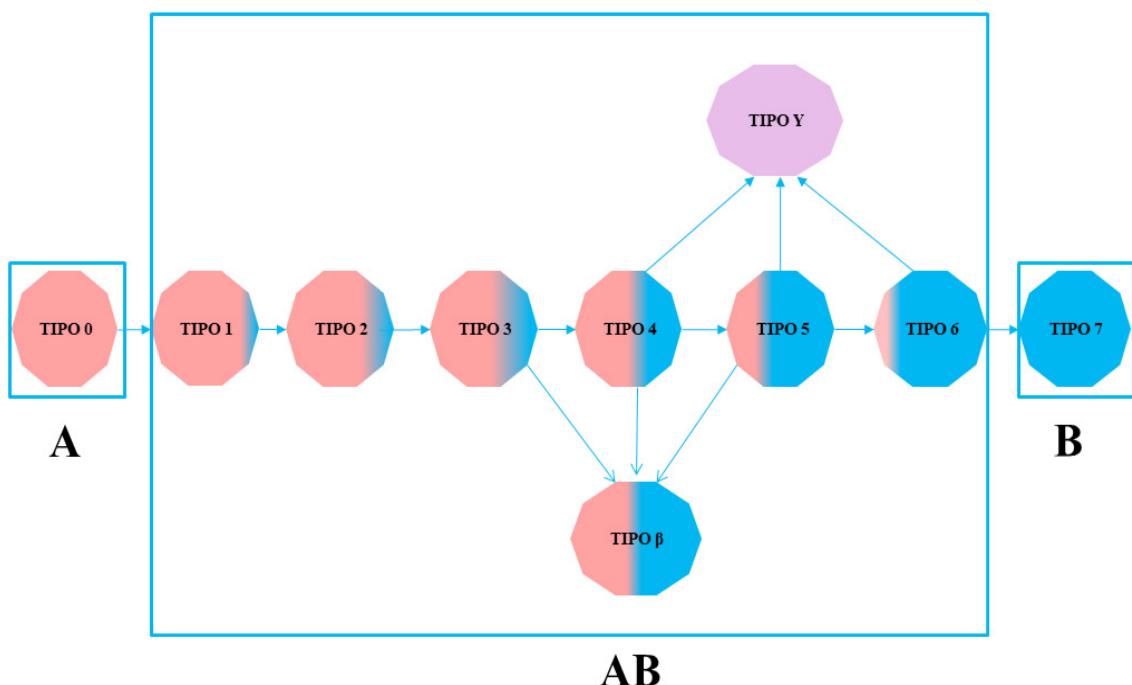
Verificamos que, quando empregado nos contextos de base não verbal e palavras de origem estrangeira, o item pode ainda ter alguma associação, mesmo que indireta, com P2 (como pessoa do discurso), como em (35) em que “demairtes” está modificando um predicativo (ignorante) cujo sujeito é “tu”; ou como em (37), em que não é possível recuperar no dado a relação com P2, e sim a partir da inferência da presença do componente intersubjetivo, isto é, o fato de que o dado como um todo (nesse caso, o *post* escrito ou o comentário de um seguidor) continua apontando para um interlocutor/ouvinte que se associa a formas pronominais de segunda pessoa do discurso.

Nesse caso, o que parece estar envolvido no processo gradual de mudança é o princípio da persistência, que está associado ao fato de que durante alguns estágios do processo de mudança é possível identificar certos traços em comum entre a forma-fonte e a forma em GR, como é o caso da persistência da associação a P2 (mesmo que de maneira indireta), tanto no contexto de base verbal, quanto no contexto de base não verbal ou de palavras de origem estrangeira.

É através da permanência desses traços que conseguimos recuperar, hipoteticamente, a trajetória de expansão do item {-ste} e, em certa medida, projetar que funções a forma destino pode vir a desempenhar com base em características da forma-fonte (HOPPER, 1991). Portanto, a persistência é, por assim dizer, um dos aspectos mais preponderantes no processo de mudança via GR, uma vez que os traços identificados por esse princípio marcarão as particularidades semântico-discursivo-pragmáticas da forma que se recategoriza (LOPES, 2010).

A partir da descrição e análise do funcionamento de {-ste}, sugerimos que os nove tipos inovadores a partir do uso gramatical canônico do item podem ter sua trajetória representada na Figura 4, baseada no modelo metafórico-metonímico proposto por Heine et al. (1991).

Figura 4. Expansão contextual de uso de {-ste}



Fonte: Elaboração da autora, 2020

Acreditamos que a Figura 4 ajude a elucidar o processo de mudança sugerido para {-ste}, indicando a emergência de usos inovadores, com novos significados e funções. Na figura, A e B correspondem a dois domínios distintos, associados, respectivamente, a contexto de *base verbal canônica* e de *base não verbal*. Entre um e outro, há etapas de sobreposição, que são ilustradas pelo gradiente de cores. O domínio A é codificado por {-ste}

que funciona como sufixo flexional número-pessoal que marca o sujeito sintático de P2 em PP. O domínio B é codificado por {-ste} que funciona, aparentemente, como sufixo derivacional, associado, provavelmente, a aspectos estilísticos e identitários, em relação aos quais não vamos nos deter agora por fugirem ao escopo deste artigo. A multifuncionalidade que se manifesta no entremeio sinaliza uma expansão de usos por contiguidade metonímica.

Sob a força de processos metonímicos, a cada pequeno movimento de expansão dos traços que rompem restrições de uso do item, a partir do contexto de base canônica, a forma progressivamente vai adquirindo propriedades do item-alvo. Além disso, os significados que o item vai adquirindo passam a ser continuamente reinterpretados (reanalizados) a partir do contexto, possivelmente por implicaturas conversacionais, as quais direcionam a um maior fortalecimento pragmático.

É importante ressaltar que, ainda que o processo de mudança via GR seja basicamente unidirecional, isso não implica que os novos usos devam emergir sempre de forma linear. No que se refere à amostra desta pesquisa, observamos que novos usos de {-ste} parecem nem sempre surgir de um único tipo. Alguns, como os Tipos β e V – que parecem resultar do conjunto de restrições rompidas nos Tipos 3, 4 e 5 e 4, 5 e 6, respectivamente –, podem emergir a partir de uma mescla de características representativas de mais de um tipo, o que faz com que os consideremos como tipos híbridos. Acreditamos que tal funcionamento seja decorrente de alguma associação por contiguidade que os falantes depreendem do contexto comunicativo.

Além da descrição do uso canônico e de usos inovadores de {-ste}, o segundo aspecto que julgamos relevante para esta análise diz respeito à frequência e produtividade do item, o que, de acordo com Bybee (2003), configura-se como um importante aspecto para atestar a hipótese de GR.

4.2 Frequência

No que se refere às ocorrências gerais de {-ste} na amostra, a Tabela 1 exibe a frequência do item em cada um dos contextos linguísticos analisados, além dos casos de contexto ambíguo¹⁴, bem como a frequência de cada tipo de uso no âmbito de cada contexto.

Antes de apresentarmos e comentarmos os resultados, alguns pontos devem ser

¹⁴ Foram encontrados três casos de contextos ambíguos, cujos tipos não foram computados.

esclarecidos. Primeiro, na tabela, decidimos incluir no contexto de base não verbal as ocorrências de palavras de origem estrangeira (cerca de 2% [20/1049] do total de dados analisados). Segundo, entendemos como contexto ambíguo, aquelas ocorrências em que não é possível identificar qual é a base, podendo haver várias possibilidades de interpretação, como em (41), por exemplo, em que o sujeito tanto pode ser P2 (= tu me lascastes) – o que indicaria que {-ste} é agregado a um contexto de base verbal canônica; quanto outras pessoas do discurso, como P1, P3 (= eu me lascastes; ela me lascastes) – o que indicaria que {-ste} está associado a contexto de base verbal não canônica.

(41) [...] *me lascastes* [...]

E, por último, os números destacados em negrito na Tabela 1 correspondem aos contextos, e os números sem destaque correspondem aos tipos que se distribuem no universo de cada contexto.

Tendo esclarecido esses pontos, passemos para os resultados. No que se refere à frequência de {-ste} quanto ao contexto linguístico de uso, verificamos que o contexto mais produtivo é o de base verbal não canônica (50,1%), seguido pelo de base verbal canônica (28,8%) e o de base não verbal (20,8%).

A alta produtividade de {-ste} no contexto de base verbal não canônica reflete o espraiamento do uso do item decorrente do rompimento gradual de restrições gramaticais, resultando em diferentes configurações, conforme descrito na seção precedente. De acordo com a expansão contextual representada na Figura 4, esse seria um contexto híbrido (AB), de transição do contexto de base verbal canônica (A) para o contexto de base não verbal (B) que já não reteria nenhum traço gramatical do primeiro. Como se trata de usos emergentes e multifacetados – sendo o contexto B o mais inovador e o menos frequente –, a alta taxa de ocorrências de {-ste} em contexto AB reflete a trajetória de expansão de uso do item. Assim, por mais que a frequência seja um importante balizador para a hipótese de GR, nem sempre a forma mais gramaticalizada será a mais frequente, como ocorre com o objeto desta pesquisa, tido como um caso de GR por expansão. Além disso, cabe salientar que o uso do item com base verbal canônica, também apresenta uma certa regularidade já que tal contexto corresponde a quase 30% das ocorrências.

Tabela 1. Frequência de {-ste} por *bases contextuais* e por *tipos de uso*

Bases contextuais/ Tipos de uso	No. de ocor./Total	%
Base verbal canônica	302/1.049	28,8
Tipo 0	302/302	100
Base verbal não canônica	526/1.049	50,1
Tipo 1	22/526	4,2
Tipo 2	51/526	9,7
Tipo 3	19/526	3,6
Tipo 4	125/526	23,8
Tipo 5	24/526	4,5
Tipo β	09/526	1,7
Tipo V	63/526	12,0
Tipo 6	190/526	36,0
Ambíguo	23/526	4,5
Base não verbal	218/1.049	20,8
Tipo 7	218/218	100
Base ambígua	03/1.049	0,3

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Já no que se refere à frequência dos dez tipos de uso de {-ste} (além do ambíguo), observa-se que, em relação ao geral de ocorrências, os tipos mais frequentes são o Tipo 0 ($302/1.049 = 28,8\%$), seguido do Tipo 7 ($218/1.049 = 20,8$) e do Tipo 6 ($189/1.049 = 18,1\%$), distribuídos, respectivamente, nos contextos de base verbal canônica – ex. (13) a (16) –, base não verbal – ex. (32) a (40) – e base verbal não canônica – ex. (30) e (31) –, sendo que os dois primeiros contextos apresentam apenas um tipo cada um. É interessante observar que o Tipo 6 corresponde a contexto verbal não canônico de natureza nominal (infinitivo e gerúndio), aquele cujas características mais se aproximam do contexto de base não verbal que abriga o Tipo 7, tido como o uso mais inovador. No contexto de uso mais espaiado, além do Tipo 6, o Tipo 4, que rompe com a restrição de sujeito sintático de P2, também se apresenta bastante produtivo ($125/1.049 = 11,9\%$) – ex. (23) e (24).

Além dos oito tipos que integram o contexto de base verbal não canônica, a codificação dos dados nos permitiu observar a emergência de um tipo ambíguo, em que a possibilidade de identificação de certos traços, como o de pessoa do discurso, função sintática de P2 e tempo e modo da base verbal, apontam para mais de uma possibilidade de tipos, como nas ocorrências a seguir.

(42) @naiandraade ahazostes

(43) Mas tia ainda bem que o tempo passastes né, hoje é puro glamour!

Em (42), a posição de sujeito pode tanto ser ocupada por P2, se “ahazostes” estiver se referindo ao seguidor marcado no comentário – Tipo 3; quanto por P3 (ela), caso a referência seja à titia Tal Qual – Tipo 4. Já em (43), temos um caso de ambiguidade em relação ao tempo verbal, isso porque em “o tempo passastes”, {-ste} pode tanto ter sido empregado após a flexão do verbo que está no presente do indicativo (“o tempo passa”) – Tipo 4; quanto corresponder à desinência verbal – Tipo 2.

O tipo identificado como ambíguo apresenta uma baixa frequência no contexto em que se manifesta, o de base verbal não canônica, representando 4,5% das ocorrências nesse contexto. Das 23 ocorrências, 20 correspondem a ambiguidade em relação à pessoa do discurso e três, a tempo e modo da base verbal.

A expansão contextual que captamos em termos de tipos de uso mostra a quebra gradual de restrições morfossintáticas e semântico-pragmáticas originariamente associadas ao uso de {-ste}, ocasionando um deslizamento gradativo na correlação forma-função. A esse rompimento gradual de restrições corresponde a emergência de usos cada vez mais inovadores. Essa inovação se dá pelos falantes (membros da CP em questão) durante as relações interacionais com o outro (interlocutor/ouvinte), o que leva a um constante balanceamento entre expressividade e frequência de uso.

A seguir, nos detemos nas diferentes formas de ocorrência de {-ste}. Como mencionado em seções anteriores, {-ste} possui treze formas alternativas de realização (-ste, -stes, -stez, steys, stesh, -stis, -stex, -rte, -rtes, -rtis, -rtex, -rtix, -rtyx). A Tabela 2 apresenta a distribuição das formas mais frequentes (-stes, -rtes, -ste) na amostra, sendo as demais formas reunidas como *outras*.

Em cada contexto linguístico, as treze formas alternativas são potencialmente intercambiáveis, o que nos leva a entendê-las como possíveis variantes ou como camadas de um mesmo domínio funcional, o que ativa o entendimento do funcionamento de {-ste} a partir do princípio de estratificação (HOPPER, 1991). Neste artigo abordamos, contudo, o fenômeno sob a ótica da variação linguística.

Tabela 2. Frequência das *formas* de realização de {-ste} em relação às bases contextuais e aos *tipos* de uso

Bases contextuais/ Tipos de uso	Nº. de ocor. / %				Total¹⁵
	-stes	-rtes	-ste	Outras	
Base verbal canônica	187 / 17,9%	36 / 3,5%	74 / 7,0%	05 / 0,4%	1.049
Tipo 0	187 / 61,9%	36 / 11,9%	74 / 24,5%	05 / 1,7%	302
Base verbal não canônica	281 / 26,8%	168 / 16%	54 / 5,1%	23 / 2,2%	1.049
Tipo 1	12 / 54,5%	03 / 13,6%	07 / 31,9%	00 / 0%	22
Tipo 2	32 / 62,7%	11 / 21,6%	06 / 11,8%	02 / 3,9%	51
Tipo 3	10 / 52,6%	04 / 21,1%	04 / 21,1%	01 / 5,2%	19
Tipo 4	96 / 76,8%	11 / 8,8%	13 / 10,4%	05 / 4%	125
Tipo 5	17 / 70,8%	05 / 20,8%	01 / 4,2%	01 / 4,2%	24
Tipo β	08 / 88,9%	01 / 11,1%	00 / 0%	00 / 0%	09
Tipo V	27 / 43,0%	29 / 46%	04 / 6,3%	03 / 4,7%	63
Tipo 6	65 / 33,9%	98 / 51,8%	16 / 8,5%	11 / 5,8%	190
Ambíguo	14 / 62,5%	06 / 25%	03 / 12,5%	00 / 0%	23
Contexto de base não verbal	136 / 12,9%	68 / 6,5%	06 / 0,6%	08 / 0,8%	1.049
Tipo 7	136 / 62,4%	68 / 31,2%	06 / 2,7%	08 / 3,7%	218
Contexto ambíguo	01 / 0,1%	01 / 0,1%	01 / 0,1%	00 / 0%	1.049
Total	605 / 57,7%	273 / 26%	135 / 12,9%	36 / 3,4%	1.049

Fonte: Elaboração da autora, 2020.

Em termos gerais, chama a atenção a alta concentração da forma *-stes* (57,7%) na amostra seguida de *-rtes* (26%) em contraponto com *-ste* (12,9%), que é a DNP *standard* de P2 (tu) em PP. As duas primeiras formas de realização do item mantêm-se como as mais produtivas no contexto de base verbal não canônica e no contexto de base não verbal. Já no contexto de base verbal canônica, as formas predominantes são *-stes* e *-ste*, ficando *-rtes* em terceira posição. Note-se que mesmo que o contexto seja tido como canônico, não é a forma *standard* de DNP *-ste* que é a mais recorrente nesse ambiente, o que nos leva a considerar que no interior do domínio A (Figura 4), tido como o domínio fonte, ainda temos graus de afastamento do que seria, de fato, o ponto de partida da expansão contextual: a forma *-ste*.

¹⁵ Na Tabela 2, o percentual associado às bases contextuais (nímeros em negrito) foi calculado em relação ao total de 1.049 dados. O percentual associado ao tipos de uso foi calculado em relação ao total de cada tipo.

Em relação aos tipos de uso, *-stes* mantém-se como a forma preferencial de realização em praticamente todos os tipos, à exceção dos Tipos V e 6, que têm *-rtes* como a forma mais frequente. Já *-ste* oscila entre a segunda e a terceira posição entre os tipos, aproximando-se mais de *-stes* nos Tipos 0, 1 e 4, e empatando na segunda posição com *-rtes* no Tipo 3.

Para finalizar, de modo geral, os resultados apontam que *-stes* é a forma mais frequente não só em relação ao total de ocorrências da amostra, mas também nos três contextos linguísticos, além de ser mais produtiva em quase todos os tipos de uso, conforme mostram os resultados da Tabela 2. Embora o processo de expansão contextual que traz usos inovadores de {-ste} seja ainda emergente na comunidade de práticas examinada, é possível, a partir dos resultados obtidos, aventar que a forma *-stes* esteja se especializando por generalização (HOPPER, 1991), estabelecendo-se como a representante majoritária em cada um dos contextos linguísticos em que o item se manifesta. Por sua vez, no que se refere aos tipos de uso, a forma *-rtes* vem despontando como a mais representativa do Tipo 6, o que sugere uma possível especialização por especificação, nos termos de Tavares (2003), que levaria a forma a se concentrar em contextos semântico-pragmáticos e/ou morfossintáticos específicos.

5 Considerações finais

Neste artigo analisamos motivações correlacionadas à emergência e expansão de novos usos para o item {-ste} na página *Tal Qual Dublagens*. A partir das evidências apresentadas, acreditamos ser possível afirmar que essa inovação linguística pode ser considerada como um processo de mudança gradual, que envolve processos de expansão e de fortalecimento pragmático, assumido aqui como GR.

Em termos de expansão categorial, nossa hipótese interpretativa, que precisa continuar a ser investigada, é de que a expansão contextual tem provocado um deslizamento na relação forma-função, de modo que {-ste} deixa gradativamente de funcionar como sufixo flexional número-pessoal, passando a funcionar como espécie de sufixo derivacional.

Retomando os resultados, é possível dizer que a expansão envolvida no uso de {-ste} é desencadeada por quebras sucessivas de restrições dos componentes que constituem a configuração gramatical canônica de ocorrência do item. Esse rompimento é pro-

vocado pelos falantes que interagem na página *Tal Qual Dublagens*, ambiente virtual em que a comunicação é requerida a todo momento e que acaba submetendo os sujeitos a pressões de informatividade, o que leva a usos inovadores, incluindo usos ambíguos, que necessitam de reforço pragmático, rompendo barreiras contextuais e instaurando novos significados.

Além disso, embora não tenhamos explorado nesta pesquisa, acreditamos que presões de outra natureza podem também ser responsáveis pela emergência desses novos usos de {-ste}. Se considerarmos que esses usos emergem em uma comunidade de práticas e, segundo Kiesling (2013), a noção de CP oferece uma nova lente para se entender o modo como os indivíduos constroem e mantêm suas identidades e relacionam modos de fala com modos de participação no mundo social, o processo de expansão aqui analisado pode estar associado a outros fatores extralingüísticos, mais especificamente de natureza estilístico-identitária. Além disso, tendo em vista as características da página, a natureza dos conteúdos produzidos e o papel social assumido por Gustavo Libório (“titia Tal Qual”), como comediante, o uso de {-ste} parece estar fortemente associado ainda a uma função humorística, a qual também pode estar correlacionada à emergência dos usos inovadores do item. Entendemos que tal função pode estar relacionada à persistência de alguns dos traços gramaticais que configuram o uso canônico de {-ste}, sobretudo o traço de segunda pessoa do singular, mesmo em contextos de uso não canônico, justamente porque esse recurso humorístico, a nosso ver, configura-se como mais uma marca de identificação desse grupo social (CP Tal Qual Dublagens).

A pesquisa de Amaral (2020) se ocupa em discutir essas questões de forma mais aprofundada, trazendo evidências de que a emergência e a expansão de novos usos, sobretudo em se tratando de {-ste}, podem estar correlacionadas, além de motivações semântico-pragmáticas, a motivações socialmente simbólicas, contribuindo para a crescente discussão sobre a relação entre gramaticalização e identidade.

O último comentário que fazemos é que é importante deixar claro que embora tenhamos interpretado o objeto deste estudo como um caso de GR, assumimos que se trata de uma hipótese sincrônica e não uma situação de mudança implementada. A mudança de fato poderia ser observada a partir da verificação de um *corpus* mais amplo, com mais CPs através de uma investigação longitudinal mais longa, sugestão que apontamos como futuros encaminhamentos.

Referências

- AMARAL, K. O. do. *Enfraquecimento das fricativas na fala manaura retratado na página Tal Qual Dublagens*. 2016. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Letras). Universidade do Estado do Amazonas, 2016.
- AMARAL, K. O. do. *Emergência de usos, variação e identidade: o caso de {-ste}* na página Tal Qual Dublagens. 2020. 257 f. Dissertação [Mestrado em Linguística] – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- BERÇOT-RODRIGUES, S. F. *A realização da fricativa glotal na fala manauara*. 2014. 98 f. Dissertação [Mestrado em Letras] – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R.D. (Eds.) *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, v. 82, n. 4, p.711-733, 2006.
- BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- ECKERT, P. Communities of Practice. In: BROWN, K; ANDERSON, A. H. (eds.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*, Vol. 2, Oxford, Elsevier: 2006, p. 683-685.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conception framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HEINE, B.; KUTEVA, T. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HINE, C. *Virtual Ethnography*. London: SAGE Publications, 2000.
- HOPPER, P; TRAUGOTT, E.. *Grammaticalization*. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. E-BOOK.
- HOPPER, P. Emergent grammar. In: *Berkeley Linguistics Society*, n. 13, p. 139-157, 1987.
- HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991. v. 1 e 2., p.7-35.
- KIESLING, S. F. Constructing Identity. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P; SCHILLING, N. (eds.) *The Handbook of Language Variation and Change*. 2 ed. Oxford, U.K.: Blackwell, 2013, p. 448-467.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: A Practical Introduction.* (2nd Ed.) New York: Oxford University Press, 2010.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e stile*, n. 20, p. 303-318, 1985. Disponível em: http://www.christianlehmann.eu/publ/syn_dia.pdf.

LOPES, R. S. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. (orgs). *Estudo de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações.* São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AI, DAÍ e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional de sequenciação retroativa-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista.* 2003. 286 f. Tese [Doutorado em Linguística] – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

TRAUGOTT, E. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. Paper presented at *ICHL XII*, Manchester: Stanford University, p. 1-29, 1995.

TRAUGOTT, E. Pragmatic strengthening and grammaticalization. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 406-416, 1988.

TRAUGOTT, E. From etymology to historical pragmatics. In: MINKOVA, D.; STOCKWELL, R. (eds.). *Studying the History of the English Language: Millennial perspectives.* Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. p. 19-49.

TRAUGOTT, E. "All that he endeavoured to prove was...": On the emergence of grammatical constructions in dialogic contexts. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (orgs.). *Language in Flux: Dialogue Coordination, Language Variation, Change and Evolution.* Londres: Kings College Publications, p. 143-177, 2008.

TRAUGOTT, E. Grammaticalization. In: LURAGHI, S.; BUBENIK, V. (orgs.). *Continuum companion to historical linguistics.* London/New York: Continuum International Publishing Group, 2010. p. 269-283.

TRAUGOTT, E; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues.* Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 1 e 2, 1991. p. 189-218.

RUIZ DE MENDOZA, F. J. On the nature and scope of metonymy in linguistic description and explanation: towards settling some controversies. In: LITTLEMORE, J., TAYLOR, J. (eds.), *Bloomsbury companion to Cognitive Linguistics (Forthcoming).* London: Bloomsbury, 2014.

VALLE, C. R. M. *Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição.* 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VASCONCELOS, S. T. *A interferência dialetal na representação gráfica de fricativas na escrita de manauaras*. 2017. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Letras). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.



Data de submissão: 12/12/2019

Data de aceite: 24/04/2020

MARCADORES DISCURSIVOS E MULTIFUNCIONALIDADE: ATUAÇÕES TEXTUAIS DE ITENS VOLTADOS PARA A INTERAÇÃO

DISCOURSE MARKERS AND MULTIFUNCTIONALITY: TEXTUAL FUNCTIONS OF INTERACTIVE ITEMS

Carla Regina Martins Valle | [Lattes](#) | carlavalle10@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo do presente artigo é explorar as atuações de um grupo específico de marcadores discursivos interacionais, o grupo dos requisitos de apoio discursivo (RADs). Com base em uma perspectiva funcionalista de vertente norte-americana, descrevemos a multifuncionalidade de alguns desses RADs, itens basicamente interacionais, dando ênfase às suas atuações no plano textual, o que tem sido pouco explorado em trabalhos acadêmicos. Para isso, recuperamos os dados de Valle (2014), que examinou amostra de fala composta por 30 entrevistas com falantes da comunidade da Barra da Lagoa – Florianópolis/SC (Amostra Brescancini-Valle), encontrando um total de 1.610 ocorrências. Como resultado, observou-se que os RADs, para além de atuarem no plano interacional, no plano cognitivo, no plano das atitudes do falante e no plano social/identitário, cumprem também funções no plano textual. Tais itens, para além de sua função básica interacional, têm o papel de colocar foco e determinadas porções textuais, contribuindo sobremaneira para a organização do fluxo da fala.

Palavras-chave: Marcadores discursivos; Multifuncionalidade; Funcionalismo; Gramática baseada no uso.

Abstract: This paper aims to explore the functions of a specific group of interactive discourse markers, based on a North American functionalist perspective. For this purpose, we describe the multifunctionality of these discourse markers, focusing on their textual functions, which have been less explored in academic works. We took the data (1.610 occurrences) from Valle (2014), who examined a speech sample composed of 30 interviews with speakers from the Barra da Lagoa community - Florianópolis / SC (Brescancini-Valle Sample). It was observed that those discourse markers, besides acting on the interactive level, on the cognitive level, on the speaker's attitudes level and on the social/identity level, also have functions on the textual level. These items, in addition to their basic interactive function, have the role of placing focus in some textual sections, contributing to the speech flow organization.

Keywords: Discourse markers; Multifunctionality; Functionalism; Usage-based grammar.

1. Introdução

A natureza essencialmente dialógica da fala, que prevê a parceria com o interlocutor, faz com que pressões de ordem pragmática tenham força e até mesmo se sobreponham às normas previstas na sintaxe. Outros modos para organizar tópicos, frisar informações, conectar partes do texto oral são requisitados e, dentre os diversos elementos que auxiliam nessa tarefa, estão os *marcadores discursivos* (doravante MDs).¹ Um dos subgrupos dos MDs reúne itens com atuações interacionais, os quais têm sido denominados de *requisitos de apoio discursivo* (doravante RADs) (MACEDO; SILVA, 1996), tais como *sabe(s)?*, *entende(s)?*, *entendeu?*, *(en)tendesse?*, *tá(s) entendendo?*, de interesse no presente artigo.

Schiffrin (2001) sugere que, embora tenham funções primárias derivadas de seus valores semânticos originais, os MDs são essencialmente multifuncionais e atuam em diferentes planos do discurso, ajudando a integrar os muitos processos simultâneos envolvidos na construção discursiva e colaborando para estabelecer a coerência. A autora salienta que:

[...] embora marcadores tenham funções principais [...], seu uso é multifuncional. É esta multifuncionalidade em planos diferentes do discurso que ajuda a integrar os vários processos simultâneos subjacentes à construção do discurso e assim ajuda a criar a coerência² (SCHIFFRIN, 2001, p. 58, tradução nossa).

Schiffrin (1987) já caracterizava os MDs como déiticos com funções indexicais, ou seja, o que os MDs fazem é apontar (ou refletir) as características do contexto discursivo em seus diversos planos: no plano da estrutura ideacional (relacionando ideias e proposições); no plano da estrutura de ação (a maneira pela qual os atos de fala se relacionam com porções discursivas); no plano da estrutura de troca (envolvendo os mecanismos de troca de turno); no plano do estado de informação (a gestão e organização do conhecimento e do metaconhecimento); e no plano da participação (envolvendo as relações en-

¹ Macedo e Silva (1996, p.11) propõem uma divisão funcional dos MDs em nove subgrupos: 1) Iniciadores – iniciam turnos (*ah, bom, bem, olha*); 2) requisitos de apoio discursivo – uso interativo para testar a atenção do interlocutor (*né? tá? sabe? entendeu? viu? não é mesmo?*); 3) redutores – modalizam a postura do locutor (*eu acho, pô, sei lá*); 4) esclarecedores – retomam com maior clareza partes do discurso (*quer dizer, deixa eu ver*); 5) preenchedores de pausa – preenchem o silêncio, enquanto o falante processa o que será dito (*assim, haa, bem*); 6) sequenciadores – marcam sequência no discurso (*aí, então, depois*); 7) resumidores – encerram uma lista de itens e resumem (*e essas coisas, e tal, coisa e tal, e tudo*); 8) argumentadores – iniciam argumentação contrária ao discurso precedente (*agora, é mas, não mas, sim mas*); e 9) finalizadores – dão fecho ao turno do falante (*então tá, é isso aí, tudo bem*).

² “[...] although markers have primary functions [...] , their use is multifunctional. It is this multifunctionality on different planes of discourse that helps to integrate the many different simultaneous processes underlying the construction of discourse, and thus helps to create coherence.”

tre falante e ouvinte). Em suas considerações mais recentes, Schiffrin (2001) assume que os MDs podem funcionar simultaneamente em três domínios ou planos distintos – no cognitivo, no textual e no social/expressivo –, em que são requeridas diferentes habilidades comunicativas, como detalhado abaixo:

Domínio cognitivo: habilidade para representar conceitos e ideias através da língua.

Domínio textual: habilidade para organizar formas e transmitir significados dentro de unidades linguísticas maiores do que uma sentença.

Domínio social e expressivo: capacidade de usar a linguagem para exibir as identidades pessoais e sociais, para transmitir atitudes e executar ações e negociar relações entre si e os outros (adaptado de SCHIFFRIN, 2001, p. 54).

Conforme salienta Valle (2014), a atuação em um dos planos não exclui os demais, e cabe destacar que o plano interpessoal/interacional é a própria essência dos RADs. Contudo, em alguns casos, um dos planos pode ganhar mais evidência. Sendo assim, o objetivo deste artigo é explorar as atuações dos RADs no plano textual, em que atuam colocando foco em certas porções textuais e auxiliam na organização do discurso oral. Cabe salientar que esta é apenas uma das facetas de atuação desses itens que decidimos explorar neste artigo, por não contarmos com muita literatura na área que tenha abordado os RADs deste ponto de vista³.

Com tal objetivo, recuperamos os dados de Valle (2014), dando destaque para o papel dos RADs como focalizadores discursivos. Foi examinada amostra de fala composta por 30 entrevistas com falantes nativos da comunidade da Barra da Lagoa – Florianópolis/SC (Amostra Brescancini-Valle), encontrando-se um total de 1.610 ocorrências. Na seção seguinte, são apresentadas as bases teóricas do presente trabalho, além da problematização das funções dos RADs em diferentes planos. Logo após, o olhar recai sobre o plano textual e são caracterizadas as diversas atuações dos RADs como focalizadores. Em seguida, na seção 4, temos breve discussão e considerações finais. Por fim, na seção 5, constam nossas referências.

2. Marcadores discursivos: a multifuncionalidade em questão

O presente trabalho filia-se à abordagem funcionalista de vertente norte-americana – representada principalmente por pesquisadores da Costa Oeste Americana (Givón,

³ Valle (2014) aborda a multifuncionalidade dos RADs ressaltando sua essência interacional e pragmática, mas o que fazemos aqui é apenas um recorte do trabalho que visa colocar luz nas atuações que envolvem a organização do discurso oral.

Hopper, Bybee, Traugott, entre outros) e por seus interlocutores da Alemanha (Heine, Claudi, Hünnemeyer e Kuteva, entre outros). Segundo essa perspectiva, certas estratégias discursivas rotinizadas, devido ao uso que os falantes fazem delas em situação de comunicação, vão moldando e remoldando a gramática (BYBEE, 2010).

Para Givón, o que a gramática faz é convencionalizar certas estruturas que são mais frequentes e, portanto, mais adaptativamente relevantes, o que liberta parcialmente a comunicação humana da total dependência do contexto⁴. No entanto, constantemente, por pressões adaptativas, surgem novos contextos que são continuamente reinterpretados, o que faz com que o significado e a comunicação humana sejam permanentemente, em certa medida, dependentes do contexto, ganhando força a relação entre discurso e gramática. Givón, em seus escritos, não fornece uma definição clara de discurso, mas é possível depreender que ora se refere ao discurso multiproposicional, ou seja, ao texto; ora discurso remete a aspectos pragmáticos/relacionados à situação comunicativa (GIVÓN, 2002; 2011).

Os MDs são definidos por Traugott (1995) e Traugott e Dasher (2003), com base nos estudos de Schiffrin (1987) e Fraser (1996, 1999), como elementos cuja função principal é marcar as relações entre unidades do texto e que, embora essencialmente pragmáticos em função, têm papel sintático, fazendo parte da gramática da língua. Traugott (1995), que analisou os itens *indeed*, *in fact* e *besides*, de origem adverbial e atuações sequenciais, compartilha com Fraser a ideia de que os MDs são parte da gramática da língua. Nessa perspectiva, os MDs servem para que o falante dê sua avaliação não sobre o conteúdo do que é dito, mas sobre o modo como o que é dito é organizado. Em outras palavras, os MDs desempenham um papel metatextual.

Apesar de concordarmos com a atuação metatextual atribuída aos MDs, vemos problemas para o tratamento dos itens em análise nos moldes de Fraser, que presume uma estrita separação entre semântica (significado proposicional) e pragmática (significado pragmático) (FRASER, 1996; 1999). Uma crítica a essa visão disjuntiva, segundo Schiffrin (2001), é que ela minimiza várias funções importantes dos MDs, incluindo aquelas relacionadas à interação social.

Além disso, as visões de Schiffrin e de Fraser diferem bastante em relação a três questões importantes: a) com relação à fonte dos MDs – enquanto Fraser postula que a

⁴ Contexto, nesse caso, pode ser entendido tanto como o contexto linguístico, em maior ou menor escopo, quanto como o contexto extralingüístico, situacional. Aliás, parece ser uma constante em Givón que o termo contexto receba maior ou menor dimensão a depender do caso. Em 2005, por exemplo, em *Context as Other Minds*, o foco está no contexto, que é entendido de modo bastante amplo como construto cognitivo-pragmático que integra o tripé vida (as relações sociais), mente (cognição) e linguagem (comunicação).

contribuição do significado fonte e da classe gramatical de origem para o uso dos itens como MDs é mínima, as análises e considerações de Schiffrin sobre a multifuncionalidade dos itens sugerem que o significado fonte pode persistir e que as classes de origem muitas vezes são vistas como ponto de partida para uma expansão metafórica, de funções locais para funções globais (por exemplo, conjunções responsáveis pela junção de sintagmas ou orações, como *and*, podem passar a conectar porções textuais maiores e contribuir para a coerência discursiva); b) com relação aos MDs e o contexto discursivo – diferentes concepções de discurso produzem diferentes funções discursivas, por isso, enquanto Fraser limita o foco dos marcadores a relações entre proposições, Schiffrin inclui vários aspectos da situação comunicativa em seu modelo de discurso, tratando a indexação de relações proposicionais como apenas uma das inúmeras funções discursivas dos MDs; e c) com relação à integração da análise dos MDs no estudo da linguagem – enquanto a abordagem de Fraser relega a análise de muitos itens discursivos à pragmática, Schiffrin evidencia a interdependência entre semântica e pragmática, considerando os MDs como responsáveis pela coconstrução discursiva e simultaneamente atuantes em vários planos: cognitivo, expressivo, social e textual (SCHIFFRIN, 2001).

Essas diferenças entre as abordagens têm gerado controvérsias sobre o *status* de *y'know*, cognato de *sabe?*, que tem várias semelhanças funcionais com os itens que analisamos. Enquanto o item é incluído por Schiffrin no grupo dos MDs, ganhando lugar de destaque em sua obra clássica de 1987, Fraser (1996) o exclui do grupo dos MDs, afirmando que *y'know* não sinaliza uma relação textual, mas apenas a atitude solidária do falante para com seu ouvinte.

O tratamento que Schiffrin (1987) dá a *y'know* revela um modo de entender discurso e significado compatível com nossas crenças e abordagens: i) entendendo que a linguagem reflete contextos discursivos ricos e multifacetados, o que impulsiona os pesquisadores a procurar nos dados todas as nuances (multi)funcionais dos MDs; e ii) supondo que o significado dos MDs é coconstruído pela interação falante-ouvinte, emergindo de relações sequenciais construídas em conjunto e de contingências próprias da conversação.

Mais especificamente sobre os RADs, Valle (2014) observa que, em alguns casos, apesar de *sabe?*, *entende?* (e demais formas correlatas) estarem em posição compatível ao seu papel como RADs, parecem estar em um ponto limítrofe entre verbo e marcador. Nesses casos, o **plano cognitivo**, em que interessam os *conceitos ou ideias expressas através da língua*, estaria em evidência – além, é claro, do plano interacional –, já que os itens são usados em contextos dialogais e com forte entonação de pergunta que costuma incitar a resposta do interlocutor, tal como vemos no trecho abaixo:

- (1) F: O meu pai, antes dele morrer:: ele mandou, quer dizer, eu já tava casada quando ele morreu, né?... aí ele mandou cada filho escolher um pedaço... são dez filhos... aieli chamou eu- eu- ((fala rindo)) o pior pedaço é o meu.
E: Por que que é o pior Fulana?
F: ((fala rindo)) Por que o meu terreno não é certo... ((ri bastante)) ele é de bico (est)... **tendesse?**
E: Entendi, [(inint)] (BARRA20FA8)

Há ainda atuações mais voltadas para o plano social/expressivo, mais precisamente para o **plano das atitudes do falante**. Essa atuação fica mais evidente quando associado ao uso dos RADs está o marcador discursivo *assim*. Em contextos comprometedores, *assim+RAD*, principalmente *assim+sabe?*, parece ter importante papel para a preservação da face, atenuando o enunciado, tal como no seguinte trecho:

- (2) ... e:: nossa é super egoísmo **assim sabe?** da parte, principalmente de quem tá nesse mundo, não sei se- eu acho que já ficou bem claro assim, né? é hom- homossexualismo **assim sabe?** eu comecei nisso (est)... mas é um:: um mundo assim que eu vou te falar:: puff, é:: é aquela coisa muito vazia... muito vazia mesmo, de balada, de- de por exemplo assim ó, eu saí de eu relacionamento agora de um ano e meio... **sabe?**... com um outro menino... e:: quebrei a cara totalmente **assim sabe?**... (BARRA16MJ11)

No **plano social/identitário**, alguns RADs, tal como *entendesse?*, podem atuar como marcas de identidade de uma cultura local. Não é possível avaliar em que medida o falante faz uso consciente do RAD nesse plano, mas, no trecho abaixo, é sintomático o fato de que *entendesse?*, usado essa única vez pela entrevistada que prefere *sabe?*, apareça pela primeira vez aos 46 minutos de entrevista quando entra em jogo uma das temáticas mais polêmicas relacionada à identidade local e à vinda de novos moradores para o pequeno bairro da Barra da Lagoa, em Florianópolis/SC:

- (3) Mas assim esse povo que vem, que vem e que finca a:: a sua raiz aqui... eu acho que é um povo:::: mais difícil de se trabalhar porque ele acaba descaracterizando o teu ambiente (est)... **sabe?** é u (hes)...tipo a Barra como tem gaúcho, é tonelada de- nunca vi tanto (est)... e tu percebe isso quando tu pega ônibus Carla... sendo da/ daqui... tu percebe.. é só tu... ou tu ou mais um... **tendesse?** é difícil tu encontrar daqui... os demais são pessoas de fora que vem, que vão parando nessas paradas, que vão entrando nessas ruas (est)... povo que mora aí (BARRA09FJS-45:58; 46:13)

Acrescente-se a isso o fato de que, sendo a entrevistadora da comunidade e amiga da entrevistada, parece ser instaurado um momento de cumplicidade entre as duas. A entrevistada chama a entrevistadora pelo nome, declara o pertencimento dela à comunidade nativa e evidencia o contraste entre nativos e moradores “de fora”.

Para além de todas as atuações já mencionadas, há consenso entre vários pesquisadores sobre a característica principal e básica dos RADs como **itens interacionais** com atuação pragmática de contato com o interlocutor e muitos deles concordam que se trata de elementos multifuncionais que atuam principalmente em dois planos: no **plano textual** e no **plano interacional** (VALLE, 2001; GALUÉ, 2002; MÜLLER, 2005; ANDERSEN, 2007, entre outros).

3. Os requisitos de apoio discursivo como elementos focalizadores

Saber e entender, ao perderem características de verbos e atuarem como MDs, assumem progressivamente a **macrofunção de viabilizar o processamento da fala e a recepção do ouvinte**, que se manifesta a partir de um conjunto de funções ligadas à organização discursiva (MARTELOTTA; LEITÃO, 1998). Nesse sentido, o que os RADs fazem na prática é **colocar foco** e, ao frisar determinadas partes do texto, podem tanto cumprir objetivos pragmáticos relacionados ao interlocutor, quanto objetivos relacionados à organização textual/discursiva (VALLE, 2001). Tomando os RADs como elementos focalizadores, Valle (2014) propõe um quadro funcional, buscando integrar os planos interacional e textual.

Toma-se a noção de “foco” associada à noção de “relevo”, que pode ser entendida como o grau de saliência dado a certas porções textuais/discursivas, tanto para destacá-las em relação a outras partes do texto (relevo positivo), quanto para rebaixá-las (relevo negativo). A marcação de relevo integra um componente textual, pois é um recurso de organização tópica do texto, e também um componente interacional, já que o modo como é feita a marcação de relevo explicita o direcionamento que o produtor do texto deseja dar à interação (TRAVAGLIA, 2006).

Dentre os recursos usados para a marcação de relevo – recursos fônicos (entonação, altura de voz, silabação, velocidade de fala ou ritmo, entre outros), recursos léxicos, recursos morfológicos/categoriais (aspecto, tempo), recursos sintáticos, estratégias de construção textual (parênteses, repetição, tematização) –, Travaglia (2006) elenca também os MDs, dando destaque para os prefaciadores textuais interativos (como *olha* e *veja*), marcadores de natureza bastante próxima aos RADs, que atuariam chamando a atenção do interlocutor para elementos e ideias dentro do texto.

No caso dos RADs, o relevo normalmente em jogo é o positivo, ou seja, esses itens são usados para destacar certas porções discursivas, atuando tanto no plano interacional/interpessoal (checando a compreensão do ouvinte ou apenas mantendo o canal comunicativo), quanto no plano textual (organizando quadros discursivos, já que, ao focalizar partes textuais, também sinalizam as relações estabelecidas no contexto linguístico).

Adotando a proposta de Ehlich (1981), Travaglia toma a noção de *deixis textual* de modo alargado, considerando que:

[...] as expressões dêiticas permitem ao falante obter uma organização da atenção comum dos interlocutores com referência ao conteúdo da mensagem. Para consegui-lo o produtor do texto tem necessidade de *focalizar a atenção do parceiro* sobre objetos, entidades e dimensões de que se serve em sua atividade linguística. (EHLICH, 1981 apud TRAVAGLIA, 2006, p. 204, grifo nosso).

Para o autor, o uso de marcadores prefaciadores seria um caso de relevo por dêixis textual, em que o falante colocaria foco em certas partes do texto como se estivesse sinalizando ao seu interlocutor: *Olha/Veja, preste atenção no que vou dizer agora.* Nesse sentido, poderíamos dizer que o uso dos RADs também seria um caso de relevo por dêixis textual, mas, nesse caso, o falante chama a atenção do interlocutor para algo que já foi dito, e o ingrediente interessante é que, ao focalizar (normalmente) o já dito, contribui como sinalizador de relações que se estabelecem entre aquilo que o antecede (e que geralmente é focalizado por ele) e aquilo que se pospõe ao item.

Valle (2014) procurou descrever a atuação dos RADs como elementos focalizados, tomando como base a classificação feita em Valle (2001), mas logo percebeu a necessidade de remodelar o quadro funcional desses itens. A leitura dos dados transcritos⁵ das entrevistas nos dá uma ideia geral do tipo de atuação, mas a audição das gravações apresenta outra dimensão do uso desses itens: elevações no tom de voz, aceleração no ritmo de fala, pausas, curvas entonacionais, rupturas, entre outras características da fala, forneceram pistas mais seguras sobre o funcionamento dos RADs.

Passamos, então, a descrever os vários tipos de focalização, procurando detalhar o controle feito com o auxílio de trechos pinçados das entrevistas. Cabe ressaltar que não estamos afirmando que apenas os RADs são responsáveis por dar relevo e organizar o discurso oral, mas, certamente, em conjunto com outros elementos, contribuem para tal feito.

⁵ Esse foi o procedimento adotado em Valle (2001).

3.1. Foco em situação (no passado, no presente e no futuro) e em discurso direto reportado

Os RADs podem dar relevo a uma situação no presente ou a toda uma sequência de informações no presente sem ruptura temporal, incidindo sobre orações ou sobre trechos mais longos em que há a descrição, explicação, relato ou exposição de fatos, estados ou ações. Trata-se de uma atuação bastante recorrente, tendo sido contabilizados 252 casos, conforme ilustramos abaixo:

- (4) F: Eu tomo quatro qualidade de remédio todo dia, eu tomo doze comprimido por dia.

E: Meu Deus!... É, mas também é um problema controlado, né? porque, quer dizer, se tem um remédio pra-

F: Pra controlar é, é assim ó... *eu não posso, assim ó se eu varrer a casa eu canso, se eu falar muito eu canso...* (est) *se eu pegar um peso eu canso (est)... entendesse?*... então também tem gente nova aqui. (BARRA34FB0:Faixa3-00:24)⁶

- (5) E: Por que que tá sumindo o peixe?

F: *Não, o peixe não tá sumindo, sabes?* é época, né? que (hes) agora foi uma época de tainha deu bastante tainha, então agora tá parando, agora vai terminar a tainha, já vem outra pescaria (est) vem a brota, vem a corvina. (BARRA34FB0:Faixa7-01:04)

Nesse caso, o RAD tanto pode ter uma atuação mais neutra – checando a compreensão, o conhecimento compartilhado com o interlocutor e/ou o canal comunicativo para poder dar sequência a informações corriqueiras –, como pode dar ênfase a alguma situação que mereça destaque. Em (4), em atenção ao questionamento da entrevistadora, há apenas a descrição de uma sequência de limitações da entrevistada decorrentes de seu problema de saúde, que é finalizada por *entendesse?*. Já em (5), diante da suposição equivocada de que *o peixe estaria sumindo*, a falante faz uso de *sabes?*, dando ênfase a uma informação que nega esse suposto fato.

A porção textual focalizada também pode ser uma situação no presente ou uma sequência de informações no presente, mas que está inserida em uma sequência de informações ocorridas no passado (nove casos do total de ocorrências), como ilustra o trecho abaixo:

⁶ Nos exemplos, marcamos em itálico os trechos focalizados pelos RADs.

(6) (Falando sobre a quantidade de comprimidos na sua caixa de remédios)

F: Aí eu cheguei ali agora fui comprar uma caixinha de remédio a:: a dona da farmácia ali (est)... eu disse:.... “Eu quero uma caixinha de remédio”, diz ela “Cem?”... “Não senhora... Cem como? Sem nada dentro?”... (risos da entrevistadora) ela assim “Ah”, ela agora botou pra rir diz ela “Não, com remédio”, digo “Bom, então tá... mas você disse sem::”... *porque o meu remédio é de ce- de cem, né?* (est) *unidades- unidade...* (est) **sabe?**... então eu disse “Aquela caixinha de remédio”, diz ela “De cem”, eu digo “Não, sem nada eu não quero, dona.” (BARRA45MB4:Faixa2-07:34)

Nota-se que em (6), ao contar sobre um episódio em que fez uma piada com a atendente da farmácia, o entrevistado parece se sentir inseguro quanto à compreensão da entrevistadora sobre o jogo de palavras feito por ele (*sem/cem*) e interrompe a narrativa, introduzindo um comentário explicativo que é destacado por *sabe?*. A própria mudança na sequência temporal já estabelece relevo e o RAD parece atuar para destacar ainda mais o comentário de fundo introduzido.

Esse tipo de uso já foi identificado nos trabalhos de Martelotta e Leitão (1998) e Martelotta (2004) para *sabe?* e *entendeu?* e nos trabalhos de Östman (1981) e Erman (1987)⁷ para *you know*. É interessante notar que, nesse tipo de ocorrência, *porque é comumente usado como elemento que quebra a narrativa para introduzir a sequência focalizada pelo RAD*.

Do mesmo modo que podem colocar foco em situações no presente, os RADs também podem focalizar uma situação ou sequências de situações no passado sem ruptura temporal, incidindo sobre orações ou sobre trechos mais longos de narrativas factuais ou habituais em que há uma sequência de ações, explicações ou descrições no passado. Foram encontradas 242 ocorrências com foco em situação passada, o que representa uma grande fatia das atuações dos RADs como elemento focalizadores.

É importante notar que seria importante diferenciar os casos em que o foco incide sobre porções discursivas maiores ou menores (não somente para o caso de *foco em situação passada*, mas também para o caso de *foco em situação presente*), mas nem sempre é simples delimitar o escopo de atuação focal dos RADs, principalmente quando não há ruptura temporal. Muitas vezes, rupturas tópicas, pausas, elevações na voz e o contorno entonacional dão conta de indicar o trecho focalizado. Outras vezes, é possível dizer apenas que o foco está em situação passada, mas sem a possibilidade de identificar claramente os limites da porção que recebe relevo. Os trechos abaixo ilustram tal situação:

⁷ Os trabalhos de Östman (1981) e Erman (1987) foram acessados através das leituras sobre o texto de Müller (2005).

- (7) Essa farinha entrava naquele paoi... [...] então ela era empaiolada que era pra comer o ano inteiro (est) que só ia fazer a farinha o outro ano que vem (est)... sabe comé? aí nós pegava a fazer em maio, a farinha... em maio, em maio nós pegava a fazer a farinha, fazia maio, junho, julho... até perto de agosto, mês de agosto e setembro já era- era o mês da plantação (est)...**tá entendendo?** então nós fazia na- então essa farinha toda e guardava, é o que eu tô te explicando pra ti. (BARRA44MB5-06:42; 06:52)
- (8) E: O que que cê falou pra ele?
F: Ah, eu disse “Pô, Fulano, assim::” *a gente sempre conversava assim, sabe?* eu disse pra ele que eu não aprendia nada com ele, daí ele assim “Ah, porque tu é uma fala-deira que não sei o quê, que todo mundo aprende” (BARRA07FJ11:Faixa1-27:04)

Em (7), como o falante, depois do uso de *sabe comé?*, passa a tratar da distribuição dos meses do ano em função da produção de farinha, acreditamos que **tá entendendo?** esteja incidindo sobre todo o trecho assinalado. Contudo, a presença de pausa depois de *julho* e de elevação de voz em todo o trecho seguinte nos fez questionar até onde o RAD estaria atuando. Essa dificuldade já não foi encontrada na análise do dado em (8), em que uma ruptura na sequência tópica, para a introdução de um comentário de fundo, deixa claro o limite de atuação de *sabe?*.

Também há o caso em que o foco se projeta sobre situação passada, mas inserida em sequência de situações no presente (sete casos do total de ocorrências), como ilustrado abaixo:

- (9) eu não sei nem o nome da santa mas é:: tem o pai, tem a mãe e tem o filho, então é da família.
E: Ah, [sim.]
F: *[Eu ganhei] como a santa da família... entendesse?... então:::: de vez em quando eu acendo uma veli::nh... pra e::la, pra Nossa Senhora Apareci::da, agrade::ço... tás entendendo?... então:: é assim* (BARRA20FA8-34:27)

Em (9), sem saber como denominar uma santa da qual é devota, a entrevistada introduz um comentário no passado, focalizado por *entendesse?*, que a ajuda a definir o nome da imagem que tem em mãos. Esse tipo de uso em que o RAD marca ou introduz comentário de fundo ou digressões já foi descrito em trabalhos anteriores (ÖSTMAN, 1981; ERMAN, 1987; MARTELOTTA; LEITÃO, 1998; MARTELOTTA, 2004).

Foram encontradas 31 ocorrências em que os RADs atuam colocando foco em porções textuais que remetem tanto a eventos projetados como factuais no futuro (como em 10) – em que se tem a perspectiva concreta de realização (ainda que isso possa não ocorrer) – quanto a projeções hipotéticas (como em 11) – em que geralmente se expõem sonhos e desejos em relação ao futuro:

- (10) O inverno já é mais tédio, frio, aí ninguém quer sair:: Hoje à noite eu ainda vou sair, **sabe?**

E: Cê vai aonde?

F: Eu vou num:: churrasco na casa de um amigo meu. (BARRA02FJ8-32:47; 32:54)

- (11) (Sobre religião e política)

O inimigo te bota muita dúvida... né? hoje eu tenho a certeza, falando contigo aqui eu tenho a certeza que Jesus Cristo é comigo... né? que ele tem um propósito na minha vida... ((voz de choro ou bocejo)) e eu espero que nunca eu decepcionar, né?... ((a voz volta ao normal)) *um dia eu posso ser até um vereador um político aí:: ...tendeu?* e tá decepcionando... e eu espero que:: nunca aconteça isso.

E: Não é da sua vontade. (BARRA31MA11:Faixa2-09:59)

Cabe salientar que, nesses casos, o trecho focalizado costuma ser pequeno, recaindo o foco sobre uma ou duas orações. Além disso, notamos que grande parte das ocorrências com esse tipo de funcionamento se encontra em tópicos discursivos relacionados à profissão e a estudos, sendo os mais jovens que costumam usar os RADs dessa forma, impulsionados pelos gatilhos das entrevistadoras, que, para essa faixa etária, sempre fazem perguntas que sugerem projeções futuras.

Em 35 das ocorrências da amostra, os RADs foram usados com foco em discurso direto reportado do próprio falante ou de terceiros, atuação tratada como função de *you know*, por Erman (1987) e Müller (2005), e de *tu sais*, por Andersen (2007). Nesses casos, o uso do RAD tem a dupla tarefa de dar relevo e também diferenciar o fluxo discursivo do falante da fala reportada, cumprindo, portanto, importante papel na organização textual, como ilustrado a seguir:

- (12) Aí eu tô na intendência eu me pergunto “Pô, eu preciso de um computador pra trabalhar, eu preciso das máquinas, pra saber se eu não tô quebrando normas, pra botar os cara a trabalhar”, **entendeu?** não tem, podia ser reivindicado pra intendência, [entendeu?]

E: [Claro.] (BARRA31MA11:Faixa1-09:32)

- (13) F: É tanto que tem:: pessoas que não sabem surfar, vão surfar no cantinho dos molhe, passa um perrenguezinho mas:: consegue:: segurar a onda porque:: (hes) é tranquilo, mas em compensação quando ele vem pra esses duzentos metros pra frente que já tem que ter uma certa noçãozinha ele já passa um perrenguezinho, ele já fica meio:: já fica nervoso:: “Ah, meu Deus o que é que eu faço agora”, **entendeu?**... tu vê e é uma coisa de cem a duzentos metros de dife[rença] (BARRA29MA11-15:41)

Percebemos que, em (12), o falante reporta sua fala através de *eu me pergunto* e fazendo o fechamento com o auxílio de *entendeu?*. Já em (13), o discurso reportado, e finalizado com *entendeu?*, é atribuído a qualquer pessoa que já tenha passado pelas dificuldades descritas. Nessa ocorrência, ao ouvir a gravação, fica nítida a mudança entre o discurso do falante e a fala reportada – quase como se fosse instaurado um momento para encenação –, e normalmente é fácil identificar a passagem entre discursos, pois, ao reportar, principalmente a fala de outros, o falante muda muitas das características de seu modo de falar, buscando intencionalmente a diferenciação⁸.

3.2. Foco em comentário avaliativo

Além de dar relevo a situações no presente, no passado e no futuro, os RADs também costumam lançar foco em comentários avaliativos no presente e no passado, com ou sem ruptura temporal.

Colocando foco em comentário avaliativo no presente, os RADs atuam dando relevo a trechos não muito extensos em que há algum juízo de valor (sobre uma pessoa, um fato, um comportamento etc.) ou em que o falante expõe seus gostos, vontades, posturas – sem, no entanto, se caracterizar como trecho de opinião⁹. Esse tipo de foco é o segundo mais recorrente em nossa amostra, somando 310 ocorrências, e é comum em trechos em que são descritas situações cotidianas, como nos segmentos ilustrados abaixo:

- (14) Tem alguns aqui na Barra ainda que:: que vamos supor, que são:: que resolveram abrir um negócio (est) Como? É:: ser dono de uma:: de uma frota de barcos... como eu já, eu conheço, tem até na minha família são- tem duas pessoas que:: são dono

⁸ As funções descritas neste bloco foram tratadas separadamente por Valle (2014), mas, no decorrer da análise, percebeu-se que não havia diferenças significativas que justificassem a separação. Sendo assim, todos os casos em que os RADs atuavam semelhantemente a um dos trechos acima descritos foram classificados em um só bloco denominado *foco na situação e em discurso direto reportado*, somando 577 ocorrências do total de 1.610 dados.

⁹ Veremos adiante que o foco em opinião é reservado para os momentos em que o falante de fato se posiciona sobre um tema, muitas vezes polêmico.

de- de assim de barcos, aí te- *aí é mais fácil, entendeu?* porque eles controlam tudo, eles:: eles que comandam, vamos dizer, né? (BARRA13MJ11-05:50; 06:11)

(15) F: Sempre fui muito amiga de menino.

E: E os professores, como é que eles são?

F: Ah, são muito bons.

E: É?

F: Pegam bastante no nosso pé:: pra gente fazer as coisas cer::tas, tão sempre passando coisas no::vas, sempre ajudando a gente, sempre tirando dú::vidas, sempre:: sempre ajudando a gente, sabe? Nossa! Muito bom,
muito bom. (BARRA02FJ8-05:00)

Em (14), temos um caso bastante típico em que o falante, durante uma sequência em que descreve a situação econômica de pescadores artesanais, utiliza *entendeu?* para colocar foco sobre pequeno trecho cujo conteúdo avaliativo é bastante nítido por conta da presença da construção adjetiva *mais fácil*. Já em (15), nota-se que o trecho focalizado pode parecer uma descrição, mas serve para reafirmar o juízo de valor que a entrevistada já *havia expressado ao ser questionada pela entrevistadora sobre como são seus professores: ah, são muito bons*. Em muitas outras ocorrências, a avaliação não é dada explicitamente no trecho focalizado, mas pode ser depreendida através da adjetivação de algumas construções ou da ideia geral expressa.

Também há casos em que o foco incide sobre comentário avaliativo no presente, inserido em uma sequência no passado, geralmente interrompendo fluxos narrativos. As porções discursivas sobre as quais recai este tipo de foco costumam não ser muito grandes e são bem delimitadas não só pela presença do RAD, mas também pela ruptura temporal e muitas vezes também por mudança no ritmo de fala e na altura da voz. O uso de itens como *mas*, *que* e principalmente *porque* é comum no início dos trechos focalizados e contribui para a sua delimitação, como evidenciam os trechos abaixo:

(16) (Sobre o começo do namoro com a atual esposa)

Aí:: ela:: tava em:: procurando igreja... né? e eu sabia que ela não tinha esse espírito...
mas a gente quando é da igreja a gente não:: a gente sabe o que é mais forte, entendeu?...
aí:: eu namorei ela, eu também já não queria mais saber de namorada assim, né?
(BARRA31MA11:Faixa2-11:03)

(17) ...eles pegaram, tavam fazendo um churrasco, aí eu tava com o meu vô sentado eles pegaram- pegaram uma sacola, os lixo, de carne esses negócio tudo e jogaram no rio,

né? aí eu fui falar, né? *porque não pode (hes)... se bem que peixe come, mas a sacola não, a sacola vai ficar boiando, vai:: vai poluir o rio, entendeu?*... aí ele achou ruim ainda que eu tava falando... (BARRA12MJ9:Faixa1-13:23)

A focalização de comentários avaliativos com relevância presente, apesar de não ser muito recorrente, tendo sido identificada apenas 20 vezes na amostra, tem um componente especial que a diferencia da anteriormente descrita, pois a ruptura temporal, que introduz um comentário de fundo, dá ainda mais destaque à avaliação do falante que parece buscar a concordância do ouvinte. Como observamos em (16), em meio a uma narrativa sobre como o entrevistado e a esposa se conheceram e começaram a namorar, há a introdução de um comentário avaliativo com relevância presente, focalizado por *entendeu?*, com o propósito de evidenciar ao entrevistador a importância da religião na vida do casal. Aliás, a religião é o tema central de quase todas as situações relatadas na entrevista, como se o falante buscassem convencer o outro de sua fé, catequizá-lo. Também em (17), enquanto narra um episódio em que discutiu com um turista, outro falante introduz comentário avaliativo no presente que serve para expressar seu juízo de valor contrário à atitude do turista e também parece servir como estratégia para que o entrevistador concorde com sua avaliação.

Os RADs atuam em trecho de referência temporal passada, semelhantemente a quando colocam foco em comentário avaliativo no presente, dando relevo a trechos em que *há algum juízo de valor (sobre uma pessoa, um fato, um comportamento etc.) ou em que o falante expõe seus gostos, vontades, posturas*. Em nossa amostra, temos 187 ocorrências em que os RADs apresentam esse tipo de atuação, normalmente em meio a sequências narrativas, ou em descrições no passado, como ilustrado abaixo:

(18) É, a turma sempre foi unida, principalmente no (*hes*) *primeiro, segundo, terceiro ano assim, sabe?...* sempre, sempre, sempre a gente fazia esporte jun::tos era- era uma coisa bem legal assim, bem bacana. (BARRA16MJ11-02:12)

(19) F: *Mas a escola ali na Barra tava horrível assim, tu tinha até nojo de se encostar na parede assim de tão suja, sabe?* os vidro assim ó, as merendeira não limpavam os vidro, né? fulano?

I: Não limpam.

F: Não limpam, é... os vidro assim tu não via nada do outro lado, **sabe?...** nada, a poeira assim era tanta que tu não via, tu vivia espirrando dentro da sala... (BARRA07FJ11:Faixa1-19:24; 19:34)

Tanto em (18) como em (19), *sabe?* é usado em trecho de descrição no passado para focalizar uma avaliação também feita no passado. Destaca-se o segundo RAD em (19), em que a aparente descrição *os vidro assim tu não via nada do outro lado* trata-se de comentário avaliativo que poderia ser facilmente traduzido por *os vidros eram muito sujos*. É importante salientar que, em alguns casos, os falantes produzem longos trechos avaliativos no passado, mas normalmente foi possível identificar os limites de atuação dos RADs através de outras marcas de relevo como elevação do tom de voz e pausas.

Foram identificados apenas 10 casos em que os RADs atuam com foco em comentário avaliativo com relevância passada. Nesse tipo de ocorrência, o foco também incide sobre comentário avaliativo no passado, mas introduzido em meio à sequência de referência temporal presente. Normalmente ocorre quando o falante, enquanto argumenta, descreve ou expõe fatos no presente, faz pequenos comentários ilustrativos no passado (como em 20) ou avalia fatos anteriormente narrados que se vinculam à linha argumentativa que vinha sendo desenvolvida (como em 21):

- (20) ... e na igreja tu acaba descobrindo um monte de coisa assim, né? *por exemplo:: na verdade não era nem da minha vontade porque eu- eu sou meio- meio receio eu fiquei com meio receio assim, sabe?...porque eles falam que quando tu sobe no altar tu não quer cantar pro público que tá ali, tu canta pra Deus, entendeu?...* (BARRA16MJ11-32:25)

- (21) (Sobre o relacionamento tenso com a filha)

F: A gente dá medo (est) quando a pessoa passa uma fase, passa uma fase complicada, dá medo depois de fazer outra fase, (est) né? não [é fácil, é assim]

E: [É verdade...] fica meio traumatizado, né?

F: Não, fica, fica, fica, fica, não é fácil... então:... *aí foi:... não adiantou de nada, nem pra eles, nem pra mim não adiantaram de nada... fazer essas coisas...* (est) **sabe?** sou um homem que trabalhava ta::nto, tomei tanto conta da minha famí::lia... (BARRA45MB4:Faixa2-06:01)

Nesse caso, apesar de terem sido percebidas estas sutis diferenças entre os vários tipos de avaliação, todos os casos foram agrupados, somando 527 ocorrências do total de 1.610 dados.

3.3. Foco na opinião do falante

Os RADs costumam ser muito recorrentes lançando foco na opinião do falante, somando 313 ocorrências na amostra investigada. Nesses casos, o plano interacional

está mais evidente, já que o falante parece engajado em convencer o interlocutor e pedir uma confirmação, não da compreensão, mas da validade de seus argumentos e opiniões. Geralmente há a presença de pistas contextuais que evidenciam que o falante se posiciona (como o uso de *pra mim, eu acho que, na minha opinião*), outras vezes, na falta de pistas evidentes, a temática e a tomada de posição é que deixam clara a natureza do trecho que recebe foco, o qual costuma ser longo e, muitas vezes, se confunde com a própria sequência argumentativa em que ocorre. Sendo assim, não é tarefa simples (e muitas vezes torna-se inviável) saber quais os limites de focalização do RAD, que em muitas ocorrências se apresenta com escopo amplo. Observemos os trechos abaixo:

- (22) F: É porque cada um tem as suas- no caso eu penso de um jeito você pensa de outro, mas são todos seres humanos feitos de carne e osso...**entendeu?** *então eu acho que... a educação em primeiro lugar que ser mal educado, ser grosseiro não adianta (est)... não leva ninguém pra lugar nenhum, entendeu?* só vai chegar:: no mesmo lugar onde saiu. (BARRA04FJ9:Faixa2-13:05; 13:14)
- (23) F: *aí faz:: faz qualquer coisa aqui na Barra, é um que só vai contra outro e eu acho que deveria ter mais união...tendesse?* que a Barra da Lagoa tá precisando de mais união e olhar mesmo as pessoas e também na época de eleição e votar nas pessoas certa, porque:: como tá sendo o governo e a- e a prefeita aí não:: (hes)... tendesse? tão sempre tudo:: tá,eu não acho que eles tão:: pra minha opinião não tá sendo boa coisa não, porque eles tem que olhar mais pros pobres, não pros ricos... simplesmente esse negócio do BESC agora ó...**tendesse?**
E: Que negócio?
F: *Esse negócio do BESC aí que eles agora privatizaram o BESC aí (est) vai ter muito desemprego, então eles tinham que olhar pras pessoa que- que precisa de emprego, porque o desemprego tá grande... Aí dá o quê? Vai dar rou::bo...tendesse?* aí as pessoa falam aí que vem esses desabrigado, de gen- vai dar roubo, vai dar muita morte... (BARRA27MA8:Faixa1-04:02; 04:23; 04:34)

Em (22), ao ser questionada sobre sua opinião em relação ao turismo, a entrevistada defende a posição de que turista bom é turista educado. Vemos que, nesse caso, o escopo dos dois RADs no trecho é bastante amplo: a única marca evidente para delimitar o escopo do segundo é a presença do primeiro. Em (23), há três ocorrências em que o RAD coloca foco sobre a opinião do falante: o primeiro sinaliza trecho em que o entrevistado defende a necessidade de mais união no bairro; o segundo dá relevo à opinião do falante sobre a atitude dos políticos locais; o terceiro coloca foco na tese de que privatizações levam a de-

semprego. Cabe ressaltar que na, segunda ocorrência ilustrada, foi possível delimitar que o escopo do RAD corresponde a todo o trecho em destaque por conta de outras estratégias de relevo, já que, a partir do primeiro *tá*, o falante altera o tom de voz e acelera a fala.

3.4. Foco prospectivo

O uso dos RADs com foco prospectivo ocorre 94 vezes em nossa amostra. Essa é a atuação que mais se distingue das demais e já havia sido identificada em Valle (2001) apenas para *sabe?*. Nesse caso, há um deslocamento na direção do foco dos RADs, que, ao invés de incidir sobre o que está anteposto a eles, se projeta ao que está posposto, em uma espécie de movimento catafórico. Observa-se, geralmente, pausa anterior ao RAD, entonação de pergunta bastante atenuada ou inexistente e a formação de um conjunto entonacional entre RAD e o trecho declarativo focalizado, como ocorre abaixo:

(24) (Sobre a diversão na adolescência)

F: Fazia a festa as- a nossa adolescência foi isso assim (est)... **sabe(?)** *aniversário aqui ali, uma festinha desse tipo...* discoteca olha, eu acho que eu tinha... eu já tinha mais de quinze anos quando eu comecei a ir (BARRA09FJS-12:39; 12:51)

(25) (Sobre os poucos recursos de alguns turistas)

F: É, aí depois de terminar as férias vão embora trabalhar, eles manda ver, é isso aí que eles vivem, né? os argentino vive aí disso aí, né?... **tendesse(?)** *os argentino querem isso aí*, porque vi- eles procuraram, cada ano eles vem mais esperto (BARRA27MA8:Faixa2-24:04)

Nas duas ocorrências, o plano textual parece estar em evidência e os RADs podem ser substituídos por expressões como *pois é* e *ou seja*. O plano interacional continua presente, já que é característica constitutiva dos RADs, mas perde força, o que é evidenciado pela junção entre RAD e trecho posposto que inviabiliza qualquer tipo de resposta do interlocutor.

3.5. Foco Pragmático

Observamos que os RADs também podem atuar com foco pragmático, um tipo de foco mais amplo, que abrange não uma porção textual específica, mas toda uma situação dialogal¹⁰. Esse caso, que ocorre 64 vezes em nossa amostra, já foi ilustrado no início des-

¹⁰ Ressaltamos que os RADs são elementos que sempre mobilizam aspectos pragmáticos, já que, interacionais em essência, sempre envolvem o contato com o interlocutor e com a situação comunicativa, buscando o engajamento do parceiro no diálogo. No entanto, decidimos rotular este tipo de foco como “pragmático” porque, em alguns casos, a busca por tal engajamento é colocada em evidência.

ta seção quando comentamos algumas ocorrências em que o plano cognitivo estava em evidência. De fato, nessa atuação, dois planos ganham força: o cognitivo – na medida em que o significado lexical de verbo ainda parece se manter; e o interacional – ao passo que é um uso comum em contextos dialogais e o RAD costuma apresentar forte entonação de pergunta. É um funcionamento que se dá no jogo dialgal falante-ouvinte, envolvendo trocas de turno e o engajamento ativo do interlocutor, sendo usado pelo falante para mobilizar atitude responsiva (por parte do interlocutor) ou para calar o interlocutor e fazer a retomada do turno, como ilustram os trechos abaixo:

- (26) F: Até:: mil novecentos e setenta e... é:: setenta e oito, setenta e nove foi uma época boa.
E: Uma época [que dava um bom dinheiro.]
F: [Foi... foi,] foi, foi, foi, foi, todo mundo aqui cresceu.
E: Ah, foi geral assim.
F: É, foi geral (est)... veio um desenvolvimento, **entendesse?**
E: Sim.
F: E:: surgiu outros tipos de pesca que não tava na- como a lula, o bacalhau, a tal de brota. (BARRA42MB3:Faixa1-11:05)
- (27) F: Agora quem vem de carro sempre tem uma coisinha e quem não tem que pega ônibus aí, vem de ônibus, ah:: trinta e seis horas da Argentina até aqui pra passar dez, quinze dia.
I (filha do informante): Pai, tá chovendo.
F: Eu sei.
I: Tem roupa na rua.
F: Então vai lá buscar.
I: Mas tem muita.
F: Ah:: não tá chovendo... (Dirigindo-se novamente à entrevistadora) **tendesse?**
mas [é::]
E: [(inint)]
F: Ah, é, eles é assim e eu acho que eles não tão errado não, tendesse? eles tem que ver, procurar também, né? (BARRA27MA8:Faixa2-25:38)

Os dois trechos ilustram os dois tipos de ocorrências que estamos tomando sob o rótulo de foco pragmático. No primeiro, o RAD remete a toda uma sequência de trocas de turno, muitas vezes introduzida por uma dúvida do entrevistador. Em (26), o entre-

vistado vinha discorrendo sobre o desenvolvimento da pesca entre as décadas de 1960 e 1970 quando a entrevistadora toma o turno e, depois de algumas trocas, *entendesse?* é usado para remeter a toda a situação dialogal anterior e também a toda a temática sobre o desenvolvimento.

No segundo caso, depois de grande quebra no fluxo discursivo por conta de longas digressões, ou pela interrupção de um interveniente (ou do próprio entrevistador) para tratar de outros temas, o falante faz uso do RAD para reativar o foco naquilo que estava sendo dito antes da quebra. Em (27), o entrevistado falava sobre a situação econômica dos turistas argentinos que procuram a Barra da Lagoa nas férias, quando é interrompido por sua filha. Depois de sucessivas trocas de turno com a filha, ele se dirige à entrevistadora e usa *tendesse?*, retomando ao mesmo tempo a interlocução com ela e sua exposição sobre os turistas argentinos.

3.6. Foco na busca de informação

Os RADs parecem ser utilizados para marcar a busca por expressões ou pelo conteúdo a ser dito, atuação já levantada por Östman (1981), Erman (1987) e Müller (2005) para *you know*. É importante notar que se trata de uso bastante especial, já que, nesse caso, o foco não está em nenhuma porção textual específica e nem se dirige ao interlocutor. O RAD parece se voltar para o processamento da informação pelo falante, que tenta ganhar tempo e ao mesmo tempo buscar em sua memória o que quer comunicar. Esses casos representam uma fatia pequena de nossas ocorrências, apenas 35 casos, que ilustramos através dos trechos a seguir:

(28) (Sobre os turistas estrangeiros: americanos e europeus)

F: Eles- é só pra isso e o argentino é distinto, o argentino já vem pra... **entendeu::?**
sol, noite, são distinta coisa, o americano ele nem gosta do sol ele, ele- quando tem
sol ele trata de- de se recuar, ele aqui ele se recua muito (BARRA19FA8-05:08)

(29) (Sobre os trabalhos que já exerceu)

F: Tô trabalhando agora na linha, mas eu também já trabalhei de serven::te, mas eu
também fiz vários- vários serviços [também]

E: [E?]

F: É:: eu fiz muito... tem que:: só:: **tendesse?** já trabalhei em vários serviços, também
pesquei um pou::co, ia lá fora com os cara sem::pre... (BARRA27MA8:Faixa2-27:26)

Em (28), o falante, imediatamente após a quebra do fluxo discursivo e pausa breve, usa *entendeu?* um pouco alongado como se buscasse a informação que logo em seguida é

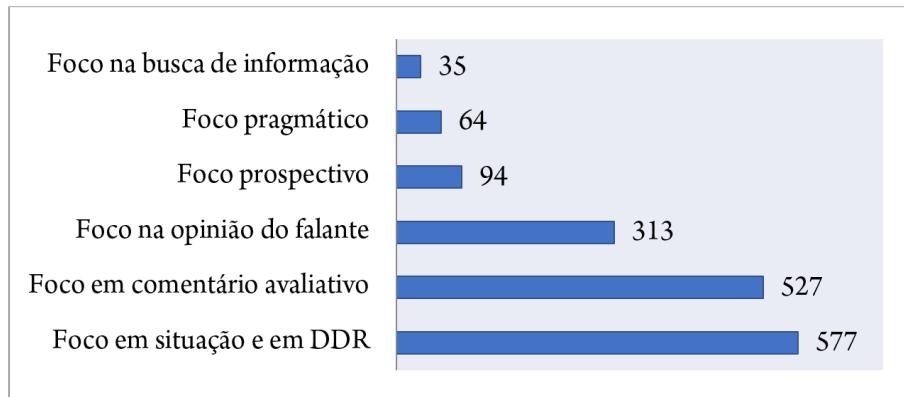
encontrada e esclarece o trecho truncado anterior ao RAD. Em (29), a quebra é maior, e o falante parece ter mais dificuldade para retomar o fluxo discursivo, fazendo uso de vários alongamentos vocálicos, pausas e *tendesse?* até a retomada.

4. Considerações finais

Em síntese, cabe notar que a maioria dos RADs cumpre atuações com *foco na opinião do falante* (313 ocorrências), *foco em comentário avaliativo* (527 ocorrências) e *foco em situação e em DDR* (577 ocorrências), com destaque para os dois últimos tipos de foco citados, que, juntos, concentram 1.104 dados, 69% do total. Esses dois tipos de atuação parecem ser os mais prototípicos, em que os RADs, em equilíbrio, ainda podem manter certa força no plano interacional, mas já contribuem para a organização do discurso oral no plano textual.

Apresentamos, no Gráfico 1, a frequência geral dos RADs em cada tipo de foco identificado na análise:

Gráfico 1: Distribuição geral dos RADs em relação aos tipos de foco



Fonte: Valle (2014).

Apenas a partir da década de 1980, com o reconhecimento de que itens discursivos carregam significado social, realizam funções na interação discursiva e fazem parte da gramática (considerando-se uma visão funcional mais alargada de gramática), é que o interesse acadêmico sobre itens dessa natureza ganhou fôlego (PICHLER, 2010). Apesar de frequentemente marginalizadas e consideradas como ‘vícios de linguagem’ (evidência de manifestações verbais desarticuladas e disfluentes), essas expressões, típicas da oralidade cotidiana, são extremamente recorrentes e têm importante papel, não apenas para garantir a manutenção da interação com o interlocutor, mas também para cumprir várias tarefas para a organização textual/discursiva.

Referências

- ANDERSEN, Hanne Leth. Marqueurs discursifs propositionnels. **Langue française**, n. 154, p. 13-28, 2007.
- BYBEE, Joan. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FRASER, Bruce. What are discourse markers? **Journal of Pragmatics**, v. 31, p. 931-952, 1999.
- FRASER, Bruce. Pragmatic markers. **Pragmatics**, n.6(2), p. 167–190, 1996.
- GALUÉ, Dexy. Marcadores conversacionales: un análisis pragmático. **Boletín de Lingüística**, Universidad Central de Venezuela, Caracas, v. 18, p. 27-48, 2002.
- GIVÓN, Talmy. **Comprendendo a gramática**. Tradução e adaptação: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mário Eduardo Martelotta; Filipe Albani. Natal: EDUFRN, 2011 [1979].
- GIVÓN, Talmy. **Bio-linguistics**: the Santa Barbara lectures. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.
- MACEDO, Alzira; SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, Alzira; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria C. (Orgs.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 11-49.
- MARTELOTTA, M. E.; LEITÃO, M. Igualdades e diferenças nos marcadores discursivos *sabe?* e *entendeu?*. In: **Artigos produzidos pelo Grupo Discurso & Gramática sobre gramaticalização no português do Brasil**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998. Mimeo.
- MARTELOTTA, Mário E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, Sebastião J.; CEZARIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário E. (Orgs.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004. p. 82-136.
- MÜLLER, Simone. Discourse markers in native and non-native english discourse. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- PICHLER, Heike. Methods in discourse variation analysis: reflections on the way forward. **Journal of Sociolinguistics**, 14/5, p. 581-608, 2010.
- SCHIFFRIN, Deborah. Discourse markers: language, meaning and context. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (Eds.). **The handbook of discourse analysis**. Malden, MA: Blackwell, 2001. p. 54-75.
- SCHIFFRIN, Deborah. **Discourse markers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization**. Manchester: Stanford University, 1995, p.1-29.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. **Regularity in semantic change**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. *E-book*.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; KÖNIG, Ekkehard. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bern (Eds.). **Approaches to grammaticalization:** focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam /Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 1 e 2, 1991. p. 189-218.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 167-215.

VALLE, Carla Regina Martins. **Sabe?~não tem?~entende?: itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivo.** 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

VALLE, Carla Regina Martins. **Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos:** forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.



Data de submissão: 12/12/2019

Data de aceite: 24/04/2020

A MULTIFUNCIONALIDADE DE ALIÁS: VALORES SEMÂNTICOS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL

THE MULTIFUNCTIONALITY OF ALIÁS:
SEMANTIC VALUES IN FUNCTIONAL PERSPECTIVE

Nice da Silva Ramos | [Lattes](#) | nicesramos1@hotmail.com

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo tem por objeto de estudo o elemento linguístico *aliás*, observado nos diferentes contextos de uso em que é recrutado. Segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), *aliás* é classificado como palavra denotadora de retificação. Em gramáticas e dicionários de autores consagrados, esse item é classificado conforme a NGB e como advérbio. Durante a pesquisa, verificamos a flutuação categorial desse elemento, que também assume características de conjunção, conector reformulativo e operador argumentativo, além da mencionada classificação tradicional. Observamos sua frequência e usos, em textos de modalidade oral, do *corpus* Discurso & Gramática, sob a luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. Os fatores analisados, calcados no aspecto semântico, são os seguintes: posições nos textos, frequência de uso, graus de escolaridade e gêneros textuais. A análise aponta que esse elemento, bastante utilizado no português do Brasil, serve às diversas funções discursivas, tais como: reformulação, retificação integral, retificação parcial, inclusão (de argumentos), dentre outras. Não obstante à classificação imposta pela NGB, os resultados apontam para uma versatilidade desse elemento linguístico, quando analisado nos contextos em que é instanciado.

Palavras-chave: Funcionalismo. Multifuncionalismo. Semântica. Oralidade. Aliás.

Abstract: This article aims to study the linguistic element “aliás”, observed in different contexts of use in which it is recruited. According to the Brazilian Grammar Nomenclature (NGB), “aliás” is classified as a denoting word of rectification. In grammars and dictionaries by established authors, this item is classified according to the NGB and as an adverb. During the research, we verify the categorical fluctuation of this element, which also assumes characteristics of conjunction, reformulative connector and argumentative operator, in addition to the aforementioned traditional classification. We observe its frequency and uses in oral texts of the Discourse & Grammar corpus in the light of Usage-based

Functional Linguistics. The analyzed factors, based on the semantic aspect, are the following: positions in the texts, frequency of use, education levels and textual genres. The analysis points out that this element, widely used in Brazilian Portuguese, serves the various discursive functions, such as reformulation, integral rectification, partial rectification, inclusion (of arguments), among others. Notwithstanding the classification imposed by the NGB, the results point to a versatility of this linguistic element when analyzed in the contexts in which it is instantiated.

Keywords: Functionalism. Multifunctionalism. Semantics. Orality. *Aliás*.

Considerações iniciais

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil está voltado, preponderantemente, para uma perspectiva prescritivista, em que se impõem a memorização de nomenclaturas e a adoção acrítica de padrões homogeneizadores. A gramática tradicional cristaliza as classificações dos itens linguísticos, limitando os seus usos, conforme sua rigidez categorial. Em uma perspectiva funcionalista, tal concepção torna-se inadequada, tendo em vista que o uso está no foco das atenções, ou seja, o jogo interlocutivo da interação entre os falantes, situado nos contextos comunicativos reais, conquista grande relevo e passa a ganhar maior destaque nos processos de ensino-aprendizagem. A exemplo, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) classifica *aliás* como palavra denotadora de retificação, enquadrando-o no rol das palavras que, a rigor, não estão incluídas entre os advérbios, conforme mencionam Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2009), citados adiante. Contudo, no dado (1), a seguir, coletado no *corpus* Discurso e Gramática (doravante D&G), podemos observar o equívoco a respeito da classificação prescrita pela NGB:

- (1) E: então... Adriana... me conta agora uma história que alguém tenha contado pra você... você tenha achado interessante...
- I: interessante? foi minha prima... que saiu com o namora/ com o marido da prima dela... ela diz que ela saiu... né? agora não sei... que sai com todo mundo... ela falou que saiu com ele e ele/ que... *aliás*... ela sair com ele não é nada... pior é agir na falsidade com a menina mesmo... (Narrativa recontada, D&G RJ 2, p. 121, CA/supletivo).

No exemplo acima observamos, notoriamente, que *aliás* não retifica o discurso, tampouco parte dele. Nesse caso, sua classificação como operador argumentativo é mais assertiva, se admitirmos que, nessa instância de uso, *aliás* adiciona um julgamento, um

juízo de valor do informante sobre o fato a ser narrado. Impõe-se, dessa forma, a necessidade de análises e descrições que ultrapassem o que tradicionalmente é feito. No âmbito da semântica e da sintaxe, é necessário ir além dos limites oracionais e dos próprios itens, considerando-se os componentes discursivo-pragmáticos: a língua em seu uso efetivo, entre sujeitos interagentes, desempenhando seu papel comunicativo, contextualizada no momento da produção (fala e escrita).

Partindo-se da premissa de que os contextos, os sujeitos interagentes e suas especificidades agem na construção do discurso, de maneira a depreender seus significados, a presente pesquisa afina-se com os aparatos teóricos considerados fundamentais no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso, daqui por diante denominada LFCU. O estudo ora proposto situa-se nessa perspectiva teórico-metodológica e visa à análise e à descrição sincrônicas de contextos motivadores do uso de *aliás*, tendo em vista a hipótese de que esse elemento linguístico é multifuncional, a despeito das escassas descrições e análises sobre o tema em Língua Portuguesa. Ou seja, seu recrutamento nas situações de interação ultrapassa ao que é prescrito pela tradição gramatical.

Verificamos sob quais circunstâncias esse elemento linguístico tem maior frequência de uso, quais significados lhes são atribuídos, observando os gêneros textuais na modalidade de texto oral, dos quais: descrição de local, narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e relatos dos entrevistados acerca das entrevistas realizadas com os informantes e como os diferentes usuários da língua utilizam *aliás*, conforme seus graus de escolaridade.

O uso que se faz da língua é oriundo das necessidades comunicativas e permeia, pelo menos, três instâncias citadas, a seguir, por Oliveira (2015, p. 22-23):

De acordo com a LFCU, os usos linguísticos são resultantes de, pelo menos, três motivações maiores, advindas de três diferentes instâncias: as estruturais, as cognitivas e as sócio-históricas. Portanto, investigar a língua sob a ótica dessa perspectiva significa levar em conta marcas das três instâncias referidas, sob o rótulo maior de “contexto”.

Destacamos o fato de que uma expressão linguística pode adquirir funções diversas, diferentes de sua função original, determinadas pelo contexto em que esteja inserida, ainda que sua forma se mantenha a mesma.

Nas seções que se seguem, damos sequência ao trabalho com a revisão da literatura, acerca das relações entre *aliás*, advérbios e conjunções, apresentamos alguns pressupostos teóricos básicos da LFCU, abordamos a metodologia aplicada ao trabalho e prestamos informações quanto à constituição do *corpus* em que se verificam as ocorrências de

aliás. Em seguida, subdividida em quatro subseções, apresentamos os resultados da análise acerca das instanciações de *aliás*, conforme: graus de escolaridade, valores semânticos observados nos diversos discursos, a frequência desse elemento nos diferentes gêneros textuais e sua posição nos textos. Na seção ulterior, seguimos com algumas considerações finais.

Aliás e suas relações com advérbios e conjunções

Aliás apresenta variadas nuances e definições. Ferreira (2007, p. 110) classifica o verbete como advérbio: “a.li.ás *adv.* 1. De outra maneira; do contrário; 2. Além disso; além do mais. 3. Diga-se de passagem; 4. Ou por outra; ou seja”. Bechara (2009, p. 288) classifica esse item como advérbio, admitindo, contudo, que, “como bem diz Mattoso Câmara, perturba a descrição e a demarcação classificatória ‘a extrema mobilidade semântica e funcional que caracteriza os advérbios’”. O gramático também observa que

A Nomenclatura Gramatical Brasileira põe os denotadores de *inclusão*, *exclusão*, *situação*, *retificação*, *designação*, *realce*, etc. à parte, sem a rigor incluí-los entre os advérbios, mas constituindo uma classe ou grupo heterogêneo chamado *denotadores*, que coincide, em parte, com a proposta de José Oiticica das *palavras denotativas*, muitas das quais têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas:

[...]

4 – *retificação*: **aliás**, melhor, isto é, ou antes, etc.:

Comprei cinco, **aliás**, seis livros. (BECHARA, 2009, p. 291, grifos nossos)

Algumas expressões, dentre elas *aliás*, são consideradas pela NGB conforme a função textual que assumem. Não estabelecem, exatamente, uma função sintática e/ou semântica entre as orações em que se inserem, mas viabilizam, contudo, o sentido no discurso em que estão inseridas.

Seguindo a classificação da NGB, Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 540-541, grifo nosso) salientam que

certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passam a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial. São palavras que denotam, por exemplo:

[...]

e) RETIFICAÇÃO: *aliás*, ou antes, isto é, ou melhor, etc.

Dessarte, considerando a definição da NGB, *aliás* se restringiria a uma palavra denotadora de retificação, por exemplo, desconsiderando suas facetas a propósito dos contextos em que se instancia.

O *aliás* também é classificado como operador argumentativo. Segundo Koch (2015, p. 34), sobre os operadores argumentativos que somam a favor de uma mesma conclusão,

existe mais um operador que também introduz um argumento adicional a um conjunto de argumentos já enunciados, mas o faz de maneira “sub-reptícia”: ele é apresentado como se fosse desnecessário, como se se tratasse de simples “lambuja”, quando, na verdade, é por meio dele que se introduz um argumento decisivo, com o qual se dá o “golpe final”, resumindo ou coroando todos os demais argumentos. Trata-se do operador *aliás*. [...]

f. João é o melhor candidato. *Além de* ter boa formação em Economia, tem experiência no cargo e não se envolve em negociatas. *Aliás*, é o único candidato que tem bons antecedentes.

Um anúncio publicitário certa ocasião, em um jornal de São Paulo, terminava assim:

5. “Esta é uma filosofia de trabalho que levamos a sério há mais de 50 anos. *Aliás*, muito a sério.”
(isto é, mais “a sério” do que nossos concorrentes.)

Com base nas informações até aqui transcritas e comentadas, podemos, inicialmente, concluir que *aliás*, a depender do autor, é classificado como: a) advérbio; b) palavra denotadora de retificação; c) operador argumentativo, introdutor de argumento adicional, que resume ou ressalta argumentos anteriores. Assim, cabe aprofundarmos um pouco mais os traços principais das categorias advérbio e conjunção, tendo em vista que os itens enquadrados nessas categorias podem desempenhar a função de operador argumentativo. Buscamos, dessarte, demonstrar a multifuncionalidade inerente ao elemento linguístico *aliás*. Nos quadros a seguir, elencamos algumas definições sobre advérbios (no Quadro 1) e conjunções (no Quadro 2), conforme alguns autores consagrados no Brasil.

Quadro 1: Definições de advérbio, segundo algumas gramáticas

Obra	Definição
Cunha e Cintra (1985, p. 529-530)	1. O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo; 2. A essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhes são privativas. Assim, os chamados ADVÉRBIOS DE INTENSIDADE e formas semanticamente correlatas podem reforçar o sentido: a) de um adjetivo [...]. b) de um advérbio [...]. 3. salienta-se ainda que alguns advérbios aparecem, não raro, modificando toda a oração...

Bechara (2009, p. 287-288)	<p>É a expressão que por si só denota uma circunstância (de lugar, de tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial... O <i>advérbio</i> é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjetivo e a um advérbio (como intensificador), ou a uma declaração inteira... Fundamentalmente, distribuem-se os advérbios em assinalar a posição temporal [...] ou espacial do falante [...], ou ainda o modo pelo qual se visualiza o “estado de coisas” designado na oração.</p>
Azeredo (2014, p. 192-193)	<p>O advérbio é a mais heterogênea das classes de palavras. Suas características típicas, além da invariabilidade formal, são a função modificadora e a mobilidade posicional em relação ao termo que ele modifica. Existem várias subclasses semânticas e sintáticas de advérbio. A maioria delas, porém, emprega-se para localizar no tempo ou no espaço os objetos a que fazemos referências nos nossos discursos. Exprimem basicamente posições temporais...; exprimem basicamente posições espaciais... São menos numerosas as subclasses dos advérbios de intensidade...; de adição/inclusão; de focalização [...]; de negação.</p>

Com base nas definições de advérbio apresentadas no Quadro 1, elencamos as seguintes propriedades:

- 1) Primordialmente, é uma classe modificadora do verbo. Reforça o sentido de um adjetivo ou mesmo de outro advérbio. Alguns podem modificar toda uma oração/declaração;
- 2) Denota circunstâncias de lugar, de tempo, de modo, de intensidade, de condição etc. Desempenha, na oração, papel de adjunto adverbial, distribuindo-se, fundamentalmente, em assinalar a posição temporal ou espacial do falante, e o modo como o “estado de coisas” se apresentam nas orações;
- 3) Tem função modificadora, invariabilidade formal e mobilidade posicional em relação ao termo que modifica. Possui várias subclasses e a maioria delas localiza no tempo e no espaço os termos a que se refere no discurso. Azeredo (2014) ainda faz menção às subclasses de adição/inclusão e de focalização.

No *corpus* analisado, aliás não se instanciou com a função fundamentalmente modificadora de verbos. A respeito de sua mobilidade no discurso oral, verificamos que o mesmo se instancia em posições intermediária e final, diferindo, inicialmente, dos advérbios, os quais podem assumir, inclusive, a posição inicial, além daquelas. Quanto à men-

ção de Azeredo (2014) sobre as subclasses de advérbios (adição/inclusão), verificamos que *aliás* assemelha-se a essa classe, ao denotar inclusão, conforme o dado (1), já citado, em que o informante inclui um julgamento, uma opinião sobre a sua narrativa que está sendo contada, atribuindo juízo de valor sobre os fatos narrados. Nessa instância, *aliás* tem valor de inclusão (advérbio), funcionando, contudo, como operador argumentativo, conforme Koch (2015).

A fim de detectar o possível caráter multifuncional de *aliás*, apresentamos o Quadro 2, a seguir, com as definições de conjunção, buscando estabelecer os pontos convergentes e/ou divergentes entre esse item gramatical e *aliás*.

Quadro 2: Definições de conjunção, segundo algumas gramáticas

Autor	Definição
Cunha e Cintra (1985, p. 529-530)	<p>1. Conjunções são vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. As conjunções que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de COORDENATIVAS. [...] Denominam-se SUBORDINATIVAS as conjunções que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra. [...]</p>
Bechara (2009, p. 287-288)	<p>Conector e transpositor – A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: <i>coordenadas</i> e <i>subordinadas</i>. As conjunções coordenadas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se <i>independentes</i> umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados. [...] Daí ser a conjunção coordenativa um <i>conector</i>. Como sua missão é reunir unidades independentes, podem também “conectar” duas unidades menores que a oração, desde que do mesmo valor funcional dentro de mesmo enunciado. [...] Bem diferente é, entretanto, o papel da conjunção subordinada. [...] No enunciado <i>Soubemos que vai chover</i>, a missão da conjunção subordinada é assinalar que a oração que poderia ser sozinha um enunciado (<i>vai chover</i>) se insere num enunciado complexo em que ela (<i>vai chover</i>) perde a característica de enunciado independente, de oração, para exercer, num nível inferior da estruturação gramatical, a função de palavra... Assim, a conjunção subordinativa é um <i>transpositor</i> de um enunciado que passa a uma função de palavra...</p>

Azeredo (2014, p. 192-193)	<p>Chama-se conjunção subordinativa <i>a palavra invariável que, anteposta a uma oração com verbo flexionado em tempo, forma com ela um sintagma derivado.</i> [...]</p> <p>Chama-se conjunção coordenativa <i>a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático.</i></p>
-----------------------------------	---

Conforme as três definições de conjunção expostas no Quadro 2, essas palavras gramaticais podem:

- 1) Relacionar termos ou orações de mesma função (conjunções coordenativas);
- 2) Ligar duas orações em que uma delas completará o sentido da outra (conjunções subordinativas).

Bechara (2009) acrescenta os termos “conector” e “transpositor” para diferenciar as conjunções coordenativas das subordinativas, respectivamente.

A pesquisa bibliográfica atesta a difícil classificação de *aliás*, considerando a sua flutuação categorial, conforme as definições dos autores citados nesta pesquisa e demonstrado no dado (1), utilizado como exemplo. Dessa forma, podemos, *a priori*, classificar *aliás* como:

- a) advérbio de adição/inclusão (AZEREDO, 2014), na função de operador argumentativo (KOCH, 2015), a exemplo do dado (1), em que *aliás* inclui um juízo de valor do informante acerca da história narrada;
- b) conjunção aditiva, com a função de retificação, entre formas aditivas correlatas (mas/também), conforme o dado (2), abaixo:

- (2) I: (...) Tem as cadeiras que os... ministros... não os minis... os ministros da euca-ristia... mas os ministros também... os apólitos... os:::: os irmãos do Santíssimo... enfim... os que tem uma participação também... não passiva... mas/ *aliás*... também pa... eh... passiva... mas... ativa também... (Descrição, D&G JF, p. 42).

Nesse dado, *aliás* está entre as formas aditivas correlatas (mas/também) e retifica uma informação dada, relacionando dois elementos de mesmo valor funcional: os adjetivos “passiva” e “ativa”, que se referem aos tipos de “participação”.

A LFCU e os contextos de uso

A LFCU concebe a linguagem como meio de interação social, entre falantes e ouvintes reais, e não ideais, conforme postulam as abordagens formalistas. Segundo Cezario e Cunha (2013, p. 157), a abordagem funcionalista “[...] se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas”, buscando na situação comunicativa a motivação para a realização da língua. Essa abordagem teórica defende a ideia de que a língua não é autônoma, tão pouco independente de fatores socioculturais. Ao contrário, é moldada e adaptada de acordo com as situações interacionais. Ao se pensar em estudos linguísticos, fatores extralingüísticos devem ser considerados como motivadores de construções e usos. Ao lado da sintaxe e da semântica, as circunstâncias pragmáticas são consideradas bastante relevantes pela abordagem funcionalista. É nesse nível de investigação que se buscam os contextos e os propósitos comunicativos dos interlocutores, no uso concreto da língua, caracterizado pela interação e pelas questões sociais.

Sobre o estudo do discurso efetivo e não idealizado da língua e a contextualização dos fenômenos linguísticos, Givón (2012, p. 49) assevera que,

Quando dados reais de discurso são levados em consideração [...] torna-se óbvio que os fenômenos não categóricos são a regra, e não a exceção, na linguagem humana. [...]. Se a língua é um instrumento de comunicação, então é bizarro tentar entender sua estrutura sem referência ao contexto comunicativo e à função comunicativa.

Assim, o objeto de estudo, nas situações reais de interação, é o ponto de partida para se percorrer os caminhos que levarão à construção dos modelos teóricos, o que, mais uma vez, reforça a ideia da importância da contextualização do item linguístico. No que concerne aos diversos níveis de investigação da língua, no ato do processo comunicativo, as abordagens funcionalista e cognitivista se assemelham, conforme afirma Cunha (2012, p. 29):

Essas duas correntes compartilham vários pressupostos teórico-metodológicos, como a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e sintaxe, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação.

Ou seja, os contextos em que se dá o uso da língua, nas situações reais de comunicação, e a importância do exame das estruturas não só sintáticas ou semânticas, mas

também das estruturas acessadas pelo componente discursivo-pragmático, fazem-se necessários para uma autêntica investigação no campo da linguagem.

Metodologia e constituição do *corpus*

Optamos por utilizar dados do *corpus* D&G, correspondente a amostras da língua falada de informantes de cinco cidades brasileiras: Rio de Janeiro, Natal, Rio Grande do Norte, Juiz de Fora e Niterói. Os gêneros textuais que o compõem são: descrição de local, narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e relatos dos entrevistadores acerca das entrevistas realizadas com os informantes.

Cada participante (informante) produziu cinco textos na modalidade oral e cinco na modalidade escrita, o que totaliza dez textos produzidos por cada informante, resultando em um universo de 1710 textos (orais e escritos). Para este trabalho, foram descartados os textos escritos, a fim de proporcionar uma reflexão sobre as ocorrências de *aliás* nos contextos de uso em que se insere na oralidade, e sobre a assunção de suas variadas funções e valores semânticos. Assim, nos limitamos à utilização dos textos de produção oral, dos quais obtivemos a utilização de *aliás*, tendo em vista a verificação das funções discursivo-pragmáticas, além das semânticas, em discursos mais espontâneos.

A fim de entender em quais ambientes semântico-pragmáticos esse item se insere, consideramos as posições em que *aliás* aparece na sentença, sua frequência de uso nos variados gêneros textuais e o grau de escolaridade dos usuários que recrutaram essa partícula, incluindo os entrevistadores. Os dados pesquisados são tratados qualitativa e quantitativamente, já que tanto a análise de *aliás*, quanto a sua frequência de uso constituem elementos primordiais para o resultado desta pesquisa. No decorrer do trabalho, os dados de análise foram utilizados a fim de exemplificar as questões pertinentes ao estudo proposto. Cabe-nos ressaltar que alguns desses dados foram repetidos, servindo de exemplo a mais de uma das questões estudadas.

Análise do elemento *aliás*

No *corpus* utilizado, observamos 19 ocorrências de *aliás*, do total de 855 textos disponíveis na modalidade oral. Esse resultado demonstra a sua baixa frequência em relação ao número de textos observados, correspondendo a 2,22% do total. Por hipótese, podemos admitir que a baixa frequência de *aliás* está ligada ao *corpus* escolhido para análise e aos gêneros textuais que o compõem, assim como aos graus de escolaridade dos usuários (conforme veremos em seguida). Assim, admitimos, *a priori*, que *aliás* pode ser mais re-

crutado em textos mais canônicos, mais elaborados, por indivíduos com graus de instrução mais elevados.

Passemos a tratar dos fatores controlados na análise, começando pelos graus de escolaridade.

1) Os graus de escolaridade e o recrutamento de *aliás*

No que concerne aos graus de escolaridade dos usuários da língua, quantificamos a frequência de uso de *aliás*, ocorrida entre os informantes de nível superior (dos quais entrevistadores e entrevistados), de nível médio, da 8^a. série do ensino fundamental e do supletivo CA.

Tabela 1: *Corpus D&G – Graus de escolaridade e frequência de uso de aliás na modalidade oral*

Graus de escolaridade	Frequência
ENSINO MÉDIO	08
ENSINO SUPERIOR	06
8 ^a . SÉRIE ENS. FUND.	04
CA (SUPLETIVO)	01
Total	19

Fonte: Da autora.

Conforme vemos na Tabela 1, *aliás* foi mais recrutado entre os usuários do ensino médio e os do ensino superior. A maior frequência de uso nesses níveis de escolaridade talvez se justifique pelo fato de esses grupos disporem de mais experiência e desenvoltura no uso da língua em relação aos demais.

Importante mencionar o fato de esse elemento linguístico ter ocorrido com mais frequência na função de retificação, no discurso oral e menos monitorado. O que, preliminarmente, aponta para uma função primeira, a de retificação, conforme é visto na subseção adiante.

Nos dados (1), já citado, (3), (4) e (5), a seguir, exemplificamos os usos de *aliás* conforme os graus de escolaridade, na seguinte ordem: CA (supletivo), 8^a. série do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior:

- (1) E: então... Adriana... me conta agora uma história que alguém tenha contado pra você... você tenha achado interessante...

I: interessante? foi minha prima... que saiu com o namora/ com o marido da prima dela... ela diz que ela saiu... né? agora não sei... que sai com todo mundo... ela falou que saiu com ele e ele/ que... *aliás*... ela sair com ele não é nada... pior é agir na falsidade com a menina mesmo... (Narrativa recontada, D&G RJ 2, p. 121, CA/supletivo).

- (3) I: [bem]... como eu tinha falado... eu entrei como naveteiro na... equipe de liturgia... mas depois um... um membro saiu também por... por problemas... eu não sei qual foi o problema... *aliás*... devia ter saído na reunião que eu havia entrado... eu não... não fiquei sabendo que eu tinha ido embora mais cedo... pra ir na *pizzaria*... aí eu... subi um posto a mais... eu fiquei na/ quarto lugar da hierarquia... passei a ser turiferário... (qual) a função que eu fico até hoje... faço até hoje... (Relato de procedimento, D&G JF, p.43, 8ª série do ensino fundamental).

- (4) (4) E: uma cuia?

I: é ... exatamente ... agora num é redondo não ... é assim ... então a água vai entrar aqui no meio ... no meio desse:: dessas duas paredinhas ... dessa piscininha que eu digo ... daí a largura é de trinta centímetros mais ou menos ... é trinta centímetros ... então ... *aliás* cinqüenta centímetros ... então a velocidade é bem pequena ... o floco vai ... vai andando também ... então o que que vai acontecer ... quando a velocidade é pequena o floco é pesado ... ele vai:: o floco vai decantar ... certo ... por isso que chama decantador ... (Relato de procedimento, D&G Natal, p. 90, ensino médio).

- (5) E: e como é ... quais são os passos assim você ... pega o desenho ... vai fazendo o que primeiro ...

I: a gente pega o fotografia ...

E: a fotografia *aliás* ...

I: e ... pensa é ... quais ... quais seriam os traços principais daquela fotografia a serem é ... trans/ transportados pra tela né? os traços em ... em grafite né? (Relato de procedimento, D&G Natal, p. 57, ensino superior/entrevistador).

Apresentamos a seguir os resultados relacionados aos valores semânticos de *aliás*.

2) Os valores semânticos de *aliás*

Durante o levantamento das ocorrências de *aliás*, em discursos orais, observamos que o valor semântico de maior frequência foi o de retificação (integral e parcial), conforme a Tabela 2 nos apresenta:

Tabela 2: *Corpus D&G – Valores semânticos e frequência de uso de aliás na modalidade oral*

Valores Semânticos	Totais
Retificação integral	10
Inclusão	04
Retificação parcial	03
Reformulação	02
Total	19

Fonte: Da autora.

Nos dados (6), (7), (8) e (9) que se seguem, exemplificamos os usos de *aliás*, com seus respectivos valores semânticos assim distribuídos: retificação integral, inclusão, retificação parcial, reformulação, respectivamente:

- (6) I: “então o doutor tinha voltado a mil oitocentos e cinqüenta e cinco ... um século atrás ... né ... ele tinha voltado ... não *aliás* ... ele tinha voltado há alguns anos ... a mil oitocentos e noventa ... a mil oitocentos e oitenta ... por aí ... (Narrativa recontada, D&G Natal, p. 86, ensino médio).

Em (6), *aliás* retifica integralmente a informação dada no discurso anterior, introduzindo uma sequência de informações de ressalvas. Note-se que vem ao lado do advérbio de negação “não”, o que reforça a ideia da necessidade de retificação sobre o que foi declarado anteriormente. Primeiro, o informante nega a informação dada e, em seguida, com o uso de *aliás*, retifica a mesma em sua narrativa.

- (7) I: é... pra educação mesmo... doméstica... quer dizer... que não tem muita utilidade na... na vida... prática... né? de todo dia... eu acho que quem faz letras... se encaminha eu acho que... invariavelmente pro magistério... a menos as pessoas que fazem bacharelado em tradução... né? que aí você cria uma opção... aqui tem... né? já está tendo *aliás* curso de bacharelado... tanto em inglês quanto em francês... (Relato de opinião, D&G JF, p. 12, ensino superior).

Em (7), ocorre a inclusão da informação “curso de bacharelado... tanto em inglês quanto em francês...”, complementando a informação generalizada: “...aqui tem... né?” (bacharelado). Nesse discurso, *aliás* equivale a um advérbio de inclusão (inclusive, até), funcionando como operador argumentativo, adicionando um argumento que reforça a declaração anterior.

- (8) (8) I: e vou pra:: ... pra mesa da palavra... lá um sacerdote... pela liturgia o certo é um diácono... mas caso falte... fica o... o sacerdote... ele pede a bênção ao bispo... e vai... falar... o:::/ aliás... vai proclamar o evangelho... então... ele faz a saudação... aí ele... ele:: pega o:: turíbulo da minha mão... e incensa... (Relato de procedimento, D&G JF, p. 44, 8^a. série do ensino fundamental).

Em (8), o falante opta pelo termo “proclamar”, mais assertivo em relação ao termo “evangelho” e à sua intenção comunicativa, relatando de forma adequada um procedimento litúrgico. Os termos “falar” – mais usual - e “proclamar” – mais canônico e, portanto, coerente ao contexto de uso em que foi posteriormente recrutado, pertencem ao mesmo *frame*, bem como “dizer”, caracterizando uma retificação parcial, introduzida por *aliás*. Nos termos de Oliveira (2001, p. 231), “[...] o elemento se aproxima da verdade. Trata-se de uma assertiva falsa, mas intuída como quase verdadeira...”

- (9) (9) I: (...) mas em todo caso tem muito mais escola pública do que particular ... então veja só ... se:: é:: se sessenta por cento das escolas públicas ... é:: é:: das escolas públicas ... aliás ... se ... se tem sessenta por cento de escolas públicas de um global de cem por cento ... sessenta por cento dessas pessoas vão da escola pública para a universidade enquanto quarenta por cento ... vai ... quarenta por cento que é de escola particular vai de todo jeito para a escola ... entendeu o que eu quero dizer? (Relato de opinião, D&G Natal, p. 93, ensino médio).

Em (9), *aliás* reformula o discurso anterior, introduzindo, ao lado do conector “se”, o discurso reformulado, visando a uma condição/hipótese para uma possível conclusão. Nesse caso, *aliás* tem a função de conector reformulativo, ao lado do “se” - condicional. Note-se que no texto anterior a *aliás*, o informante já menciona uma hipótese, contudo, ele reelabora o discurso de modo a orientar o interlocutor sobre o seu raciocínio, sobre sua opinião a respeito do tema abordado em seu relato.

Vemos agora os resultados referentes aos gêneros textuais controlados.

3) ***Aliás* nos diferentes gêneros textuais**

O recrutamento de *aliás* nos gêneros textuais constituintes do *corpus* pesquisado, na modalidade oral, deu-se conforme demonstrado na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3: *Corpus D&G – Diferentes gêneros textuais e frequência de uso de aliás na modalidade oral*

Gêneros textuais	Totais
Relato de procedimento	06
Relato de opinião	04
Narrativa recontada	04
Descrição de local	03
Narrativa de experiência pessoal	02
Total	19

Fonte: Da autora.

Através dos números obtidos, constatamos que no gênero textual relato de procedimento *aliás* instanciou-se com maior frequência (seis dados) em relação aos demais gêneros. Ressaltamos que, nos relatos de procedimento, *aliás* foi mais recrutado entre os usuários de nível superior de escolaridade. Preliminarmente, essa informação corrobora com a hipótese de que *aliás* é mais utilizado por indivíduos com maior grau de escolaridade e, possivelmente, em textos mais canônicos.

Destacamos, também, que o valor semântico de *aliás* mais utilizado em relatos de procedimento foi o de retificação (integral e parcial). Dos seis relatos de procedimento, *aliás* foi recrutado em cinco deles para retificar parcialmente ou integralmente os discursos.

Na Tabela 4, quantificamos a frequência de uso de *aliás*, nos relatos de procedimento, e os valores semânticos que lhe foram atribuídos nesse gênero textual:

Tabela 4: *Corpus D&G – Frequência de uso dos valores semânticos de aliás, nos relatos de procedimento, na modalidade oral*

Gênero textual	Valores semânticos	
Relatos de procedimento	Retificação integral (3)	Retificação parcial (2)
Total (6)	Total (5)	

Fonte: Da autora.

Concluímos que, *a priori*, a maior frequência de *aliás* nesse gênero textual está relacionada ao maior emprego de seu valor semântico de retificação, valor este mais recrutado na utilização desse elemento linguístico em todo o *corpus* pesquisado, na modalidade de texto oral.

Tratemos, por fim, da posição em que *aliás* aparece nos textos examinados.

4) Posições de *aliás* em textos orais

Nos textos de modalidade oral analisados, *aliás* foi recrutado nas posições final e intermediária, conforme elencado na Tabela 5, a seguir. Além disso, esse item coocorreu ao lado de conectores, de formas correlatas e de advérbios.

Tabela 5: *Corpus D&G – Localização e frequência de uso de aliás na modalidade oral*

Localização de <i>aliás</i>	Frequência
Posição intermediária	15
Posição final	04
Posição inicial	-
Total	19

Fonte: Da autora.

A maior frequência de *aliás* foi na posição intermediária. Dos 19 casos de *aliás* coletados, 15 ocorreram nessa posição. Apenas quatro instanciações foram detectadas na posição final. Não foi constatado o uso desse elemento linguístico na posição inicial dos textos orais.

Considerando a modalidade dos textos analisados (oral), portanto, mais espontâneos, podemos admitir, preliminarmente, que o recrutamento em posição inicial é inviabilizado na sequência discursiva pela dinamicidade do texto, sem pausas maiores. Assim, o encaixamento de *aliás* em posição intermediária, a mais recrutada, favorece o dinamismo próprio desse tipo de discurso. Além disso, o valor semântico de retificação, o mais utilizado, ocorre nos discursos já iniciados, portanto, em posição intermediária (ou final).

Também de forma preliminar, levantamos a hipótese de que, em discursos mais espontâneos, *aliás* é utilizado de forma mais livre, sem a preocupação de organizar o seu uso na estrutura do discurso. Dessa forma, sua ocorrência em posição intermediária e final dá-se conforme o decorrer da elocução e não conforme uma organização estrutural pré-estabelecida.

Os dados (10) e (11), a seguir, demonstram o recrutamento de *aliás* nas posições intermediária e final, respectivamente:

- (10) I: ... doutor Brown consegue ... ou ... cria lá uma máquina do tempo ... né ... uma máquina do tempo e por acidente eles voltam ... *aliás* ...eles não ... ele ... né ... Michael Jein Fox ... (Narrativa recontada, D&G Natal, p. 84, ensino médio).

Em (10), *aliás*, em posição intermediária, dentro da sequência discursiva, retifica um termo (“eles”) da narrativa recontada. Primeiro, negando a informação dada, segundo, retificando o termo negado. Em vez de “eles”, o informante retifica usando “ele”, sem pausa no discurso.

- (11) E: ...ele tem quinze anos... e é residente no município de bairro/ eh... no bairro de Fátima... *aliás...* Afonso... vamo começar nossa entrevista? (Relato de opinião, D&G Niterói, p. 36, ensino superior/entrevistador).

Em (11), o entrevistador recruta *aliás*, ao final de uma declaração, a título de retificação de sua fala, corrigindo parte do discurso precedente a *aliás*: em vez do advérbio de lugar “no município de bairro”, ele retifica, utilizando “no bairro de Fátima”, finalizando com *aliás*. Na sequência, o entrevistador recomeça, dando início a outro assunto, a fim de prosseguir à entrevista.

A propósito do número elevado de instâncias de *aliás* na posição intermediária, consideramos imprescindível a descrição da forma como esse elemento foi utilizado e a descrição dos elementos que coocorreram com sua atuação nos discursos. No Quadro 3, descrevemos as ocorrências de *aliás*, em posições intermediárias, e os elementos linguísticos circunscritos:

Quadro 3: *Corpus D&G – Aliás nas posições intermediárias e os elementos linguísticos circunscritos*

Posição intermediária	Descrição
	Entre formas correlatas “mas/também”
	Entre orações
	Introduzindo oração de retificação
	Introduzindo retificação
	Introduzindo reformulação
	Ao lado do advérbio de negação “não”
	Incluindo informação (oração)
	Ao lado do conector “se”, reformulando o discurso
	Introduzindo informação nova

Fonte: Da autora.

Os dados (2), (3), (12), (13), (14), (9), (15), (6) e (16) assinalam, respectivamente, as ocorrências de *aliás* nas posições intermediárias, conforme a sequência descrita no Quadro 3:

- (2) I: Tem as cadeiras que os... ministros... não os minis... os ministros da eucaristia... mas os ministros também... os apólitos... os:::: os irmãos do Santíssimo... enfim... os que tem uma participação também... não passiva... mas/ *aliás*... também pa... eh... passiva... mas... ativa também... tem um tablado... (Descrição, D&G JF, p. 42, 8^a. série do ensino fundamental).
- (3) : ...eu entrei como naveteiro na... equipe de liturgia... mas depois um... um membro saiu também por... por problemas... eu não sei qual foi o problema... *aliás*...devia ter saído na reunião que eu havia entrado... eu não... não fiquei sabendo que eu tinha ido embora mais cedo... pra ir na pizzaria... aí eu... subi um posto a mais... eu fiquei na/ quarto lugar da hierarquia... passei a ser turiferário... (Relato de procedimento, D&G JF, p. 43, 8. série do ensino fundamental).
- (12) e:: a fachada era também era bem grande e:: nessa rua ... na rua da escola tinha várias casas também ... era uma avenida longa ... grande ... na mesma rua ... né ... aí tinha várias casas ... então é:: algumas ruas ... é:: praticamente um conjunto lá ... é:: o centro da cidade ... então ... então veja só ... a escola era amarela ... a fachada assim ... algumas:: *aliás* ... era toda pintada de amarelo ... né ... e a sala de aula que foi transformada em quarto para a gente dormir é:: eram brancas por dentro ... né ... grandes ... muito grandes as salas de aula ... (Descrição de local, D&G Natal, p. 87, ensino médio).
- (13) I: bom... no sábado passado... *aliás*... sábado retrasado... eu fui... botar um... um... um som numa festa no shopping... (Narrativa de experiência pessoal, D&G RJ 2, p. 9, 8^a. série do ensino fundamental).
- (14) I: ... sei o nome dela é Isabel ... mas ... o nome do primo eu não lembro não ... mas ... numa festa que ela ... que ela pensava do primo dela se apaixonar por ... por uma amiga dela e tudo ... acabou se apaixonando por ela ... né ... e ela num sabia e a amiga dela ...*aliás* ... foi assim ... o primo dela tava interessada/ ela se apaixonou pelo primo dela e o primo dela pela amiga dela e a amiga dela por esse rapaz ... por esse mesmo rapaz ... então ... muito amiga dela... ela pediu pra:: ela pediu pra Isabel ... (Narrativa recontada, D&G Natal, p. 83, ensino médio).
- (9) ... é:: quando ele abre a correspondência ... aí a correspondência é do velho ... do doutor ... então o doutor tinha voltado a mil oitocentos e cinqüenta e cinco ... um século atrás ... né ... ele tinha voltado ... não *aliás* ... ele tinha voltado há alguns anos ...

a mil oitocentos e noventa ... a mil oitocentos e oitenta ... por aí ... (Narrativa reconstruída, D&G Natal, p. 86, ensino médio).

- (15) I: ... a gente ficou no centro da cidade ... então ... é bem fácil de descrever e eu gostei do local porque é um local pacato e:: simples... né ... então a gente chegou e foi para uma escola ... né ... então uma escola ... *aliás* ... são duas escolas que pelo menos eu vi lá ... uma mais perto da igreja católica ... perto de uma praça ... é:: e uma mais afastada dessa igreja ... mais ... assim uma distância de uns quinhentos metros entre uma e outra ... uma e outra escola ... então a gente chegou ... foi para uma escola bem organizada ... com banheiros limpos e tudo ... é:: bem pintada ... é:: organizada ... (Descrição de local, D&G Natal, p. 87, ensino médio).
- (6) mas em todo caso tem muito mais escola pública do que particular ... então veja só ... se:: é:: se sessenta por cento das escolas públicas ... é:: das escolas públicas ... *aliás* ... se ... se tem sessenta por cento de escolas públicas de uma global de cem por cento ... sessenta por cento dessas pessoas vão da escola pública para a universidade enquanto quarenta por cento ... vai ... quarenta por cento que é de escola particular vai de todo jeito para a escola ... (Relato de opinião, D&G Natal, p. 93, ensino médio).
- (16) I: é... pra educação mesmo... doméstica... quer dizer... que não tem muita utilidade na... na vida...prática... né? de todo dia... eu acho que quem faz letras... se encaminha eu acho que...invariavelmente pro magistério... a menos as pessoas que fazem bacharelado em tradução... né? que aí você cria uma opção... aqui tem... né? já está tendo *aliás* curso de bacharelado... tanto em inglês quanto em francês... (Relato de opinião, D&G JF,p. 12, ensino superior).

Considerações finais

Durante a realização deste estudo, chamou a atenção o baixo número de ocorrências de *aliás*, na oralidade, considerando o total de textos no *corpus* analisado. Em um universo de 855 textos apenas 19 apresentaram o uso desse item linguístico.

Quanto ao grau de escolaridade dos falantes, observamos que o recrutamento de *aliás* se deu com maior frequência entre os usuários de nível superior e médio. Dos 19 textos orais analisados, 14 pertencem aos usuários com esses graus de escolaridade. Esse resultado pode indicar um maior recrutamento de *aliás* em textos mais canônicos.

Observamos que *aliás* pode assumir variados valores semânticos, na modalidade oral, dos quais: reformulação, retificação (parcial e integral) e inclusão. O valor semântico mais utilizado foi o de retificação, conforme postulado por Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). No entanto, há de se resguardar as demais possibilidades classificatórias de *aliás*,

tendo em vista que o estudo ora proposto se limita ao contexto oral, em textos não canônicos, em que essa partícula repercutiu 19 vezes, em 855 textos.

Acerca dos demais contextos motivadores para o recrutamento de *aliás*, no *corpus* contemplado, constatamos que, no gênero textual relatos de procedimentos, esse elemento teve maior frequência de uso entre os falantes. Além disso, verificamos uma maior tendência de uso de *aliás* em posição intermediária. Contudo, reforçamos a importância de se considerar as suas demais localizações, ainda que em menor número, tendo em vista suas possíveis classificações, considerando sua mobilidade.

Buscamos com esse estudo mostrar a multifuncionalidade assumida por uma mesma forma, atentando para as motivações de uso nos contextos em que esteja inserida. Todas as formas contêm sentidos que serão expostos, assumindo seu papel no ato do discurso, no momento em que os interlocutores interagem e firmam seus objetivos e intenções, através de suas escolhas.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CEZARIO, Maria Maura; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. *Linguística Centrada no Uso*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. A linguística centrada no uso (ou linguística cognitivo-funcional). In: SOUZA, Medianeira et al. (Org.). *Sintaxe em foco*. Recife: PPGL / UFPE, 2012, p. 29-49.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Publifolha, 2007.
- GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha, Mário Eduardo Martelotta, Filipe Albani. São Paulo: Cortez; Natal, RN: EDUFRN, 2012.
- Grupo D&G. Disponível em: <http://www.discursogramatica.letras.ufrj.br/>. Acesso em julho de 2017.
- KOCH, Ingodore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2015.
- OLIVEIRA, Héleno Fonseca de. Os conectores reformulativos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 229-233, 2º sem. 2001.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. (Org.). *Linguística centrada no uso – teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ, 2015, p. 22-35.



Data de submissão: 12/09/2019

Data de aceite: 22/04/2020

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO VOCÁBULO *FODA* EM USOS CONTEMPORÂNEOS

CONSIDERATIONS ABOUT THE WORD *FODA* IN CONTEMPORARY USES

Rosangela Jovino Alves | [Lattes](#) | rosangela.alves@ifpr.edu.br

Instituto Federal do Paraná

Mateus Fornazieri Gonçalves Ferreira | [Lattes](#) | mateusfornazieri@gmail.com

Instituto Federal do Paraná

Pedro Henrique Silva Antônio | [Lattes](#) | pedrohenrique.antonio@hotmail.com

Instituto Federal do Paraná

Resumo: As palavras consideradas ‘palavrões’ ocupam, ainda hoje, um valor de tabu linguístico, ou seja, são, de alguma forma, proibidas nos usos linguísticos. O enquadramento dessas palavras como tabus deve-se ao fato de que, tradicionalmente, seu valor semântico é pejorativo, indicando ofensas gerais, órgãos sexuais ou o próprio ato sexual. A partir dessa premissa, este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados preliminares de um estudo desenvolvido sobre os palavrões na contemporaneidade, mais especificamente as investigações sobre o vocábulo *foda*, com o intuito de investigar se, apesar de surgir com denominação relacionada à relação sexual, essa palavra ainda mantém sua acepção de tabu ou tem assumido novos valores semânticos e novas funcionalidades linguísticas na atualidade. Para investigação desse elemento, foram selecionados comentários *on-line*, escritos, feitos em canais do YouTube cuja temática aborda jogos *on-line* comumente jogados por adolescentes. Para análise do *corpus* desta pesquisa, são utilizados os preceitos teóricos do Funcionalismo, uma corrente de estudos linguísticos que investiga os elementos linguísticos a partir de seus usos em contextos reais de comunicação, buscando compreendê-los e descrevê-los. Neste trabalho, utilizaremos, especificamente, os preceitos propostos pela perspectiva multissistêmica da língua, proposta por Castilho (2006, 2007, 2010).

Palavras-chave: Funcionalismo. Palavrões. Linguística.

Abstract: Words considered ‘bad words’ still occupy a linguistic taboo value, that is, they are, somehow, prohibited in linguistic use. The framing of these words as taboos is due to the fact that, traditionally, their semantic value is pejorative, indicating general offenses, sexual organs or the sexual act itself. From this premise, this paper aims to present the preliminary results of a study developed on profanity in contemporary times, more specifically the investigations on the word *foda*, in order to investigate whether, despite appearing with denomination related to the sexual relationship, this word still retains its meaning of taboo or has taken on new semantic values and new linguistic features today. To investigate this element, we selected online comments written on YouTube channels that focus on online games commonly played by teenagers. For the analysis of the corpus of this research, the theoretical precepts of Functionalism are used, focusing on linguistic studies that investigate linguistic elements from their use in real contexts of communication, thus trying to understand and describe them. In this work, we will follow, specifically, the precepts proposed by the multisystemic perspective of language, proposed by Castilho (2006, 2007, 2010).

Keywords: Functionalism. Bad Words. Linguistics.

Introdução

Neste artigo, a partir da perspectiva funcionalista que considera a língua como um conjunto de multissistemas, buscamos explicar as funcionalidades do vocábulo *foda* em usos contemporâneos. Nossa intuito é verificar se houve mudanças nos valores gramaticais, especialmente os morfológicos e sintáticos, e nos valores semânticos. Para compreender essas funções, partimos do que se considera como *palavrão*, apresentamos os principais pontos sobre a teoria funcionalista e, posteriormente, analisamos os usos de *foda* em comentários retirados de vídeos sobre jogos on-line, disponíveis nos canais Yoda SL, Tecnosh e Netenho Cavalcante.

Investigar essa palavra, ainda entendida como um tabu apesar de seu amplo uso, nos levará a aprender mais sobre suas novas funcionalidades, demonstrando se há mudança entre seu sentido sexual e os valores caracterizados nos usos contemporâneos.

O que são tabus?

Tratar de tabus linguísticos, como é o caso da palavra *foda*, significa abordar o proibido, pois carrega o peso de ser um tabu na sociedade, ou seja, é algo que não pode ser

dito, abordado. Segundo Freud (2013), em seu livro sobre o *Totem e o Tabu*¹, a palavra tabu é de origem polinésia, tem tradução complicada e um antônimo adequado para ela é a palavra *noa*, que significa o que é habitual e acessível a todos. Sendo assim, dois tipos de tabus são identificados pelo autor: um significado relacionado ao que é santo, sagrado; e outro relacionado ao que é impuro, proibido, perigoso. Esses tabus ainda se subdividem por seu caráter temporal, sendo permanentes ou temporários, isto é, temas como pessoas mortas e tudo a elas relacionado são exemplos de tabus permanentes; outros temas, como a menstruação e o parto, por exemplo, são considerados temporários.

Apesar de a obra de Freud datar do início do século passado, ela trata de um assunto que ainda é recorrente na sociedade contemporânea, pois os tabus permanecem. Sobre a origem desses tabus, Freud trata da indefinição de uma fonte ou instituição responsável pela existência da proibição. Segundo o autor, “as proibições do tabu prescindem de qualquer fundamentação; têm origem desconhecida; para nós obscuras, parecem evidentes para aqueles sob o seu domínio” (FREUD, 2013, p. 12). Após surgirem os tabus, as pessoas passam a cumprir o sentido de restrição trazido por eles, sem saber de onde surgiram, por que há a restrição e, até mesmo, não refletem sobre a punição sofrida/ou que se sofreria pela transgressão de se abordar um tabu. Esse caráter restritivo passa de geração para geração e segue limitando a abordagem social dos temas considerados tabus sem que haja uma consciência sobre eles, ou seja, as pessoas cumprem as restrições dos tabus baseadas, apenas, pelo caráter cultural. Assim, os tabus atravessam gerações, sem reflexão, sem que se pense sobre a viabilidade de sua existência.

Segundo Freud, sobre esse caráter vitalício dos tabus na sociedade,

Os tabus seriam proibições antiquíssimas, impostas uma vez a uma geração de homens primitivos, ou seja, neles inculcadas violentamente pela geração anterior. Tais proibições recaíram sobre atividades para as quais havia um forte pendor. Elas então foram mantidas de geração em geração, talvez simplesmente devido à tradição, levada pela autoridade dos pais e da sociedade. Mas talvez já tenham se “organizado”, dentro das organizações posteriores, como parte do patrimônio psíquico herdado. Quem pode decidir, no caso em questão, quanto à existência ou não de tais “ideias inatas”, e se elas determinaram a fixação do tabu, sozinhas ou juntamente com a educação? Mas uma coisa certamente resultou da permanência do tabu: o desejo original de fazer o proibido continua a existir nos povos em que há o tabu. (FREUD, 2013, p. 19).

¹ A versão utilizada neste trabalho é uma edição traduzida da obra de 1912-1913, feita por Paulo Cézar de Souza e publicada pela Companhia das Letras em 2013.

No âmbito linguístico, em um trabalho pioneiro, Guérios (1956, p. 13) abordou 11 tipos de tabus linguísticos:

- 1.º) tabus em nomes de pessoas; 2.º) tabus em nomes de parentes;
- 3.º) tabus em nomes de autoridades; 4.º) tabus em nomes religiosos (teônimos, hierônimos, etc.); 5.º) tabus em nomes de mortos; 6.º) tabus em nomes de animais; 7.º) tabus em nomes dos membros do corpo humano; 8.º) tabus em nomes de lugares e circunstanciais; 9.º) tabus em nomes de doenças e defeitos físicos); 10.º) tabus em nomes de alimentos; e 11.º) tabus em nomes vários.

Para a autora, um tabu linguístico é parte de um tabu geral, uma extensão, pois, se algo é socialmente interditado (uma pessoa, ato ou coisa), o nome ou a palavra que a ele se refere também sofrerá interdição. Para entender o que seja um tabu linguístico, Guérios (1956) afirma que há duas definições: a própria e a imprópria. Na definição própria, que está relacionada à crença, o tabu linguístico constitui-se de palavras que não podem ser ditas, pois, em função de seu poder sobrenatural, podem atrair infelicidade e desgraça. Por outro lado, na definição imprópria, que está relacionada ao âmbito social, moral e de sentimento, o tabu linguístico diz respeito à proibição de se dizer qualquer expressão que seja imoral ou seja grosseira. A autora também ressalta que em sua obra foi dada uma atenção maior aos tabus supersticiosos, por ela denominados verdadeiros, que aos tabus morais.

Em nosso trabalho, o objeto de análise, *palavrão foda*, enquadra-se nos tabus morais relacionados ao sexo, por isso é necessário tecer considerações a esse respeito a fim de compreender o porquê de haver uma proibição moral em relação a seus usos. Essas considerações estão no tópico a seguir.

Sexo e tabu

Segundo Bechara (2009, p. 418), *foda* é assim classificado: “*sf. Tabu. 1 Relação sexual, cópula. 2 Fig. Coisa que exige muito esforço, sacrifício ou é difícil de suportar ou resolver. Esse vestibular foi foda.*” . A partir dessa definição de *foda* como um *tabu*, é importante entender a relação entre o sexo e os tabus.

Ao abordar o tabu do corpo, Rodrigues (1975) destaca a importância do que é cultural na relação com o individual. Desse modo, o corpo, que é individual, fica suscetível ao nojo, sendo o homem o único dos animais que se sente horrorizado diante de suas secreções, do vômito e do sangue, por exemplo. Esses são elementos naturais, individuais do corpo, mas que são atingidos por um caráter regulador que é social.

Em relação ao corpo e ao sexo, especialmente no que diz respeito ao ato sexual, Rodrigues (1979) destaca a ação de muitas religiões orientais que construíram uma ideia de que o ato sexual é impuro, desonroso e vergonhoso, “devendo ser realizado na obscuridade da noite, em solidão, a portas fechadas e furtivamente, devendo visar apenas à procriação - mas, mesmo assim, intrinsecamente pecaminoso” (p. 72). Isso fez que essa ideia se propagasse e as relações sexuais fossem proibidas em diversos momentos da história, tanto na América quanto na Europa, antes de datas como o Natal, a Páscoa, em certas fases da lua etc. Esse conceito de proibição também mantém relação com o que se considera decente ou indecente na sociedade.

Nesse sentido, da mesma forma que o corpo é individual e natural, mas vivencia as restrições do social, também ocorre com o sexo, pois, apesar de ser natural, há leis culturais que tentam norteá-lo, restringi-lo. Essa restrição transforma esse tema em tabu, o que faz palavras relacionadas a ele só poderem ser abordadas cientificamente e de forma intelectual, ficando outros usos enquadrados em termos chulos e/ou inadequados.

De acordo com Augras (1989, p. 41), em todos os grupos sociais e culturais, existem partes do corpo que não podem nem mesmo ser nomeadas, como os órgãos sexuais, “que são designados, ou por jargão médico-científico, ou por palavrões. É que os órgãos sexuais servem para lidar diretamente com o outro, estabelecendo a ligação entre opostos e, por conseguinte, têm de ser objeto de tabus, como tudo aquilo que fomenta um duplo domínio”.

No que diz respeito ao que seja considerado *palavrão*, pode-se descrevê-los como palavras de valor obsceno ou ofensivo. Nesse sentido, não surpreende que a maioria dos palavrões de nossa língua esteja relacionada à função sexual ou excretórias. Para entender a relação sexo/corpo/social, Rodrigues (1979) aborda o caráter social do corpo e a relação com o belo na sociedade. Explicando que

Tendemos a identificar a Cultura com o belo e consideramos a Estética, e tudo o que com ela se relaciona, entre as mais elevadas manifestações culturais; analogamente, os gestos transgressores são gestos “feios”, os palavrões são “nomes feios” e um homem ou uma mulher são em geral julgados bonitos na medida em que suas formas se afastam da animalidade. (RODRIGUES, 1979, p. 162) (*grifo nosso*).

Dessa forma, entende-se que os palavrões representam uma prática linguística inadequada aos padrões sociais do que seja belo. Sendo assim, a palavra *foda*, por fazer referência ao ato sexual, enquadra-se como um *palavrão*. Apesar disso, ainda continua ocor-

rendo em usos contemporâneos da língua portuguesa. Isso se explica, pois essa palavra, assim como outros palavrões, serve para expressar raiva, dor intensa, chateação, desprezo, ou apenas como uma forma de controle emocional, de modo a extravasar sentimentos. Dessa maneira, conforme afirma Souto Maior (2010, p. 13), em seu dicionário de palavrões: “O mundo inteiro diz palavrão: homens, mulheres, velhos, moços, crianças, ricos, pobres, em russo, em chinês, em croata, em todos os idiomas”.

A partir dessas considerações sobre os palavrões e do enquadramento da palavra *foda* entre eles, este trabalho busca verificar se esse vocábulo, em usos contemporâneos, ainda mantém sua relação semântica ao ato sexual e sua função gramatical de substantivo. Para isso, utiliza-se o aparato teórico proposto pelo Funcionalismo Linguístico. Dessa forma, no próximo tópico, apresentamos considerações gerais sobre essa corrente linguística e também considerações propostas por Castilho (2010) sobre a concepção multissistêmica da língua.

O Funcionalismo

O Funcionalismo em linguística é caracterizado como um conjunto de estudos cujo objetivo é investigar os elementos linguísticos a partir de situações reais de uso. Nessa abordagem, esses usos são compreendidos a partir de um contexto de interação social, por isso a situação comunicativa e os elementos nela envolvidos são sempre considerados para se compreender os aspectos linguísticos nela constituídos. Segundo Furtado da Cunha (2012, p. 158),

na análise de cunho funcionalista, os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal. Ou seja, o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas ou dissociadas de sua função no ato de comunicação.

As correntes de estudo sob o rótulo funcionalista desenvolvem pesquisas em diferentes países, mas, segundo Neves (2004), a caracterização do que seja Funcionalismo é difícil, pois seus estudos mais conhecidos estão, geralmente, ligados aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, e não às características da corrente. Do mesmo modo, Castilho (2010) entende essa heterogeneidade, mas destaca, também, o que é comum às teorias funcionalistas. Segundo o autor, o Funcionalismo “reúne um conjunto de subteorias que coincidem na postulação de que a língua tem funções cognitivas e sociais que

desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam a gramática de uma língua” (p. 21).

Nesse sentido, no Funcionalismo, entende-se que a gramática de uma língua, apesar de constituir-se de estruturas sistematizadas, também é maleável diante das necessidades comunicativas dos falantes. Sendo assim, o uso cristaliza construções gramaticais, mas também pode modificá-las de acordo com a situação comunicativa. As correntes de estudos funcionalistas, apesar de entenderem as pressões de fatores externos na constituição do sistema linguístico, divergem entre si na compreensão do grau dessa influência, podendo, assim, segundo Nichols (1984), serem enquadradas em três tipos de Funcionalismo:

- *conservador*, apenas reconhece a inadequação do Formalismo ou Estruturalismo sem propor uma nova análise da estrutura;
- *moderado*, não apenas reconhece a inadequação dos pressupostos formalistas, mas também propõe uma análise funcional da estrutura;
- *extremado*, nega restrições sintáticas ao negar a realidade da estrutura como estrutura, considerando que as regras se baseiam internamente na função.

Independente da abordagem assumida diante da consideração da relação entre as pressões externas e o sistema linguístico, as mudanças sofridas pelos elementos linguísticos têm amplo cenário nos estudos funcionalistas. Contemporaneamente, para estudo dessas mudanças, dentre outros princípios de uma abordagem funcionalista, destaca-se a gramaticalização, a qual é considerada um processo de mudança, unidirecional, no qual itens lexicais assumem funções gramaticais, e itens gramaticais assumem outras funções gramaticais.

A gramaticalização pode ser abordada de uma perspectiva sincrônica ou diacrônica. Segundo os autores Hopper e Traugott (1993), na abordagem diacrônica, a gramaticalização é vista de uma perspectiva histórica; na abordagem sincrônica, por outro lado, considera-se a gramaticalização especialmente como um fenômeno sintático ou discursivo-pragmático. Atualmente, para evitar a dualidade sincronia x diacronia, muitos estudos têm assumido uma perspectiva pancrônica, na qual a gramaticalização é entendida como um processo diacrônico que se desenvolve em um *continuum* sincrônico.

Para Brinton e Traugott (2005), além de poder ser abordada de uma perspectiva diacrônica, sincrônica ou pancrônica, a gramaticalização apresenta como traços característicos: a gradualidade, a unidirecionalidade, a fusão, a coalescência, a desmotivação, a metáfora, a metonímia, o desbotamento, a subjetivação, a produtividade, a frequência, e a generalização tipológica. Dentre essas características, a unidirecionalidade é a entendida como a principal, mas não é consenso entre autores funcionalistas.

Para Gonçalves, Lima-Hernandes e Casseb-Galvão (2007, p. 41), a unidireciona-

lidade é o único princípio que pode ser atribuído à gramaticalização e, em uma compreensão metafórica, pode ser entendido como “o bisturi que recorta um tipo específico de mudança, a que promove o rebaixamento de categoria de um elemento, rumo a uma estrutura mais gramatical, e nunca o contrário”. Isto é, considera-se que os elementos saem do léxico para entrar na gramática, mas o inverso não ocorre.

Apesar de ser muito utilizada em estudos funcionalistas, essa compreensão da gramaticalização em uma perspectiva unidirecional é questionada por autores que entendem a língua como um multissistema. Nessa outra concepção, a gramaticalização é entendida como um dentre outros processos de mudanças linguísticas que ocorrem no interior dos sistemas linguísticos. As considerações acerca da abordagem multissistêmica estão a seguir.

A perspectiva multissistêmica

Nessa perspectiva, a língua é compreendida como um multissistema no qual seus sistemas (Léxico, Semântica, Discurso e Gramática) estão interligados, porém sem primazia de um em relação ao outro. Do mesmo modo, os processos de mudança linguística são múltiplos e podem ocorrer no interior dos seus respectivos sistemas, sendo eles: a gramaticalização, a lexicalização, a semanticização e a discursivização.

SISTEMA	PROCESSO
Léxico	Lexicalização
Semântica	Semantização
Discurso	Discursivização
Gramática	Gramaticalização

Quadro 1: Sistemas linguísticos e processos a eles vinculados, segundo Castilho (2010a).

Dentre os sistemas linguísticos, interessam a este trabalho o sistema linguístico da Gramática e o sistema linguístico da Semântica. No que diz respeito ao sistema linguístico da Gramática, ele subdivide-se nos subsistemas Fonológico, Morfológico e Sintático, nos quais também podem haver processos de mudanças, denominados: Fonologização, Morfologização e Sintaticização. As alterações que ocorrem nos sistemas linguísticos não ocorrem linearmente, pelo contrário, elas ocorrem de forma multilinear ou multidirecional, simultaneamente. Essas alterações multilineares contrariam o proposto por teorias que entendem a gramaticalização como um processo unidirecional. Conforme explica Castilho (2007, p. 82-83),

A *gramaticalização* cinde-se em três subprocessos: fonologização (alterações no corpo fônico das palavras), morfologização (alterações que afetam o radical e os afixos) e sintaticização (alterações que afetam os arranjos sintagmático e sentencial). Esses subprocessos ocorrem simultaneamente, sem uma hierarquia de precedência entre eles. Entretanto, observa-se um ritmo unidirecional no tratamento das palavras no interior de cada um desses subprocessos. Acredito que a ação do dispositivo sociocognitivo mencionado em (6), uma vez mais detalhado e melhor entendido, fornecerá as bases teóricas para o entendimento da gramaticalização, da regramaticalização e da desgramaticalização. O produto da gramaticalização são as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas.

Dentre os subsistemas gramaticais, abordaremos o morfológico e o sintático. Por intermédio deles, poderemos verificar se o vocábulo *foda* mantém estrutura morfológica condizente com sua acepção substantiva inicial e quais flexões ele pode assumir. Além disso, poderemos verificar o comportamento sintático desse elemento, buscando compreender de que maneira ele tem se relacionado com outros elementos no interior da sentença.

Além da abordagem do sistema gramatical, analisaremos, também, o sistema Semântico. A partir dele, poderemos observar as características do vocábulo *foda* nos usos contemporâneos e verificar se ele passou por algum processo de mudança nesse sistema. Segundo Castilho (2010), esse é o sistema por meio do qual criamos os significados, operando com diversas estratégias. As categorias que organizam o campo semântico, segundo o autor, são: *dêixis e foricidade; referenciación; predication; verificación, conectivididade, inferência e pressuposição; metáfora e metonímia*. Dentre essas categorias semânticas, neste trabalho trataremos da categoria de predicação.

De acordo com Castilho (2010), a categoria de predicação tem forte relação com a categoria de movimento, pois há um movimento *fictício* dos traços semânticos predicadores quando estes saem de sua base e estendem para sua classe-escopo. Ou seja, na predicação um operador transfere novas propriedades para um termo que é tomado como seu escopo, “a predicação é, portanto, uma operação de transferência de traços semânticos que se movimentam pela sentença e pelo texto” (2010, p. 128). Segundo o autor, as predicações podem ser:

- de primeira ordem: o predicador toma por escopo uma expressão referencial;
- de segunda ordem: o predicador toma por escopo uma expressão predicadora, ou seja, predica-se um predicado;
- de terceira ordem: toma por escopo uma sentença. Também denominada hiperpredicação.

De acordo com Castilho (2010), por meio do processo de predicação o predicador pode transferir ao seu escopo papéis temáticos, casos gramaticais e propriedades lexicais. Essa atuação do predicador sobre seu escopo pode ocorrer por meio de três tipos de mecanismos de predicação: predicação por quantificação; predicação por qualificação; e predicação por modalização.

Independente da postura teórica adotada, os estudos funcionalistas têm contribuído consideravelmente para ampliar nossa concepção da língua em uso. Para este trabalho, no entanto, opta-se pela concepção multissistêmica da língua, pois ela permite que os processos de descrição linguística sejam analisados a partir dos diferentes sistemas linguísticos.

No que diz respeito aos estudos desenvolvidos sob perspectiva multissistêmica no Brasil, eles têm envolvido temas diversos. Como exemplo, podemos citar: o trabalho de Castilho (2006), no qual o autor trata das preposições do eixo transversal no português brasileiro; o trabalho de Rocha e Damasceno (2015), no qual as autoras abordam as construções apositivas no gênero artigo de opinião; o trabalho de Castilho e Fernandes (2012) sobre o verbo *ficar* no português paulista; a tese de Lopes (2017) cujo título é “A semanticização do elemento *em*: dados do português paulista dos séculos XVIII e XIX segundo a abordagem multissistêmica e a linguística cognitiva”; e o trabalho de Souza, Manhães e Carmo (2018), no qual os autores abordam o verbo *ver* em produções orais e escritas do norte e noroeste fluminense; além de muitos outros.

Dentre os estudos multissistêmicos, não foram encontrados trabalhos envolvendo o vocábulo *foda*. Sendo assim, este trabalho se propõe a apresentar considerações acerca de uma análise do *palavrão foda* em usos contemporâneos vinculados em comentários escritos feitos em vídeos na internet, buscando compreender as características linguísticas por ele assumida em situações reais de uso.

Corpus de Análise

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, nossa opção é pela realização de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. Desse modo, inicialmente, partimos da composição do *corpus*, o qual foi constituído por comentários retirados do Youtube. Como o objetivo era encontrar usos da palavra *foda* nos comentários, selecionamos os canais Yoda SL, Tecnosh e Netenho Cavalcante.

O canal Yoda SL é comandado pelo jovem Felipe Piller Noronha, cujo apelido é Yoda, jogador profissional de League of Legends (LOL). Em seu canal, que conta com

mais de um milhão de inscritos, são postados *streams*, transmissões ao vivo do jogo. O canal Tecnosh é comandado pelo jovem Joseph “Tecnosh” Touma, considerado um dos melhores jogadores de PlayerUnknown’s Battlegrounds (PUBG). Esse canal conta com mais um milhão e meio de inscritos, e seus vídeos são *streams* do jogo PUBG. Do mesmo modo que o canal Tecnosh, o canal Netenho Cavalcante também publica *streams* do jogo PUBG. Esse canal tem como responsável o jovem José de Araújo Cavalcante Neto, o Netenho, e conta com mais de meio milhão de inscritos. Além dos vídeos no YouTube, o jovem também tem muitas postagens de *lives* no Facebook.

A escolha por esses canais se deuporque eles são assistidos majoritariamente por um público jovem e têm como temática jogos *on-line*. Neles, os espectadores, normalmente, acompanham o desenrolar de uma partida dos jogos em questão. Como os donos desses canais têm ampla experiência nos jogos sobre os quais fazem *streams*, outros jogadores gostam de acompanhar as partidas e de manifestar suas opiniões/avaliações em relação aos pontos positivos e negativos do desempenho do dono do canal. Diante disso, tínhamos a expectativa de encontrar um número relevante de ocorrências do nosso objeto de análise, uma vez que essas avaliações e a não necessidade de formalidade nos comentários podem contribuir para o uso de palavras como *foda*.

Para seleção dos comentários, escolhemos 3 vídeos de cada canal, todos publicados nos meses de maio ou junho de 2019. Após assistir aos vídeos, fizemos a leitura dos comentários e selecionamos todos os comentários com ocorrência da palavra *foda*, considerando, também, variações como *fodástico* e *fodasticamente*. Nesse processo de seleção, copiamos apenas os comentários, apagando a identificação de quem os escreveu.

Após o processo de seleção, foram elencados 103 comentários: nos vídeos do canal Yoda SL, foram identificados 38 comentários; nos vídeos do canal Tecnosh, foram identificados 29 comentários; nos vídeos do canal Netenho Cavalcante, foram identificados 36 comentários. Todos esses comentários foram identificados pela inicial C e ordenados em sequência numérica: C1, C2, C3, C4. Finalizada a constituição do *corpus*, foram quantificadas 107 ocorrências da palavra *foda*, pois houve situações em que um comentário possuía duas ocorrências.

No que diz respeito à análise multissistêmica, neste trabalho, nossas análises dizem respeito ao sistema da Gramática, com ênfase no subsistema morfológico e no subsistema sintático, e ao sistema Semântico. Desse modo, após a quantificação e organização, os comentários foram analisados, primeiramente, no que diz respeito à classe de palavra a que pertencem. Posteriormente, foram analisadas suas relações no interior da sentença, e, finalmente, foram analisadas suas funções semânticas.

O vocábulo *foda* em comentários de vídeos no youtube

Aspectos morfológicos

Em sua acepção que lhe rende o enquadramento como um termo chulo, o vocábulo *foda* é classificado como um substantivo que faz referência, de forma informal, ao ato sexual. Em nosso *corpus*, entretanto, das 107 ocorrências coletadas, identificamos 106 ocorrências dessa palavra e de palavras dela derivadas funcionando como adjetivo e 1 funcionando como advérbio, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1- classificação do termo *foda* e de suas palavras derivadas segundo a classe de palavras a que pertencem

Classe de palavras	Quantidade
Adjetivos	106
Advérbio	01
Total	107

Os exemplos a seguir são ocorrências de *foda* e sua correspondência com as classes de palavras.

C11: Esse jogo é muito *foda*, quem concorda da like!!! (*adjetivo*)

C40: Neto é tão *foda* que o cara pensou que era racker. Kkkkk (*adjetivo*)

C36: Cara o lançamento desse jogo foi fodasticamente *foda*. (*advérbio*)

Conforme se observa na tabela 1, foi identificada uma única ocorrência em nossos comentários de uma derivação da palavra *foda* funcionando como advérbio. No comentário C36, “Cara o lançamento desse jogo foi fodasticamente *foda*”, há a ocorrência de *foda* como adjetivo, mas há também a ocorrência da palavra *fodasticamente*. Essa palavra foi enquadrada por nós, morfologicamente, como um advérbio, formado pelo adjetivo *fodástico* + o sufixo *-mente*.

No que diz respeito às ocorrências identificadas como adjetivos, destaca-se que, do ponto de vista gramatical, os substantivos e os adjetivos são denominados *nomes* e possuem proximidades morfológicas e sintáticas, como a semelhança nos processos de flexão de gênero e de número e nas vogais temáticas. Sendo assim, é preciso encontrar outros critérios para distingui-los. Castilho (2010) apresenta as seguintes diferenças morfológicas entre essas duas classes:

- a) O adjetivo aceita alteração para indicação do grau, expressa por sufixos ou por especificadores e complementadores;
- b) Podem ser criados adjetivos por derivação de modo por meio do sufixo *-vel*: *amável*.
- c) Os adjetivos aceitam o sufixo *-mente*, transformando-se em advérbios de modo: *triste* – *tristemente*;
- d) Os adjetivos aceitam a derivação de quantificação expressa por *-oso* e *-al*: *estudioso* e *sensacional*.

A partir dessas características, observou-se, do ponto de vista morfológico, que o vocábulo *foda* não apresenta flexão de gênero, sendo o “a” a vogal temática dessa palavra. Assim, independente do termo por ele predicado, não há mudança de gênero do adjetivo, o que o classifica como uniforme, conforme se observa nos comentários que seguem:

C76: *Essa edição* ta muito *foda* mano.

C7: Mano **esse cara** é muito *foda* velho ♥/

Em relação à flexão de número, houve apenas duas ocorrências do vocábulo *foda* relacionado a um termo plural. No comentário C74, o vocábulo *fodas* sofre flexão de número para estabelecer concordância com o pronome (*elas*), o qual está funcionando como anafórico de *as music*. Em C31, por outro lado, apesar do substantivo *cara* estar acompanhado por determinante plural (*esses*), o vocábulo *foda* não sofre flexão de número para estabelecer concordância com esses elementos. Observa-se que esse exemplo possa levar à discussão sobre a desconstrução da marcação redundante do plural em língua portuguesa, mas, a esse respeito, nossos dados são limitantes para que algo possa ser constatado.

C74: Na Humilda Vídeo Raiz Do Yoda Tinha Music Nas Descrição Pow Bronziocre Manda As Music Juntoooo Pq **Elas** Saooo *Fodas*.

C31: **Esses cara** é *foda* só joga de hack.

Em relação ao processo de formação de grau do adjetivo, houve 24 ocorrências de formação de grau com a presença de especificadores que, nos comentários que seguem, são exemplificados pelos advérbios graduadores *mais* e *muito*:

C82: Um vídeo **mais foda** que o outro pqppppp.

C79: Yoda e **muito foda** busco inspiraça nele!

No que diz respeito ao processo de formação de grau por meio do uso de sufixos, houve apenas uma ocorrência, conforme consta em C48:

C48: Esse jogo é *fodastico* d+ .

Na formação desse superlativo absoluto, há a junção das palavras *foda* e *fantástico*. Assim, consideramos que essa palavra seja uma *palavra-valise*, ou seja, constituída por elementos de duas palavras, mas sendo a parte inicial de uma e a parte final de outra. Do ponto de vista semântico, esse superlativo será equivalente a dizer que o jogo é “muito foda”.

Além dos aspectos gramaticais anteriormente considerados, nossa análise se propõe também a analisar os aspectos sintáticos de *foda*. As considerações acerca desses aspectos sintáticos estão no próximo tópico.

Aspectos sintáticos

Do ponto de vista sintático, Quirk *et al.* (1985, p. 402-403) definem 4 critérios² para caracterizar os adjetivos, são eles:

- a) Eles podem ocorrer livremente em função atributiva e podem modificar um nome, aparecendo entre o determinante (inclusive artigo zero) e a introdução da frase nominal;
- b) Eles podem ocorrer em função predicativa, funcionando como complemento do sujeito ou do objeto;
- c) Eles podem ser pré-modificados pelo intensificador *muito*;

Podem assumir formas comparativas e superlativas.

Em nossa análise, as características sintáticas **b**, **c** e **d** foram muito relevantes na classificação dos vocábulos *foda* identificados. Para demonstrar isso, retomamos o comentário C11.

² Tradução livre.

Texto original: (a) They can freely occur in ATTRIBUTIVE function (cf 7.20), *i.e.* they can premodify a noun, appearing between the determiner (including zero article) and the head of a noun phrase.

(b) They can freely occur in PREDICATIVE function (cf 7.20), *i.e.* they can function as subject complement, or as object complement.

(c) They can be premodified by the intensifier very (cf 7.56).

(d) They can take COMPARATIVE and SUPERLATATIVE forms (cf 7.75).

C11: Esse jogo é muito *foda*, quem concorda da like!!!

Nesse comentário, a palavra *foda*: (i) está em função predicativa do sujeito *jogo*; (ii) está sendo modificada pelo intensificador *muito*; (iii) ao lado do advérbio *muito*, está constituindo um superlativo analítico. Ou seja, é um adjetivo em sua forma mais prototípica. Do mesmo modo que em C11, em C40 *foda* também é caracterizado como adjetivo.

C40: Neto é tão *foda* que o cara pensou que era racker. Kkkkk

Em C40, *foda* ocupa posição predicativa, mas, por fazer parte de uma sentença correlata consecutiva, a troca do intensificador *tão* pelo intensificador *muito* não mantém a equivalência semântica. Além disso, a aplicabilidade da forma superlativa só é possível, de forma a respeitar a manutenção da estrutura correlata consecutiva, com o uso da forma *fodástico*, por exemplo em “Neto é tão *fodástico* que o cara pensou que era racker. Kkkk.”

Além dos aspectos supracitados, observamos, também, que, em nosso *corpus*, não houve ocorrências de *foda* em posição anteposta ao substantivo. Todas as ocorrências estão em posição posposta, entendida como a posição mais prototípica de ocorrência dos adjetivos.

As considerações até aqui tecidas acerca da análise dos dados obtidos dizem respeito a aspectos do sistema gramatical, mais especificamente do subsistema morfológico e do subsistema sintático. Além delas, nosso trabalho também se propõe a tecer análises acerca das características de *foda* no sistema Semântico. Essas considerações estão a seguir.

Aspectos semânticos

No que diz respeito às características semânticas de *foda*, Castilho (2010) propõe a existência de três propriedades para os adjetivos: adjetivos que são verificadores; adjetivos que são predicativos e adjetivos que são dêiticos. Dentre esses três, os adjetivos predicativos são aqueles que interessam à nossa análise, ou seja, aqueles que modificam os substantivos que acompanham, pois consideramos que *foda* atribui traços semânticos aos substantivos aos quais predica. Dentre os adjetivos predicativos, estão os qualificadores, os quais, segundo Neves (2000), podem expressar avaliação psicológica, exprimindo propriedades que o falante define para o substantivo. Essa avaliação pode dizer respeito ao falante ou à coisa nomeada pelo falante e, segundo a autora, pode ser:

- de propriedades intencionais (exprime propriedades que descrevem o substantivo):
- de termos linguísticos (são epilingüísticos, pois predicam o próprio substantivo empregado).

A partir das propostas de Neves (2000) e Castilho (2010), entendemos que o adjetivo *foda* tem propriedades semânticas predicativas, pois altera o substantivo qualificando-o a partir de uma avaliação do falante. Essa avaliação, por sua vez, tem propriedades intencionais, que podem atribuir uma característica positiva (adjetivos eufóricos), uma característica negativa (adjetivos disfóricos) ou uma neutralidade.

Em relação à avaliação semântica proposta pelo adjetivo *foda*, a partir do contexto de análise, verificou-se que ele caracteriza o elemento a que faz referência de forma positiva, negativa ou neutra. Na tabela que segue, estão os dados sobre os valores semânticos de *foda* no *corpus* analisado.

Tabela 2: valores semânticos de *foda* como adjetivo

Valor semântico	Ocorrências
Positivo	90
Negativo	15
Neutro	1

Nos exemplos que seguem, é possível identificar esses valores.

C7: Mano esse cara é muito *foda* velho ❤/

C53: Mano namoral eu to amando as adições do bronziocre nmrl o cara é *foda*.

C13: tec vc é *foodaa* faz mais videos desse jogo top.

Os comentários C7, C53 e C13 são exemplos da funcionalidade do adjetivo *foda* com valor positivo, pois essa palavra está configurando como parte de um elogio. Em C7, *foda* está predicando o substantivo *cara*, atribuindo a ele uma avaliação positiva, a qual é reforçada pela colocação de um coração ao final do comentário. No comentário C53, do mesmo modo, *foda* está predicando o substantivo *cara*, também atribuindo a ele característica positiva, reforçada pelo verbo *amar*, o qual está na sentença anterior e realça a valoração positiva do falante quanto a uma ação do substantivo avaliado. Em C13, *foda* está caracterizando o pronome *você*, representado graficamente pela abreviação *vc*. Essa avaliação positiva é reforçada pelo pedido de mais vídeos em seguida ao elogio.

Os comentários C51, C52 e C8, por outro lado, são exemplos de um valor negativo do adjetivo *foda*. Em C51, *foda* pode ser entendido como sinônimo de ruim, ou seja, ter que aturar os “moleques” morando na casa é ruim, não é bom. Em C51, também identificamos valor negativo, pois *foda* tem valor semelhante a *difícil*, isto é, está difícil a *cassioloira* (apelido de um jogador) passar de fase e fazer parte do circuitão. Em C88, do mesmo modo que em C51, o valor é negativo, pois *foda* pode ser substituído por ruim, ou seja, a publicação de apenas um vídeo por mês não está bom, está ruim.

C51: com todo esse dinheiro, ter que aturar esses mlk morando na casa é *foda*.

C52: Eu quero é ver essa cassioloira no circuitao, mas tá *foda*_ela passar kkkk

C88: Um vídeo por mês ta *foda!* Bora trabalhar Crlh!!!

Para análise do valor semântico dos comentários foi necessário levar em consideração todo seu contexto de produção, ou seja, nos vídeos selecionados, os donos dos canais estão jogando partidas on-line de seus jogos. Devido à grande experiência que têm com o jogo, as partidas mostram, com frequência, o sucesso desses jogadores. Conforme eles vão ganhando e apresentando bons resultados no jogo, os comentários refletem esse sucesso. Quando encontram alguma dificuldade, ela também tem reflexo nos comentários. Desse modo, considerando que, nos vídeos de que retiramos os comentários, os jogadores estão no meio de partidas de seus jogos favoritos e entendendo que a emoção de conquistar pontos, vitórias torna o vídeo empolgante para quem o assiste e para quem está jogando, os comentários que analisamos refletem as avaliações dos espectadores no que diz respeito ao desempenho desses jogadores. Essas avaliações, como vimos anteriormente, podem ter valores positivos, negativos ou neutros. Em nossas análises, identificamos apenas um exemplo ao qual atribuímos valor semântico neutro.

C35: Tec foi *fodaa* vc conseguir essa skin ou nem?

Em C35, *foda* possui valor semelhante a *difícil*, mas não está caracterizando algo com valor negativo. Esse valor neutro talvez tenha sido favorecido por se tratar de um questionamento, e não de uma afirmação. Nesse exemplo, observa-se que o adjetivo tem uma relação de avaliação sobre uma sentença, pois *foda* está relacionado a “conseguir a skin”; tomando como escopo não apenas o substantivo, mas o verbo *conseguir*.

Além dos valores semânticos de *foda* como adjetivo, vale ressaltar o valor assumido por *fodasticamente* em C36.

C36: Cara o lançamento desse jogo foi *fodasticamente foda*.

Nessa única ocorrência de uma palavra derivada de *foda* funcionando como advérbio, entendemos que o valor semântico por ela assumido seja de advérbio de modo, pois indica de que modo o jogo foi *foda*.

Apesar da breve análise, nossos resultados demonstram importantes características de um *palavrão* bastante utilizado pelos falantes brasileiros, apontando que há mudanças ocorrendo nos usos dessa palavra. Essas mudanças demonstram que *foda* tem sido utilizado como adjetivo uniforme, predicador qualificador de substantivos ou até sentenças, servindo como expressão da avaliação do falante sobre o item predicado.

Destacamos que este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo e que essas são breves considerações, com resultados ainda incipientes quanto à situação das palavras consideradas palavrões na sociedade brasileira. Esses resultados, no entanto, são relevantes à medida que demonstram mudanças nos usos de *foda*, pois ele passa a assumir valores semânticos e características gramaticais que o diferenciam de sua acepção inicial de substantivo. Ressalta-se, porém, que, apesar de não haver ocorrência em nosso *corpus*, *foda* ainda é utilizado como substantivo que remete ao ato sexual. Ressalta-se, também, que, mesmo assumindo outras funções gramaticais, *foda* ainda permanece como um tabu linguístico, pois seu uso ainda é fruto de restrições na contemporaneidade.

Considerações Finais

As considerações feitas neste trabalho abordaram o vocábulo *foda* com o objetivo de verificar se, nos usos contemporâneos, ele ainda se mantém apenas como um *palavrão*, pertencente à classe dos substantivos e cujo valor semântico diz respeito ao ato sexual. Sendo assim, a partir de uma perspectiva funcionalista multissistêmica da língua, analisamos *foda* nos sistemas semântico e gramatical, mais especificamente nos subsistemas morfológico e sintático, a partir de usos feitos em comentários escritos obtidos na internet.

A partir da análise realizada, é possível verificar que o vocábulo *foda* já sofreu mudanças em seus valores gramaticais, pois, apesar de surgir como substantivo, na contemporaneidade está sendo, também, utilizado como adjetivo. Em relação aos aspectos morfológicos, esse adjetivo é caracterizado como uniforme, pois não flexiona para indicar gênero e pode ou não sofrer marcação do plural para concordar com substantivo plural.

No que diz respeito aos aspectos sintáticos, verificou-se que *foda*, como adjetivo, tem ocorrido em função predicativa, pode ser intensificado e pode assumir a forma superlativa. Além disso, em sua posição na sentença, verificamos que ele tem ocorrido predominantemente em posição posposta ao substantivo. Ademais, do ponto de vista semântico, nossas análises demonstraram que *foda* é um adjetivo que pode pregar valores neutros, positivos ou negativos para o termo ao qual se relaciona.

Diante das considerações tecidas neste trabalho sobre os palavrões, entendemos, a partir de nossos resultados, que *foda* tem sido utilizado para expressar avaliação do falante, expressando indignação, felicidade, descontentamento, entre outros, algo que pode ser ampliado a partir de uma análise discursiva. Embora expresse essas avaliações, compreendemos que *foda* não mantém mais apenas a acepção relacionada ao ato sexual. Seu enquadramento como *palavrão* e como tabu permanece na contemporaneidade, mas novos valores gramaticais e semânticos passam a ser atribuídos a ele. Sendo assim, esses resultados motivam a continuidade de nossa pesquisa e ampliam, ainda mais, nossa percepção e atenção para a funcionalidade dos elementos na língua em uso.

Referências

- AUGRAS, M. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BECHARA, E. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRINTON, L.; Traugott, E. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CASTILHO, A. T. de. Proposta funcionalista de mudança linguística. Lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs.) *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: EDUFBA, 2006, p. 223-296.
- CASTILHO, A. T. de. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no português brasileiro: espaço /anterior/~/posterior. In: RAMOS, J; ALCKMIM, M. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*, vol. V: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 53-132.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. Mudança Linguística Multissistêmica, p. 505-518, 2010a. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_510.pdf. Acesso em 25 de Abril de 2019.

CASTILHO, A. T. de; FERNANDES, F. O. Analisando multissistemicamente o verbo ficar na história do português paulista. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 41, 2012. p. 602-615.

FREUD, S. Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos. In: FREUD, S. *Totem e Tabu - Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1913)*. Tradução de Paulo Cézar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FURTADO DA CUNHA, A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.) *Manual de Linguística*, 2. edição, São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

GUÉRIOS, M. *Tabus Linguísticos*. Curitiba: Editora “Organização Simões”, 1956.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOPES, G. A. *A semanticização do elemento em: dados do português paulista dos séculos XVIII e XIX segundo a abordagem multissistêmica e a linguística cognitiva*. Dissertação apresentada ao Departamento de Letras Clássicas Vernáculas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, M. H. de M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, n. 43, 1984. p. 97-117.

QUIRK, R. et al. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longmam, 1985.

RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

ROCHA, L. H. P.; DAMASCENO, G. L. N. *Análise multissistêmica das construções apositivas em artigos de opinião*. (*Con)textos Linguísticos*, v. 09, 2015. p. 124-148.

SOUTO MAIOR, M. *Dicionário do palavrão*. 1^a ed. São Paulo: Leitura, 2010.

SOUZA, R. Q. G.; MANHÃES, E. K.; CARMO, G. T. do. Uma análise multissistêmica do verbo ‘ver’ em produções orais e escritas do norte e noroeste fluminense. *Linkscienceplace*, v. 5, 2018. p. 114-129.



Data de submissão: 15/12/2019

Data de aceite: 20/05/2020

ESTRATÉGIAS DE SEGMENTAÇÃO E DE TRADUÇÃO UTILIZADAS POR TRADUTORES HUMANOS: DA COMBINAÇÃO DE ORAÇÕES À ESTRUTURA RETÓRICA

**SEGMENTATION AND TRANSLATION STRATEGIES USED BY HUMAN
TRANSLATORS: FROM CLAUSE COMBINING TO RHETORICAL STRUCTURE**

Juliano Desiderato Antonio | [Lattes](#) | jdantonio@uem.br
Universidade Estadual de Maringá

Liliam Cristina Marins | [Lattes](#) | liliamchris@hotmail.com
Universidade Estadual de Maringá

Luiza Prevedel Pereira | [Lattes](#) | luizaprevedel@hotmail.com
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar estratégias de segmentação e de tradução utilizadas por tradutores humanos. O nível em que a análise é realizada é o da estrutura textual, por meio da Rhetorical Structure Theory (RST). O córpus do trabalho é formado por treze sinopses de filmes em inglês e suas versões do inglês para o português feitas por formandos do curso de Tradução. Na análise, investiga-se a frequência de concordância entre a segmentação dos textos em unidades discursivas elementares e comparam-se a estrutura retórica do texto fonte e a estrutura retórica da tradução. A análise permitiu identificar cinco diferentes estratégias utilizadas pelos tradutores e duas inadequações no processo de versão dos textos do inglês para o português. Os resultados mostram que os tradutores humanos, diferentemente dos tradutores mecânicos, promovem transformações inevitáveis nas estruturas linguísticas do texto traduzido, as quais são fruto da relação desse sujeito tanto com a língua estrangeira quanto com sua própria língua materna. Justamente por ser humana, ela se distancia de um ideal de perfeição, bem como de uma possível busca por equivalências estruturais entre línguas que são, a rigor, diferentes.

Palavras-chave: Rhetorical Structure Theory. Tradução. Segmentação.

Abstract: This paper aims at investigating the segmentation and translation strategies used by human translators. The analysis is performed at the textual structure following the Rhetorical Structure Theory (RST). The corpus consists of thirteen synopses of films and their English-Portuguese versions made by undergraduate students of Translation. In the analysis, we investigated the frequency of agreement between text segmentation into elementary discourse units and compared the rhetorical structure of both the source text and the translations. The analysis allowed us to identify five different strategies and two inadequacies used by translators in the process of translating texts from English to Portuguese. The results show that human translators, unlike mechanical translators, promote inevitable transformations in the linguistic structures of the translated texts, which are the result of the translators' relationship with both the foreign language and their first language. Because it is human, it distances itself from an ideal of perfection, as well as from a possible search for structural equivalences between languages that are, strictly speaking, different.

Keywords: Rhetorical Structure Theory. Translation. Segmentation.

Considerações iniciais

A língua inglesa ocupa, em uma prática tradutória localizada em um cenário de globalização, um lugar de visibilidade, atravessando os sujeitos em várias instâncias, inclusive identitárias, no “ser” entre línguas, e permitindo mobilidade e trocas transculturais (CORACINI, 2005). É a língua utilizada no comércio global, na diplomacia internacional, no controle de tráfego aéreo, em publicações científicas, e, no dia a dia, é a língua mais comumente utilizada na internet e também por turistas que necessitam comunicar-se com habitantes dos locais que visitam quando as línguas dos visitantes e dos visitados não é comum. Diante disso, há uma enorme demanda pela tradução de textos de e para o inglês, motivo pelo qual o objetivo deste trabalho é investigar estratégias de segmentação e de tradução utilizadas por tradutores humanos, desde a combinação de orações até a estrutura retórica, de textos vertidos do inglês para o português.

A tradução humana, enquanto prática sociodiscursiva, é sempre empreendida por um sujeito constituído ideológico-político e culturalmente, o que é responsável por distanciar essa prática de um ideal de neutralidade, equivalência e fidelidade linguística a um original. Ao realizar determinada escolha tradutória em detrimento de outra, o tradutor está, inevitavelmente, marcando-se nesse movimento discursivo (ARROJO, 1996). No entanto, isso não significa manipulação ou usurpação da mensagem original, mas uma característica intrínseca (e desejável) do fazer tradutório humano em todo e qualquer

gênero discursivo; ou seja, não é um movimento interpretativo exclusivo da tradução de textos que circulam na esfera artística. Além de romper com a linha abissal que separa a tradução artística (tradicionalmente vinculada à maior liberdade de escolhas) da tradução comunicativa (tradicionalmente concebida como aquela que apresenta menor leque de possibilidades tradutórias), o reconhecimento da tradução enquanto materialização das escolhas de um tradutor também desconstrói a ideia de língua como um sistema engessado, estático e imutável – herdada de uma vertente mais prescritiva dos estudos da tradução – em direção a uma concepção mais dinâmica, fluida e funcionalista da linguagem em seus mais diversos usos e práticas individuais e sociais.

Esse olhar mais funcional da prática tradutória, que se estabeleceu em especial na escola funcionalista alemã com Reiss, Vermeer e Nord, consolida-se nos estudos da tradução enquanto questionamento dos preceitos tradicionalmente vinculados a uma vertente mais prescritivista, que via na tradução um transporte cuidadoso do sentido contido nas palavras do original para seu equivalente no destino final, sem provocar danos à sua integridade (RODRIGUES, 2000, p. 169). Em contraposição, a vertente funcional questiona a dependência conceitual da tradução a uma noção de equivalência (seja no nível sintático ou no semântico) e o processo de tradução passa a ser norteado pela “fidelidade” ao objetivo tradutório, de forma a contemplar também o leitor e o contexto de chegada (não apenas o autor e o contexto de produção):

Em outras palavras, ser funcionalista em tradução significa ter como foco principal a função (ou funções) inerente(s) aos textos e às traduções, visto que se pressupõe que todo texto, traduzido ou não, detém um propósito específico, uma intenção sustentada na relação presumida entre produtor e leitor(es) final (COSTA; ZILPSER; POLCHLOPEK, 2012, p. 26).

Reconhecer a posição entre-lugares da tradução significa pensar nessa prática como fronteiriça (não é nem o espelho do original, nem mesmo um texto completamente novo), além de suscitar a reflexão de que o mundo não pode ser lido por meio de uma língua única, mesmo que esta tenha uma posição hegemônica (GENTZLER, 2009), como o inglês. Ou seja, a tradução é necessária e deve ser considerada como uma ponte entre línguas e culturas diferentes.

Ao partir dessa concepção de tradução nos entre-lugares, busca-se analisar, neste texto, as estratégias de tradutores em formação de um curso de Tradução de uma universidade paranaense para a versão de treze sinopses de filmes do inglês para o português. Um anotador com experiência em RST segmentou e anotou as relações que caracterizam os textos de partida e os textos traduzidos a fim de identificar as estratégias utilizadas

pelos tradutores. O nível em que a análise se realiza é o da estrutura textual, por meio da *Rhetorical Structure Theory* (RST), uma teoria descritiva que tem por objeto o estudo da organização dos textos, caracterizando as relações que se estabelecem entre as partes do texto (MANN; HOMPSON, 1988). O estudo de estratégias de tradução por meio da RST foi inicialmente proposto por Da Cunha e Iruskieta (2010) e mostrou-se muito produtivo para a explicação de diferenças na estrutura retórica dos textos vertidos motivadas pela escolha de diferentes estratégias por parte dos tradutores.

Fundamentação teórica

De acordo com Matthiessen (2005), a RST surgiu das pesquisas relacionadas ao estudo da organização textual tendo em vista a geração automática de textos. A RST tem como principal pressuposto o fato de que as orações de um texto veiculam mais do que apenas conteúdo proposicional explícito. Da combinação entre as orações e as partes de um texto surgem proposições implícitas, as chamadas *proposições relacionais*, que recebem outros rótulos como “relações retóricas”, “relações discursivas”, “relações de coerência” (TABOADA, 2009, p. 127).

Uma lista de 32 relações pode ser encontrada no website da teoria (www.sfu.ca/rst). No entanto, como apontam Mann e Thompson (1988), essa lista não representa um rol fechado, e mais relações podem ser acrescentadas. Em termos de organização, as relações podem ser de dois tipos: a) núcleo-satélite, nas quais uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), como na figura 1, em que um arco vai da porção que serve de subsídio para a porção que funciona como núcleo; b) multinucleares, nas quais uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto, como na figura 2.



Figura 1 – Relação núcleo-satélite
(MANN E THOMPSON, 1988, p. 247)

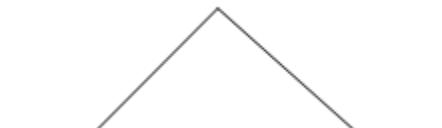


Figura 2 – Relação multinuclear
(MANN E THOMPSON, 1988, p. 247)

A estrutura retórica de um texto é representada por um diagrama arbóreo e é definida pelas redes de relações que se estabelecem entre porções de texto sucessivamente maiores. Segundo Mann e Thompson (1988), a estrutura retórica é funcional, pois leva

em conta como o texto produz um efeito sobre o enunciatário, ou seja, toma como base as funções que as porções do texto assumem para que o texto atinja o objetivo global para o qual foi produzido. Na figura 3, pode-se observar a estrutura retórica de uma sinopse do córpus deste trabalho.

A unidade central da sinopse, núcleo para o qual todos os satélites apontam, é a unidade 9 (STEDE, 2008). Em outras palavras, a porção de texto formada pelas unidades de 1 a 8 estabelece a relação “motivation” com a unidade 9, ou seja, tem a função de motivar o leitor a realizar a ação mencionada na unidade 9, a saber, “experienciar o filme”. As unidades de 1 a 4 formam uma porção de texto que funciona como satélite de “background” para a porção formada pelas unidades de 5 a 8, isto é, as unidades de 1 a 4 apresentam informações sem as quais ficaria difícil para o leitor compreender o conteúdo do núcleo. Entre as unidades 1 e 3 estabelece-se a relação “same unit”, que é uma relação estrutural para representar, no diagrama, que a unidade 2 está intercalada entre essas duas unidades. A unidade 2 estabelece a relação “cause” com a unidade 3. Nessa relação, o evento presente no satélite causa o evento presente no núcleo. Na relação “elaboration”, a unidade 4 (satélite) acrescenta informações adicionais ao conteúdo do núcleo. Na relação “circumstance”, presente nas unidades 5 e 7, o satélite fornece a moldura na qual o conteúdo do núcleo deve ser interpretado. Por fim, entre as porções de texto formadas pelas unidades 5-6 e 7-8, estabelece-se a relação multinuclear “sequence”, que apresenta eventos que se sucedem temporalmente.

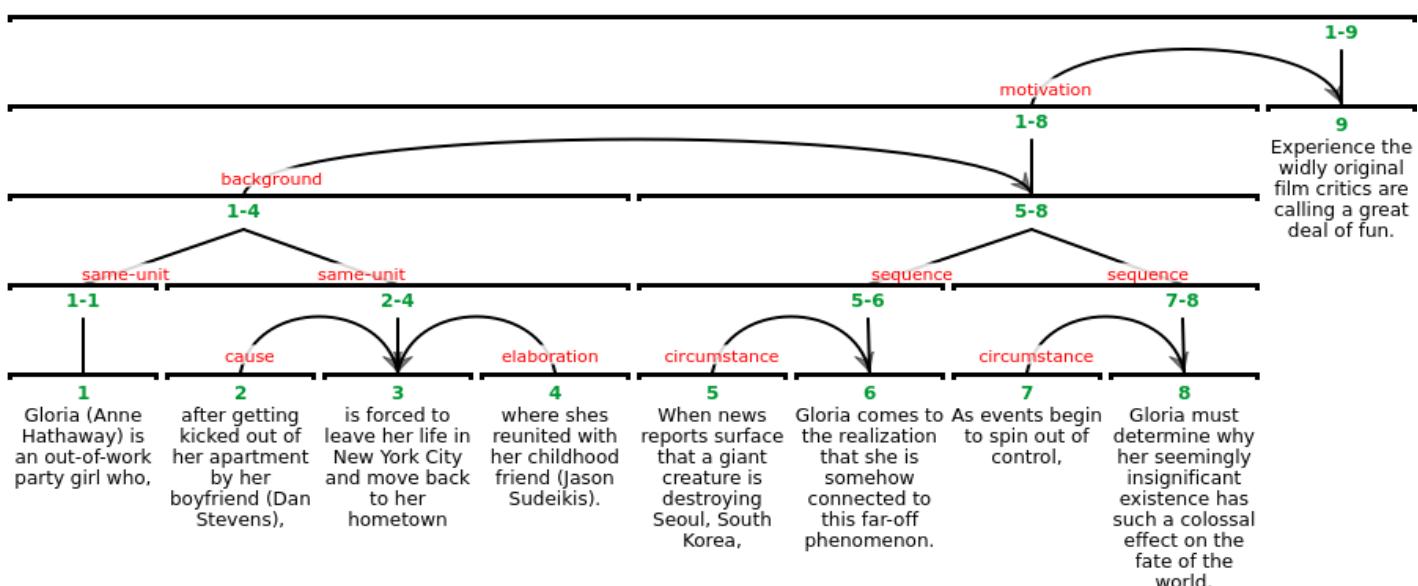


Figura 3 – Diagrama da estrutura retórica de uma sinopse do corpus (Fonte: os autores).

Metodologia

As treze sinopses que compõem o córpus deste trabalho foram retiradas do serviço de streaming iTunes. Como se pode verificar na figura 4 a seguir, cada texto tem duas partes: Review e About the movie. Cada uma dessas partes foi analisada separadamente.

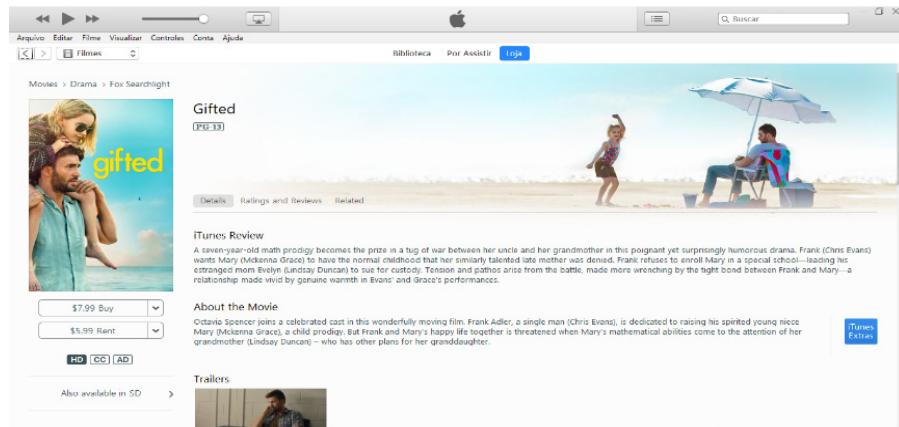


Figura 4 – Captura de tela do iTunes com uma das sinopses do córpus do trabalho
(Fonte: itunes).

As sinopses originais bem como suas versões para o português, que já haviam sido vertidas em uma atividade do curso de Tradução, foram segmentadas em *Elementary Discourse Units* (EDUs) por anotadores com experiência em RST. As EDUs são blocos mínimos de construção de uma árvore discursiva (CARLSON; MARCU, 2001). Geralmente, as EDUs correspondem a orações, com exceção de orações completivas e de orações restritivas, que não estabelecem relações retóricas pelo fato de funcionarem como argumento da oração principal, no caso das completivas, ou como complicação de um tema, no caso das restritivas.

O passo seguinte foi verificar se houve diferenças na segmentação do texto traduzido em relação ao texto fonte motivadas pelas estratégias de tradução utilizadas pelos tradutores. Por fim, os anotadores criaram as árvores discursivas dos textos do córpus para verificação de diferenças na estrutura dos textos motivadas por diferenças nas estratégias de tradução.

Análise

A primeira verificação que se fez foi com relação ao número de EDUs por texto. Como é possível verificar na tabela 1 a seguir, houve diferença na quantidade de EDUs do texto traduzido em relação ao texto-fonte em 12 textos.

		Texto-fonte	Texto traduzido
Beauty and the Beast	About the movie	7	7
	Review	5	9
Colossal	About the movie	9	9
	Review	7	8
Free Fire	About the movie	6	6
	Review	8	7
Ghost in the Shell	About the movie	13	9
	Review	5	4
Gifted	About the movie	5	5
	Review	7	5
Kong: Skull Island	About the movie	3	4
	Review	7	7
La La Land	About the movie	5	4
	Review	6	6
Night of the Living Dead	About the movie	3	3
	Review	9	9
The Boss Baby	About the movie	3	3
	Review	9	9
The Circle	About the movie	5	5
	Review	6	6
The Fate of the Furious	About the movie	8	10
	Review	7	6
The Lost City of Z	About the movie	7	7
	Review	7	5
The Zookeeper's Wife	About the movie	9	9
	Review	8	7

Tabela 1 – Quantidade de EDUs por texto

As diferenças apresentadas na tabela são decorrentes do emprego de cinco diferentes estratégias empregadas pelos tradutores e também de dois tipos de escolhas inadequadas na circulação do gênero em língua portuguesa. É possível observar que não há uma equivalência entre o número de EDUs na língua de partida e na língua de chegada, o que pode confirmar um processo significativo de reformulação linguística quando comparado a tradutores não humanos, por exemplo. Pensar na tradução nesse movimento é reconhecer que toda tradução é a materialização da relação de um sujeito com sua língua e com a língua do outro, o qual deixa marcas individuais não só semanticamente, mas também na imagem que esse sujeito (des)constrói de sua própria língua. Se o tradutor é,

inevitavelmente, um leitor do texto de partida, não é possível aceitar a possibilidade desse leitor apenas decodificar o código escrito, já que esse ato “destituiria a língua de sua dinâmica transformadora e priva[ria] o texto de sua função de prática social comunicativa” (COSTA; ZILPSER; POLCHLOPEK, 2012, p. 26).

Em três sinopses (*Beauty and the beast – review*, *The fate of the furious – review* e *The Zookeeper's wife – review*), é possível observar as escolhas dos tradutores ao reconstruírem períodos inteiros e selecionarem as informações que serão traduzidas. No exemplo (01), retirado da sinopse do filme *Beauty and the beast*, o tradutor trouxe para o início do período da tradução (unidade 5) o tópico “destaque” do elenco. No texto de partida, o vocábulo inglês (“standout”) está no final da EDU. Em 7, utilizou adjetivos em posição predicativa (“que é arrogante e vaidoso”), ao passo que, no texto de partida, os adjetivos são atributivos (“vain, arrogant war hero”). Em 9, utiliza o verbo “interpretar”, ao passo que, no texto de partida, não se utiliza verbo. Com essa reconstrução textual, uma única EDU do texto fonte (unidade 5) se transformou em 5 EDUs, o que pode mostrar que as línguas não são sistemas que podem equivaler-se, principalmente quando se considera um caráter mais sintético da língua inglesa em relação à língua portuguesa. Por um olhar funcionalista, a noção de língua pautada pela arbitrariedade e pelo formalismo saussuriano, cujo desdobramento é o desejo de tradução equivalente e fiel, é rompida para dar lugar a uma concepção de língua (e de tradução) como ferramenta de comunicação cultural entre autor e leitor (COSTA; ZILPSER; POLCHLOPEK, 2012).

- (01) 5 Luke Evans as the vain, arrogant war hero Gaston and Ewan McGregor as the debonair candelabra Lumière are standouts among the large, sleek cast.

5 Destaques entre o grande e funcional elenco são Luke Evans,
6 interpretando o herói de guerra Gaston,
7 que é arrogante e vaidoso,
8 e Ewan McGregor,
9 interpretando o charmoso candelabro Lumière.

Outra estratégia utilizada pelos tradutores foi a inclusão ou retirada de verbos em construções. Tal estratégia foi empregada em três sinopses: *Colossal – review*, *Ghost in the shell – review*, *The boss baby – review*, *The fate of the furious – about the movie*, *The lost city of Z – review*. No exemplo (02), retirado da sinopse do filme *The boss baby*, o

texto de partida apresenta uma construção comparativa com duas orações (EDUs 7 e 8). Na versão para o português, o verbo da segunda oração é suprimido pelo tradutor, motivo pelo qual o trecho correspondente à segunda oração do texto de partida não foi segmentado. Já na EDU 9 do texto de partida ocorre o contrário. Encontra-se, no texto em inglês, o adjetivo “enchanting”. Na versão para o português, o tradutor optou por uma oração apositiva (“que encanta...”). A língua compreendida como prática social, noção que se opõe à ideia de um mero meio transparente de restituir sentidos, possibilita tal reorganização para que se atenda aos propósitos da tradução (deixar o texto mais familiar para leitores em língua portuguesa, por exemplo, considerando que um dos objetivos da vertente funcionalista é justamente atender o leitor final, seja do texto de partida ou do texto de chegada) e, ao mesmo tempo, se revele como esse tradutor, que é, primeiramente, um leitor do texto de partida, interage com sua língua mãe.

- (02) 7 Sibling rivalry has never been so strange,
8 and it's rarely been as funny.
9 Baldwin is simply brilliant as an ambitious infant on a mission in this colorful film
with an antic screwball style as enchanting to grownups as children.
- 7 Essa rixa entre irmãos nunca foi tão estranha, nem tão engraçada.
8 Baldwin é simplesmente brilhante no papel de uma criança ambiciosa em uma
importante missão nesse filme super colorido, esquisito e excêntrico,
9 que encanta tanto as crianças como os adultos.

A mudança do arranjo da combinação de orações também foi um recurso utilizado pelos tradutores em quatro sinopses (*Ghost in the shell – about the movie*; *Kong: Skull Island – about the movie*; *The lost city of Z – review*; *La la land – about the movie*). No exemplo (03), retirado da sinopse do filme *Kong: Skull Island*, utiliza-se, no texto fonte, uma oração restritiva em 3 (“that reveals”), ao passo que, na versão para o português, o tradutor optou pelo gerúndio, favorecendo a leitura de resultado. A estratégia utilizada pelo tradutor resultou em uma EDU a mais no texto vertido para o português. Essa transformação estrutural da língua também pode mostrar um deslocamento desse tradutor em relação a um possível espelhamento da tradução em relação à língua de partida.

- (03) 3 Tom Hiddleston, Samuel L. Jackson, Brie Larson, John Goodman and John C. Reilly star in a thrilling and original adventure that reveals the untold story of how Kong became King.

3 Tom Hiddleston, Samuel L. Jackson, Brie Larson, John Goodman e John C. Reilly compõem uma aventura incrível,
4 revelando como Kong se tornou King.

Nas sinopses dos filmes Free fire – review; Ghost in the shell – about the movie; Gifted – review, uma estratégia utilizada pelos tradutores foi a mudança de classe de algumas palavras. No exemplo (04), retirado da sinopse do filme Ghost in the shell, no texto fonte utiliza-se uma forma verbal no gerúndio na EDU 3 (“Believing”), ao passo que, na versão para o português, o tradutor optou por uma forma participial que funciona como adjetivo (“Convencida”), motivo pelo qual a EDU 3 não foi segmentada em 2 EDUs. No texto-fonte, em 6, utiliza-se uma construção temporal com forma verbal (“While investigating”). Na versão para o português, também se utiliza uma construção temporal. No entanto, a forma verbal foi nominalizada pelo tradutor (“Durante a investigação”). Em ambos os casos, a mudança de classe altera a segmentação dos textos. Como as EDUs devem conter verbos, as opções do tradutor da sinopse exemplificada em (03) levaram à não-segmentação de duas EDUs, embora essas escolhas não representem “ônus” às construções de sentidos dentro da proposta de tradução e em relação ao gênero discursivo.

- (04) 3 Believing she was rescued from near death,
4 Major (Johansson) becomes the first of her kind:
5 a human mind inside an artificial body designed to fight that war against cyber-crime.
6 While investigating a dangerous criminal,
7 Major makes a shocking discovery
- 3 Convencida de que foi salva de uma morte quase inescapável, Major (Johansson) torna-se a primeira de sua espécie:
4 uma mente humana dentro de um corpo artificial criada para combater crimes cibernéticos.
5 Durante a investigação de um criminoso altamente perigoso, Major faz uma descoberta chocante –

As diferenças na segmentação são responsáveis por alterações na estrutura retórica da sinopse traduzida em relação à sinopse fonte. Nos diagramas das figuras 5 e 6, a primeira diferença pode ser observada nas EDUs 3 e 4. No texto vertido para o português, em função do uso do particípio “convencida” e da consequente não-segmentação da unidade 3, não se estabelece a relação “cause”, como no texto fonte. O mesmo ocorre na EDU 6 do texto fonte, em que se utiliza a construção temporal “while investigating”, sinalizando a relação “circumstance”. No texto vertido para o português, a opção do tradutor por utilizar uma construção temporal com a nominalização do verbo “investigar” (“Durante a investigação”) não permitiu a segmentação, de forma que a relação “circumstance” não foi estabelecida. Na EDU 10 do texto de partida, a construção “Unsure what to believe” sinaliza a relação “cause” com a porção de texto formada pelas unidades 11-13. Na versão para o português, o tradutor optou pela relação de concessão, sinalizada, na unidade 8, pela expressão “mesmo sem”. As relações de causa e de concessão, bem como a relação de condição, situam-se, de acordo com Neves (2000), em um mesmo contínuo semântico. De acordo com a autora, há um extremo em que a relação de causa é afirmada (construções causais), um extremo em que o vínculo causal entre as orações é negado (construções concessivas) e um espaço intermediário em que a relação de causa entre as orações é hipotetizada (condicionais). Por fim, no texto-fonte, nas EDUs 12 e 13 há duas orações de propósito relacionadas parataticamente e que funcionam como satélite da oração nuclear em 11. Já na tradução (EDU 9), a segunda oração é tomada como escopo da oração nuclear, juntamente com a primeira oração.

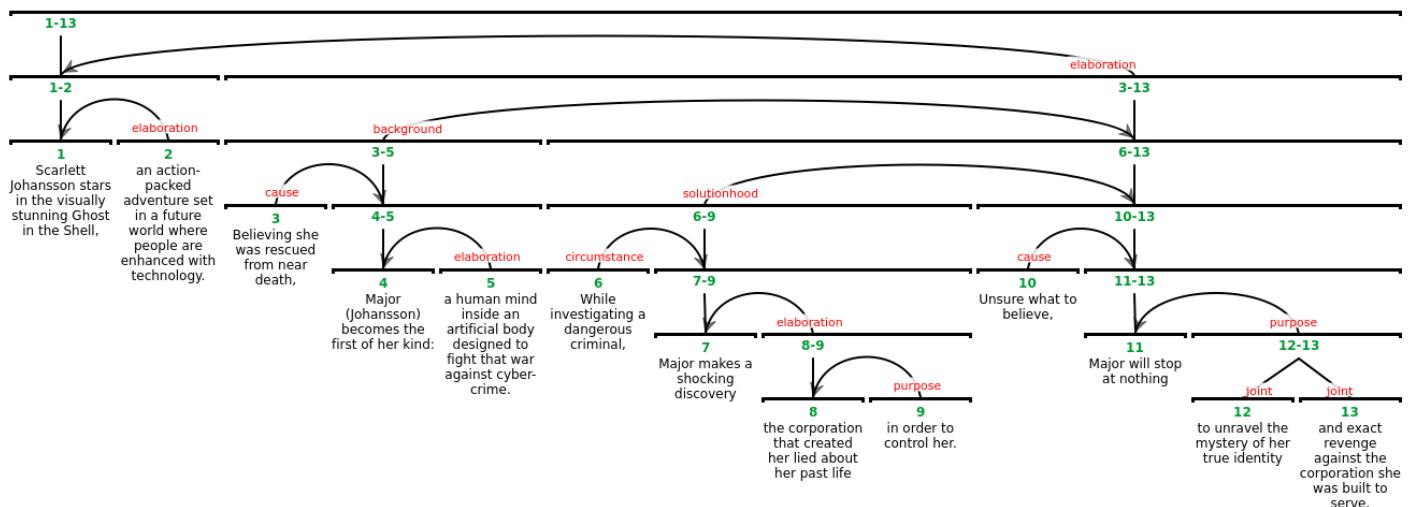


Figura 5 – Diagrama da estrutura retórica de uma sinopse-fonte (Fonte: os autores).

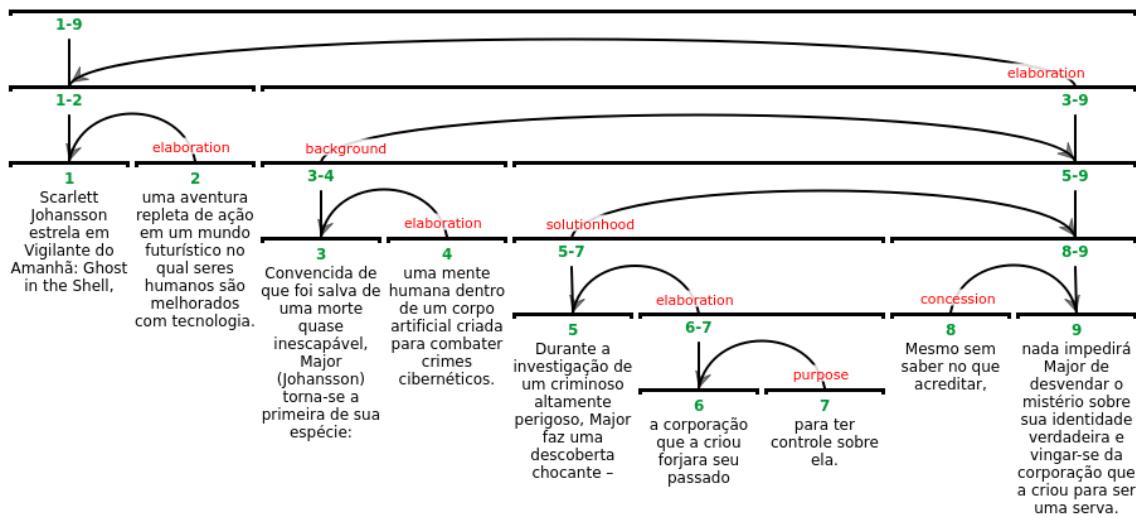


Figura 6 – Diagrama da estrutura retórica de uma sinopse traduzida (Fonte: os autores).

Em duas sinopses do córpus (*Beauty and the beast – about the movie; La la land – review*), houve alteração em alguma relação sem que a mudança fosse motivada por diferenças na segmentação. No diagrama da figura 7, observa-se, na EDU 7, a relação “result”, sinalizada por “e”. No texto vertido para o português (diagrama da figura 8), o tradutor optou pela relação “purpose”, sinalizada por “para”. As relações entre as informações são estabelecidas, assim, de forma diferente pelos tradutores, pois todo texto é “concebido como um ponto de partida em direção a um leque de possibilidades de interpretação” (BOITO; MARINS, 2017, p. 130).

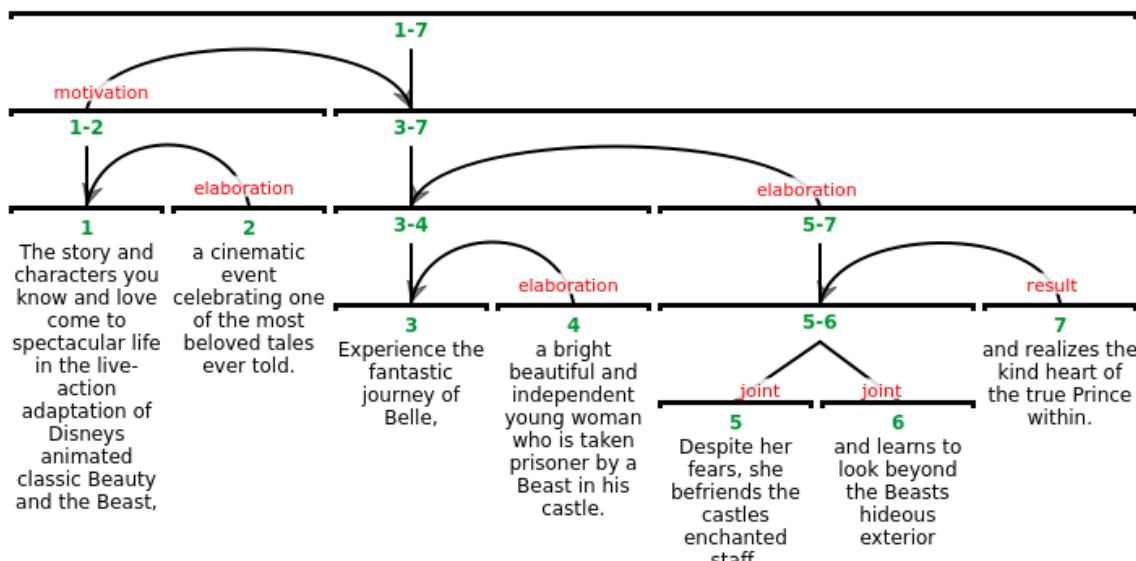


Figura 7 – Diagrama da estrutura retórica de uma sinopse-fonte (Fonte: os autores).

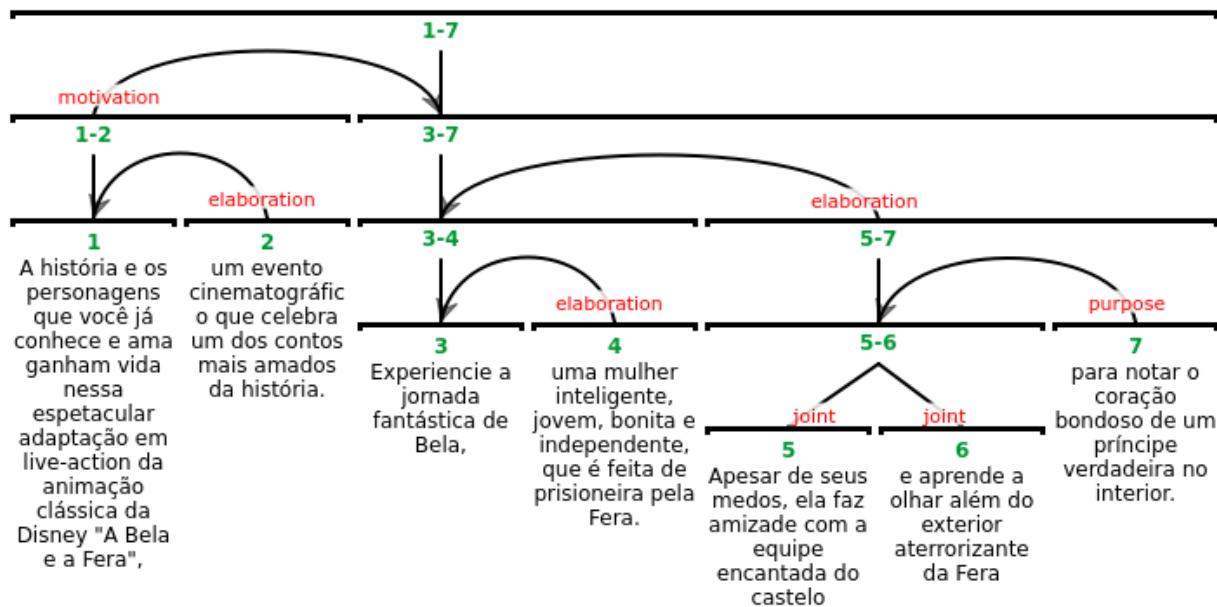


Figura 8 – Diagrama da estrutura retórica de uma sinopse traduzida (Fonte: os autores).

Dois tipos de inadequações foram observados nas tomadas de decisão dos tradutores (que podem ter sido causadas, inclusive, pela falta de revisão). Nas sinopses dos filmes *The zookeeper's wife – about the motive*, *Colossal – about the movie* e *Colossal – review*, houve problema de referência. No exemplo (05), retirado da sinopse do filme *Colossal*, o tradutor realizou uma retomada desnecessária com o pronome “ela” nas EDUs 3 e 4. Como as EDUs de 2 a 4 mantêm o mesmo tópico (Gloria), não há necessidade de retomá-lo pronominalmente. Esse tipo de retomada poderia ser considerado comum na língua falada coloquial. No entanto, em um texto escrito da natureza de uma sinopse, tal uso não é adequado. Outro problema pode ser encontrado na EDU 5, na qual o tradutor apresenta um referente novo (“gigante criatura”) como se fosse informação dada. A sinalização de informação dada é feita por meio do demonstrativo “aquele”. É um uso inadequado porque se trata da primeira menção do referente “gigante criatura” no texto.

- (05) 1 Gloria (Anne Hathaway) is an out-of-work party girl who,
 2 after getting kicked out of her apartment by her boyfriend (Dan Stevens),
 3 is forced to leave her life in New York City and move back to her hometown
 4 where shes reunited with her childhood friend (Jason Sudeikis).
 5 When news reports surface that a giant creature is destroying Seoul, South Korea,
 6 Gloria comes to the realization that she is somehow connected to this far-off phe-
 nomenon.

1 Gloria (Anne Hathaway) é uma garota festeira, sem trabalho,
2 que depois de ser despejada de seu apartamento pelo seu namorado (Dan Stevens),
3 ela é forçada a deixar sua vida em New York e voltar para sua casa,
4 onde ela se reune com seu amigo de infância (Jason Sudeikis).
5 Quando novos relatórios emergem que aquela gigante criatura está distrindo
Seoul, South Korea,
6 Gloria chega a conclusão de que ela está de alguma forma ligada com esse fenô-
meno remoto.

A outra inadequação refere-se um truncamento sintático, encontrado na sinopse do filme *Night of the living dead*. Esse erro pode ser observado no exemplo (06), em que o tradutor mistura SNs das EDUs 2 e 3 do texto de partida. “Corpos reanimados” deveria ser sujeito da unidade 3, mas é utilizado na unidade 2 no lugar do SN “monstros de filmes”. No entanto, é importante ressaltar que a tradução, se considerada um processo empreendido por um sujeito que precisa lidar com diferentes escolhas tradutórias, com os mais diversificados gêneros, com uma variedade significativa de temas e com um tempo escasso de produção, está sujeita a incoerências e inadequações, como toda atividade humana.

- (06) 2 Zombies had previously been relatively minor players in the pantheon of movie monsters,
3 reanimated corpses often seemed less scary than the likes of ghosts, vampires, and werewolves,
4 and were mostly the province of cheaply made drive-in flicks.

2 Os zumbis já haviam sido atores relativamente menores no panteão dos filmes de corpos reanimados
3 geralmente parecendo menos assustadores que fantasmas, vampiros e lobisomens,
4 e eram principalmente filmes baratos de cinemas drive-in.

No quadro 1 a seguir, sintetizam-se as estratégias utilizadas e os erros cometidos pelos tradutores.

Estratégias	Erros
<ol style="list-style-type: none">1. Reconstrução total de um período por meio da mudança da posição de tópicos, alteração da posição do adjetivo (predicativa ou atributiva), adição ou retirada de vocábulos;2. Acréscimo ou retirada do verbo em construções comparativas ou explicativas;3. Mudança do arranjo da combinação de orações por meio do uso de orações reduzidas de gerúndio, utilização de construções paratáticas ou hipotáticas em vez de orações subordinadas e vice-versa;4. Mudança de classe de palavras: verbos são nominalizados, formas participiais com função de adjetivo são utilizadas no lugar de formas verbais;5. Mudança de relação retórica motivada pela troca do elemento linguístico que sinaliza a relação.	<ol style="list-style-type: none">1. Truncamento sintático, com a mistura entre referentes que estavam no início de uma oração e os que estavam no final da oração anterior;2. Retomada por meio de pronomes feita de forma não adequada ao gênero sinopse;3. Apresentação de informação nova como se fosse informação dada.

Quadro 1 – Sintetização das estratégias utilizadas e dos erros cometidos pelos tradutores

Fonte: os autores.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo investigar estratégias de segmentação e de tradução utilizadas por tradutores humanos. Realizou-se uma análise no nível da estrutura textual por meio da *Rhetorical Structure Theory* (RST) em um córpus formado por treze sinopses de filmes em inglês e suas versões do inglês para o português feitas por formandos do curso de Tradução. Investigou-se a frequência de concordância entre a segmentação dos textos em unidades discursivas elementares e compararam-se as estruturas retóricas dos textos-fonte e as estruturas retóricas das traduções.

Por meio da análise identificaram-se cinco diferentes estratégias utilizadas pelos tradutores e duas inadequações no processo de versão dos textos do inglês para o português. A primeira estratégia constitui-se na reconstrução total de um período por meio da mudança da posição de tópicos, alteração da posição do adjetivo (predicativa ou atributiva), adição ou retirada de vocábulos. A segunda estratégia consiste no acréscimo ou

na retirada do verbo em construções comparativas ou explicativas. Nesse último caso, opta-se por um adjetivo ou por uma oração explicativa. A terceira estratégia é a mudança do arranjo da combinação de orações por meio do uso de orações reduzidas de gerúndio, utilização de construções paratáticas ou hipotáticas em vez de orações subordinadas e vice-versa. A mudança de classe de palavras é a quarta estratégia encontrada no córpus. Por meio dela, verbos são nominalizados, formas participiais com função de adjetivo são utilizadas no lugar de formas verbais. A mudança de relação retórica motivada pela troca do elemento linguístico que sinaliza a relação também é uma estratégia utilizada pelos tradutores. Nesse caso, a mudança na estrutura retórica não é motivada por alterações que afetam a segmentação dos textos, como ocorre nas estratégias mencionadas anteriormente.

No que diz respeito às inadequações, os problemas encontrados foram o truncamento sintático, com a mistura entre referentes que estavam no início de uma oração e os que estavam no final da oração anterior; a retomada por meio de pronomes feita de forma não adequada ao gênero sinopse; e a apresentação de informação nova como se fosse informação dada.

Os resultados mostram que os tradutores humanos, diferentemente dos tradutores mecânicos, promovem transformações inevitáveis nas estruturas linguísticas do texto traduzido, as quais são fruto da relação deste sujeito tanto com a língua estrangeira quanto com sua própria língua materna. Justamente por ser humana, ela se distancia de uma possível busca por equivalências estruturais entre línguas que são, a rigor, diferentes.

Referências

- ARROJO, R. Os Estudos da Tradução Na Pós-Modernidade, O Reconhecimento da Diferença e A Perda da Inocência. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 53-70, 1996.
- BOITO, F. S.; MARINS, L. C. Expansão interpretativa e tradução: pluralidade e descentrismo. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v.7, n. 16, p. 124-135, 2017.
- CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse Tagging Reference Manual*. Los Angeles: University of Southern California, 2001.
- CORACINI, M. J. R. F. O sujeito tradutor entre a “sua” língua e a língua do outro. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. XVI, p. 09-24, 2005.
- COSTA, Maria José R. D.; ZILPSER, Maria Elisabeth; POLCHLOPEK, Silvana;. Tradução como ação comunicativa: a perspectiva do funcionalismo nos estudos da tradução. *Revista Tradução & Comunicação*, n. 24, p 21-37, 2012.
- DA CUNHA, I.; IRUSKIETA, M. Comparing rhetorical structures in different languages: the influence of translation strategies. *Discourse Studies*, v. 12, n. 5, p. 563–598, 2010.

- GENTZLER, E. *Teorias contemporâneas da tradução*. São Paulo: Madras, 2009.
- MANN, William C; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical Structure Theory: Toward a Functional Theory of Text Organization. *Text*, Sydney, v.8, n. 3, p. 243–281, 1998.
- MATTHIESSEN, C. Remembering Bill Mann. *Computational Linguistics*, Cambridge, MA, v.31, n.2, p. 161–172, 2005.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- STEDE, M. RST revisited: disentangling nuclearity. In: FABRICIUS-HANSEN, C.; RAMM, W. (orgs.); “Subordination” versus “coordination” in sentence and text. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 33–57.



Data de submissão: 15/12/2019

Data de aceite: 20/05/2020

CORPUS APPROACH TOWARDS NARRATIVE ANALYSIS OF TENSE AND ASPECT

ABORDAGEM DE CORPUS PARA A ANÁLISE DE TEMPO E ASPECTO EM NARRATIVAS

Camila Antônio Barros | Lattes | camila-ab@ufmg.br
Universidade Federal de Minas Gerais | Fapemig

Abstract: This research, presented here, centers itself on how both tense and aspect are useful for the narrative analysis. This study presupposes narratives as texts with a temporal elaboration and progression, what demands abilities such as fore- and backgrounding. Such cognitive perspective is expected to dialogue with the Labovian position in the sense that the oppositions of fore- and background may be marked in the verbs. In order to understand how verbal tense and aspect are organized in spontaneous speech narratives in Brazilian Portuguese, the monologues from C-ORAL-BRASIL I *minicorpus* (RASO; MELLO, 2012) were manually annotated for the verbal categories as well as the Labovian categories (orientation, complication and evaluation). The results point to a tendency that complication will be marked mainly by simple past (*pretérito perfeito do indicativo*), while evaluation and orientation will be marked by present (*presente do indicativo*) and imperfective. Lexical aspect has shown an asymmetry between telic and non-telic verbs, and a slightly higher proportion of verbs of accomplishment and achievement in structures of complication.

Keywords: Narrative analysis. Foreground/Background. Tense and aspect. Corpus linguistics.

Resumo: A pesquisa aqui apresentada centra-se em como os parâmetros de tempo e aspecto são úteis para a análise da narrativa. Esse estudo pressupõe narrativas como textos com uma elaboração e progressão temporal que demanda as capacidades cognitivas de *fore-* e *backgrounding*. Essa perspectiva cognitiva dialoga com a posição laboviana para a análise da narrativa no sentido em que a oposição de Figura e Fundo podem ser marcadas por verbos. Para entender como tempo e aspecto verbais são organizados em narrativas de fala espontânea de português brasileiro, os monólogos do *minicorpus* C-ORAL-BRASIL I (RASO; MELLO, 2012) foram anotados quanto a suas categorias verbais e categorias labovianas (orientação, complicação e avaliação). Os resultados apontam para uma tendência em marcar majoritariamente a complicação com o pretérito perfeito do indicativo, enquanto a avaliação e orientação serão marcadas pelo presente do indicativo

e pelo imperfectivo. O aspecto lexical mostrou uma assimetria entre télicos e não télicos, e uma maior proporção de verbos de *accomplishment* e *achievement* em estruturas de complexidade.

Palavras-chave: Análise narrativa. Figura/Fundo. Tempo e aspecto. Linguística de corpus.

1. INTRODUCTION

The aim of this paper is to describe which correlations can be established between verbal tense and aspect and narrative structures, specially concerning what narrative is in opposition to what supports it. According to Labov and Waletzky (1967) narratives can be defined as a temporal sequence about a series of events that are told in the same order they occur, disregarding time and place of speech (RÜHLEMANN, 2013). Therefore, narratives are set apart from dialogues because they do not update the events online, referring only to past events. Another characteristic of narratives is presenting themselves in monologues, in contexts of low actionality and with an asymmetrical (meaning an unequal) division of turns of speech (if it is inserted in a dialogue).

Those differences can be exemplified by two examples of C-ORAL BRASIL I¹ (RASO; MELLO, 2012), as shown in the Charts 1 and 2 below. Chart 1 indicates a dialogical situation with a high level of actionality, in which the participants play snooker. Chart 2, on the other hand, illustrates a low situation of actionality, in which the participant MAI monopolizes a turn of speech resulting in a narrative about a man who is eaten by a snake.

Chart 1. Snooker dialog - bfamcv03 [53-58] (cv03_53-58)

Nº	Speaker	Utterance	Translation
53	CEL	e o medo de errar //	'how about the fear of making mistakes //'
54	CAR	errou / aí //	'you missed it / see //'
55	REN	confiou / viu //	'you trusted / see //'
56	CEL	não //	'no //'
57	REN	cê < erra / nós tava fodido > //	'if you missed it / we would be screwed //'
58	CEL	< agora tem que matar o cinco > //	'now you have to pocket the 5-ball //'

The example shown in Chart 1, recorded during a snooker game, has (in Brazilian Portuguese) mainly verbs in the Past simple (*pretérito perfeito*: *errou* 'missed', *confiou* 'trusted') that describe events that are simultaneous to speech and their action ended at the moment they were spoken. They are followed by verbs constrained to the speech

context, describing what should happen in the following moments of the game.

This shows a verbal progression attached to speech time and its progression follows the actions of the interaction. Chart 2, on the other hand, shows a more ‘exosituational’ context, in which MAI does not aim to actualize the ongoing moment.

Chart 2. Snake dialog - bfammn01 [34] (mn01-34)

Nº	Speaker	Utterance	Translation
34	MAI	e ea veio /	‘and it came ’
34	MAI	ea saiu no [/1]	‘it went out in [/1]’
34	MAI	no [/1]	‘in [/1]’
34	MAI	no trilho /	‘at the trail’
34	MAI	e rasgou o chapéu todo /	‘and tore the whole hat’
34	MAI	nu sendo ele ea [/1]	‘and not being him, she [/1]’
34	MAI	ea &rap [/2]	‘she &rap [/2]’
34	MAI	continuou atrás dele /	‘she continued to chase him’
34	MAI	quebrando //	‘wrecking’

Chart 2 shows a different context, in which MAI tells the story of a man who was killed by a snake in front of his family. Those events are unattached to the speech context and are told in the same order that they occurred, therefore this excerpt can be considered a narrative. The separation time and place of the speech is given by the verbs in the past simple, as in Chart 1, but carrying a crucial difference: the action codified by the verb does not end when they were spoken but is constrained to the past. Hence, the tense, alone, does not provide sufficient information to differentiate what is narrative, or is not, bringing up the necessity of also looking for the lexical aspect.

Those insights about tense and aspect that have become relevant to analyze the narrative structure are already present in Hopper and Thompson (1980) studies about transitivity. In this paper, they point out a *-ing* mark for supporting features of the narratives (background features, according to the author) in opposition to other tense marks which are more typical of a narrative. In the examples above, it is shown that in Brazilian Portuguese there is a correspondence: the online actualizations of the dialogue do not have a verbal mark, while *-ing* would only appear in the narrative to describe continuous actions that not necessarily compound the narrative track, but provide a support to the listener understanding of it, e.g. “wrecking” (*quebrando*).

Such research is justified by using spontaneous speech data for narrative studies, looking for a new perspective beyond literary contexts (FLEISCHMAN, 1990;

TURNER, 1996) and interviews (AZEVEDO, 2005; LABOV; WALETZKY, 1967). The methodology takes as data the monologues of the C-ORAL-BRASIL I *minicorpus* (RASO; MELLO, 2012).

The analysis enables us to conclude that in Brazilian Portuguese (in the variety of the State of Minas Gerais, which is the scope of the corpus) there is a tendency for the past form of the verb with a continuous aspect (imperfect), regarding the parts that are dedicated to orientate the listener towards the narrative. Besides, lexical aspect is relatively proportional within the monologues, but the aspects of accomplishment and achievement are proportionally (considering lemmas) more frequent in complication parts.

2. THEORETICAL REVIEW

2.1. The Labovian Approach in contrast to the cognitive approach

Narratives can be defined, according to Labov and Waletzky (1967), as a sequence of events told in the same order as they occurred. This order is given by the verbal temporal progression, which organizes the events through a temporal juncture and ties narrative elements with the same time notion that is effective (or true) throughout the narrative. Such organization does not allow a narrative clause to be moved without entailing a different interpretation. The temporal progression is not necessarily given by verbs only. However, only this kind of mark was considered in this work.

Another important feature is the qualitative division of narrative components, namely “orientation”, “complication” and “evaluation”. The first category, orientation, holds the main narrative components “who?”, “when?”, “where?” and “how?”. Complication is the core of the story followed by evaluation, category that justifies why the narrative is worth being told. The authors also name “resolution”, “coda” in the end (1967) and possibly an “abstract” (LABOV, 1997), but those categories are not so specific and also not so fundamental to the narrative structure. The decision to exclude “resolution” was grounded on its similarity to the broader category of “evaluation”, being both hard to distinguish one from another (LABOV; WALETZKY, 1967). Therefore, we chose only to annotate the broadest category. We have considered the “coda” category only in cases of interruption in the narrative flow and when there was a switch from monologue to dialogue in the spoken text.

On one hand, the fruitful study of Labov about the matter is a continuity to the (pre-) structuralism in literature (BARTHES, 1971; PROPP, 1968) analyzing how different storylines are organized. On the other hand, the Labovian Approach breaks with the tradition of a purely structural analysis of the narrative, which used only textual pa-

rameters, to include pragmatical and interactional parameters. This can be attested by the evaluative part, which allows the speaker to validate the narrative as well as connect the effort that the speaker must maintain his/her turn to the emotional connection towards the story being told.

Narratives can also be seen from a different (more abstract) perspective, in which they are a manifestation of thought. This step back can be small, as debated by Edwards (1997), treating narratives as a discursive phenomenon, or big as taken by Wallace Chafe (1990) and Mark Turner (1996) who treat narratives as a basic manifestation of thought. Chafe argues that narratives combine a sensorial experience with the ability of communicate something creatively; therefore, they are the first product after an organizational process within thought about a given event.

This treatment of the narrative can be expanded to linguistic matters for there are associations of the cognitive functions of the human brain and the speech production. To Chafe (1990, p. 80), this works through a wider formation of meaning, in which the sensorial experience is guided and constrained by personal expectations (both speaker and listener) as well as by empirically formed schemes. Langacker (1987) understands meaning (in more technical terms) as the result of the junction of a conceptual content, a neutral manner to evocate an object in the world, and a construal content, the ability to conceive and represent the same situation in different manners. In a narrative, this can be seen as a conciliation of the cultural and cognitive functions that operate in the linearization of experience using pre-established structures. Turner (1996) sees such conciliation as a product of spatial and imagetical schemes with Figure and Ground categories. Hence, the information given by the senses are assorted in a more (Figure) or less salient (Ground) categories. For narratives, all those manners of organizing the thought own a common denominator: guiding what can be done in the grey area between sensorial experience and linguistic output.

According to a series of studies (AZEVEDO, 2005; BOGDAN; SULLIVAN, 2011; CUTRER, 1994; FLEISCHMAN, 1990; LÓPEZ-ORTEGA, 2000; SILVA-CORVALÁN, 1983; SULLIVAN; BOGDAN, 2001) an issue that has attracted recent controversy (Wolfson 1979, Schiffrin 1981, verbs have a very important role in organizing the narrative experience because they mark the temporal concatenation of this kind of discourse. Therefore, it makes sense combine the verb-guided Labovian Analysis to a cognitive approach that searches for different instances in a text: a difference in what structure is more salient in opposition to what is not. Another argument for such com-

bined approach is that in both perspectives there is an asymmetry between what is narrative (Figure, complication) and what supports the narrative (Ground, orientation and evaluation) (HOPPER; THOMPSON, 1980).

2.2. Tense and aspect in Brazilian Portuguese

To understand how different verbs can codify an asymmetrical structure within the narrative, the way verbs work in each language must be understood too. In this case, how Brazilian Portuguese verbs work. In this language, verbs are a predicative structure that marks person, number, tense, mode, and aspect. We will emphasize² tense and aspect only in Brazilian Portuguese, which are crucial to this paper.

Tense is a deictic category that identifies what is said (A) in relation to when it is said (B), indicating “the time when an action or event occurs or when a state or process holds” (HAMM; BOTT, 2018, p. 1). As in English, there are three possibilities: A precedes B → past, A and B are simultaneous → present, and A comes after B → future. Those marks occur paradigmatically using suffixes that may be applied to either the auxiliary verb or the full verb. They are also merged with mode categories.

Example 1. Tense in Brazilian Portuguese

- a) Eu corri.
I ran.
- b) Eu corro.
I run.
- c) Eu correrei.
I will run.

All the examples in 1 are from the indicative mode, in its simplest form (synthetical form). Indicative past is also codified by compound perfect (*eu tinha corrido*), an imperfect form (synthetical: *eu corria*; compound: *eu estava correndo*) and a past perfect form (*eu correra* – rarely used). A similar variety of forms also is possible for indicative future, which is also codified by a compound form (*eu vou correr*) and a conditional future (synthetical: *eu correria*; compound: *eu teria corrido*). Tense and mode in opposition to aspect are inherent to verbal paradigm in Brazilian Portuguese. The conditional and imperative

² This analysis is by no means exhaustive, leaving a lot on the side for the specific purposes of this study. For more extended analysis, Castilho (2010), Cançado and Amaral (2016) among many others are more adequate.

modes do not codify grammatical aspect, thus they were not considered in the analysis (TRAVAGLIA, 1981). Aspect describes a temporal notion as well, but it differs itself from tense because it is not a deictic category. As Comrie (1976, p. 3) defined, “aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation”. It can be divided in three axes: a) syntactical-semantical, b) lexical-semantical and c) discursive. The first one refers to the grammatical codification of the temporal development in the verbal morphology; b) refers to the degree of development of a given verbal action/event/process/state inherent to the verbal root and c) how the verb may form the Figure and Ground distinction in a text (CASTILHO, 2010).

In the syntactical-semantic interface, grammatical aspect may have a considerably varied classification but, regardless of the reference, there is a common denominator for the categories of perfective and imperfective. The first describes an action as a single whole, while the second describes an unfinished action, paying “attention to the internal structure of the situation” (COMRIE, 1976, p. 16). These definitions were considered in a robust classification for Brazilian Portuguese, for instance, Travaglia (1981), as well as Castilho (2010) and Cançado and Amaral (2016) that used slightly different classifications for describing the interaction of grammatical aspect with tense and lexical aspect.

Lexical aspect, on the other hand, refers to verbal classes that have different time circumscriptions. An easy example for it is the difference between a) *I run* and b) *I know*, in a) it is understood as progressive action without an established end (one may run a mile or 300 miles and still have run), thus is an *activity*, while b) entails a verb of achievement, that is to say, there is a point that has to be achieved in order to *know* something (one *knows* how to ride a bike or one does *not* know, there is no in-between). According to Vendler (1957), we can distinguish four categories of lexical aspect, activities, accomplishments, achievements and states with the parameters of telicity, dynamicity and punctuality. Telicity meaning there is an established point of an end, dynamicity refers to the event whether it requires any force to happen and punctuality refers to eventualities that are constrained to a unique and instantaneous moment. Cançado and Amaral (2016, p. 161–166) propose that punctuality is not enough to describe achievement verbs, which is better understood by intervals: achievements do not have intervals within its events, while state, activity and accomplishment verbs do. Those parameters are comply to the restriction imposed by the arguments, such is the case for an activity verb as *run*, that can be derived to an accomplishment by the argument *100 miles*, setting a goal. In this paper we only considered basic aspects.

Chart 3. Lexical aspect classifications, adapted from Cançado and Amaral (2016)

Class	Dinamicity	Intervals	Telicity	Test
State	-	+	-	*What happened?
Activity	+	+	-	Imperfective paradox
Accomplishment	+	+	+	<i>nearly</i> ambiguity
Achievement	+	-	+	<i>stop</i> ungrammaticality

In Chart 3 we have a summary of the classification of Vendler's aspectual classes, in the parameters of dynamicity, intervals and telicity. State verbs are not dynamic but have intervals, activity verbs also have intervals, but are dynamic and both are not telic. Accomplishment and achievement verbs are telic and dynamic, but achievement verbs do not entail intervals while accomplishment verbs do. In the last column, there is a short description of the tests that can be made to distinguish the verbs, as Cançado and Amaral's review from Dowty (1979). A state verb can be distinguished because it does not answer to the question *What happened?* (it is ungrammatical to answer such a question with "*I have a beach house*"). An activity verb entails the imperfective paradox, that is, when one starts an activity, one has also ended it (*I was drinking water* → *I drank water*). Accomplishment verbs are ambiguous in sentences with *nearly*, because on one reading one has not started the action or on another reading one has not finished the action (*I nearly built a sandcastle*). Achievement verbs cannot be stopped, that is e.g. one cannot stop to *arrive*, that is, an achievement has a settled end and if it is interrupted, it is not completed.

For Brazilian Portuguese, there is a sort of agreement among different authors that have considered both sorts of aspects in their verbal classification. Associating those aspects with the perspective of Hopper and Thompson (1980) and Labov and Waletzky (1967), it is possible to distinguish that narrative excerpts (Figure and complication) are marked with past verbs in perfective form presumably with accomplishment and achievement verbs. The parts that are not explicitly narrative and serve to support the understanding of the listener (Ground, orientation and evaluation) will carry the marks of varied verbal tenses and aspects. This was already stated by Azevedo (2005) for Brazilian Portuguese, except for the hypothesis for the lexical aspects.

Another further contribution of this paper is the corpus data of spontaneous speech by using the monologues of C-ORAL BRASIL I (RASO; MELLO, 2012). Even though narrative is treated as an universal form of speech and discourse, it is mainly studied in controlled contexts, such as literary texts and interviews, being Rühlemann (2013) an ex-

ception that worked with a quantitative approach of narratives in corpora. The same may be applied to studies about verbs in Brazilian Portuguese that have not considered the contributions that a corpus-based study may bring to descriptions, especially in speech form. Castilho (2010), e.g., uses the NURC corpus (CASTILHO, 1990) without systematically deriving his descriptions from it.

The next section will explain the C-ORAL-BRASIL I architecture and the methodological decisions that were taken by this work.

3. METHODOLOGY

The aim of this work is to analyze monologues containing narratives through a qualitative and quantitative perspective about the variables of time, aspect and narrative structure. The monologues were taken from the *minicorpus* of C-ORAL-BRASIL I corpus (RASO; MELLO, 2012), a reference corpus of spontaneous speech for the Brazilian Portuguese dialect spoken in the state of Minas Gerais. The monologues are compound by seven texts that sum up to ~10000 words and 1h05'40" of audio.

The C-ORAL-BRASIL I corpus is a part of the C-ORAL family (CRESTI; MONEGLIA, 2005), a corpora collection of Italian, French, Spanish, European Portuguese and Brazilian Portuguese, that is be actionally representative, containing as many different communicative situations as possible. The C-ORAL family has a structure that fits a specific theoretical framework, the Language into Act Theory (CRESTI, 2000). For our purposes, it is only crucial that we understand how the theoretical framework inflected the transcriptions and compilation of the corpus, especially concerning prosodic segmentations and annotations. The utterances are segmented by their autonomy, that is an utterance is a pragmatic and prosodic autonomous unit, that may be composed by a non-terminal sequence, the tonal units, in opposition to a syntactically driven segmentation.

A monologue is defined here as the result of a representative linguistic production of a single participant (adapted and translated, MITTMANN, 2013, p. 341), in opposition to dialogues, relatively balanced productions of two speakers, and conversations, communicative situations of more than two participants. In this work, we analyzed the seven monologues in the *minicorpus*, all of them, containing narratives. The narrative content of the monologues bfammn06 and bpubmn01 (Chart 4) is debatable, due to the fact that they portrait an “interview-like” situation rather than a narrative, but they were kept for they can be understood as a narrative in the sense that it describes the relation

between the speaker and his/hers career path.

Chart 4. Minicorpus metadata of C-ORAL-BRASIL I
(adapted from MITTMANN; RASO, 2011)

File	Interaction
bfammn01	Man tells an alleged true story about a snake
bfammn02	Grandmother tells grandson stories about her famous uncle
bfammn03	Father tells family two entertaining stories
bfammn04	Woman tells about her experience in the hospital
bfammn05	Woman shares the story about her daughter's adoption
bfammn06	Man explains its professional trajectory
bpubmn01	Teacher evaluates her work at public school

The C-ORAL BRASIL has multiple versions available, from a plain *.txt* text through an *.xml* version of Speech-to-text alignment, passing by an informational structure annotation in the *minicorpus* and a parsed version in *.xml* format. The ideal one for this paper would be the parsed version, for it would spare time of the manual annotation. However, this would come with two main problems, first the chance of error that is inherent to automatic annotations³ and, secondly, the retrieving of the annotated data which was beyond the author's current computational abilities. Therefore, it was used the annotated version with information structures of the *minicorpus* available at the DB-IPIC⁴ platform. The downloaded *.csv* files were converted to spreadsheets. The utterances were organized in tonal units, because in most cases there was only one verb for each tonal unit. As any other spoken corpora, the monologues had also utterances that were empty, that is, utterances that had retracting (hesitations) and other speech phenomena that do not use a verb. Therefore, they were not considered in the counting. To support this with numbers: of the 3353 tonal units in the monologues, only 1432 of them had a verb that was not retracting or an empty information structure and were annotated.

Out of the 1432 tonal units that had verbs, each one of the 1661 verbs were annotated. Only one token was counted in verbal periphrases, following Castilho (2010, p. 393–394). For the grammatical aspect classification, it was considered that gerund forms (*gerúndio*, the equivalent to *-ing* termination in English), imperfect past (*pretérito imper-*

³ Even though the parser PALAVRAS (BICK, 2000) has a 93.7% precision rate for the syntactic annotation (BICK, 2013) no specific test was made regarding the verbal aspect and time specifically within the framework used.

⁴ DB-IPIC <<http://www.lablita.it/app/dbipic/>> is a platform that some corpora of the C-ORAL Family are made available, allowing the user to look for the texts, information units as well access the audios, download them and export the transcriptions.

feito), irrealis periphrastical future (*futuro do pretérito do indicativo*) and present in atelic verbs were imperfect. On the other hand, present in telic verbs, periphrastical future of *realis* mode, simple past (*pretérito perfeito*) and participle are perfective. Subjunctive, imperative and infinitive do not have grammatical aspect (TRAVAGLIA, 1981). Periphrastic future (*futuro do pretérito*) was considered as imperfective, according to Fonseca (2010) aspectuals and modal values were updated. We believe that the multifunctionality of this construction is a consequence of varying degrees of grammaticality in this verbal group and its types are updated following the universal grammaticalization order of inflectional verbal categories (BYBEE, 1985, which pointed out that the auxiliary verb codifies imperfect aspect even though the main verb does not.

The lexical aspect was then annotated according to Cançado, Amaral and Meirelles (2017), applying in the tests presented in Table 3. As the tests were made for non-speech data, they had to be adapted to what was presented by the data. Finally, Labov and Waletzky (1967) categories of narratives structure were annotated. Orientation, complication and evaluation were defined considering mainly the locutive content and the position of the tonal unit within the narrative (OYANG; MCKEOWN, 2014). In Chart 5, an example is presented of the classification of the narrative bfammn01, in which the narrator tells how an acquainted was attacked by a snake.

Chart 5. Examples for narrative structures

Narrative structure	Definition	Example
Orientation	Tells the wh-questions about the narrative	MAI: [18] e aí / segundo o [/1] o parente dele que é mais chegado / contou pra nós o seguinte pra mim // en. 'and then / according to [/1] to his relative that is more acquainted [to the dead man] / told me this //'
Complication	Narrative theme/main subject	MAI: [59] aí matou ele // en. 'then [the snake] killed him //'
Evaluation	Narrator/Speaker perspective about the related events	MAI: [68] nū sei / né / a imaginação hhh dum [/1] dum animal / o que que pode ser / né // en. 'I don't know / right / his imagination hhh of [/1] of an animal / what it may be / right //'

Chart 5 shows an example for each narrative structure, taken from bfammn01, the audio file that tells an alleged true story about a man who is killed by a snake. Orientation structure tells the circumstances in which the narrative happened; therefore, the example tells the relation of MAI to the story that he is about to tell. Complication is the core

of the narrative, its more fundamental content, therefore is exemplified by the utterance “then [the snake] killed him //”. And finally, evaluation structure is MAI’s perspective about what could the snake have thought about the episode narrated, “I don’t know / right / his imagination hhh of [/1] of an animal / what it may be / right //”. According to the transcripts conventions (RASO; MELLO, 2012), “hhh” indicates a paralinguistic sound.

4. DATA ANALYSIS

The study begins by a qualitative analysis and is followed by the quantitative analysis of the data. This allows us to analyze how the monologues work as narratives within the corpus and then look for how they are quantitatively organized by its verbs.

4.1. Qualitative analysis

In this analysis, we observed how orientation, complication and evaluation are units distributed among the different files in the *minicorpus*. Those are more canonical structures that are built in an orientation, complication, and evaluation. However, there are also files (bfammn04 and bfammn05) that the evaluation and complication structures can be confounded and there are monologues that the evaluation structures appear throughout the whole text. In two files we have more than one narrative: bfammn02 has three separate narratives and bfammn03 has two narratives.

In bfammn01 there is only one narrative, in which MAI tells about a friend of the family that was killed by a snake bigger than an anaconda that crackled (*canta igual galó*, en. “sings like a hen”). It is composed by 33 units of orientation, 78 of complication and 13 evaluation points, distributed one after the other. The orientation starts with MAI describing how he is related to the story (it is about a relative of his wife) and that there is a huge snake in the countryside where this relative lived. He continues with the complication part, in which the wife’s relative goes to the city to buy something for the household and then is attacked by the snake. Among those 78 tonal units of complication, there are two units of orientation: MAI establishes a parallel between how the countryside in the city of Belo Horizonte is, where the interaction takes place, and the countryside where the story takes place. Doing this, he manages to establish two different places setting apart where they (MAI and DUD) are and where the narrative takes place. The structure of the evaluation is compound by 13 tonal units, in which MAI imagine what could have passed in the thoughts of the animal, the snake, before killing the man and ends the story in an uncompromised way saying that he only heard the narrative (but he does not admit its doubtful tone). In the end of the monologue, a dialogue takes place and DUD starts to doubt about the veracity of the story, but they do not reach a consensus.

The niece (DFL) of a Brazilian poet, who tells about her relationship with her uncle, is in the second file, bfammn02. The file can be fragmented in three different stories. The first about her nephew “Laurinho” that liked to boast about a famous uncle. Secondly, she tells how her doctor reacted when he discovered about her family and at last, she narrates how the relationship between her father and uncle was. All the three narrative cores are well fitted to the structure predicted by Labov and Waletzky (1967), starting with orientation, followed by complication and ending with evaluation. This is clearer in the Figure 1, in which it is possible to see three different nuclei.

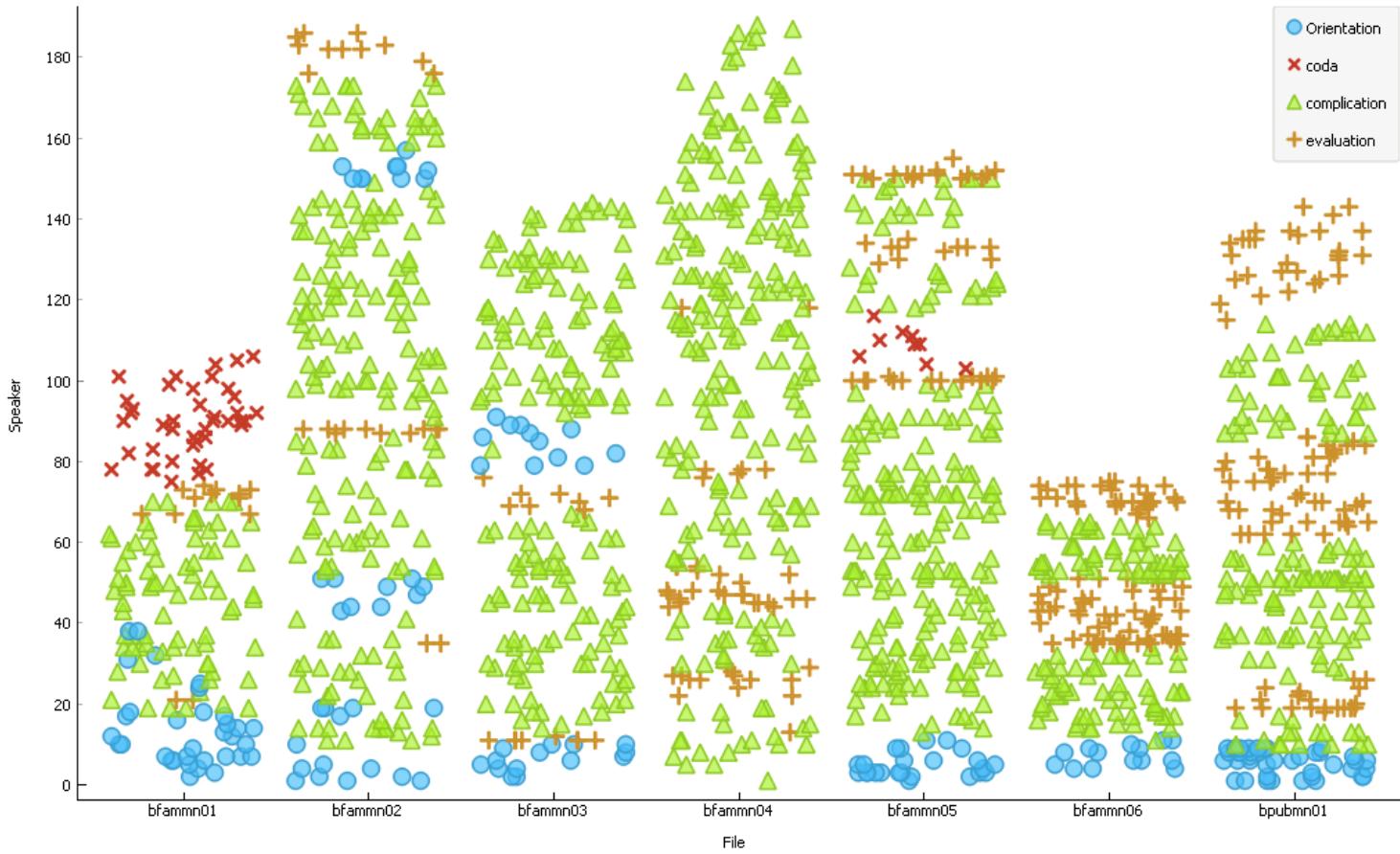
The file bfammn03 is composed by two narratives told by ALO: a widow that offended her late husband and how the children of a late client paid her debts years after her death. The first one (and odder one), has more evaluation sequences (16 of them) while the second one has none. Both sum up 26 units of orientation and 172 tonal units of complication.

Both bfammn04 and bfammn05 have a similar content in the sense that they are mothers narrating about their children. This closer and more affective relationship throughout the narrative is marked by an extended evaluation structure. Bfammn04 starts an orientation, in which REG is highly emotionally involved, telling about how she gave birth in a car. Here we have 44 evaluation tonal units intercrossed with complication units, indicating that REG constantly comments her impressions about what happened while telling it. In the other file, bfammn05, the narrator tells how she lost her daughter and decided to adopt another. In this file, there are 24 units of orientation, 203 units of complication and 42 units of evaluation. There are nine units that are an interruption of the recording. They were not considered in the quantitative analysis.

The last two files can be considered more like interviews than narratives, merging complication and evaluation. This is because both are narratives of professional experience, in which past facts are correlated to the current working field. In bfammn06, there are 14 units of orientation, 112 complication units and 84 units of evaluation. Bpubmn01 has 40 units of orientation, 141 complication units and 94 evaluation units.

The distribution of the narrative structures within the narratives can be better seen in the Figure 1, made with the software Orange (DEMŠAR et al., 2013):

Figure 1. Distribution of the narrative structures



On the x-axis are disposed the files names and on the y-axis are disposed the utterances numbers, being each tonal unit plotted in the same x-axis level. Each column indicates a specific file, which allows an easier visualization of the descriptions in this section: structures of orientation starting narratives (blue), complication units throughout the text (green), and evaluation units ending or among complication units (orange) and coda units (red) maintained to show interruptions and displacement of the narrative context. Orientation is related mainly to beginnings, therefore shows up more times in bfammn02 and bfammn03. Narratives with higher emotional appeal such bfammn04 and bfammn05 as well as the ones with a more professional content - bfammn06 and bpubmn01 - have more evaluation units. The coda units serve (here) to show dialogues excerpts within the monologues.

Here, the Labovian analysis raises two main tracks in the narrative similar to the cognitive approaches of Figure and Ground: the complication is the bulk of the story being told and has a more salient content, while orientation and evaluation set the scene to the narrative, grounding it.

4.2. Quantitative analysis

As previously pointed out, the total data analyzed sums up to 1661 verbal occurrences (taken from 999 utterances and 3352 tonal units), the non-verbal utterances and retracting were deleted from the analysis. There are 266 individual verbs (types). From those verbs were also discarded those which mark synthetically future (*futuro do indicativo sintético*) subjunctive and imperative mode and infinitives that do not codify grammatical aspect. In 1450 occurrences there are still 50 coda units. Therefore, the fine-grain analysis was only made in 1400 tonal units that contained verbs that codified tense, grammatical, and lexical aspect and were a part of the narrative structures of orientation, complication, and evaluation.

In order to summarize the data analysis, all possible forms of a given tense were added under the same label: e.g., under “Past” in Table 1 there are both perfect and imperfect forms of the indicative in the synthetical and periphrastic forms. The same holds for the other tense labels (“Future”, “Present”, “Continuous”, and “Participle”). In a different column the grammatical aspect was annotated with the labels “perfect” or “imperfect”. Lexical aspect and Narrative Structure were then annotated. A sample chart of this annotation is on the Chart 6, below^{5,6}.

Chart 6. Sample of analysis

Nº	Speaker	Utterance	Tense	G.A.	L. A.	Narrative
49	DFL	parece que começou assim //	PRS	IPFV	state	
49	DFL	parece que começou assim //	PST	PFV	achievement	
51	DFL	papai foi o irmão que mais deu [/1]	PST	PFV	state	Orientation
51	DFL	deu apoio a ele //	PST	PFV	accomplishment	
53	DFL	era de uma família abastada /	PST	PFV	state	
53	DFL	porque o professor ia em casa /	PST	IPFV	accomplishment	Complication
53	DFL	nu ia po grupo não //	PST	IPFV	accomplishment	

Those 1.400 occurrences were divided in 154 orientation units, 987 complication units, and 259 evaluation units. This corroborates the analysis of Labov and Waletzky (1967) as well as the analysis of Ouyang and McKeown (2014) in terms of distribution and absolute numbers. This distribution is justified by complication being the most important part of the narrative, followed by the evaluation, for it is what validates what is told, and orientation has fewer units, because it is more punctual.

Table 1. Tense and Narrative's structures correlations

	Orientation	Complication		Evaluation		Total
Present	70 45,5%	361	36,6%	149	57,5%	580
Past	62 40,3%	525	53,2%	82	31,7%	669
Future	4 2,6%	25	2,5%	5	1,9%	34
Continuous	15 9,7%	58	5,9%	22	8,5%	95
Participle	3 1,9%	18	1,8%	1	0,4%	22
	154 100%	987	100%	259	100%	1400

First, we should analyze how the narrative structures correlate with tense (Table 1). There is the prevalence ($p<.05$)⁷ of orientation (45,5%) and evaluation (57,5%) to be marked by present (*presente*). Orientation was also marked with past (*pretérito*) almost the same as present, but with some slightly lower figures. Complication as the opposite pattern: 53,2% of its units are marked with past (*pretérito*).

Table 2. Grammatical aspect and Narrative's structures correlations

	Orientation	Complication		Evaluation		Total
Perfect	62 40%	533	54%	84	32%	679
Imperfect	92 60%	454	46%	175	68%	721
	154 100%	987	100%	259	100%	1400

On Table 2 we see a second analysis, correlating grammatical aspect and narratives structures. We can see here that numbers are not as informative as expected. First, complication has much more occurrences than orientation and evaluation. There is a slightly higher use of perfect in the first category than the other two, which is more salient in correlation to past and perfect: in the 70 occurrences of present of orientation, 60 of them are imperfective; in the evaluation, the pattern is the same – out of 149 occurrences of present, 123 of them are imperfective; in the complication, there is a more balanced division between perfect and imperfect. However, those tendencies are too weak to be considered relevant without a further statistical treatment.

Lexical aspect, on the other hand, is more homogeneously distributed than tense and grammatical aspect, what does not allow us to extract a pattern for narratives in absolute values even though the results are significant ($p<.05$), showing that verbs of

⁷ All Chi-square tests were made in the platform <http://turner.faculty.swau.edu/mathematics/math241/materials/contablecalc/>.

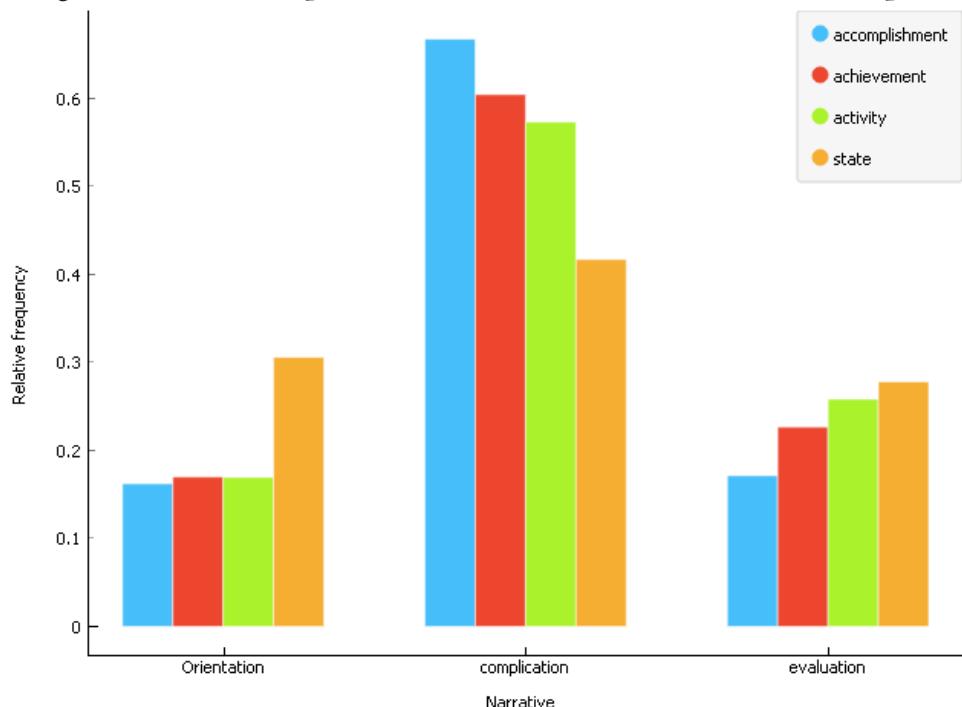
accomplishment and activity are more balanced than the achievement and state verbs. However, this significance is biased for state verbs such as *ser* and *estar* (different senses of the English verb *to be*) are highly frequent in the whole corpus (RASO; MELLO, 2012, p. 275–278), what bias the analysis. We could not find a quantitative analysis of the proportions of lexical aspect in Brazilian Portuguese, what would allow us to compare is that narratives have a special pattern.

Table 3. Lexical aspect and narrative's structures correlations

	Orientation		Complication		Evaluation		Total	
State	68	44%	316	32%	135	52%	519	37%
Activity	34	22%	280	28%	57	22%	371	27%
Accomplishment	40	26%	277	28%	51	20%	368	26%
Achievement	12	8%	114	12%	16	6%	142	10%
	154	100%	987	100%	259	100%	1400	100%

In order to avoid the bias of high frequency state verbs, we may look at the relative frequencies of the lemmas. According to what was analyzed by Hopper and Thompson (1980), achievement and accomplishment verbs should compose most of the complication structure since they are telics (in the author's words, narratives are marked by completed actions). The data from this compilation argues towards this distinction, when the relative frequencies of the lexical aspect are observed in relation to the narrative structure.

Figure 2. Relative frequencies on narrative structures and lexical aspect



On Figure 2 we may observe that the complication structure is mainly marked by accomplishment and achievement verbs, considering lemmas individual occurrences in opposition to activities and state verbs. The pattern is reversed in the supporting structures.

However, we must emphasize the fact that those frequencies are only slightly different from each other. The distinction between state and non-state verbs is more relevant to establish a narrative and non-narrative plane: 63% of them are marked with present tense, while non-state verbs are mainly marked with past tense (53% of the activity verbs, 54% of the accomplishment verbs and 67% of the achievement verbs).

5. DISCUSSION AND CONCLUSION

The presented data corroborates to observe that there are different ways to mark narrative beyond its locutive content, which resides besides the storyline itself, creating a context with the narrative on the past as a complication and another with present marks that orientates and evaluates the narrative. Such claims were already made for different sets of data and languages, but a similar cognitive process that guides the organization of the narrative can explain what they sustain for written and spoken as well to elicited and spontaneous data.

On the Labovian perspective, the cognitive background was not set yet, but the relations established between past simple and present as the kern of the narrative in opposition to “free-clauses” that mark orientation structures gave a starting point for analyzing narratives in a broader way. Hopper and Thompson (1980) generalized those assumptions for other languages, proposing that there is a foreground and a background opposition in the narrative, the first is the marked with the perfective aspect while the second supports the narrative, providing important information for the listener, more diversified in terms of tense and aspect. This was observed by Azevedo (2005) in elicited narratives in Brazilian Portuguese.

In this paper, those observations were taken to a corpus analysis, what has shown that past is the main mark for complication structure, that the narrative part, while in the present and nominal forms, are more used for background structures. Specifically, the orientation is more homogeneous towards this parameter because it builds a bridge between the moments that the narrative is told and when it happened. Complication or foreground structures are not categorically defined, since the difference between perfect and imperfect aspects is not as big as orientation and evaluation. Still, those verbs in the

past are mostly perfects, as shown by Azevedo (2005). Hopper and Thompson's (1980) claims for the lexical aspect are correct but were not entirely sustained, since the asymmetry between telic and non-telic verbs within the narrative must be compared to non-narrative texts. It can only form a dichotomy between state and non-state verbs, in which the first category is supporting the narrative and the second category compounding the narrative.

Hence, telic verbs marked with perfect and in the past have a tendency to be used to mark foreground while non-telic verbs marked with imperfective and in the present are more commonly used to mark background.

References

- AZEVEDO, A. M. T. DE. *Domínios discursivos: uma visão cognitiva da estruturação de narrativas orais*. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BARTHES, R. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Tradução Maria Zelia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BICK, E. Parsing Speech Data: The Automatic Grammatical Annotation of the C-ORAL-Brasil Corpus. *Proceedings of GSCP 2012*, Belo Horizonte, p. 27–32, 2013. Disponível em: <http://digital.casalini.it/9788866553519>.
- BICK, E. *The parsing system palavras - automatic grammatical analysis of portuguese in a constraint grammar framework*. 2000. 505 f. Aarhus University Press, 2000. Disponível em: <http://www.lavoisier.fr/notice/frYWOOR6SAS3WLLS.html>.
- BOGDAN, D. R.; SULLIVAN, W. J. Polish tense and aspect in narrative context: an analysis of written text. *Tampa Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 35–46, 2011. Disponível em: <https://journals.flvc.org/floridalinguisticspapers/issue/view/4442>.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L. L. *Introdução à semântica lexical: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L.; MEIRELLES, L. *VerboWeb - syntactic-semantic classification of Brazilian Portuguese verbs - Faculdade de Letras*. 2017. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/verboweb/>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- CASTILHO, A. T. DE. *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1990.
- CASTILHO, A. T. DE. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. [S.l.]: Editora Contexto, 2010.
- CHAFFE, W. Somethings that narratives tell us about the mind. In: BRITTON, B. K.; PELLEGRINI, A. D. (Org.). *Narrative thought and narrative language*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1990. p. 79–98.

- COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*. Firenze: Academia della Crusca, 2000. v. 1.
- CRESTI, E.; MONEGLIA, M. *The C-ORAL-ROM Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Languages*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.
- CUTRER, L. M. *Time and tense in narrative and in everyday language*. 1994. University of California, 1994.
- DEMŠAR, J. et al. Orange: Data Mining Toolbox in Python Tomaž Curk Matija Polajnar Laň Zagar. *Journal of Machine Learning Research*, v. 14, p. 2349-2353, 2013.
- DOWTY, D. R. *Word meaning and montague grammar*. Amsterdam: Springer, 1979. Disponível em: http://www.springerlink.com/index/10.1007/978-94-009-9473-7_1.
- EDWARDS, D. Narrative: stories and rememberings. *Discourse and cognition*. Trowbridge: Redwood Brooks, 1997. p. 263–294.
- FLEISCHMAN, S. *Tense and narrativity: from medieval performance to modern fiction*. London: Routledge London, 1990.
- FONSECA, A. M. H. DA. Tempo, Aspecto, Modo / Modalidade (TAM) na expressão de futuridade. *Estudos Linguísticos*, v. 39, n. 1, p. 45–58, 2010. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N1_04.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.
- HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 251, jun. 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/413757?origin=crossref>.
- LABOV, W. Alguns passos iniciais na análise da narrativa. Trad. de Waldemar Ferreira Netto. *The Journal of Narrative and Life History*, v. 7, p. 1–18, 1997.
- LABOV, W.; WALETZKY, J. *Narrative analysis*. Oral versions of personal experience. Seattle and London: University of Washington Press, 1967. p. 12–44.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. I.
- LÓPEZ-ORTEGA, N. R. Tense, aspect, and narrative structure in Spanish as a Second Language. *Hispania*, v. 83, n. 3, p. 488–502, 2000.
- MITTMANN, M. Análise da estruturação de diálogos e monólogos na fala informal: quantificando as diferenças - s. *Domínios de Lingua@gem*, v. 7, n. 2, p. 338–372, 2013.
- MITTMANN, M. M.; RASO, T. The The C-ORAL-BRASIL informationally tagged mini-corpus. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (Org.).. *Pragmatics and prosody: illocution, modality, attitude, information patterning and speech annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 151–183.

OUYANG, J.; MCKEOWN, K. K. Towards automatic detection of narrative structure. European Languages Resources Association (ELRA), Reykjavik, Iceland, p. 4624–4631, 2014. Disponível em: http://www.lrec-conf.org/proceedings/lrec2014/pdf/1154_Paper.pdf.

PROPP, V. *Morphology of the Folktale*. Tradução Laurence Scott. 2nd. ed. Austin: University of Texas Press, 1968.

RASO, T.; MELLO, H. The C-ORAL-BRASIL I: Reference Corpus for Informal Spoken Brazilian Portuguese. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. v. 1. p. 362–367. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-3-642-28885-2_40>.

RÜHLEMANN, C. *Narrative in English conversation*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2013.

SILVA-CORVALÁN, C. Linguistic Society of America Tense and Aspect in Oral Spanish Narrative: Context and Meaning. *Language*, v. 59, n. 4, p. 760–780, 1983. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/413372>.

SULLIVAN, W. J.; BOGDAN, D. R. Tense, aspect and the organization of Polish narrative. *Word*, v. 52, n. 3, p. 357–368, 2001.

TENSE AND ASPECT. In: HAMM, Friedrich; BOTT, Oliver. (E. N. Zalta, Org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2018 ed. [S.1.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/tense-aspect/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1981. Disponível em: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 30 jul. 2019.

TURNER, M. *The Literary Mind*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996.

VENDLER, Z. Verbs and Times. *The philosophical review*, v. 66, n. 2, p. 143–160, 1957.



Data de submissão: 30/08/2019

Data de aceite: 27/04/2020